Francisca de Paula Santos da Silva
(Organizadora)

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E COOPERATIVISMO

articulando pesquisa, ensino e extensão no Cabula e entorno



EdUneb
Editora da Universidade do Estado da Bahia

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E COOPERATIVISMO



Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Lourisvaldo Valentim da Silva
Reitor

Maria Nadja Nunes Bittencourt
Diretora da Editora

Conselho Editorial

Atson Carlos de Souza Fernandes
Liege Maria Sitja Fornari
Luiz Carlos dos Santos
Maria Neuma Mascarenhas Paes
Tânia Maria Hetkowski

Suplentes

Edil Silva Costa
Gilmar Ferreira Alves
Leliana Santos de Sousa
Mariângela Vieira Lopes
Miguel Cerqueira dos Santos

Francisca de Paula Santos da Silva
(Organizadora)

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E COOPERATIVISMO

articulando pesquisa, ensino e extensão no Cabula e entorno

EDUNEB
Salvador
2013

© 2013 Autores
Direitos para esta edição cedidos à Editora da UNEB.
Proibida a reprodução total ou parcial por qualquer meio de impressão, em forma idêntica, resumida ou modificada, em Língua Portuguesa ou qualquer outro idioma.
Depósito Legal na Biblioteca Nacional.
Impresso no Brasil em 2013.

Ficha Técnica

Coordenação Editorial
Ricardo Baroud

Coordenação de Design
Sidney Silva

Revisão, Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica
CIAN Gráfica e Editora

Ficha Catalográfica - Sistema de Bibliotecas da UNEB

Turismo de base comunitária e cooperativismo: articulando pesquisa e ensino no Cabula e entorno / Organizado por Francisca de Paula Santos da Silva . – Salvador: EDUNEB, 2013.
314p.

ISBN 9788578872113

Inclui referências.

1. Turismo - Aspectos sociais - Salvador (BA). 2. Turismo cultural - Bairro Cabula (Salvador, BA). 3. Desenvolvimento sustentável. 4. Responsabilidade social. I. Silva, Francisca de Paula Santos da.

CDD: 380.143

Editora da Universidade do Estado da Bahia - EDUNEB
Rua Silveira Martins, 2555 - Cabula
41150-000 - Salvador - Bahia - Brasil - Fone: +55 71 3117-5342
eduneb.editora@gmail.com - editora@listas.uneb.br - www.eduneb.uneb.br

SUMÁRIO

PREFÁCIO 9

APRESENTAÇÃO 13

1 PRÁTICAS DE ENSINO EM COERÊNCIA E COMPROMISSO COM A REALIDADE: uma questão urgente nos cursos das Ciências Sociais Aplicadas 17
Miriam Medina-Velasco

2 COOPERATIVISMO POPULAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA, UM PANORAMA DA EXPERIÊNCIA DA ITCP-COAPPES/UNEB 25
Luciana Luttigards Ribeiro, Maurício Figueiredo Nogueira e Suely da Silva Guimarães

3 ASSOCIATIVISMO, COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA: estratégias criativas para um desenvolvimento humano, econômico e social sustentável 35
José Cláudio Rocha

4 POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL 43
Ana Maria Ferreira Menezes e Maria de Fátima Hanaque Campos

5 CABULA: entre produção do espaço e especulação 53
Rosali Braga Fernandes, João Soares Pena e Jamile de Brito Lima

6 AGENTES E PROCESSOS NA COMPLEXA LOCALIDADE DO CABULA: comércio e serviços 69
André Luís dos Santos

7 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: fundamento histórico e abordagens conceituais 81
Katiane Alves

8 METODOLOGIA PARTICIPATIVA APLICADA AO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: uma análise do processo de inventariação da oferta e da demanda turística do Cabula e entorno, Salvador - Bahia, Brasil 93
Caio Henrique da Silva Vilas Bôas e Francisca de Paula Santos da Silva

9 ENCONTROS NA E COM A COMUNIDADE DE PERNAMBUÉS E SARAMANDAIA **105**
Rosane Sales dos Anjos

10 UM OLHAR PEDAGÓGICO SOBRE EXPERIÊNCIA DA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES - ITCP/UNEB **113**
Ana Celeste da Cruz David

11 A EVOLUÇÃO DO PANORAMA EDUCACIONAL NO ÂMBITO DO CABULA **125**
Débora Marques da Silva Araújo

12 POLÍTICA PÚBLICA PARA REPARAÇÃO DAS DESIGUALDADES RACIAIS NA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA **135**
Eliziário Andrade e Edjane Costa Almeida

13 ENSINO MÉDIO PROFISSIONAL E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: parceria CEEP-BA e UNEB **153**
Flávia Souza da Silva e Eliana Márcia Alves Medrado

14 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E TECNOLOGIAS EDUCATIVAS **165**
Katiane Alves e Andréa Cristina Serravale dos Santos

15 TECNOLOGIA DIGITAL COLABORATIVA E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: o portal do TBC Cabula **181**
Alfredo Eurico Rodrigues Matta

16 PROCESSO DE CRIAÇÃO DA IDENTIDADE VISUAL E DO *BLOG* DO PROJETO TBC CABULA **193**
Maria Gabriela Rodrigues Piñeiro

17 INCLUSÃO SOCIODIGITAL E REDES SOCIAIS NA COMUNIDADE DO CABULA **199**
Maria de Fatima Hanaque Campos, Arlindo de Araújo Pitombo e Milene Bastos Rocha

18 O PAPEL DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS NA DIFUSÃO DO CONHECIMENTO: transpondo os muros da universidade **215**
Josefa Santana Lima e Maria Olivia de Oliveira Matos

19 COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO BEIRU/TANCREDO NEVES, SALVADOR - BAHIA, BRASIL **227**
Daiane Nascimento Santos

20 PRÁTICAS SOCIOEDUCATIVAS E PATRIMÔNIO SOCIOAMBIENTAL: por uma gestão sustentável no entorno das represas da Mata Escura e do Prata, Salvador - Bahia, Brasil **241**
Eduardo José Fernandes Nunes, Igor Rodrigues de Sant'Anna e Marcos César Guimarães

21 DO PROJETO CIDADÃO À CIDADANIA EM AÇÃO: trilhando o potencial turístico de parques, hortos e reservas do Cabula e entorno **249**
Antônio Jorge Nascimento dos Santos

22 A DIMENSÃO SOCIAL DE UMA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM MEIO AMBIENTE, SAÚDE E GERAÇÃO DE RENDA, A PARTIR DOS DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE **253**
Maria Antonieta Nascimento Araújo, Francisca de Paula Santos da Silva, Cláudia de Carvalho Santana e Noilton Jorge Dias

23 HISTÓRIA DA LOCALIDADE DO CABULA COMO COMPONENTE FUNDAMENTAL AO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA **265**
Luciana Conceição de Almeida Martins e Helaine Pereira de Souza

24 PRÁTICAS CULTURAIS E PROTAGONISMO COMUNITÁRIO: possibilidades de convergência entre o candomblé, a capoeira e o turismo de base comunitária **277**
Natalia Coimbra de Sá, Luciano Campos Reis Junior, Ana Paula da Cruz Araújo e Naiara Corôa Xavier

25 AS FESTAS POPULARES: preservando a cultura e memória do Terno de Reis Rosa Menina, Pernambués, Salvador - Bahia, Brasil **295**
Hildete Santos Pita Costa

26 CULTURA COM ARTE, O LEMA DO GRUPO CULTARTE **303**
Francisca de Paula Santos da Silva

SOBRE OS AUTORES **305**

PREFÁCIO

"Um galo sozinho não faz uma manhã..."
João Cabral de Melo Neto

O livro organizado pela professora Francisca de Paula e nossos colegas reúne e apresenta escritos seus e de outros professores, alunos seus e orientandos, além de maduros técnicos da Universidade do Estado da Bahia, em torno a suas experiências de trabalho – algumas já com um largo caminho percorrido.

São professores e técnicos da Universidade vinculados aos Departamentos de Ciências Humanas, Educação, Ciências Exatas e da Terra e outros, que atuam em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como em cursos de pós-graduação *stricto sensu*, nos Programas de Pós-graduação em Educação, Ciências Sociais e outros, ou que estão vinculados a outras e diversas atividades de trabalho. Em comum, a preocupação com o trabalho coletivo, vivido em comum.

Cada um dos capítulos da coletânea nos fala de sua ligação com temas que vão desde rádios comunitárias a cooperativas de construção com materiais inovadores; de trabalhos voltados à construção de micro projetos de desenvolvimento local – com a metodologia da Agenda 21 – em bairros de Salvador, tanto como relatos de experiências em torno às formas de economia solidária, ao fortalecimento de formas de expressão cultural muito caras aos moradores de Salvador e que se vêm arriscadas a desaparecer, ou a novas formas de organização do [micro] poder, em que usuários são também os tomadores de decisão.

Todos eles, portanto, focados na construção de laços de trabalho cooperativo, em comunidades, em que as pessoas discutem faltas e desejos e decidem o que fazer, construindo juntos a igualdade.

A reflexão sobre os textos me levou ao desejo de comentar uma referencia feita em um dos textos sobre o comunalismo, experiência histórica da Inglaterra no início do século XIX depois trazida à América, durante os anos duros da revolução industrial e que eram, inclusive precursores de Marx, que estavam reunidos em torno do pensamento de Robert Owen.

A discussão sobre a vida em comunidade, pelo que sabemos, vem da Igreja Católica primitiva, dos primeiros cristãos. Uma Igreja em organização, reunindo adeptos e sem estabelecer limites de pobreza, condição social, nível de educação, dentre outros, para juntar pessoas e anunciar a boa nova, como se dizia, na intenção de construir um novo mundo. Este desejo é recuperado e rediscutido em muitos momentos da História, por outras igrejas e outras organizações.

Aparentemente, a experiência do Comunalismo – como movimento político vinculado à vida de uma população de trabalhadores e sem ser necessariamente religioso – é iniciado no final do século XIX, em torno a uma experiência de gestão de uma fábrica de tecidos na Inglaterra. Em uma fábrica de tecidos falida é criada uma comunidade, na qual se implantam formas de gestão e de organização do trabalho que teriam possibilitado não apenas a reorganização da produção dos tecidos, como a reorganização da vida dos operários e operárias. Na comunidade formada, o trabalho industrial tem sua Jornada de trabalho reduzida, estabelecido um limite mínimo para o início do trabalho infantil – 10 anos, reorganização da comunidade. O uso da dança, do lúdico, o combate ao uso de álcool entre os operários fazia parte do método de formação e consolidação da comunidade.

O que nos interessa mais de perto, como professora de história da educação, foi a implantação de escolas durante o dia para as crianças, as escolas *progressivas*; primeiras experiências das escolas ativas e do aprender fazendo, que deram início a todo o movimento das escolas dos pragmáticos, ainda na Inglaterra, e dos libertários em geral. Criavam, também, creches para as crianças pequenas e, à noite, escolas para adultos.

O criador se move depois para os EUA; começa a replicar a experiência, com a criação de vários núcleos, dos quais o principal teria sido Nova Harmonia; após uma grande expansão, o movimento se articula com a luta pela abolição da escravidão e por igualdade ente negros e brancos e entre homens e mulheres, passando a ter combate sistemático da imprensa contrária à abolição. Mesmo com o final da guerra de secessão, os conflitos entre brancos e negros nos Estados Unidos têm continuidade; apenas na década de 1960 começam a ter resultados as lutas em favor dos direitos civis, para combater o violento *apartheid* então vigente.

No Brasil, tivemos também tentativas de replicação das comunidades operárias das fábricas de tecidos, das quais, por exemplo, a Escola da Fábrica Empório Industrial, criada por Luis Tarquínio em Salvador, teria sido uma das mais importantes: nela vamos encontrar a vila operária, escola, creche, loja de venda dos tecidos. O estudo da experiência de Luis Tarquínio já começou a ser realizado pelo Grupo Memória da Educação.

Outras teriam sido instaladas em Plataforma, Valença e em outros locais. Estudos sobre elas foram realizados no subúrbio ferroviário de Salvador por ex-alunos do Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade - PPGEduC – Terciana Vidal, Kátia Aguiar e Paulo de Tarso Velanes, os três Mestres em Educação pelo PPGEDUC, ainda no início dos anos 2000, como bolsistas de iniciação científica do Projeto Memória da Educação sob a nossa orientação, com a participação da professora Dra. Denise Laranjeira, hoje na UEFS; e, mais recentemente, Renata Ramos, doutoranda pelo PPGEduC, sob a orientação do professor Dr. Eduardo Nunes.

Segundo os cronistas da experiência do Comunalismo no seu nascedouro, início do século XIX, as medidas de organização comunitária introduzidas por Owen provocaram mudanças na vida dos seus trabalhadores; fortaleceram a sua organização enquanto comunidade e ajudaram no combate à pobreza, ao uso de álcool, a doenças; a forma de trabalho resultou em novas casas, limpas; à prática do cooperativismo. Sobretudo, as escolas teriam tido grandes resultados.

No Brasil, as lutas por escola tomaram, a partir principalmente do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, rumos na direção da afirmação da escola para todos; da escola pública, mantida pelo Estado. Entretanto, desde a Constituinte Nacional de 1934, foram introduzidos elementos de formas de gestão social da escola e do sistema nacional de educação que deveriam ampliar a participação da comunidade escolar na sua gestão; Colegiados Escolares, Conselhos Municipais de Educação e Conselhos Estaduais de Educação, além do Conselho Federal de educação deveriam ter a forma de uma participação na gestão que não ficasse apenas no controle e autorização formais do funcionamento das escolas, mas também funcionassem como órgãos de direção das mesmas, em especial no Caso do Conselho Estadual e dos conselhos municipais, a eles cabendo, no caso da Bahia na Constituição de 1947 – regulada pela Lei Orgânica do Ensino de 1963, inclusive o controle dos recursos do Fundo Estadual de Educação. Esta forma de organização do sistema de ensino na Bahia teve vida efêmera: de 1963 a 1967. Agregam-se a estas propostas, nos anos mais recentes, todas as outras formas de luta por educação nos bairros de Salvador; movimentos de mães por creches, escolas comunitárias e outras. A nossa análise da experiência concreta com a luta por educação pública na Bahia e pelo seu controle e a sua transformação pela presença da comunidade escolar organizada na direção de uma gestão democrática ou democratizada – inclusive com a presença de organizações da sociedade civil dos bairros como maneira de ampliar a participação dos pais nos referidos conselhos – nos apontou o longo caminho a percorrer. A realidade dura das escolas em Salvador, seja nas pequenas escolas dos bairros periféricos seja nas grandes escolas públicas de ensino médio de toda a cidade, centro ou periferia demonstra isto.

Outro aspecto extremamente interessante que é analisado no livro é a multiplicidade de ações culturais que surgem, crescem e se multiplicam nos bairros, na cidade de Salvador. Estas ações vão desde a produção artesanal, com o aproveitamento de material reciclado, à sua exposição e venda; à criação de espaços culturais, onde se produz e expõe objetos de arte; e ao cultivo de atos que são partilhados por toda a cidade. Nos bairros da estão os ternos de reis, o teatro e a dança, os blocos "alternativos" de carnaval, as festas juninas com direito a quadrilhas, licores e fogueiras. Ou organizações como cursos pré-vestibulares para negros e pobres – a Escola Steve Biko, o Quilombo do Cabula, e organizações como a ODEART, que atuam na relação escola–comunidade, educação–arte.

Interessante lembrar como também aí estão, no que estudiosos já chamam de "território cabuleiro", por exemplo, as múltiplas de manifestação de fé, que vão das comunidades de bairro e igrejas católicas e das igrejas de confissão evangélica ou protestantes aos inúmeros terreiros de candomblé, das diversas nações. Danças, comidas, roupas, colares, adereços, flores, tudo configura uma enorme mobilização de trabalho coletivo, de uma produção de arte para garantir a manifestação da fé. É preciso lembrar, ainda, a força e o enraizamento da festa do Dois de Julho nos bairros da Liberdade e todos os demais por onde passam o cortejo – manifestação dos moradores da cidade, que outra vez, a cada ano, fazem a retomada da cidade e a ocupam. Semelhante, o cortejo da Lavagem do Bonfim: resistirão às carroças? E a Mudança do Garcia, ou os blocos – batucadas? "Meu coração não o sabe", como diria o poeta, mas aposta e torce para que sim.

O livro mostra, com grande propriedade, os esforços que fazem os moradores da cidade de Salvador para a garantir a permanência desses saberes, festas, manifestações de fé; um lindo registro disto é a organização de espaço para a guarda dos objetos do Terno de Reis.

Um dos aspectos centrais destes trabalhos de mobilização é canalizado pela discussão sobre o turismo de base comunitária. Menos preocupado com uma "indústria" que, em passado recente resultou em grandes hotéis de luxo ou na transformação de todo um bairro em espaço espetacular ou ainda em complexos hoteleiros à beira mar – todos mobilizando grandes recursos financeiros, e que sofrem com os efeitos da crise – a proposta é de que os moradores da cidade conheçam uns aos outros, ao que é por todos produzido e que pode ser compartilhado.

O livro, portanto, traz à tona e ilumina a vida comunitária e os laços de cooperação que os baianos constroem para si e para seus vizinhos. Mais que oportuna é a discussão sobre as experiências de ação comunitária, a vida efervescente nas comunidades de bairro, trazidas para conhecimento e discussão de todos os membros da comunidade acadêmica. Da Universidade do Estado da Bahia e de toda a Bahia. Saudamos os colegas do Departamento de Ciências Humanas, do Departamento de Educação e os demais participantes da escrita deste livro, não apenas pelo registro dos seus trabalhos, mas pelo compartilhamento deles com todos.

Forma-se, desta maneira, uma grande rede de pesquisadores, uma teia que, articulando grupos diversos, pesquisadores diversos, mostra os laços que esta universidade tem e quer ampliar com a Cidade, nos seus múltiplos espaços e territórios, na direção da construção do novo.

Jaci Maria Ferraz de Menezes

Grupo Memória da Educação na Bahia, DEDC I-PPGEDUC.

APRESENTAÇÃO

Este livro apresenta conhecimentos que foram construídos a partir das inquietações, reflexões e questionamentos sobre o Cabula e entorno e o papel da universidade neste contexto, tendo em vista a proximidade e condições para a realização de atividades de pesquisa, ensino e extensão, favorecendo melhorias para as comunidades dos bairros populares.

A partir da angústia que causava pela falta de diálogo entre a universidade e as comunidades, e entre professores dos diversos colegiados e departamentos, buscou-se conhecimento sobre os projetos que estavam sendo realizados na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) no Cabula, por meio da participação em seminários de pesquisa e extensão, e outros eventos. Com isto, descobriu-se que já vinham sendo realizadas algumas ações como, por exemplo, a assessoria técnica da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/COAPPES/UNEB) à Cooperativa Múltiplas Fontes da Engomadeira (COOFE).

Diante das informações coletadas e das experiências relacionadas à carreira profissional da organizadora deste livro – que desde 1985 vem questionando o modelo do turismo em vigor que, predominantemente, prima pelo enfoque econômico; as práticas insustentáveis do turismo em localidades rurais e urbanas; o alijamento das comunidades no processo de planejamento do turismo; dentre outros aspectos. Acrescenta-se ainda que a pesquisa de doutoramento dela, em 2005, favoreceu a ampliação e aprofundamento sobre as mazelas provocadas pelo turismo ao meio ambiente e às comunidades receptoras – elaborou-se com a ITCP/COAPPES/UNEB, o projeto "Turismo de Base Comunitária na Região do Cabula e Entorno: processo de Incubação de Operadora de Receptivos

Populares Especializada em Roteiros Turísticos Alternativos, Responsáveis, Sustentáveis e Solidários (RTUARSS)", mais conhecido por Turismo de Base Comunitária no Cabula e Entorno - TBC Cabula.

O escopo principal desse projeto é construir com as comunidades do entorno da UNEB, caminhos alternativos para o desenvolvimento local sustentável nos contextos de bairros populares, a partir do turismo de base comunitária e da economia solidária, visando à formação de redes sociais cooperadas. Desde a origem do processo de elaboração deste projeto, adotou-se metodologia participativa sustentada na pesquisa-ação e na praxiologia.

A área delimitada do TBC Cabula compreende os bairros do Arenoso, Beiru/Tancredo Neves, Cabula, Doron, Engomadeira, Estrada das Barreiras, Arraial do Retiro, Fazenda Grande do Retiro, São Gonçalo do Retiro, Mata Escura, Narandiba, Pernambués, Resgate, Saboeiro, Saramandaia, Sussuarana, Sussuarana Velha, Novo Horizonte, que para alguns moradores destes, considera-se a área do antigo Quilombo Cabula. Dada à diversidade cultural e singularidades de alguns bairros como Fazenda Grande do Retiro, foi feito diagnóstico e mapeamento dele em separado do Arraial do Retiro e de São Gonçalo do Retiro, por exemplo.

Assim, com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB); das Pró-Reitorias de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG) e a de Extensão (PROEX); do Mestrado em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional (PGDR); e do Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPE) do Departamento de Ciências Humanas (DCH) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB); do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); dentre outras instituições, vem-se articulando pesquisa, ensino e extensão, de dezembro de 2010 a julho de 2013, por meio de equipe inter e multidisciplinar:

a) pesquisa, por meio de projetos apoiados pela UNEB, FAPESB, CNPq, e programas como o PROET;

b) ensino, portanto, em sala de aula, com atividades nas quais os estudantes de graduação em Turismo e Hotelaria elaboram planos, projetos e roteiros turísticos criativos, inusitados e inéditos, que contemplem os patrimônios material e imaterial de bairros populares da cidade de Salvador-Bahia, Brasil, e

c) extensão, tendo como *locus*, os bairros do Cabula e entorno.

Ressalta-se que essas ações vêm sendo fortalecidas com apoio da UNEB, por meio de bolsas de Monitoria de Ensino e de Extensão, Estágios e Iniciação Científica, e apoio da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/COAPPES/UNEB); da FAPESB, pelo Edital nº 021/2010 que incluiu bolsas de Iniciação Científica Júnior (ICJr), Iniciação Científica (IC), Iniciação em Extensão (IE), Apoio Técnico (AT03) e Pesquisador Local (PL); do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ao financiar bolsas de IC; do Programa de Estudos do Trabalho (PROET), pelo Edital nº 037/2012; e do Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP), da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A partir do apoio dessas instituições, e da parceria com a ITCP/COAPPES/UNEB, constituiu-se uma equipe com voluntários, pesquisadores, técnicos da UNEB e das comunidades; estudantes de ensinos médio e superior; professores e pesquisadores do cursos de graduação em Turismo e Hotelaria, Letras, Comunicação, Direito, Urbanismo, Administração, Educação, *Design*, e de mestrado e doutorado dos Programas de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Local (PGDR), em Educação e Contemporaneidade (PPGEDUC) e Doutorado Multidisciplinar e Multi-institucional em Difusão do Conhecimento (DMMDC).

Essa equipe foi organizada por eixos temáticos nas áreas de: 1] Meio Ambiente, Ecologia Social e Ecoturismo; 2] Políticas Públicas, Desenvolvimento Local e Regional; 3] Educação, Formação e Cidadania; 4] Comunicação Comunitária; 5] Memória, História, Patrimônio e Cultura; 6] Lazer, Esporte e Entretenimento, tendo, recentemente, a colaboração do Núcleo de Atividades Físicas, Esporte e Lazer (NAFEL) vinculado à Pró-Reitoria de Extensão da UNEB; 7] Tecnologias Educativas; 8] Inclusão Sociodigital; 9] Cooperativismo, Economia Solidária, Tecnologia Social e Inovação; 10] Turismo de Base Comunitária; e 11] Território e Espaço Urbano, com a mais recente presença do Grupo de Pesquisa em Engenharia Pública da UNEB. Ampliando-se com os eixos de 12] *Design* e Sustentabilidade, e o de 13] Saúde Coletiva, em parceria com a Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública (EBMSP), em 2013.

Como parte das atividades da equipe, realizou-se: a] estudos e pesquisa de gabinete e de campo, em fontes primárias e secundárias; b] reuniões, encontros, visitas e oficinas nos bairros do entorno da UNEB; c] I Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária (ETBCES), em 6 julho de 2011; II ETBCES, I Mostra de Cultura e Produção Associada ao Turismo e à Economia Solidária (MCPATES) e IV Mostra Cultural Arte no Cotidiano, de 3 a 8 de julho de 2012; e III ETBCES, II MCPATES e I Feira de Meio Ambiente e Saúde, de 10 a 14 de julho de 2013; d] apresentação de trabalhos em eventos científicos locais, regionais, nacionais e internacionais; e] publicação da Cartilha (in)formativa sobre Turismo de Base Comunitária "O ABC do TBC"; f] publicação de artigos em anuários, anais, revistas e capítulos de livros; g] concepção e produção do Portal [www.tbc.uneb.br]; h] elaboração de jogos *Role Play Game* (RPG) para a formação em turismo de base comunitária; i] criação do Núcleo Interdisciplinar e Interinstitucional em Pesquisa e Extensão (NIIPE), com pesquisadores da UNEB e da EBMSP; j] defesa de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) do curso de graduação em Turismo e Hotelaria; de dissertação no Mestrado em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Local (PGDR); k] realização de visitas ao bairro de Pernambués, por turistas, durante três dias, organizada pela comunidade, de 22 a 24 de julho de 2011; do roteiro a Rota da Horta, em 12 de abril de 2013, pela equipe do TBC Cabula; e o roteiro Planeta Comunidade, como parte da programação do III ETBCES, nos bairros de Pernambués e Saramandaia, no dia 13 de julho de 2013; l] participação no roteiro organizado pela comunidade do bairro da Mata Escura, durante o II ETBCES, em 8 de julho de 2012.

Estão sendo realizadas as seguintes atividades:

a] doutoramentos em andamento sobre Quilombo Cabula, Rota dos Quilombos do Urubu e do Cabula, e Rádio *Web*, pelo Doutorado Multidisciplinar e Multiinstitucional em Difusão do Conhecimento (DMMDC); b] formação em turismo de base comunitária no Centro de Educação Profissional da Bahia (CEEP-BA), em parceria com a UNEB, apoiado pelo Edital nº 037/2012 do Programa de Estudos e Trabalho (PROET); c] formação do Grupo de Cultura e Arte (CULTARTE) com artesãos dos bairros da área delimitada pelo projeto, apoiados por professores e alunos do curso de *Design* da UNEB; d] representação de bacharéis em turismo residentes do Beiru, no Grupo de Trabalho (GT) Turismo de Base Comunitária, Economia Solidária e Comércio Local do Fórum Social do Beiru; Pernambués; e Cabula; e] parceria com escolas e colégios do Município de Salvador e do Estado da Bahia localizadas no Cabula e entorno da UNEB com apoio da FAPESB pelos Editais 028/2012 e 029/2012; f] organização de curso de especialização em gestão comunitária do turismo; g] construção de conteúdos digitais sobre turismo de base comunitária; h] dentre outras.

Imagina-se que os leitores indagarão, e quanto às contribuições das comunidades? Já que se trata de um projeto que se propõe a ter práticas com as comunidades e tudo que for construído será de pertencimento público, da coletividade? Responde-se que estas estão em processo, como a organização de roteiros por residentes dos bairros Beiru/T.N., Pernambués, Saramandaia e Mata Escura; postagem de dados e informações pelas comunidades no Portal <www.tbc.uneb.br>, divulgando atrativos, atrações, eventos, dentre outras importantes para visibilidade dos bairros e diálogo direto entre as comunidades, visitantes e turistas; dentre outras. Antecipa-se que, durante as rodas de conversa nas comunidades de março a junho de 2012, foram elaborados, aproximadamente, cem roteiros alternativos, sendo uma média de quatro por bairro, a serem apoderados e empoderados por estas.

Para efeito de organização deste livro, apresenta-se uma coletânea de textos escritos por pesquisadores, estudantes e colaboradores do projeto, e estudiosos sobre o Cabula, políticas públicas e outros temas correlatos às áreas de interesse do TBC Cabula. Alguns dos artigos são oriundos de pesquisas realizadas em âmbitos de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), dissertações e teses; vivências e experiências adquiridas no período de planejamento e execução do projeto TBC Cabula.

Pensa-se que esse contribuirá para a compreensão do Cabula e de outros bairros, dos contextos sociais, políticos e econômicos; da riqueza ambiental demarcada pelas matas, represas, parques, hortos, fauna, flora e outros; da diversidade cultural revelada pela presença de crianças, jovens e adultos em grupos de dança, música e outras manifestações artísticas; e do valor da gente simples e humilde que ainda habita nesta localidade.

Francisca de Paula Santos da Silva

Professora-pesquisadora da UNEB.
Coordenadora do Projeto Turismo de Base Comunitária no Cabula e Entorno.
fcapaula@gmail.com
Salvador, 31 de julho de 2013

1 | PRÁTICAS DE ENSINO EM COERÊNCIA E COMPROMISSO COM A REALIDADE uma questão urgente nos cursos das Ciências Sociais Aplicadas

Miriam Medina-Velasco

Introdução

No âmbito das Instituições de Ensino Superior (IES), especialmente das que desenvolvem cursos de Ciências Sociais Aplicadas, reiteradamente levanta-se a discussão sobre o compromisso, a projeção e o alcance das atividades acadêmicas em relação às demandas da sociedade e, em particular, à problemática das comunidades do entorno no qual se localizam tais instituições.

Entende-se que a discussão sobre o compromisso do ensino superior com a realidade é muito mais pertinente, no caso das IES públicas. Em coerência com isto, as diversas diretrizes das políticas e planos do setor também tendem a assimilar essa importância e tentam promover a integração ou articulação da tríade pesquisa, ensino e extensão. De igual forma, as diversas instâncias institucionais e de fomento buscam promover programas para estimular e valorizar especificamente as denominadas atividades extensionistas. Neste cenário, os programas de capacitação ou educação continuada da esfera

federal, os cursinhos de pré-vestibular, as ações das empresas Junior, os atendimentos jurídicos e da área de saúde, assim como, as atividades dirigidas para a terceira idade, constituem o conjunto de práticas que melhor se projetam às comunidades vizinhas. Estas, pela sua vez, têm maior difusão no âmbito das IES.

Contudo, a partir de uma observação desprevenida das primeiras páginas dos portais eletrônicos de algumas universidades, pode-se verificar que as ações extensionistas não ocupam espaço central nas estratégias de divulgação nos sites acadêmicos. Vale, então, registrar que um dos conteúdos que se apresenta com maior destaque está relacionado com a divulgação dos rankings, nos quais se promove a localização da própria instituição. Ora, sabe-se que justamente este tipo de levantamentos considera variáveis muito mais voltadas para os dados quantitativos sobre as publicações e sua divulgação no âmbito internacional que para a natureza do seu conteúdo, caráter e aplicabilidade e, muito menos, para o grau de compromisso com a transformação da realidade do contexto em que tais IES se localizam.

Por tudo isso, esta abordagem, especialmente construída para contribuir nas reflexões suscitadas pelas ações do Projeto de Turismo de Base Comunitária, tem como objetivo ponderar as possibilidades e potencialidades de fortalecer a articulação da tríade – ensino, pesquisa e extensão - a partir das atividades de ensino. Argumenta-se sobre a importância da interação com a realidade, especialmente no caso dos cursos das Ciências Sociais Aplicadas (CSA) para além da mera assimilação da produção da pesquisa e dos projetos de extensão nos conteúdos dos planos de ensino. Indaga-se sobre as possibilidades de integração da tríade a partir dos conteúdos de ensino, em compromisso com o pensar e formular saídas para a problemática e demandas das comunidades no próprio desenvolvimento dos componentes curriculares, especialmente ao se tratar dos cursos das CSA.

A abordagem parte de dois pressupostos ou entendimentos que se colocam na base da discussão e se assimilam como legítimos, mas sobre os quais não se pretende aprofundar. O primeiro tem relação com o desafio que significa a articulação entre pesquisa, ensino e extensão, ainda nesta segunda década do século XXI, não apenas para docentes e discentes, mas também para os gestores e os diversos agentes que orbitam no mundo acadêmico; o segundo está relacionado com a constatação de que o compromisso com a realidade, principalmente, das comunidades localizadas nas vizinhanças das IES é direcionado, centralizado, focalizado e até delimitado prioritariamente a partir apenas das atividades extensionistas. Pouco ou nada se evidencia como materialização das ações de pesquisa e, menos ainda, como inserção nas atividades de ensino.

Para o desenvolvimento da abordagem aqui proposta, na primeira parte do texto, tomando como base a síntese de alguns importantes pensadores, argumenta-se sobre a importância de atrelar especificamente as atividades de ensino com a realidade do contexto próximo ao local em que se realizam os cursos, com destaque para a importância do desenvolvimento de ações, especialmente quando se trata de áreas relativas às Ciências Sociais Aplicadas (CSA); na segunda parte, levanta-se algumas inquietações que surgem, justamente, na trincheira das práticas do ensino, especialmente nas disciplinas ... do Curso de Urbanismo, e se tecem algumas considerações sobre a projeção desta dinâmica no âmbito do Projeto de Turismo de Base Comunitária desenvolvido no Campus I da UNEB, apontando, como considerações, algumas sugestões concretas que podem contribuir para a discussão de estratégias institucionais.

Ensino Superior e compromisso com a realidade

Pode-se considerar que o Brasil é um país de referência na busca de alternativas pedagógicas que valorizam a relação entre os processos de educação e a realidade. É referência internacional a ampla produção de Paulo Freire e da corrente de pensadores e pedagogos que buscam alternativas na construção de processos de aprendizado emancipatórios. O pensamento freiriano sintetiza um modelo que entende os sujeitos educandos historicamente determinados na sua potencialidade de transformação individual e coletiva (FREIRE, 1988, 2001). Os princípios inerentes a esta prática pedagógica sintetizam um ideário no qual o conhecimento não é transferido para o aluno no papel de estanque, depositário ou receptor. Nesta perspectiva, o conhecimento é resultado de um processo de interação entre sujeitos docentes e discentes, no qual o principal papel do primeiro é estimular o segundo a pensar criticamente, a procurar novos conhecimentos, assim como, a produzir reflexões e sínteses de forma autônoma. A conscientização dos sujeitos que constroem conhecimento é a base para os processos de mobilização, transformação, libertação, emancipação. Também nessa perspectiva, a concepção 'bancária' da educação pode ser superada quando problematizada a realidade e estimulados os educandos como sujeitos sociais com capacidade de entendê-la e transformá-la.

Embora a difusão, solidez e pertinência desse ideário para os países da América Latina, a sua discussão e assimilação parece moda da década de 1970 e ter se petrificado nos textos clássicos restritos às ementas dos cursos de pedagogia. Sua assimilação na práxis do ensino superior parece assunto de militantes e é vista como utopia, fato muito mais frequente e lamentável nos cursos da área das Ciências Sociais Aplicadas (CSA).

Na perspectiva de uma importante pensadora, Arendt (2009), também amplamente referenciada no âmbito das práticas da educação, são três as dimensões da vida humana: labor, trabalho e ação. A primeira relativa às funções biológicas necessárias para a sobrevivência da espécie; a segunda, relacionada com a capacidade de transformar, ... resultado de processos culturais, estas duas primeiras dimensões interdependentes estão vinculadas à vida ativa do homem; e, por último a ação, relacionada com a necessidade do convívio social, vinculada à vida reflexiva, ao aprendizado e à necessidade de aprender a aprender para sobreviver. Na ação o homem se relaciona politicamente e sua vida ativa está vinculada aos assuntos públicos e políticos. Segundo a autora, o homem só adquire a condição humana quando sai do âmbito privado e exerce a vida em sociedade ou a capacidade de transformar e agir. Assim, o esvaziamento do espaço público e da ação política repercute na capacidade de transformação inerente à condição humana.

Importa destacar que estudo especializado (BAIBICH-FARIA, 2009), ao constatar a coerência entre posicionamento político e fundamentação epistemológica, classifica a produção e assimilação dos dois autores referenciados, Freire e Arendt, no conjunto de pensadores que orientam abordagens nas que para além do significado da essência da ação humana e a compreensão da realidade, embasam posicionamentos que validam a proximidade entre o pensar e o fazer, o agir e o saber.

A força da relação entre o fazer e o pensar ou entre a cabeça que planeja e a mão que executa é profundamente justificada por Richard Sennett (2009). Para ele a aparente ambiguidade entre pensamento e ação, concepção e execução, técnica e ciência, arte e artesanato, pode ser mediada pelo engajamento prático, assim como, pelo aprendizado de habilidades e sensibilidades, na permanente relação dialética entre teoria e prática, entre o artífice e seu mundo.

Com base no ideário dos pensadores referenciados podem ser desenvolvidos argumentos para sublinhar a importância de incorporar na práxis ... do ensino o compromisso com a realidade e a assimilação de práticas educativas, em especial na relação educador-educandos em coerência com os princípios divulgados e legitimados nos ambientes de formação acadêmica e nas diretrizes das políticas públicas. Tais argumentos podem ser instigados a partir de dois questionamentos centrais: Qual é o compromisso com a transformação da realidade revelado (necessário ou possível) nos cursos das CSA? Há coerência entre discurso docente e práticas pedagógicas, entre ... princípios das políticas públicas e a interação em sala?

Vale atentar que o cenário das práticas educativas na área das CSA, por exemplo, no caso específico dos cursos do Campus I da UNEB, tais como Administração, Turismo e Hotelaria, Urbanismo, entre outros, está caracterizado pela atuação de docentes, na sua maioria, graduados e especializados nos bacharelados específicos, sem nenhum ou com pouco aprofundamento nas abordagens pedagógicas. As disciplinas de conteúdos epistemológicos e metodológicos, quando cursadas, geralmente na fase das pós-graduações realizadas por tais docentes, constituem requisitos, mas não são o foco central da formação nem da produção acadêmica. Em concomitância, os concursos e a seleção para professores nestas áreas estão muito mais atentos na exigência dos títulos e até de conteúdos e didática em sala, que na verificação das opções epistemológicas, arcabouço metodológico, muito menos nas práticas ou no 'fazer' pedagógico dos docentes.

Não é por acaso que os resultados de pesquisas com discentes do Curso de Turismo e Hotelaria (TORRES, 2012) e com os egressos no curso de Administração (PIRES et al., 2013) apontam as tradicionais críticas aos vazios e inconsistências nas metodologias das disciplinas e, o que é mais lamentável, a falta de compromisso docente na superação destes vazios. Surpreende ainda mais que as sugestões registradas para a melhoria não têm nenhuma novidade, pois estão vinculadas à reconhecida e divulgada necessidade de relacionar teoria e prática, intensificar a realização de atividades experimentais e garantir o contato com a realidade.

Buscando coerência entre discurso e ação

Integrar teoria e prática nos componentes curriculares dos cursos das CSA implica, antes de tudo, considerar como uma ação ou como uma metáfora, a necessidade de olhar em volta da (na) sala de aula e colocar as reflexões para fora do texto. Com base nisto, como um exercício de crítica e autocrítica, inerente e necessário, em coerência com conteúdos e referências de muitos dos componentes

curriculares dos cursos das CSA, nesta parte da abordagem, serão levantadas algumas inquietações. São indagações e não respostas são provocações e não prescrições são reflexões e não fórmulas, pois na sua essência estão marcadas pelos anseios e a utopia de construir, no aqui e agora, alternativas concretas nas práticas educativas dos cursos das CSA.

A construção de práticas educativas que assimilem a importância da realidade e o compromisso com as problemáticas e demandas dos grupos sociais implicaria primeiramente no estabelecimento de uma relação educador- educando, na qual os dois se enxergassem como sujeitos históricos. Cabe indagar então, será que a autonomia tão conhecida, prezada e defendida pelo primeiro sujeito, como parte dos princípios da educação superior, é promovida na interação com os segundos, dentro de sala, na escala individual e coletiva?

Como exercitar a observação do discente na sua condição de sujeito social autônomo carregado de valores, saberes, desejos, projetos e, principalmente, de capacidade criativa e de transformação das realidades nas quais se insere? Entender em toda a profundidade da expressão a formação profissional como processo histórico impregnado, e por isso mesmo, enriquecido de diversidade de saberes, interesses e conflitos, é ainda uma questão a ser resolvida nas atividades de ensino das CSA. Em decorrência disso, em determinados cenários, também ainda é uma utopia falar de relação horizontal entre sujeitos envolvidos no processo educativo, assim como, não é uma prática comum enxergar o educando em desenvolvimento ou em uma de suas fases ou estágios que após ser superado, pode atingir e até ultrapassar a fase na qual se encontra seu educador.

Pleitear uma relação docente-discente, na qual assimilando os princípios dialógicos, possa-se potencializar a construção do conhecimento, implicaria a abertura para um movimento básico, no qual se traz para essa relação o sentido dos conteúdos, em especial dos princípios inseridos no cenário das políticas públicas. Isto porque, por um lado, nas últimas décadas têm se consagrado os princípios democráticos nas diretrizes de planos e programas com os quais lida, direta e indiretamente, um profissional das CSA. Por outro lado, são hoje muitos e altamente acessíveis, os textos de reconhecidos autores sobre democracia participativa e democracia deliberativa que assimilam todo um sistema de categorias e conceitos sobre o assunto. Nesse cenário, será que há suficientes esforços por construir espaços democráticos ou exercitar tais formatos de democracia em sala de aula? E mais especificamente, acontece em sala, o exercício dos tão divulgados princípios instrumentais das políticas públicas, tais como, controle social, governança, empowerment, accountabily?

Há, de fato, por parte dos docentes, uma prática também incorporada pelos discentes que se pode sintetizar como tendência à fragmentação e ao tratamento estanque, tanto dos conteúdos, quanto das etapas do ensino. Aqui cabe registrar um questionamento nada novidoso, porém nada superado. Como materializar a tão discursada interdisciplinaridade em ambientes acadêmicos em que ainda reinam os fluxogramas de currículo de caixinhas, onde cada docente é único e soberano quando decide o 'que fazer' e o 'como fazer' sua prática educativa? Como superar o tedioso ritual de atrelar conteúdos em função das provas? E as provas como instrumento de controle autoritário? É fácil constatar que em função das provas e suas notas, perpetua-se a tradição de começar e acabar semestre. Assim também,

como entender que avaliação é uma etapa que pode dar subsídios e faz parte do processo de mútuo aprendizado construído pelo docente e os discentes?

Nos ambientes acadêmicos fica fácil constatar as dificuldades de estabelecer diálogo entre disciplinas, muito pelo distanciamento físico e prático do trabalho docente, acrescenta-se a isto o ingrediente de burocratização assimilado pelos procedimentos de registros implantados nas IES. Para exemplificar, no caso da UNEB, bastaria perguntar qual é a proporção de tempo que se outorga para preenchimento de cadernetas comparado com aquele disposto para a interação entre docentes das mesmas turmas, a renovação de conteúdos, a experimentação e a inovação de métodos e técnicas? Ou mais especificamente, qual o tempo dedicado à preparação e quais os suportes e recursos disponíveis para a implantação de exercícios práticos, percursos ou visitas, técnicas de observação, contato com a realidade, desenvolvimento e aplicação da criatividade para problemas do aqui e agora?

É nesse contexto que o Projeto de Turismo de Base Comunitária - TBC Cabula, promovido no Cabula e entorno, surge como uma alternativa para que as IES localizadas em sua vizinhança, com seus diversos cursos e, especialmente os cursos das CSA, possam assumir como espaço de pensar e experimentar, analisar, diagnosticar, propor, mudar, transformar e melhorar realidades concretas.

De fato, o processo de trabalho e as experiências registradas nas várias localidades desta área geográfica evidenciam uma caminhada que materializa um processo de articulação interdisciplinar, de buscas metodológicas e, o que é mais importante, de interação com a vida dos habitantes, cidadãos e grupos sociais com suas lógicas, ritmos, linguagens, anseios e interesses.

Embora formatado inicialmente e institucionalizado como atividade de pesquisa e extensão, o projeto está se constituindo em um espaço concreto para instrumentalizar conteúdos para além do texto, associando-os aos contextos e cotidianidade da vida real. De fato, importantes Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) desenvolvidos na área de urbanismo, de turismo, de design, entre outros, têm materializado na UNEB, exemplos de produção do conhecimento com rigorosidade e compromisso acadêmico sobre realidades concretas: Cabula e entorno.

Nessa dinâmica, também começa a se construir uma experiência que tenta assumir tal compromisso em outros componentes curriculares permeáveis para práticas educativas que, não apenas, colocam em contato os formandos com realidades concretas, mas também, e por isso mesmo, outorgam sentido e coerência aos processos educativos nas CSA.

Problematizar a realidade e estimular os formandos, como sujeitos sociais com capacidade de transformação, implica uma interação docente-discente de permanente, mutuo e solidário aprendizado. Implica também, um importante compromisso para ser reivindicado e assimilado nas CSA vinculado à valorização da ação coletiva e do pensar, formular, desenhar, materializar futuros melhores para os problemas e demandas de hoje. Isto pode sintetizar o compromisso com o fazer a essência da ação política no âmbito dos cursos das CSA.

A necessidade de assumir em toda sua essência o papel transformador da educação, no caso dos cursos das CSA, também tem na dinâmica do Projeto de TBC do Cabula e entorno um espaço concreto para fazer acontecer a práxis no processo formativo. O reconhecimento do legado produzido por

discentes e docentes seria um primeiro requisito inclusive para entender que intervenções que envolvem grupos sociais nunca partem do zero, por preliminar que seja sempre há um saber, um arcabouço, um conhecimento acumulado, o da própria comunidade e aquele das diversas tentativas de aproximação, principalmente quando se trata de áreas vizinhas às IES.

Este último assunto mereceria análises e discussões mais profundas, inclusive, haveria necessidade de buscar saídas para novos modelos de interação que contemplem estratégias para lidar com certas práticas viciadas de relação com as comunidades. Tais práticas promovidas, muitas vezes na boa intenção de tentar fazer, constituem assunto de discussão específica, são um dos desafios, inclusive como parte das dinâmicas das políticas e programas entendidas no ciclo de permanente aprendizado.

Está aí a importância e a riqueza de 'botar a mão na massa' para além da nota de uma disciplina, de um período ou de um curso isolado. Acredita-se que se envolvidos e comprometidos docentes, discentes e os segmentos acadêmicos, em uma experiência como a do TBC Cabula, pode-se materializar o divulgado caso das políticas públicas nas que se estabelece uma relação de 'ganha-ganha' entre atores interessados. O laboratório para testar efeitos demonstrativos está aqui, bem perto com todas as suas potencialidades para construir caminhos precursores, com compromisso e rigorosidade acadêmica no desenvolvimento de técnicas, metodologias e produção de conhecimento.

Considerações Finais

É possível e urgente desenvolver práticas de ensino nos cursos das Ciências Sociais Aplicadas em coerência com os conteúdos, princípios e discursos inerentes às diretrizes das políticas, planos e programas hoje instituídos em decorrência dos anseios e mobilizações no âmbito da sociedade brasileira. Assim também, é viável e necessário relacionar os conteúdos em compromisso com a realidade e o contexto próximo. Isto implicaria o compromisso por um fazer pedagógico e a valorização, não apenas dos esforços e buscas individuais e isoladas de docentes e discentes, mas a institucionalização e o fortalecimento das práticas e ações coletivas que aglutinem e promovam as trocas, a interação, o mutuo aprendizado em todas as instâncias da vida acadêmica.

Assim, esta abordagem que surge como uma singela reflexão e busca de diálogo sobre o fazer acadêmico na área das Ciências Sociais Aplicadas, fecha com um convite aos leitores, dentro do âmbito acadêmico, mas principalmente, aos sujeitos que formam parte das comunidades do Cabula e entorno, para construir juntos uma legitima integração da tríade ensino, pesquisa e extensão, dialogando desde e para cada um de nossos papéis, valores, compromissos e atividades, no sentido de fazer acontecer a aproximação entre teoria e prática entre discurso e ação.

A aproximação e interação educando educador no processo de busca, reflexão, construção e transformação da realidade, compromisso inerente às Ciências Sociais Aplicadas é, pela sua vez, motivação e desafio vinculado ao âmbito da vida reflexiva dos sujeitos que, por carregar diversidade de

bagagens e interesses diferenciados, exercitam-se nos assuntos públicos e políticos. No caso dos cursos de CSA de uma IES púbica como a UNEB o campo de experimentação, o laboratório básico – nas várias escalas de intervenção – está em volta, do lado, no entorno de seus campi.

Nesse sentido, justamente para finalizar esta reflexão, cabe apontar duas questões particulares, válidas inclusive para outras IES do perfil da UNEB. Uma primeira, relacionada com o importante compromisso de uma multicampi que carrega o desafio e a possibilidade de articular ações em diversas localidades, não apenas focalizadas na área de educação, mas também com especificidades para os cursos de bacharelado, em especial os cursos das CSA. A segunda, relacionada com a necessidade de destacar especificamente os projetos de extensão na página principal, muito mais importante no caso daqueles que se promovem para as áreas vizinhas dos campi, sob o entendimento que o público-alvo acesse as informações e se enxergue não apenas como objeto de estudo, mas como sujeito de mudança potencializada por uma IES púbica.

Referências

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

BAIBICH-FARIA, Tânia Maria. A dimensão teórica da formação dos formadores em didática e práticas de ensino: influências no pensamento contemporâneo e repercussões nas práticas de formação. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 14, n. 3, 2009.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 18. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PIRES, Regina; MACHADO, Jessé; VELASCO-MEDINA, Miriam. **A prática profissional do administrador**: atuação dos egressos do DCH-I/UNEB. 2013. Relatório preliminar de pesquisa.

SENNETT, Richard. **O artífice**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

TORRES, Hille Peixoto. **Formação superior em Turismo e Hotelaria sob a perspectiva do discente e das práticas pedagógicas**: o caso do curso da UNEB. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Curso de Turismo e Hotelaria, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2012.

2 COOPERATIVISMO POPULAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA, UM PANORAMA DA EXPERIÊNCIA DA ITCP-COAPPES/UNEB

Luciana Luttigards Ribeiro / Maurício Figueiredo Nogueira /
Suely da Silva Guimarães

Introdução

A Economia Solidária está inserida no marco conceitual do pensamento crítico em relação ao modo de produção capitalista e, mesmo considerando que se apresenta ainda enquanto um processo em construção, afirma-se que no seu bojo encontram-se elementos que reafirmam a sua identidade enquanto movimento desestruturante deste modo de produção.

As origens desse pensamento crítico estão diretamente relacionadas com as profundas modificações ocorridas no mundo do trabalho, com o advento da Revolução Industrial, onde as condições de trabalho sofreram uma profunda deterioração e o ambiente na manufatura transformou-se radicalmente. Os trabalhadores artesãos, mestres nos seus ofícios, dominavam todo o processo produtivo, os valores, os tempos gastos, as habilidades necessárias e demais especificidades de cada etapa da confecção de determinado produto e agrupavam-se nas corporações de ofícios, as chamadas *guildas*, que tinham por objetivo a produção e defesa dos interesses dos seus associados. Progressivamente, o

trabalhador passa a executar apenas uma pequena parcela do processo produtivo. O surgimento deste novo espaço fabril, guiado pelos princípios do capitalismo nascente, suprime e subtrai do trabalhador toda uma teia de conhecimentos e saberes passados de geração a geração, desestruturando a cultura relacionada às relações de reciprocidade do ensino/aprendizagem da atividade produtiva, aniquilando a importância dos mestres e aprendizes neste processo. O artesão deixa de ter o controle da sua atividade, bem como a posse dos seus instrumentos de trabalho, e assim, as relações mercantis/capitalistas passam a dominar o cenário sócio-econômico deste período.

As novas máquinas automatizadas, movidas pela tecnologia do motor a vapor aliadas à expulsão do homem do campo, com o inchamento das grandes cidades e um aumento significativo na oferta de trabalho foram decisivas neste processo de substituição das relações estabelecidas nas *guildas*, pelas novas relações de trabalho do espaço fabril, caracterizadas pelo estranhamento do trabalhador em relação ao fruto do seu labor, uma vez que o trabalhador com a acentuação da divisão do trabalho deixa de ter ciência do valor da riqueza por ele produzida.

Na indústria manufatureira as condições de trabalho eram desumanas em termos de salubridade, com jornadas de quinze ou até dezessete horas/dia, e trabalho de crianças menores de 18 anos. Segundo Rique, "[...] o ritmo das máquinas, a rotina e as condições perigosas tornavam o trabalho uma opressão. As fábricas eram escuras, quentes e pouco arejadas. A expectativa de vida da população era de 21 anos" (RIQUE, 1999, s/p).

Essas péssimas condições de trabalho, os baixos salários e a carência de outros recursos como moradia digna, transporte que não existia, os trabalhadores tinham que ir a pé para a fábrica, o que implicava em morar o mais perto possível em habitações superlotadas e sujas, sem saneamento, com sistemas precários de aquecimento e abastecimento de água, incentivaram o aparecimento das primeiras greves e revoltas operárias que, mais tarde, deram origem aos movimentos associativos e de representação da classe trabalhadora.

Assim, nos meados do século XIX, na Europa, mais fortemente na Inglaterra e França, surgiram, simultaneamente, o sindicalismo, o cooperativismo, e o associativismo, movimentos originados das lutas e organizações dos trabalhadores na busca de melhores condições de trabalho e de vida.

Economia Solidária

A economia política tem, por objeto, a reflexão das razões que determinam a distribuição da riqueza produzida socialmente entre os diversos atores/classes sociais envolvidas no processo produtivo. O pressuposto é que a forma como se dá esta distribuição muda ao longo do tempo, e que está diretamente relacionada ao processo como se dá a organização da produção, que é a maneira como os diversos atores participam do processo produtivo.

Considerando a economia como expressão da cultura dos povos nas suas ações de produção, distribuição e uso de bens e serviços ao longo da história e, ainda, como a ciência social que "estuda as formas de comportamento humano resultantes da relação entre as necessidades das pessoas e os recursos disponíveis para satisfazê-las" (disponível em: <http://www.fea.usp.br/conteudo.php?i=202>; acesso em: 8 jul. 2013), concebe-se e deseja um sistema econômico divergente do hegemônico onde a vida é priorizada.

Genealogicamente, a Economia Solidária filia-se à corrente dos socialistas utópicos, notadamente Claude Henri Saint-Simon, Charles Fourier e Robert Owen e os militantes do cooperativismo e do associativismo, a exemplo dos Pioneiros de Rochdale, e traz a autogestão enquanto principio fundante.

Esses pensadores desenvolveram as mais criativas teorias no sentido de defesa dos seus modelos, a exemplo de Charles Fourier que tinha uma visão um tanto cosmológica dos acontecimentos, pensando os falanstérios, grandes construções comunais que refletiriam uma organização harmônica e descentralizada onde cada um trabalharia nos conformes de suas paixões e vocações, enquanto comunidades ideais.

Ressalta-se as contribuições de Robert Owen, industrial inglês, considerado o pai do cooperativismo, por combater o lucro e a concorrência enquanto responsáveis pelas mazelas e injustiças sociais. Investindo em inúmeras iniciativas de organização dos trabalhadores, criou colônias autônomas onde as pessoas associadas produziam e consumiam em comum, remuneradas de acordo com as necessidades buscando-se assegurar a absoluta igualdade de seus componentes.

Quanto a Saint-Simon, a importância e atualidade de suas idéias estão na sua crítica radical aos governantes e ao Estado, que é arbitrário por natureza e pelos abusos que engendra em relação aos trabalhadores, que são os responsáveis pela criação da riqueza social. Ou seja, evidencia por um lado a importância e o valor do trabalho, e por outro a violência e espoliação a qual estão sujeitos os trabalhadores (RUSS, 1991).

Importante registrar a experiência da *Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale* onde vinte e oito tecelões, nesta pequena cidade inglesa, se organizaram e fundaram uma *sociedade cooperativa* e formularam princípios que se tornaram a base de um movimento internacional. Em 1844, inauguraram um armazém, uma cooperativa de consumo, organizado e regido por normas estatutárias com princípios que passaram a ser os fundamentos do cooperativismo e ratificados posteriormente pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI). Vale ressaltar que a maior parte dos *Pioneiros* eram seguidores das idéias de Robert Owen.

Enquanto uma corrente do pensamento crítico, a economia solidária assenta-se num processo produtivo em que a organização da produção esteja fundamentada em processos democráticos autogestionários. Assim, os princípios organizativos dos empreendimentos de economia solidária são: posse coletiva dos meios de produção; gestão democrática por participação direta ou por representação; e distribuição igualitária dos resultados econômicos (SINGER, 2002).

Existem várias correntes de pensamento e ainda continuam surgindo em diversos lugares do mundo, a exemplo de Luís Razeto, no Chile; Paul Israel Singer, no Brasil; José Luis Coraggio, na Argentina;

Jean-Louis Laville, na França; Boaventura Sousa Santos, em Portugal; entre outros, que começam a fundamentar teoricamente conceitos de economia solidária, embora com diferentes denominações. De acordo com Luis Razeto (<http://www.luisrazeto.net/content/centralidade-do-trabalho-e-economia-da-solidariedade>; acesso em: 8 jul. 2013):

> [...] nos últimos anos a busca teórico-prática tem se renovado e intensificado, tanto ao nível do pensamento criativo como da experimentação social concreta de formas econômicas novas, alternativas que apontam na direção do encontro e aperfeiçoamento de outros modos de fazer economia. Tal busca, que tende a priorizar o trabalho em relação ao capital, fazer predominar o espírito solidário sobre o individualista e o homem sobre os produtos e fatores materiais, pode expressar-se sinteticamente nos termos "Centralidade do Trabalho" e "Economia da Solidariedade".
>
> Dizer Centralidade do Trabalho e Economia da Solidariedade é enunciar algo distinto ao que existe como realidade predominante nas economias e sociedades contemporâneas. O distanciamento crítico das estruturas vigentes está muito explícito nas duas formulações. Podemos dizer que este é um projeto ou, ao menos, uma orientação teórico-prática profundamente transformadora.

No seu processo de constituição, a Economia Solidária no Brasil organizou-se por meio do Fórum Brasileiro de Economia Solidaria - FBES, com origem no Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre em janeiro de 2001, com a constituição do Grupo de Trabalho Brasileiro em Economia Solidária, composto por 12 entidades organizadas nacionalmente, entre elas a Rede Universitária de Incubadoras de Cooperativas Populares, da qual a ITCP/UNEB faz parte, que estabeleceu os seguintes princípios gerais: (<http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60>; acesso em: 8 jul. 2013):

E apesar da diversidade de origem e de dinâmica cultural, são pontos de convergência alguns princípios gerais:

1. a valorização social do trabalho humano,
2. a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica,
3. o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia na solidariedade,
4. a busca de uma relação de intercâmbio respeitoso com a natureza, e
5. os valores da cooperação e da solidariedade.

A economia solidária pode ser considerada, assim, um movimento que vem traduzindo a busca por uma sociedade fundada em outras bases – cooperação, solidariedade, vida – numa reação aos

valores vigentes de competição e desumanização das relações hegemônicas que priorizam o lucro como o objetivo último nas relações econômicas, políticas e sociais.

O Cooperativismo Popular e as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

No ideário do movimento cooperativista do século XIX "a cooperação mútua, tomando lugar da competição e da ganância pelo lucro e integrando as instâncias de produção, distribuição e consumo de mercadorias constituiria a base da nova sociedade, mais justa e mais humana, pois não comportaria nem exploradores nem explorados." (LOUREIRO, 1981 *apud* OLIVEIRA, 1998). Entretanto, "[...] a dialética da interação entre o movimento cooperativista e capitalista não só frustrou a proposta de transformação da sociedade, como possibilitou a incorporação do cooperativismo na própria dinâmica da expansão do capital." (OLIVEIRA, 1998, p. 6).

No Brasil, diferente do ocorrido na Europa - onde o seu nascimento esteve diretamente relacionado às lutas da classe trabalhadora:

> [...] o cooperativismo não surgiu de base operária, mas das elites, como política de controle e de intervenção estatal, numa economia predominantemente agro-exportadora, a partir de 1847. ... A revolução de 1930 foi o ponto histórico da virada no apoio às políticas estatais destinadas a promover a industrialização (OLIVEIRA, 1998, p. 6).

Depois de 1930, "enquanto o Ministério do Trabalho iniciava um sistema de previdência social para os trabalhadores urbanos, o Ministério da Agricultura, a fim de ampliar a intervenção do Estado nas formas rurais propunha uma política de cooperativismo." (BENETTI, 1985 *apud* OLIVEIRA, 1998, p. 6).

O surgimento das primeiras cooperativas esteve diretamente relacionado com a visão tradicional do país enquanto um dos grandes celeiros da produção agrícola mundial tendo o Estado brasileiro enquanto fomentador desta política. E, mais grave ainda, a partir das políticas neoliberais do inicio dos anos de 1980, o cooperativismo passa a ser utilizado pelas empresas, no sentido da precarização das relações de trabalho. É deste período o aumento significativo das cooperativas de trabalho, cujo único intuito era possibilitar a terceirização, um dos pilares do neoliberalismo.

Os membros de cooperativas não são assalariados, mas associados autônomos. Não são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, o que possibilita a existência de falsas cooperativas formalizadas por empresários:

> [...] efetivamente, em 2003 se multiplicavam cooperativas de trabalho falsas, formadas por empresários que demitiam seus empregados e os obrigavam a se filiar a uma cooperativa. Essas cooperativas não eram de seus "pseudosócios" (os trabalhadores), mas do empresário. Eram, portanto, falsas, conhecidas como "cooperfraudes" - numa cooperativa autêntica, os cooperados tomam decisões em assembléia. A fiscalização não distinguia "cooperfraudes" de cooperativas autênticas (SINGER, 2012, s/p).

Nessa época, nos meados de 1990, o Brasil passava, também, por uma intensa mobilização política. O sociólogo Herbert de Souza, conhecido por Betinho, envolvido com o *Movimento Pela Ética na Política*, liderava o *Movimento de Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida* com a percepção de que a mitigação da fome, através da distribuição de alimentos, deveria vir acompanhada de ações para geração de trabalho e renda e forma de organização político-social. Neste contexto foi criado o Comitê das Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida – COEP, em 1993, envolvendo empresas, federais e estaduais, fundações e autarquias (<http://www.coepbrasil.org.br/coep20anos/publico/home.aspx>; acesso em: 8 jul. 2013).

O Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ) integrava o COEP e, a partir da provocação de Betinho sobre o papel da universidade pública frente aos altos índices de desemprego vivenciados no país seu diretor à época, Luiz Pinguelli Rosa, propôs uma ação inovadora na extensão universitária:

> [...] para isso, partiu-se de uma nova demanda pública no contexto da Campanha da Ação da Cidadania. Nas palavras de Luiz Pinguelli Rosa, da direção da COPPE:A proposta era incubar, a exemplo do que já fazíamos na COPPE com empresas, projetos que servissem de instrumentos para gerar renda e que absorvessem a tecnologia e o *know-how* disponível na UFRJ (GUIMARÃES, 1998, p.28).

Surgiu, assim, a opção pelo *cooperativismo popular* e estruturada a primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares na COPPE/UFRJ, em 1995, retomando a discussão do cooperativismo autogestionário do século XIX, na universidade. A ITCP-COPPE/UFRJ desenvolveu uma metodologia de incubação de cooperativas populares e difundiu esta tecnologia social para outras universidades do país, articulando os processos de pesquisa, ensino e extensão nas universidades.

A partir da experiência da COPPE/UFRJ foi criado o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares - PRONINC, resultante de uma articulação do COEP envolvendo a Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro/COPPE-UFRJ, a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), a Fundação Banco do Brasil (FBB), o Banco do Brasil, o Programa Universidade Solidária e o Ministério da Agricultura com o objetivo de apoiar a disseminação de experiências geradoras de trabalho e renda, por meio da implantação de incubadoras de cooperativas populares nas universidades, em 1998.

Além da COPPE/UFRJ, a Universidade Federal do Ceará (UFCE), iniciava sua incubadora de cooperativas populares e, com a estruturação do PRONINC, mais quatro universidades foram selecionadas para a criação de suas incubadoras, sendo a UNEB uma delas.

A busca pela troca de experiências para enfrentar os desafios nos processos de incubação dos grupos levou à criação da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares pelas seis ITCPs existentes na UFRJ, UFC, USP, UFPR, UNEB e UFRPE, em 1998, disseminando-se posteriormente por todo Brasil, trazendo a problemática do desemprego, trabalho precário e falta de oportunidade para dentro da discussão acadêmica nas universidades:

> [...] a origem do movimento das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares/ITCPs relaciona-se com o fortalecimento dos movimentos populares e com a inexistência de canais organizados de escoamento das reivindicações deste movimento, relaciona-se também com o debate que então ocorria no meio acadêmico sobre o papel da universidade pública no que diz respeito ao desenvolvimento social, até então pautado pela ênfase na pesquisa e ensino tendo a extensão, quando muito, o papel coadjuvante de disseminação dos conhecimentos produzidos. A organização do Fórum de Pró-Reitores de Extensão, ao final da década de 80, possibilitou uma conceituação mais precisa da Extensão divulgada Plano Nacional de Extensão, em 1999. (VIANNA . 2006, s/p).
>
> A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e Sociedade (PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO, 1999, s/p).

A Incubadora Tecnologia de Cooperativas Populares da Universidade do Estado da Bahia (ITCP/UNEB) foi estruturada em 1998, decorrente de um processo iniciado pelo Programa de Tecnologia da Habitação - THABA, em 1975, no Centro de Pesquisas e Desenvolvimento do Estado da Bahia (CEPED), atualmente um órgão suplementar da UNEB, onde a experiência mostrou à equipe que, embora a moradia digna proporcionasse às pessoas sentimentos de pertencia social, dignidade humana, era necessária a busca pelo trabalho e renda que possibilitasse a essas pessoas, o acesso a outros benefícios, além da moradia.

Em março de 2009, a ITCP/UNEB constituiu-se no Núcleo de Cooperação e Ações em Políticas Públicas e Economia Solidária - COAPPES vinculado à Pró-Reitoria de Extensão - PROEX mediante a aprovação do Conselho Universitário da UNEB/CONSU com as linhas temáticas: incubação de empreendimentos econômicos solidários; tecnologias sociais; cultura, identidade e cidadania; territórios e políticas públicas.

Para a ITCP-COAPPES/UNEB a incubação de empreendimentos econômicos autogestionários é um processo de educação contínuo e, neste sentido, o desenvolvimento de tecnologias sociais como uma etapa a ser buscada a partir das demandas dos grupos e tem norteado as ações da incubadora como fator de contribuição para a autonomia dos mesmos.

Tem como referencial metodológico a construção permanente do saber por meio da interação direta com os grupos incubados e com a realidade social, econômica e cultural em que estão inseridos. Valorizando o indivíduo, sua dignidade e pertencimento social, e à comunidade pelo desenvolvimento local. Os cooperantes são agentes construtores de sua própria formação, norteando o prosseguir das atividades com seus hábitos, crenças, experiências, conhecimentos e expectativas.

Os avanços registrados na gestão da Incubadora têm se verificado na mesma medida em que se desenvolve nos grupos o aprendizado da autogestão. O processo dialético de incubação tem fornecido à equipe, elementos para reflexões constantes e aprimoramento da própria prática de autogestão da ITCP. Os princípios de participação e de decisão coletiva, que fundamentam o cooperativismo popular, norteiam a gestão da própria incubadora que, através da atuação multi e interdisciplinar da equipe junto aos grupos incubados, busca atender às demandas apresentadas.

A ITCP-COAPPES/UNEB desenvolve ações formativas e educacionais em diversos contextos: cooperativas populares, associações, redes como, também no contexto acadêmico com estudantes vinculados aos projetos que se realizam.

O Turismo de Base Comunitária - TBC

No início dos processos de incubação desenvolvidos pela ITCP/UNEB já ficava claro para a equipe a importância do local para se pensar o funcionamento das cooperativas e empreendimentos populares autogestionários:

> O desenvolvimento local deve ser acima de tudo um processo de reconstrução social, que se processe "de baixo para cima", com a participação efetiva dos atores sociais, um processo microssocial da construção coletiva.
>
> Mas, como se define o "local" do qual estamos falando e quais são os seus limites? Bem, compreende-se hoje que o local e seus limites não correspondem a um espaço estritamente geográfico e sim a uma construção social: estão ali envolvidos simultaneamente laços territoriais, econômicos e culturais; o local é dado pela percepção das pessoas quanto ao que é o seu local. Portanto, está fortemente ligado às noções de identidade e pertencimento: ali existem atores, há vida, há um relacionamento de lugar, uma territorialidade presente, socialmente construída e com contornos definíveis pelos atores.
>
> [...] Isto se relaciona com a existência de múltiplas identidades que convivem simultaneamente (além da identidade local) e, sobretudo, com a questão da acessibilidade. Maior acesso ao fluxo de bens, serviços e informações significa estar conectado com espaços mais amplos. [...] quer dizer, as relações de troca com as coletividades mais amplas são necessárias para que as localidades se desenvolvam (UNEB/ITCP, 2002, p. 19).

> A construção de estratégias produtivas adequadas às situações locais origina-se de uma interpretação de desenvolvimento que inclui o território como uma sofisticada rede de interações econômicas e sociais fundadas em construções históricas, culturais e naturais que determinam as possibilidades de desenvolvimento. (UNEB/ ITCP, 2002, p. 20).

No desenvolvimento do projeto *Turismo de Base Comunitária na Região do Cabula e Entorno: processo de incubação de operadora de receptivos populares especializada em roteiros turísticos alternativos* vai ficando clara a possibilidade de evidenciar o local enquanto caminho metodológico para fortalecimento das ações em torno do cooperativismo popular e economia solidária. Pelas suas características intrínsecas, que de acordo com o Ministério do Turismo (2008, p.1):

> [...] turismo de base comunitária é compreendido como um modelo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local, e, principalmente, protagonizado pelas comunidades locais, visando à apropriação por parte dessas dos benefícios advindos da atividade turística.

O TBC possibilita a redescoberta do local enquanto elemento que potencializa a recriação de afetividades identitárias que foram violentadas pelas ações de cunho mercadológico. Estas possibilidades vislumbradas numa ação de TBC vêm, assim, ao encontro das ações e princípios que fundamentam a atuação da ITCP/UNEB, no âmbito da economia solidária.

E, nessa experimentação que a ITCP/COAPPES vem vivenciando para a construção de um processo de produção, distribuição e uso de bens e serviços fundamentados nos princípios da Economia Solidária, fica a provocação: não se deve ter receio dos experimentos, pois afinal os utópicos do século XIX legaram a não ser fascinantes experimentos? Uma das grandes lições dos utópicos foi justamente, a construção permanente, a criação constante.

Nesse sentido, as experiências vivenciadas pela ITCP/UNEB, seja no bairro do Cabula, ou junto aos pescadores artesanais na região de Xique-Xique no submédio São Francisco, demonstram as diversas possibilidades de trabalhar o local concebendo um sistema econômico divergente do hegemônico onde a vida, a cultura, as individualidades, a solidariedade, são priorizadas.

Referências

GUIMARÃES, Gonçalo (Coord.). **Ossos do ofício**: cooperativas populares em cena aberta. Rio de Janeiro: ITCP-COPPE/UFRJ, 1998.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Chamada Pública MTUR n. 001/2008**: apoio às iniciativas de turismo de base comunitária. Brasília, 2008. Disponível: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/convenios_contratos/selecao_projetos/Edital_Chamada_Pxblica_de_Projetos_0012008.pdf 2008>. Acesso em: 8 jul. 2013.

OLIVEIRA, Lúcia Marisy Souza Ribeiro de. **Dois anos em um**: a realidade do cotidiano feminino. Salvador: Secretaria do Trabalho e Ação Social, 1998.

PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO. **Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras**. Rio de Janeiro: Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, nov. 1999.

RAZETO, Luís. **A centralidade do trabalho e a economia da solidariedade**. Disponível em: <http://www.luisrazeto.net/content/centralidade-do-trabalho-e-economia-da-solidariedade>. Acesso em: 8 jul. 2013.

RIQUE, Mônica. Os Pioneiros de Rochdale e os princípios do cooperativismo. In: UNITRABALHO, Programa Integrar:**Integrar cooperativas**. São Paulo: Organização Gonçalo Guimarães, 1999.

RUSS, Jaqueline. **O socialismo utópico**. Tradução Luiz Eduardo de Lima Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1991.(Universidade Hoje).

SINGER, Paul Israel. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Vida nova para as cooperativas de trabalho. **Folha S.Paulo,** São Paulo, 16 jul. 2012. Opinião. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/54751-vida-nova-para-as-cooperativas-de-trabalho.shtml>. Acesso em: 19 jul. 2013.

[UNEB/ITCP] UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. **Estruturação e desenvolvimento de uma incubadora tecnológica de cooperativas populares na UNEB**: relatório final para a FINEP. Salvador, ago. 2002. Disponível em: <http://www.itcp.uneb.br/>. Acesso em: 8 jul. 2013.

VIANNA, Zuzélia. **Incubação de empreendimentos populares auto-gestionários**: um projeto de pesquisa em rede. In: CONGRESSO NACIONAL DA REDE DE ITCPS, 2., 2006, Itamaracá. Disponível em: <http://www.itcp.uneb.br/wp-content/uploads/Artigo_Projeto-de-Pesquisa-em-Rede-_1º-Congresso-da-Rede-de-ITCPs_Itamaracá-dez2006.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2013.

3 ASSOCIATIVISMO, COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA
estratégias criativas para um desenvolvimento humano, econômico e social sustentável

José Cláudio Rocha

Introdução

O presente artigo foi elaborado a partir das investigações e estudos que vêm sendo realizados pelo Grupo de Pesquisa Gestão, Educação e Direitos Humanos (GEDH), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), sobre como estimular e organizar a criatividade para a produção de ideias inovadoras nas organizações brasileiras que favoreçam o desenvolvimento humano, econômico e social sustentável. Em especial, este estudo discute como esse debate se articula com os princípios e metodologias aplicadas pelo projeto de pesquisa e extensão Turismo de Base Comunitária no Cabula e Entorno - TBC Cabula, salvaguardando as singularidades, particularidades e idiossincrasias das comunidades dos bairros onde vem atuando.

Essa discussão vem sendo travada pelo GEDH em dois projetos. O primeiro trata das *Indústrias Criativas* na Bahia, é desenvolvido com apoio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia (SECTI), tem sede no Parque Tecnológico, e trata da implantação de um polo de Indústrias Criativas em nosso estado. O segundo, é chamado de Projeto *CriaAtivos: criando um novo mundo*, desenvolvido no programa de Estudos do Trabalho (PROET), do Departamento de Educação do Campus I - UNEB, com apoio da Superintendência de Educação Profissional (SUPROF), da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, que pretende mapear o perfil econômico, social e educacional dos trabalhadores (as) e mapear arranjos produtivos locais criativos na Região Metropolitana de Salvador (RMS).

Economia Criativa

Economia Criativa, indústrias criativas, territórios criativos, empreendedores criativos, cidades criativas, isto é, nunca se falou tanto em criatividade como nos últimos tempos. Isso está acontecendo porque o mundo mudou, há uma revolução cultural em curso e a criatividade, imaginação e inovação se constituem como importantes ativos econômicos gerando riquezas e trabalho para os países.

A origem desta revolução está naquilo que o sociólogo do trabalho italiano Domenico de Masi apresenta como o ócio criativo. Para Masi (2008), a Economia do ócio ou Economia criativa se afirma no momento em que o progresso tecnológico, o desenvolvimento organizacional, a globalização, os meios de comunicação e informação, a desmaterialização da economia, a escolarização difusa em muitas áreas do mundo, a duplicação da longevidade, assim como uma drástica redução do tempo humano necessário para a produção de bens e serviços têm provocado significativas mudanças no mundo do trabalho e na riqueza das nações (MASI, 2008, p. 10).

Para esse autor, essas mudanças vêm gerando um número crescente de pessoas com tempo livre, prevalecendo nitidamente sobre o tempo absorvido pelo trabalho, e têm representado uma revolução de época, com o nascimento de uma sociedade pós-industrial, comparável a duas outras transformações igualmente decisivas na história humana: a revolução agrícola – que há sete mil anos determinou o surgimento da civilização rural – e a revolução industrial, que no final do século XVIII determinou o advento da produção e do consumo de massa (MASI, 2008, p. 11).

Essa sociedade pós-moderna, também chamada de sociedade do conhecimento, caracteriza-se, portanto, por uma revolução cultural que ainda não se tem a exata dimensão. Para Domenico de Masi, chegou-se a um ponto de inflexão onde, pela primeira vez, o trabalho, o labor não é mais a principal categoria econômica e social.

O tempo livre aumentou graças ao progresso tecnológico, ao desenvolvimento organizacional e à globalização, que resultam na produção de uma quantidade sempre crescente de bens e serviços, como aporte cada vez menor de trabalho humano. Aumentou também, graças à higiene, à alimentação,

à medicina, à farmacologia, à informação e à escolarização, que permitiram que a duração média de nossas vidas fosse duplicada em apenas duas gerações (MASI, 2008, p. 19).

Nesse processo de transformação social e mudança de paradigma emerge uma nova relação social de produção, que se chama de trabalho criativo, que está a reinventar a sociedade contemporânea e exige trabalhadores dedicados em tempo integral a solucionar problemas que exigem ideias inovadoras. O trabalho integral, ou seja, o trabalhador criativo não consegue se desvencilhar das questões relativas ao seu trabalho, como faz o operário da sociedade industrial ao desligar a linha de montagem, já que ele está plenamente integrado as questões que busca resolver. No trabalho criativo o trabalhador fica em estado permanente de alerta em busca das soluções para os problemas, o que muda significativamente a relação com o trabalho. Há uma revolução em curso, a produção e o trabalho estão sendo reinventados e a produção de bens e serviços culturais, bem como o turismo e o esporte, fazem parte dessa revolução (MASI, 2008, p. 15).

Setores da Economia Criativa

O conceito de economia criativa não é totalmente novo, trata-se de um novo olhar sobre a economia da cultura e do entretenimento propiciado, sobretudo, pela revolução digital que tem por base as Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs) que estão mudando a forma como as coisas estão sendo produzidas e consumidas.

Essa discussão surge no cenário internacional no final dos anos 1990 e início dos anos 2000 quando um grupo de economista em diferentes nações percebeu que certos setores da economia como a música, o cinema, o *designer* e outros, vinham apresentando resultados expressivos em relação a setores da economia tradicional.

Perceberam também que com as TICs existiam conexões entre esses diversos setores, relações de produção que articulavam os diversos setores entre si na produção de novos produtos e serviços. Com isso, em 2001 o economista John Howkins publica o livro *The CreativeEconomy – howpeoplemake Money fromideas*, ou Economia Criativa – como ganhar dinheiro com ideias criativas, em que fala sobre uma nova economia fundada na relação entre criatividade, inovação e economia que se combinam para gerar valor e riquezas extraordinários (HOWKINS, 2013).

Em seu livro, Howkins (2013) defende que a economia criativa é um conjunto de atividades produtivas e mercadológicas potencializadas pela capacidade criativa e imaginativa dos indivíduos que possibilita a geração de soluções e produtos em uma determinada área obtendo valor econômico. A economia criativa é composta por áreas que tem como base a inventabilidade para criar produtos e serviços que tenham impacto positivo na sociedade e gerem renda e riqueza para as nações (HOWKINS, 2013).

Desse modo os economistas perceberam que se alguns setores da economia como música, cinema, artes, *designer*, publicidade e propaganda, que figuravam em setores distintos, fossem agregados em um novo setor, ter-se-ia um novo e potente ramo da economia com grande capacidade de gerar empregos e renda, onde a criatividade e a inovação passam a ter uma importância decisiva para o funcionamento do modelo. Ideias geram produtos, serviços e valores materiais e imateriais que passam a ser consumidos em escalas crescentes pela população mundial.

Esse segmento da economia que passou a ser chamado de economia criativa tem por base setores como patrimônio cultural, a exemplo do artesanato, expressão cultural tradicional, festivais, celebrações, *shows* e concertos; artes dramáticas, como música, teatro, dança, ópera, marionetes, circo, dentre outros; edição e mídia impressa, tais como livros, revistas, impressos e outros; audiovisual, o caso de cinema, televisão, rádio e outros; *design* e moda, novas mídias digitais, a exemplo de conteúdo digital, *softwares*, *games* e outros; serviços criativos; e arquitetura, que compreendidas de forma global passam a ter importância para as economias nacionais.

Indústrias Criativas

Para a economia criativa, um segmento importante é o das indústrias criativas. Para os autores Wood Jr. *et al*. (2009), a expressão indústrias criativas surgiu nos anos 1990, primeiramente na Austrália, ganhando depois impulso na Inglaterra, associado ao conceito das políticas públicas de cultura, designa hoje setores nos quais a criatividade e a inovação são dimensões essenciais, destacam-se pela dimensão simbólica de seus produtos e serviços, e compreendem atividades relacionadas ao teatro, cinema, arquitetura, publicidade e propaganda, mercado de artes e antiguidades, *design* de jóias, museus, *softwares*, tevê, e outras atividades vinculadas às tradições culturais.

Nesse prisma as indústrias criativas passaram a ser consideradas aquelas que combinam a criação, a produção e a comercialização de conteúdos que são intangíveis e culturais por natureza, e que são tipicamente protegidos por *copyright*, que é o direito à propriedade intelectual, e tomam formas de bens e serviços (UNESCO, 2013). Para Meleiro (2008), as indústrias criativas podem ser consideradas como uma série de atividades econômicas que combinam as funções de concepção, criação e produção da cultura de modo que a manufatura e a comercialização sejam feitas em larga escala.

Economia Criativa e Economia Solidária

Quando se fala em trabalho criativo, o talento individual tem resolvido muitos problemas e ainda vai resolver muitos outros, mas, inegavelmente, na sociedade pós-industrial são cada vez mais numerosas as atividades de pesquisa cientifica e alianças estratégicas para a inovação que se transformam

em trabalhos de equipe e impõem a integração social. E não existe talento, por mais destacado que seja, capaz de substituir de modo compensador os esforços dos grandes laboratório que desenvolvem hoje a maior parte das atividades cientificas (MASI, 2008, p. 14).

Com isso se quer dizer que a produção e difusão do conhecimento, bem como a ciência, tecnologia e inovação são tarefas sociais coletivas e não individuais. A produção coletiva do conhecimento e inovação é a base para o sucesso nesta nova revolução, a criatividade individual é superada em muito pela criatividade articulada em equipe.

Segundo Adair (2010), a inovação é o segredo para conquistar e manter a liderança em mercados mundiais. Novas ideias, novas maneiras de se fazer as coisas são os principais ingredientes para a manutenção do sucesso no mundo dos negócios e do trabalho, mas a inovação depende de uma modalidade especial de criatividade, que o autor chama de criatividade em equipe. Em síntese conhecimento, criatividade e inovação são hoje em dia os principais ativos de uma economia, sendo a ciência, tecnologia, inovação e a pesquisa os meios para tanto. Inovar significa para Adair criar ou apresentar algo novo, diferente do que já foi visto (ADAIR, 2010, p. 6).

Tudo isso faz da economia criativa um campo fértil para a economia solidária. A economia criativa agrega valor às atividades culturais, turísticas e esportivas, valorizando a diversidade natural e cultural que temos no país, sobretudo, no Nordeste. O Turismo de Base Comunitária, pode a partir do referencial teórico da economia criativa, reinventar novos produtos e serviços tornando-os mais atrativos para a população brasileira e mundial. Arranjos Produtivos Locais (APLs) criativos como o APL do *Hip Hop*, no Rio de Janeiro podem ser mapeados e organizados favorecendo às comunidades um maior retorno cultural e econômicos de seu patrimônio histórico, artístico e cultural. A economia criativa representa, sem a menor dúvida, um novo aporte para esse tipo de serviço.

Associativismo, Cooperativismo e Economia Criativa

Considerando que neste campo a produção coletiva tem mais condições de promover a criatividade e a inovação, iniciativas voltadas para o associativismo e cooperativismo podem ser encorajadas porque representam uma maior chance de sucesso destes empreendimentos.

Como a criatividade envolve pessoas, equipes multidisciplinares em torno de um objetivo, essa nova modalidade de economia se mostra como um setor capaz de agregar muitas pessoas, gerando emprego e renda diferente da indústria tradicional intensiva em capital que produz máquinas, por exemplo. Instituições como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), incubadoras universitárias, entre outros atores podem favorecer projetos dessa natureza, na medida em que projetos coletivos têm mais chance de inovar do que ações isoladas de um empreendedor. Reitera-se, a economia criativa é um espaço privilegiado para o cooperativismo e o associativismo.

Tecnologias Sociais, Diversidade, Cidadania e Direitos Humanos

Uma das questões que se considera da maior importância na discussão da economia e indústrias criativas é a sua relação com a inclusão social, com a proteção da diversidade cultural e natural, com a proteção ambiental e com a afirmação da cidadania e direitos humanos baseada na economia do conhecimento. A criatividade é considerada um bem econômico distribuído igualmente pela humanidade, a diversidade cultural e natural são fatores de diferenciação de produtos para a economia e as indústrias criativas que podem despertar o interesse de consumidores e a possibilidade de geração de emprego e renda dão a esta discussão uma importância maior ao ponto deste tema fazer parte da agenda internacional de desenvolvimento econômico. Segundo a *United Nations Conferenceon Trade and Development* (UNCTAD), ou Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento, a economia criativa é hoje em dia o setor da economia e do comércio mundial que acelera o desenvolvimento sustentável e reduz a pobreza (UNCTAD, 2012).

Considerações Finais

Por todo o exposto, conclui-se que existe uma relação entre a economia criativa e o turismo de base comunitária. Esta relação pode ser explorada para gerar projetos coletivos, que envolvam a criatividade das comunidades e permitam a inovação de produtos e serviços que são vitais para o desenvolvimento nacional. Concomitantemente, estes projetos podem viabilizar a geração de emprego, trabalho e renda para a população, favorecendo a inclusão social e o respeito e preservação da diversidade cultural e natural de nosso país. Acredita-se que as comunidades envolvidas com o TBC, assim como professores e alunos envolvidos com este projeto devem buscar na economia criativa elementos para favorecer o seu trabalho.

Referências

ADAIR, John. **Liderança para a inovação**: como estimular e organizar a criatividade para sua equipe de trabalho produzir ideias inovadoras. São Paulo: Clio, 2010.

HOWKINS, John. **The creative economy**: how people can make money from ideas. São Paulo: Mbooks, 2013.

MASI, Domenico. **A economia do ócio**. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

MELEIRO, Alessandra. **Cinema e política de Estado**: da Embrafilme à ANCINE. São Paulo, Escrituras, 2008.

[UNCTAD] CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO. **Relatório de economia criativa 2010**: economia criativa uma, opção de desenvolvimento. Brasília: Secretaria da Economia Criativa/Minc; São Paulo: Itaú Cultural, 2012.

[UNESCO] UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Creative economy**: Report 2008. New York, 2008. Disponível em <http:www.unesco.org>. Acesso em: jul. 2013.

WOOD Jr., Thomaz; BENDASSOLLI. Pedro F.; KIRSCHBAUM, Charles (Org.). **Indústrias criativas no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2009.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Ana Maria Ferreira Menezes / Maria de Fátima Hanaque Campos

Introdução

Políticas Públicas são diretrizes e procedimentos de ação do poder público e espaço de interlocução com a sociedade. Assim, propõe-se neste artigo uma reflexão sobre as condições para que as políticas públicas possam ser elaboradas de forma que propicie oportunidades de acesso a bens e serviços, dentro de um sistema que beneficie a todos e não apenas aos mais aptos. Isto implica em adotar estratégias de desenvolvimento que assegurem para todos trabalho e qualidade de vida.

Em seguida, trata-se do desenvolvimento com direcionamento estratégico de valorização simultânea dos recursos naturais e, sobretudo, das potencialidades humanas que dependem de fatores socioculturais como saúde, educação, comunicação, direitos e liberdade, que se denomina por desenvolvimento inclusivo.

Uma Reflexão sobre as Políticas Públicas

Concebe-se as políticas públicas através do seu processo de elaboração e implementação e, sobretudo, de seus resultados. Este processo se reveste em formas de exercício do poder político, que envolve a distribuição e redistribuição de poder, bem como o papel do conflito social nos processos de decisão e a repartição de custos e benefícios sociais. O poder é uma relação social que abrange vários atores com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios, sendo assim, há necessidade de mediações sociais e institucionais, para que se possa obter um mínimo de consenso e, assim, as políticas públicas possam ser legitimadas e obter eficácia.

Na perspectiva da relação de poder, observa-se que as políticas públicas são, em sua maioria, elaboradas para atender aos interesses das parcelas da população que detém uma maior correlação de forças. Todavia, se esta situação persiste poderia ocorrer uma implosão social em função da ampliação do número de excluídos. Assim, é necessário que o Estado se volte para políticas de inclusão social.

Nessa perspectiva, a Constituição Federal de 1988, já em seu preâmbulo, institui um Estado Democrático cuja missão é assegurar "[...] o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social" (BRASIL, 2005, p. 5). Em seu artigo no 203, coloca como um dos objetivos da assistência social a promoção da integração ao mercado de trabalho (BRASIL, 2005). Assim, define-se inclusão social como um conjunto de meios e ações que combatem a exclusão aos benefícios da vida em sociedade, provocada pela diferença de classe social, origem geográfica, educação, idade, existência de deficiência ou preconceitos raciais.

Inclusão Social é oferecer aos mais necessitados oportunidades de acesso a bens e serviços, dentro de um sistema que beneficie a todos e não apenas aos mais aptos. A inclusão torna-se viável somente quando, através da participação em ações coletivas, os excluídos são capazes de recuperar sua dignidade e conseguem – além de emprego e renda – acesso à moradia decente, facilidades culturais e serviços sociais como educação e saúde, por exemplo.

Assim, de acordo com Sassaki (2003, p. 2), o paradigma da inclusão social consiste em "tornarmos a sociedade toda um lugar viável para a convivência entre as pessoas de todos os tipos e condições na realização de seus direitos, necessidades e potencialidades".

De acordo com Ignacy Sachs (2004, p. 6):

> [...] enquanto persistirem as abismais diferenças sociais e os níveis de exclusão que conhecemos hoje no Brasil, as políticas sociais compensatórias serão indispensáveis, além da urgência em promover o acesso universal aos serviços sociais de base – educação, saúde, saneamento, moradia. Porém, o emprego e o autoemprego decentes constituem a melhor maneira de atender às necessidades sociais.

Para avançar nessa direção, o Brasil deverá construir uma estratégia de desenvolvimento inclusivo. É necessário que a produção de riquezas caminhe junto com a produção de conhecimentos. Assim, deve-se perseguir, entre outras medidas: a regulação dos investimentos públicos e privados, com base no princípio da harmonização entre eficiência econômica e sustentabilidade ambiental e social; e, a descentralização das políticas e dos investimentos, de modo a permitir a interiorização do desenvolvimento, em prol dos municípios.

Essa estratégia de desenvolvimento não pode estar pautada no chamado núcleo modernizador da economia, posto que este vai gerar pouquíssimos empregos diretos, ou mesmo reduzi-los. Por isto deverão ser aproveitadas ao máximo todas as oportunidades de geração de empregos nos setores da economia nos quais o crescimento puxado pelo emprego é ainda possível.

É dentro desse contexto que se inserem as políticas públicas de inclusão social, particularmente aquelas voltadas para a geração de emprego e renda, que são necessárias para se obter a inclusão social, mas não são suficientes.

As políticas públicas tratam de recursos públicos diretamente ou através de renúncia fiscal/isenções, ou por meio da regulação de relações que envolvem interesses públicos. Elas se realizam num campo extremamente contraditório onde se entrecruzam interesses e visões de mundo conflitantes e onde os limites entre público e privado são de difícil demarcação. Daí a necessidade do debate público, da transparência, da sua elaboração em espaços públicos e não nos gabinetes governamentais. As políticas públicas visam responder a demandas da sociedade, promover o desenvolvimento, criando alternativas de geração de emprego e renda, ampliar e efetivar direitos de cidadania e regular conflitos entre os diversos atores sociais.

Sendo assim, por exemplo, o estado deve garantir serviços públicos de promoção, proteção e recuperação da saúde e adotar políticas econômicas e sociais que melhorem as condições de vida da população evitando o risco do adoecimento (RIBEIRO, 2012, p. 57).

A atividade de avaliação é uma das etapas do processo de planejamento das políticas e programas governamentais. Posto que, gera informações que possibilitam novas escolhas, e analisa resultados que podem sugerir a necessidade de reorientação das ações para o alcance dos objetivos traçados.

Segundo Cunha (2006, p. 3), o crescente interesse dos governos nos estudos de avaliação está relacionado às questões de efetividade, eficiência, *accountability* e desempenho da gestão pública, já que estes estudos constituem-se em ferramenta para gestores, formuladores e implementadores de programas e políticas públicas.

A avaliação permite maior envolvimento dos interessados no ciclo das políticas públicas, isto é, na formulação, implementação e publicização dos resultados de programas e projetos sociais. Ou seja, a avaliação das políticas públicas permite que se tenha uma noção da pobreza e da exclusão social e das possibilidades do desenvolvimento inclusivo.

A saúde depende de uma atitude de defesa da vida, de educação, moradia, alimentação, renda, justiça social e equidade. O estado deve garantir serviços públicos de promoção, proteção e recuperação

da saúde e adotar políticas econômicas e sociais que melhorem as condições de vida da população (RIBEIRO, 2012).

No Brasil, a partir do final do século XX, com o advento do Sistema Único de Saúde (SUS) foi possível acompanhar significativas mudanças no contexto geral das políticas públicas de saúde. Ocorreram grandes transformações desde o que diz respeito a gestão de programas assistencias, até a concepção de cuidado à população que passa a enfatizar as práticas preventivas.

A proposta do Sistema Único de Saúde foi alicerçada em debates internacionais que reconhecia a saúde como resultado de vários fatores como a determinação social do processo saúde adoecimento, integração com políticas sociais e econômicas, participação popular na gestão e controle de serviços e ações de saúde (LOPES, 2009).

A descentralização do SUS pretende propiciar uma maior participação na formulação e implantação dos serviços e ações de saúde entendendo o município como ente federado capaz de proporcionar melhor atenção à saúde da população por estar mais próximo da realidade local e conhecer as prioridades e demandas da população (LOPES, 2009). Neste sistema os municípios têm como atribuição principal a prestação de serviços e ações de saúde, além de controle, avaliação e auditoria dos prestadores de serviços inclusive os privados.

Desenvolvimento Local Inclusivo

Tendo analisado o que vem a ser políticas públicas passa-se agora para a associação entre este conceito e o desenvolvimento. Por desenvolvimento inclusivo, entende-se o modelo desenvolvimentista em que se coloque o crescimento econômico sob as rédeas da justiça social e do equilíbrio ecológico, que disciplina a entrada no processo de mundialização do capital, em função da aferição dos resultados internos à região.

Essa definição de desenvolvimento fica mais clara quando se reporta a uma perspectiva de evolução histórica desta terminologia. Falar em crescimento e desenvolvimento econômicos é o mesmo que pisar num lodaçal, posto que se imagina saber o real significado de cada um deles, mas quando se pretende defini-los percebe-se que as ideias não são tão claras com relação às diferenças que por ventura haja entre os dois conceitos.

O crescimento econômico diz respeito ao aumento da produção de bens e serviços de determinado setor ou de toda a economia de um país, estado ou município, sendo assim, não é difícil imaginar que alguma área pode beneficiar-se de acordo com o seu peso político. Reconhecendo o grau de influência da escolha política sobre a estrutura da economia, o político moderno deveria tomar decisões que a estimule também em longo prazo.

O desenvolvimento, no entanto, é um conjunto de ações fragmentadas contemplando tanto o lado social quanto o econômico. O crescimento deve ser entendido como parte de um processo que

afete todos os setores da sociedade positivamente e não apenas a variação da produção real que é medida através do aumento da mão de obra, pela razão entre poupança e investimento e por último pela tecnologia utilizada na produção de bens e serviços.

O conceito de crescimento deve ser reservado para exprimir a expansão da produção real no quadro de um subconjunto econômico. O crescimento econômico deveria ser acompanhado do bem-estar geral da população afetada e assim gerar desenvolvimento econômico.

O crescimento engendra o desenvolvimento desde que seus frutos prolonguem a vida e melhorem o nível de bem-estar social das populações desfavorecidas. Contudo, não basta fazer com que o crescimento eleve os padrões de saúde e educação da coletividade, também é imprescindível que isso aconteça sem que sejam comprometidos os recursos naturais das sociedades contemporâneas, o que inviabilizaria o desenvolvimento das gerações futuras.

Nos últimos 20 anos, vem se desenvolvendo um enfoque que busca consolidar a saúde como uma das dimensões do desenvolvimento social, onde se considera a influência das condições sociais e a intervenção pública em seu campo.

Atualmente, na sociedade do conhecimento as organizações que se utilizam de forma estratégica de inovações tecnológicas e cientificas fazem investimento nesta área para obtenção de ativos que promovam o crescimento industrial e de inovação tecnológica. Este investimento também possibilita um diferencial no campo da concorrência empresarial. Desta forma, as inovações tecnológicas tornam-se meios de desenvolvimento, domínio e acesso a informações especificas e restritas à determinados grupos sociais.

Para Rocha Neto (2002) a tecnologia não pode ser um conceito neutro, pois gera conflitos de interesse e implicações diferentes sobre grupos sociais distintos. Partindo da ideia da utilização das tecnologias na sua dimensão social busca-se identificar possibilidades e limites destas em processos de indução de desenvolvimento inclusivo. Nesta proposta os usos de tecnologias sociais se adequam pelo modo participativo de construir conhecimentos, tendo em vista resultados efetivos, com a participação de coletividades locais.

Segundo Baumgarten (2006), tecnologia social pode ser uma proposta inovadora de desenvolvimento, propiciando um processo de organização coletivo voltado a demandas e carências concretas em áreas de educação, saúde, meio ambiente, geração de renda, entre outras. "As tecnologias sociais podem aliar saber popular, organização social e conhecimento técnico-científico. Importa essencialmente que sejam efetivas e reaplicáveis, propiciando desenvolvimento social" (BAUMGARTEN, 2006, p. 1).

Assim, o desenvolvimento econômico parece advir da valorização simultânea dos recursos naturais e, sobretudo, a valorização das potencialidades humanas. Segundo Joan Robinson (1961), desenvolvimento deve corresponder à ampliação das possibilidades de escolha: não apenas de modelos de automóvel ou canais de televisão, mas, sobretudo das oportunidades de expansão das potencialidades humanas que dependem de fatores socioculturais, como saúde, educação, comunicação, direitos e – *last but not the least* – liberdade.

Sen (2000) corrobora a opinião de Robinson (1961) ao defender que o desenvolvimento deve ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. O desenvolvimento econômico não deve ter como objetivo final, apenas, a melhoria de variáveis como o crescimento do PIB, aumento da renda per capita, industrialização, avanço tecnológico ou modernização. Estas são variáveis, obviamente, importantíssimas como meios de expandir as liberdades. Mas as liberdades são essencialmente determinadas por saúde, educação e direitos civis. Depreende-se que a área sócio-cultural deve ter papel prioritário no desenvolvimento de um país, estado ou município.

De acordo com Sen (2000), tão importante quanto ter suas necessidades básicas providas, é dispor de condições – meios para funcionar e um conjunto de habilidades, para se obter a satisfação das necessidades humanas. Daí sua noção de desenvolvimento que: "[...] consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente" (SEN, 2000, p. 10).

Desse modo, para este autor, as necessidades básicas devem estar associadas à capacidade de efetivá-las, o que pode ser afetado por fatores como a idade, local de moradia, relações de gênero, entre outros. Efetivar necessidades básicas implica necessariamente em adotar estratégias de desenvolvimento que assegurem trabalho para todos.

É necessário que a produção de riquezas caminhe junto com a produção de conhecimentos. Perseguindo-se, assim, entre outras medidas, a regulação dos investimentos públicos e privados, com base no princípio da harmonização das políticas e dos investimentos, de modo a permitir a interiorização do desenvolvimento. Assim, deve-se perseguir políticas públicas capazes de proporcionar a convivência com as diversidades regionais.

O sucesso econômico de cada país, região ou localidade, passa a depender da capacidade de se especializar naquilo que consiga estabelecer vantagens comparativas efetivas e dinâmicas, decorrentes do seu estoque de atributos e da capacidade local de promoção continuada de sua inovação.

Além dos atributos que possui, o esforço de busca e a luta competitiva, centradas no processo inovativo, vão depender de duas dimensões: da capacidade empresarial em promover pesquisa e desenvolvimento e identificar novos produtos ou processos, que assegurem o sucesso econômico, produtivo e comercial, da empresa; e, da capacidade local de aprender, no sentido de se criar uma atmosfera de transformação e progresso, no que Asheim (*apud* DINIZ, 2000) chamou de *learning regions* ou aprendizado regional, e Keble *et al*. (*apud* DINIZ, 2000) de *collective learning* ou aprendizado coletivo.

Na atualidade, identificada como era do conhecimento e da crescente integração em redes, a região ressurge como *locus* da organização produtiva e da inovação, onde o esforço e o sucesso da pesquisa, da ação institucional, do aprendizado dão-se de forma coletiva através da interação, cooperação e complementaridade imersas no ambiente cultural local, o que é também o resultado do processo histórico cultural.

Desenvolvimento Local

O conceito de desenvolvimento deve estar pautado na valorização simultânea dos recursos naturais e, sobretudo, na valorização das potencialidades humanas. Esse tema, ganhou importância diante da intervenção de novos atores sociais e políticos na reorientação do Estado, na ação de diferentes instituições governamental e não-governamental, na consolidação de políticas públicas que viabilizem demandas locais (MENEZES; CAMPOS; SOUZA, 2012, p. 228).

As mudanças significativas sobre a reorientação do Estado são observadas com a descentralização de recursos e obrigações propostas na constituição de 1988, e a capacidade das prefeituras em atender as demandas sociais. Essas necessitaram inovar, de forma empreendedora, as técnicas de captação de novos recursos para fazer frente às necessidades da população que estavam estreitamente ligadas aos princípios de cidadania cujo conceito está singularmente lidado a noção de equidade, demandada pela sociedade civil. Daí surge exemplos na Bahia como Fundação Cidade Mãe, Projeto Axé, Serviço de Atendimento ao Cidadão - SAC, entre outras em todo o País. Conclui o autor que o esforço empreendedor das administrações municipais em atender ao povo segundo preceitos Carta Magna, estas parecem ter-se limitado a alguns projetos com um viés possivelmente patriarcal, assim, incipientes em sua proposta humanista, pois não parecem ter como foco a autonomia e empoderamento do sujeito (PITOMBO, 2010, p. 43).

O autor ainda considera que ao se falar de cidadania, a mesma "não se dá", se "cria condições para", assim se coloca no sujeito alguma responsabilidade de requerer seus direitos, se instrumentalizando para a obter – de forma autônoma – as informações que deseje nos canais que necessite e possa utilizá-la também para gerar e difundir conhecimento autonomizante e empoderador para sua comunidade.

As referencias locais se dão no dia-a-dia, nas relações pessoais, na mobilidade urbana, no atendimento de necessidades diárias na sua maioria através de trocas, de bens e serviços. Assim, o desenvolvimento local está intrínseco a capacidades humanas e o espaço de convivência, a participação individual e coletiva diante de demandas possibilitem o bem estar da coletividade.

Ao desenvolvimento local pode-se atribuir importância à comunidade o papel de agente e não apenas de beneficiária do desenvolvimento. Nesse sentido, surgem questões fundamentais como incluir a educação, a inovação e empreendedorismo comunitários para o desenvolvimento local.

A educação pode ser vista como um processo amplo, para além dos muros da escola, numa perspectiva humana e emancipadora. Para tal, reportam-se aos fundamentos da educação formal que envolve atividades educacionais organizadas e sistemáticas voltadas para geração de trabalho e renda, expressões culturais, associativismo. Está fortemente ligada ao resgate e valorização histórico-cultural de um grupo e de seu território. Acontece especialmente em espaços sociais e ONGs, podendo também acontecer em outros espaços como associações comunitárias, espaços culturais, centros sociais e entidades do Terceiro Setor Setor (BORGES; BERNARTT, [s./d.]).

As autoras desenvolvem ainda reflexão sobre capital social, desenvolvimento e educação informal, seguindo fundamentos de Putnam (1996) que relaciona esses conceitos para a construção da confiança e cooperação. Muitas formas de capital social surgem através da educação informal, na troca de experiências, no aprendizado sistemático, na difusão de conhecimento através das redes sociais.

A inovação tem sido colocada em foco sob os aspectos econômicos e técnico-científicos, mas faz necessário incluí-lo numa agenda social em contextos locais. Segundo Pitombo (2010) além de ser a Sociedade Civil, sujeito chave de relacionamento com o resultado das inovações tecnológicas, estas devem ser mais bem difundidas para obter eficiência na gestão do conhecimento, pois a tecnologia apenas, não faz inovação ou a criação de novo conhecimento

O desenvolvimento local dentro da globalização, em contexto de rápidas e profundas transformações, sobretudo pelas tecnologias de informação e comunicação, pressupõe segundo Buarque (1999) que atores e sociedade locais se estruturem e se mobilizem, com base nas suas potencialidades e sua matriz cultural, para definir e explorar suas prioridades e especificidades, dentro do intenso jogo competitivo mundial.

O autor considera a globalização um processo complexo e contraditório que demanda e provoca um movimento de uniformização e padronização dos mercados e produtos, mas, por outro lado, com a diversificação e flexibilização das economias e dos mercados locais, cria e reproduz diversidades, decorrentes da interação dos valores globais com os padrões locais, articulando o local ao global.

Seixas (2012, p. 21) trata da economia solidária, enquanto organização econômica, sob variadas formas de organização coletiva de trabalhadores, orientadas para a geração de trabalho e renda, possuindo, entre os seus traços característicos, a gestão autônoma, participativa e democrática, o comprometimento com a autossustentabilidade e a peleja pelo desenvolvimento humano integral. Destacam-se empreendimentos como as associações e cooperativas de trabalhadores rurais e urbanos, produtores de bens e serviços, centrais de comercialização, empresas autogestionárias, cooperativas de crédito, clubes de trocas e o designado comércio justo.

Considerações Finais

Os processos e gestão dos serviços públicos, materializados por Políticas Públicas através de programas e projetos implica em um sistema de cooperação e desenvolvimento de ações compartilhadas entre instâncias governamentais e sociedade civil por meio de redes de serviços de atenção a população nas áreas de saúde, educação, assistência social, segurança etc. A busca pela eficiência no funcionamento dos sistemas locais de políticas publicas se realizam com a responsabilização dos governos municipais que devem perceber diferenças locais para modelos de gestão.

Diante dessa perspectiva, considera-se fundamental a implementação e avaliação de políticas públicas de forma que as instituições públicas possam atender de forma eficiente as necessidades apresentadas pela comunidade local como também possibilitando maior ordenamento recursos públicos.

Assim, promover o desenvolvimento local poderá ser atingido através de ações a serem sistematicamente desenvolvida a partir do diagnostico das principais demandas e prioridades na área de educação, inovação e capital social. Esse processo deverá gerar uma rede de solidariedade e confiança, a qual proporcionara o surgimento de agentes multiplicadores. Essa rede de solidariedade e confiança que promove o capital social possibilitara a ampliação da disseminação do conhecimento o que por sua vez incrementara a produção de riquezas que deve caminhar juntas da gestão do conhecimento para com isto se obter a justiça social.

Referências

BAUMGARTEN, Maíra. **Tecnologias sociais e inovação social**. 2006. Disponível em: <http://www.gpcts.furg.br/DOC%20PDF/TecnologiasSociaiseInovacaoSocialrev06.pdf>. Acesso em: 20 out. 2011.

BORGES, Graziela Scopel; BERNATT, Maria de Lourdes. **Educação e desenvolvimento local**. Disponível em: <http://www.famper.com.br/site/downloads/artigos_pdf/05.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2013

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n. 1/92 a 46/2005 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n. 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, 2005. 86 p.

BUARQUE, Sergio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: MEPF; Incra; IICA, jun. 1999. Disponível em: <http://www.permear.org.br/pastas/documentos/permacultor4/Planeja_DesLocal.PDF>. Acesso em: 28 jul. 2013.

CUNHA, Carla Giane Soares da. **Avaliação de políticas e programas governamentais**: tendências recentes e experiências no Brasil. 2006. Trabalho elaborado durante o curso "The theory and operation of a modern national economy", ministrado na George Washington University, no âmbito do Programa Minerva. Mimeo.

DINIZ, Clélio Campolina. **Global-local**: interdependência e desigualdades ou notas para uma política tecnológica e industrial regionalizada no Brasil. Rio de Janeiro: IE/URFJ, 2000. (Estudos Temáticos, nota técnica 9).

LOPES, Ignes Beatriz Oliveira**. Promoção a saúde**: uma proposta metodológica para o monitoramento e avaliação das ações de incentivo à atividade física em municípios do estado da Bahia. Dissertação (Mestrado em Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2009.

MENEZES, Ana Maria F.; CAMPOS, Maria de Fatima H.; SOUSA, Leliana S. Gestão do conhecimento e capital social: uma proposta metodológica para o desenvolvimento local. In: SOUSA, Leliana S.; SANTOS, Luis Carlos (Org.). **Veredas da gestão do conhecimento**: pesquisa – educação e desenvolvimento local. Salvador: Eduneb, 2012. p. 219-234.

PITOMBO, Arlindo A. **Gestão do conhecimento nos centros digitais de cidadania (CDC)**: uma contribuição para a cidadania no campo. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2010.

RIBEIRO, Josaildes Antunes. **Contribuição da terapia ocupacional em contextos hospitalares em dois grandes hospitais da rede públicas em Salvador**. Dissertação (Mestrado em Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2012.

ROBINSON, Joan. Equilibrium growth models. **The American Economic Review**, v. 51, p. 159-167, june 1961.

ROCHA NETO, Ivan. **Tecnologias sociais**: conceitos & perspectivas. 2002. Disponível em: <http://ieham.org/html/docs/Tecnologias_Sociais_Conceitos_e_perspectivas.pdf>. Acesso em: 20 out. 2011.

SACHS, Ignacy. **Inclusão social pelo trabalho decente**: oportunidades, obstáculos, políticas públicas. Brasília, DF, fev. 2004. Texto para discussão preparado para o Escritório no Brasil da Organização Internacional do Trabalho.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Panorama geral da inclusão social. In: SEMINÁRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE LIMEIRA SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, 1., 2003, Limeira. Limeira, SP: Câmara Municipal de Limeira, 2003.

SEIXAS, Larisse O. **Gestão do conhecimento na Cooperativa de Múltipla Fontes de Engomadeira (COOFE)**: estudo de caso de empreendimento comunitário, cooperativo e solidário. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2012.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

5 CABULA
entre produção do espaço e especulação

Rosali Braga Fernandes / João Soares Pena /
Jamile de Brito Lima

Introdução

Inicia-se este texto trazendo uma abordagem teórica sobre o espaço urbano e os agentes sociais responsáveis por sua produção e reprodução, sobre o espaço, os seus conceitos e as diferenças existentes neles. A partir desse entendimento teórico, parte-se para uma análise do contexto atual da produção do espaço urbano do Cabula, com ênfase no aspecto imobiliário que tem sido marcante nessa área.

Para compreender como se dá o recente crescimento imobiliário no Cabula no bojo da especulação imobiliária e a consequente mudança do padrão habitacional da região, identifica-se algumas variáveis importantes nesse fenômeno, mapeando onde se concentram os mais novos empreendimentos para elucidar a lógica de sua localização.

Este texto é parte de um processo de pesquisa (FERNANDES, 1992, 2003; LIMA, 2010; PENA, 2010) e toma por base uma compreensão geral do processo de especulação imobiliária na cidade de Salvador, especialmente entre os anos de 2000 a 2010, com ênfase sobre o Cabula, considerado por muito tempo como parte da periferia urbana dessa cidade.

O Cabula, integrante do Miolo de Salvador, localiza-se geograficamente em uma área estratégica, entre a BR 324 e a Avenida Luis Viana Filho conhecida por Avenida Paralela e próximo à região do Iguatemi (ver Figura 1).

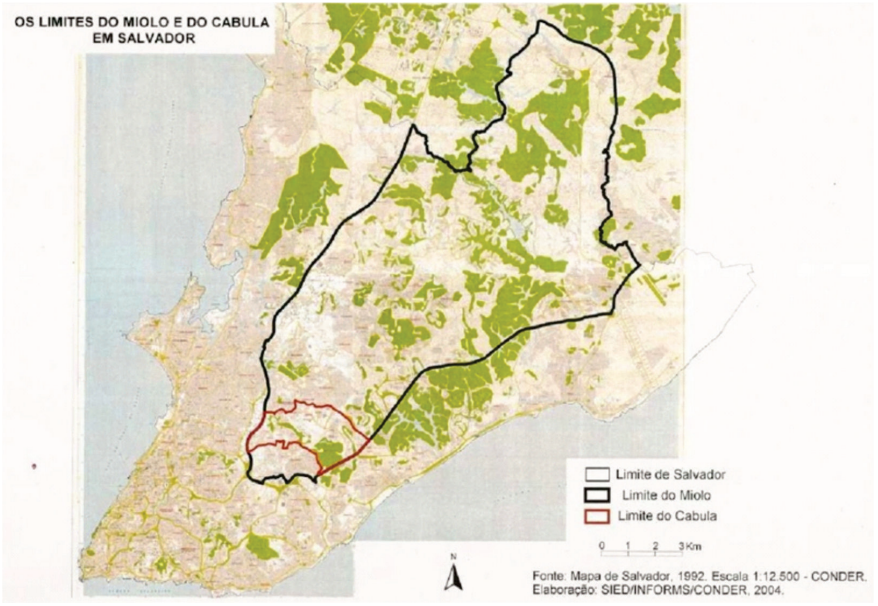


Figura 1 – Limites do Cabula e do miolo em Salvador
Fonte: Acervo pessoal de FERNANDES, R. B.

Utiliza-se, para fins da pesquisa, a proposta de demarcação de Fernandes (1992) para o Cabula, embora se considere também as determinações existentes no atual projeto de delimitação dos bairros de Salvador, no qual o Cabula é dividido em vários bairros: Cabula, Resgate, Saboeiro, Narandiba e Doron (SANTOS *et. al.*, 2010). Por conta da complexidade na questão da delimitação adota-se aqui a denominação região do Cabula, visto que os "novos bairros" possuem estreita relação com o Cabula, influenciando e sendo influenciados por ele.

Para a realização da pesquisa, utiliza-se o método dedutivo, posto que se parte do processo de especulação em termos gerais para, posteriormente, analisar o caso do Cabula. Deste modo, foi possível compreender como se dão a produção do espaço urbano e a especulação imobiliária nessa região.

Espaço urbano: (re)produção e especulação

O espaço urbano é produzido e reproduzido a todo o tempo. Este processo é inerente às cidades, pelo fato delas serem dinâmicas e estarem sempre mudando a fim de atenderem às necessidades de parcelas de sua população. Esse espaço é fragmentado, mas é, ao mesmo tempo, articulado tanto pela infraestrutura urbana quanto pelas relações econômicas, sociais, e outras.

Corrêa (2002) esclarece que o espaço urbano é produzido pelos seguintes agentes: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. É claro que, apesar dessa classificação, muitas vezes um mesmo agente assume distintos papéis. Cada um desses agentes atua conforme estratégias que lhes permitem se apropriar da terra e nela se reproduzir. Na maioria dos casos, o valor de troca se sobrepõe ao valor de uso, podendo este último estar mais ligado aos grupos sociais excluídos.

No detalhamento das atuações dos referentes agentes, Corrêa (2002) afirma que os proprietários dos meios de produção, principalmente os grandes industriais, têm papel importante na organização do espaço urbano. Para a realização de suas atividades, esse agente consome terrenos extensos e baratos, geralmente localizados na periferia da cidade, pois os preços da terra são mais baixos. No entanto as indústrias precisam estar próximas de zonas portuárias, vias férreas e também da malha rodoviária para poderem escoar sua produção.

Já os proprietários fundiários são os agentes detentores do espaço, sobre o qual se dá a produção da cidade. Seu objetivo é retirar a maior renda possível da terra urbana, interessando-lhes que seus terrenos possuam *status* elevados. Neste sentido, a expansão urbana lhes é muito favorável, uma vez que a terra urbana possui valor superior que a rural.

De acordo com Ferreira (1996 *apud* FERNANDES, 2003, p. 250):

> […] *la adquisición de suelo es condición imprescindible para la promoción inmobiliaria y el promotor inmobiliario, como coordinador del processo capitalista de producción inmobiliaria, tiene como función clave adquirir el tereno o asociarse con quien lo tiene.*

Assim, o ponto de partida para as transações sobre o espaço e a produção do mesmo está na propriedade do solo. Daí, entre outros fatores, a importância desse agente, que detém a base concreta inicial de todo o processo.

Segundo Corrêa (2002), os promotores imobiliários são formados pelo conjunto dos agentes que protagonizam a produção e reprodução da cidade, pois são eles que transformam projetos habitacionais em obras concretas. Suas atuações transformam o capital-dinheiro em mercadoria, ou seja, em imóvel, envolvendo o financiamento, estudos técnicos, a construção física do imóvel e sua comercialização. Assim, um conjunto de agentes com funções diferenciadas e em etapas distintas do processo de produção do espaço são denominados promotores imobiliários.

O mesmo autor acrescenta que os promotores imobiliários têm uma estratégia baseada em duas ações basicamente: primeiro eles se dedicam a satisfazer as necessidades da camada solvável da população e depois, com a ajuda do Estado, produzem residências para as camadas mais empobrecidas.

O Estado, por sua vez, age de forma complexa na organização do espaço da cidade, variando temporal e espacialmente. Por um lado, este agente atua na regulação do uso do solo urbano e, por outro, desempenha também o papel de industrial, proprietário fundiário e promotor imobiliário. Ainda, é o foco de reivindicações por parte de movimentos sociais urbanos.

Vale ressaltar que a atuação do Estado não é neutra e equitativa. Como as necessidades sociais são ilimitadas, mas os recursos são limitados, a ação do Estado, marcada pelos conflitos de interesses das diferentes classes, tende a priorizar as necessidades e os interesses da classe dominante.

Como se vive em uma sociedade desigual, o espaço urbano é bastante heterogêneo. Grande parcela da população não tem capacidade de acessar certos bens, como a habitação, o que faz com que muitos residam em áreas precárias e/ou sem infraestrutura. Corrêa (2002) afirma que esses agentes, os grupos sociais excluídos, modulam o espaço urbano principalmente por meio da favela, já que isso ocorre sem a participação dos outros agentes. Só com a evolução dessas ocupações é que o Estado implanta aí alguma infraestrutura.

A atuação de todos os agentes constrói as cidades, ampliando a heterogeneidade de seu espaço, aqui entendido "como construção do homem e não como algo dado" (BRAGA, 2007, p. 69). A atuação desigual desses agentes provoca espaços desiguais no urbano.

Aqui são utilizadas abordagens de Harvey sobre o espaço para explicar a especulação imobiliária no Cabula. Harvey (1980) considera o espaço de três formas, sendo que uma não exclui a outra: espaço absoluto, espaço relativo e espaço relacional. Harvey (1980) define o Espaço Absoluto como o espaço em si mesmo, e segundo o autor: "ele possui então uma estrutura que podemos utilizar para classificar ou para individualizar fenômenos" (HARVEY, 1980, p. 4). O espaço absoluto refere-se às características físicas naturais do solo. Assim, quanto melhores forem as condições do terreno para ocupação maior será seu Valor Absoluto.

Na Figura 2 os terrenos A e B possuem a mesma dimensão, mas o terreno A tem uma topografia acidentada, menos favorável à ocupação, enquanto que o terreno B possui uma superfície totalmente plana, melhor para ocupação. A partir das características físicas, o terreno B tem maior valor para a ocupação. Trata-se, especificamente, do Valor Absoluto.

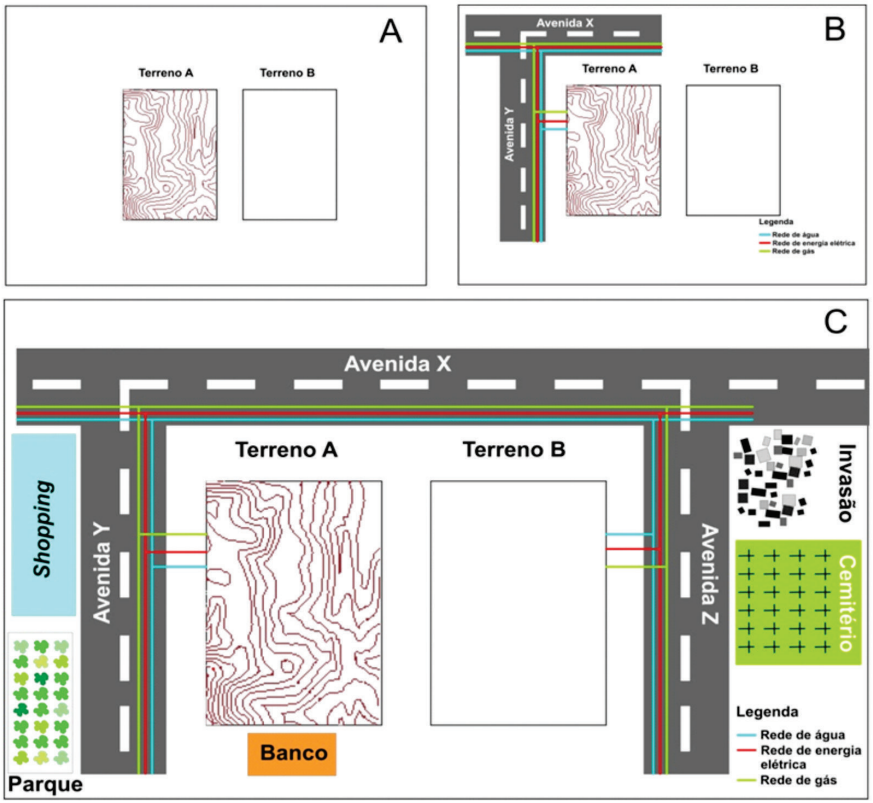


Figura 2 – Espaço absoluto, espaço relativo, espaço relacional
Fonte: Elaborado pelos autores, 2010.

Em seguida, ampliando a análise, considera-se o Espaço Relativo, pois "a caracterização de um espaço relativo propõe que ele deve ser entendido como uma relação entre objetos, a qual existe somente porque os objetos existem e se relacionam" (HARVEY, 1980, p. 4-5). Este está relacionado à conectividade do espaço urbano por meio das diversas redes de serviços: sistema viário, transportes, água, esgotamento sanitário, energia etc. Assim, quanto mais conectado for um terreno, maior será seu Valor Relativo.

Ainda analisando a Figura 2, apesar de o terreno A apresentar-se, inicialmente, em termos absolutos, menos favorável devido as suas características físicas, pelo fato de ele estar conectado ao tecido urbano através das diversas redes e serviços ele passa a ter um valor maior que o terreno B. Em outros termos, o terreno A, devidamente conectado, tem Valor Relativo superior ao terreno B.

Ainda há o Espaço Relacional, considerando-o "como estando contido em objetos, no sentido de que um objeto existe somente na medida em que contém e representa dentro de si próprio as relações

com outros objetos" (HARVEY, 1980, p.5). Este está relacionado à vizinhança e ao *status* do lugar. Então, quanto mais elevado for seu *status* maior será seu Valor Relacional.

Na Figura 2, observa-se no C que ambos os terrenos estão conectados à malha viária. No entanto, é possível notar que no entorno do terreno A foram instalados alguns equipamentos e serviços com certo grau de importância e sofisticação, o que confere ao terreno A um *status* mais elevado e, consequentemente, maior Valor Relacional, que está ligado à vizinhança e aos usos do solo do seu entorno.

Nesse caso, o Valor Relacional supera o Absoluto e o Relativo, pois além das características físicas e de conexão, há agora valores simbólicos de sofisticação. Para a especulação imobiliária este último aspecto é muito importante, sobretudo porque atende aos anseios das classes mais abastadas, que são o foco dos promotores imobiliários.

As diferenças existentes entre as diversas áreas da cidade têm influência sobre a mercantilização do espaço urbano, uma vez que solos mais valorizados tendem a atrair maiores investimentos do capital imobiliário.

Conforme Vieira Júnior (2007), a especulação origina-se no consumo de lugares pelas camadas sociais abastadas, no momento da reprodução de seus modos de vida. Aspectos como qualidade de vida, infraestrutura, localização privilegiada, prestígio social, áreas verdes e itens de lazer, apenas para usar as expressões em voga, são fortemente utilizados, estrategicamente, pelo capital através das propagandas para divulgar novos empreendimentos imobiliários, sobretudo residenciais, nas diversas modalidades midiáticas. Como se verifica adiante, isso acontece em Salvador e também no Cabula.

Nesse sentido, entende-se que a especulação imobiliária é:

> [...] uma forma pela qual os proprietários de terra recebem uma renda transferida dos outros setores produtivos da economia, especialmente através de investimentos públicos na infra-estrutura e serviços urbanos. (CAMPOS FILHO, 1999, p. 48)

Na verdade, não apenas os proprietários fundiários se beneficiam desse processo, mas também outros setores do capital, igualmente, têm vantagens sobre isso.

A atuação do Estado ao implantar infra-estrutura e serviços urbanos em determinada área provoca a elevação de seu valor. Assim, os espaços vazios ai presentes passam a ser alvos dos investimentos dos promotores imobiliários. Saboya (2008) acrescenta que a expansão urbana também contribui para a elevação dos preços dos terrenos. Quando o tecido urbano se expande por meio da construção de conjuntos habitacionais populares ou loteamentos em localidades distantes, como aconteceu em Salvador, a (até então) periferia passa a estar, relativamente, mais próxima do centro, visto que uma área mais distante passa a ser a nova periferia.

Cabula: entendendo seus limites

Segundo Santos et al. (2010), a região onde está localizado o Cabula e, segundo a nova delimitação, outros bairros como Resgate, Saboeiro, Doron e Narandiba, era conhecida por ser uma área com fortes características rurais e por suas plantações de laranjas.

Ainda segundo os autores, essas terras foram, por volta do século XVI, doadas a Antônio de Ataíde e posteriormente arrendadas ao senhor Natal Cascão, que construiu a capela de Nossa Senhora do Resgate, atualmente conhecida como Igreja da Assunção. Nascia, então, um pequeno povoado a partir da ocupação nos arredores dessa igreja.

A partir da década de 1940 esses laranjais foram sendo destruídos por pragas e as fazendas localizadas na área foram loteadas, vendidas ou mesmo invadidas. Foi por volta da década de 1970 que a região do Miolo de Salvador e, consequentemente, a região do Cabula experimentou uma urbanização mais intensa e passou a ser um local atraente para a construção de conjuntos habitacionais.

A expansão deu-se, especialmente, por se tratar de um local onde as terras eram e continuam sendo mais baratas que em outros pontos mais valorizados da capital baiana, porém é alvo de interesse também por conta da sua localização estratégica (ver Figura 1).

Segundo Fernandes (2003) o nome do bairro tem uma origem peculiar:

> [...] *consideramos interesante tratar del significado del* término Cabula que *tienen su origen en el idioma Bantú, hablado en una región que se extiende entre los países Congo - Angola. De acuerdo con Y. Castro el* término significa *misterio, culto (religioso), secreto, escondido y, probablemente ha sido atribuido al sitio, para destacar la existencia de varios quilombos los cualesm a su vez, promocionaron el Candomblé, tan famoso en el Cabula.* (FERNANDES, 2003, p. 165)

Há também outra versão para a origem do termo. Segundo Rego (*apud* Santos *et al*. 201, p. 210):

> [...] o nome deste bairro é de origem africana. Ele afirma que "o termo Cabula vem do *quincongo Kabula*, que além de ser verbo, é nome próprio, personativo feminino e também o nome de um ritmo religioso muito tocado, cantado e dançado, daí o bairro tomar o nome do ritmo frequente naquela área, sendo suas matas utilizadas pelos sacerdotes *quincongos*.

Como já foi dito anteriormente, as áreas que compreendem hoje os bairros do Resgate, Saboeiro, Doron e Narandiba possuem historicamente uma estreita ligação com a área do bairro do Cabula. Eram pertencentes a uma região basicamente rural.

Antes de discutir-se com aprofundamento as delimitações do Bairro do Cabula, vale conceituar bairro. Como não havia um conceito formulado capaz de explicar o que vem a ser essa unidade territorial popularmente denominada como bairro, Lima (2010, p. 24) tomou como conceito a seguinte formulação:

> [...] unidade espacial, componente do espaço urbano, conectado ao tecido urbano através de vias de acesso, [geralmente] espontaneamente constituído, que possui em sua área oferta de serviços básicos de educação, transporte, saúde e comércio de primeira necessidade (padarias, pequenos mercados, pequenas lojas), e que possui uma população consciente da sua condição de pertencimento a este. (LIMA, 2010, p. 24)

Segundo Garibalde Alves Gonzaga (*apud* Santos *et al*. 2010, p. 166), o Resgate era uma localidade situada nas proximidades de fazendas:

> [...] aqui era terrível, tinha uma cerca de arame farpado na frente e pouquíssimas casas; no inverno era muita lama, no verão muita poeira. Onde hoje é o fim de linha, era a Fazenda Coqueiro, no início do bairro, era a Fazenda Santo Antonio.

De acordo com os autores supracitados, o bairro do Saboeiro era também uma localidade rural e passou a modificar o seu uso após a chegada da Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco (CHESF). A origem do nome da localidade possui duas versões:

> Há quem afirme que o nome do bairro é devido à existência de uma fábrica de sabão no local. Oliveira discorda dessa versão e insiste que nunca houve fábrica na região do Saboeiro. Ela explica que este topônimo existe desde o século XIX em razão da presença de gias nas inúmeras lagoas da região. Elas escondiam seus ovos com uma camada grande de espuma que elas próprias produziam. Assim, quando as pessoas seguiam na direção destas lagoas costumavam dizer "*vou no Saboeiro*. (SANTOS *et al*., 2010, p. 212).

Para Santos *et al*. (2010), o Doron surgiu em 1980 a partir da construção de um conjunto habitacional pela antiga Habitação e Urbanização do Estado da Bahia S/A - URBIS. Ailton Ferreira (*apud* SANTOS *et al*. 2010, p. 206) aponta uma curiosidade a respeito do local:

> [...] por volta de 1982, o Doron era visto como um conjunto de prédios baixos. Cercados de árvores por todos os lados, mais parecia uma cidadezinha do interior, com casas, umas sobre as outras. Nas cercanias, algumas poucas barracas improvisadas abasteciam os moradores e transeuntes.

Conforme os autores anteriormente citados, a área conhecida hoje por Narandiba se desenvolveu no entorno do que seria inicialmente o rio Narandiba, que depois foi represado e posteriormente

aterrado. Nas suas terras foram cultivadas hortas. Conforme Consuelo Pondé de Sena (*apud* SANTOS *et al*. 2010, p. 208), o nome do local tem grande relação com o cultivo das famosas laranjas já citadas anteriormente:

> Narandiba é um termo híbrido, formado por elemento de línguas diversas. Como os índios tupi não pronunciavam o fonema L, chamavam a laranja de narã. Narã, como assinala Teodoro Sampaio, é uma adaptação da palavra laranja. O final diba é o mesmo tyba, significa muitos, em grande quantidade, logo laranjal, ou seja, lugar de muitos pés de laranja.

Todos esses locais, hoje levados à condição de bairros, possuem uma íntima ligação, seja pela origem da ocupação, seja pela história. Era bastante lógico que eles fossem agrupados em um único bairro, afinal possuem características muito semelhantes.

Em 1992, para que fosse possível dar continuidade à análise do Cabula, Fernandes (1992), propôs uma poligonal de delimitação para esta área, definindo assim a sua área de estudos e por consequência os limites do bairro.

Para chegar a uma conclusão Fernandes (1992) adotou o que chama de duas exigências básicas para essa definição: considerar, na medida do possível, a noção comunitária do que vem a constituir o Cabula e não desrespeitar as atuais divisões oficiais: Zona de Informação (ZI) e Região Administrativa (RA). Dessa forma, a autora destacou nas margens da Rua Silveira Martins (principal via do Cabula) algumas ZIs que constituíam a RA XI (Cabula). Dentro dessas ZIs destacou os setores censitários que possuíam ligação com o Cabula.

A delimitação oficial de bairros que Salvador possuía, antes da que tramita hoje, foi realizada em 1960, quando Salvador tinha cerca de 630 mil habitantes (BRITO, 2005, p. 51). No entanto, essa delimitação deixou algumas lacunas em várias áreas da cidade (ver Figura 3). A área, hoje conhecida como Miolo de Salvador, não fora alvo de subdivisões, provavelmente por sua baixa densidade demográfica e também pelo baixo poder aquisitivo dos que ali residiam.

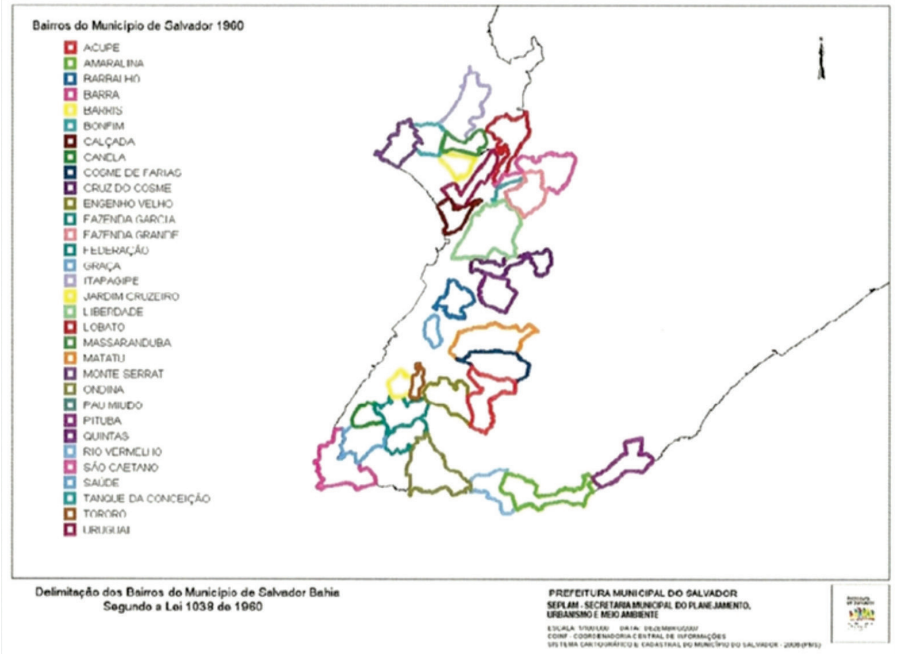


Figura 3 – Delimitação dos bairros de Salvador em 1960
Fonte: Prefeitura Municipal de Salvador/SMA.

Diante da atual situação referente à impossibilidade de compatibilização de informações que dificulta até o poder público na proposição e execução de projetos, fez-se necessário propor um projeto para delimitar os bairros da capital baiana. Apesar de já estar concluído, o trabalho ainda não se tornou lei, pois ainda terá que passar por aprovação na Câmara de Vereadores para que, então, a lei seja sancionada.

Na atual delimitação de bairros de Salvador, ao contrário da que foi realizada em 1960, toda a cidade está contemplada. Muitas áreas da cidade, hoje consolidadas, se tornaram bairros. Uma dessas áreas que se consolidaram dentro do cenário soteropolitano foi o Cabula.

Que muitas áreas cresceram em termos populacionais e em oferta de serviços são fatos que não podem e nem devem ser negados. Entretanto, será que localidades onde foram construídos alguns conjuntos ou até um único conjunto habitacional podem ser elevadas à categoria de bairro?

O Cabula delimitado por Fernandes (1992) compreende tanto a área do atual Cabula como a área destes outros bairros já citados (ver Figura 4). Mesmo desvinculando essas áreas do que seria o Cabula, o bairro ainda continua com uma grande área territorial, grande parte dela formada pelo 19º Batalhão de Caçadores (19º BC).

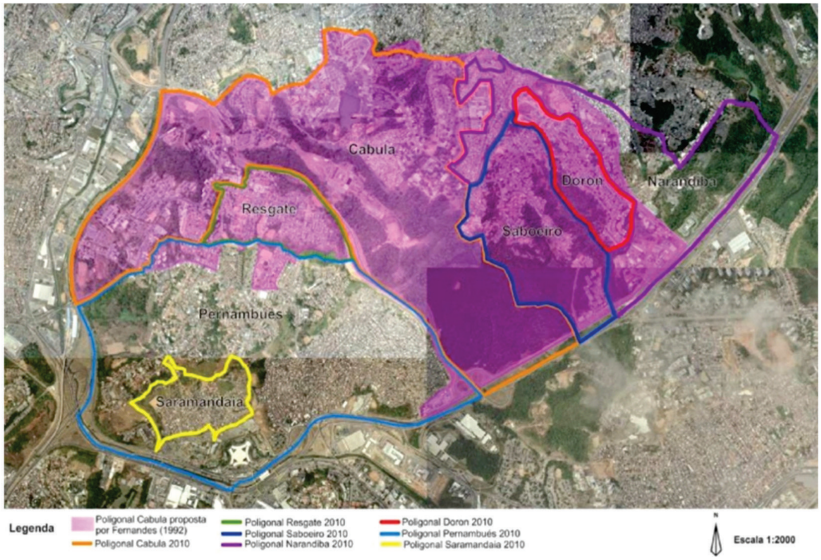


Figura 4 – Delimitação do Cabula
Fonte: Lima, 2010.

O questionamento que se faz a essa subdivisão está diretamente ligado ao respeito dos próprios critérios apontados como ideais para a delimitação dos bairros, baseados no sentimento de pertencimento (obrigatório) e na existência de equipamentos, e também se esses são os melhores critérios a serem adotados.

Dentro dessa configuração o Doron e o Resgate são emblemáticos. O Doron é um conjunto habitacional, o maior construído na região do Cabula e justamente por possuir uma grande quantidade de unidades habitacionais atraiu serviços como pequenos comércios, e houve a necessidade também de implantação de escola e unidade básica de saúde, por parte do poder público, nas imediações do conjunto. O Resgate, por sua vez, é constituído por uma "rua sem saída" e nas suas margens foram construídos alguns conjuntos com um padrão construtivo melhor e voltados para uma faixa de renda maior que os construídos nas outras áreas do Cabula.

Esses locais, assim como Narandiba e Saboeiro, poderiam ser denominados de localidades do bairro do Cabula. Essa categoria está prevista na nova proposta de delimitação de bairros e se enquadra nessas áreas.

A partir desse panorama a respeito da delimitação do bairro do Cabula e dos questionamentos colocados sobre a atual definição do bairro, considera-se a região formada pelos bairros do Cabula, Doron, Resgate, Narandiba e Saboeiro, pois favorece a construção de uma análise mais rica para este trabalho, pois as áreas integrantes possuem limites próximos e áreas correlatas.

O Cabula sob a ótica da habitação

Como dito anteriormente, é a partir dos anos 1960 que Salvador começa a passar por uma expansão mais significativa, sobretudo devido aos loteamentos realizados e a construção de inúmeros conjuntos habitacionais populares por parte do Estado. O Cabula foi uma das áreas onde isso aconteceu.

Formado inicialmente por ocupação agrícola e caracterizado pelas numerosas chácaras onde se cultivava laranja, o Cabula começou a sofrer alterações já nos anos 1950, sendo que foi em 1965-1966 que aconteceu a abertura da Rua Silveira Martins, principal eixo viário desta região. (FERNANDES, 2003) A partir dos anos 1970 o Cabula passou a abrigar diversos serviços públicos e privados, como hospitais, escolas, universidades, um grande supermercado, bancos, etc. A localização de tais empreendimentos resume-se ao eixo de cumeada, Rua Silveira Martins, a Avenida Edgard Santos, a Avenida Paralela e o entorno delas.

O fato de o Cabula possuir infraestrutura e serviços urbanos, impulsionou aí o crescimento habitacional. O Estado construiu nessa região diversos conjuntos habitacionais, os quais passaram a ser uma das principais características do Cabula. São conjuntos populares e extensos. O Doron, por exemplo, foi construído pela Habitação e Urbanização da Bahia (URBIS) e tem 1.288 unidades.

Segundo levantamento realizado por Fernandes (2003), entre 1976 e 2000 foram construídos 34 conjuntos habitacionais/condomínios no Cabula, totalizando 9.935 unidades residenciais. Tais empreendimentos eram principalmente voltados às classes média e baixa, com rendas reais entre 3 e 5 salários mínimos no caso dos construídos pela URBIS e rendas entre 5 a 10 salários mínimos quando se tratava de empreendimentos feitos pelo Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP) e daí em diante de competência da Caixa Econômica Federal (CEF).

Até 1999 a categoria residencial que caracterizava o Cabula eram esses grandes conjuntos habitacionais construídos pela URBIS e pelo Instituto de Orientação Cooperativas Habitacionais da Bahia (INOCOOP), de caráter popular, diferenciando essa região do restante da cidade de Salvador (FERNANDES, 2003). Todavia, essa realidade começou a sofrer alterações mais acentuadas após o ano 2000, quando vários condomínios foram e estão construídos nesse local com uma tipologia habitacional diferente da adotada pelos órgãos anteriormente citados.

O crescimento imobiliário no Cabula não se configura como um fato isolado, visto que a cidade de Salvador também passa por um incremento habitacional. A produção de moradias se dá de forma distinta nas diversas áreas da cidade. Assim, há locais em que o público-alvo é de camadas abastadas em áreas como o Horto Florestal, Pituaçu, Patamares, Greenville, Alphaville, mas também há interesse em atingir outro segmento, que é a classe média, cujas áreas são, por exemplo, Cabula, Brotas, Vila Laura, Costa Azul (PENA, 2010).

O novo cenário do Cabula

Na primeira década do século XXI o Cabula começou a experimentar outro modelo de moradia, seguindo a tendência mundial e soteropolitana, caracterizado pela verticalização imobiliária e a construção de condomínios fechados. Essa região, onde antes havia conjuntos habitacionais horizontalmente extensos, passou a abrigar empreendimentos residenciais com gabaritos bastante elevados que alcançam 24 andares.

Com relação a esse aspecto, é importante assinalar que "a verticalização 'segue' a valorização dos terrenos, ou seja, a verticalização aparece em áreas bem equipadas em infra-estrutura e acessibilidade" (SOUZA, 1994, p. 164 *apud* PENA, 2010, p. 34). Considerando a situação da região em questão, isto ocorre nos eixos com os mais elevados Valores Relativos e Relacionais.

A partir da análise da verticalização na cidade de São Paulo, Souza (1994 *apud* PENA, 2010) traz uma explicação que contribui para a compreensão desse aspecto no Cabula no contexto de Salvador:

> O que foi realmente observado confirma a verticalização nas áreas mais valorizadas da cidade, primeiro seguindo a direção determinada pelo deslocamento e expansão do local de moradia da classe dominante [...] e num segundo momento tomando as áreas de "expansão" da classe média. (SOUZA, 1994, p. 170 *apud* PENA, 2010, p. 35)

Em Salvador, a verticalização estava presente, basicamente, nas áreas do Centro e seu entorno e em áreas com alto *status*, que juntas somam uma pequena parte da cidade. No entanto, isso vem alcançando também o Cabula, área tida como periférica.

De acordo com Pena (2010), esses novos empreendimentos, a partir do ano 2000, somados totalizavam, até os lançados do ano de 2010, em 23 condomínios, os quais resultavam em 3.224 imóveis que ocupam terrenos que estavam vazios até então, seguindo a lógica especulativa como foi visto anteriormente. Assim, os proprietários fundiários beneficiam-se da consolidação da área, dos investimentos oriundos do poder público e da oferta de serviços, aspectos que contribuíram para a elevação do valor do espaço urbano e impulsionaram a busca por esse local.

Os condomínios que têm sido construídos apresentam outras características diferentes dos conjuntos habitacionais mais antigos além da quantidade de pavimentos: os chamados itens de lazer e a estética dos edifícios que se assemelha à encontrada em áreas da cidade historicamente mais valorizadas, como é o caso da Pituba.

Vale ressaltar que o perfil dos compradores mudou. Observa-se também que uma parcela significativa das pessoas que adquirem esses novos imóveis é da região do Cabula e seu entorno imediato. Acontece, então, uma espécie de mobilidade social interna, uma vez que, com a elevação da renda familiar, busca-se um imóvel mais novo, mais moderno e, por consequência, mais caro. Outro fator relevante é que essas pessoas já conhecem essa área e possuem vínculos sociais aí, o que contribui para a decisão em permanecer no Cabula.

Segundo Marcos Vieira Lima, da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário da Bahia (ADEMI-BA), a renda familiar média de quem adquire esses novos empreendimentos varia entre 10 e 15 salários mínimos. Isso representa uma grande mudança no perfil socioeconômico da população do Cabula.

A localização dos novos empreendimentos é estratégica. Eles estão situados nas vias que possuem os mais elevados Valores Relativos e Relacionais da região, visto que são as áreas que concentram as melhores infraestruturas e serviços (ver Figura 5).

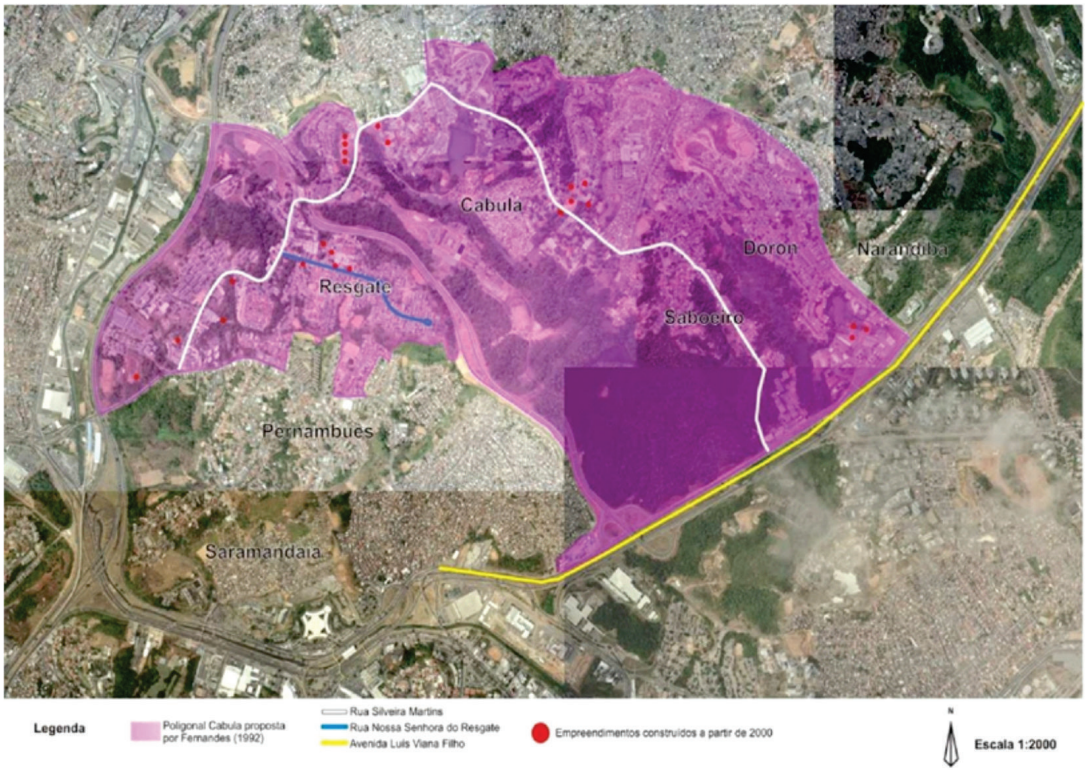


Figura 5 – Novos empreendimentos construídos na região do Cabula a partir de 2000
Fonte: Lima, 2010.

É importante também mencionar que ultimamente os promotores imobiliários têm utilizado a existência de uma reserva de Mata Atlântica no Cabula para agregar valor aos seus empreendimentos. Isto acontece na cidade de maneira geral, já que os empreendimentos estão acompanhados de uma publicidade pujante em diversas modalidades midiáticas que disseminam "questões simbólicas e subjetivas relacionadas ao lugar e ao indivíduo" (VIEIRA JÚNIOR, 2007, p. 28). Percebe-se também o

apelo à natureza quando as propagandas informam que há um parque, uma área verde e outros recursos naturais, nas proximidades ou dentro do próprio empreendimento.

É interessante notar que o Cabula, cuja história de ocupação urbana é marcada pela segregação socioespacial, está atualmente na rota do mercado imobiliário especulativo. Além disso, a região tem sido procurada para locação de imóveis. Segundo matéria do jornal Correio, o Cabula está entre os lugares mais procurados de Salvador para aluguel de imóveis, onde há até fila de espera. De acordo com a matéria, o Cabula está em 5º lugar, atrás apenas de Canela, Graça, Itaigara e Cidade Jardim.

Até então, considerada periferia urbana da cidade, vale ressaltar que esta condição vem sofrendo alterações, haja vista a elevação do Valor Relacional do Cabula no contexto da cidade de Salvador.

Considerações Finais

Percebe-se que o Cabula vem sofrendo alterações no que tange sua configuração habitacional seguindo uma tendência das grandes metrópoles contemporâneas. Assim, a verticalização figura entre as mais importantes características dos empreendimentos recentes. A localização desses empreendimentos é estratégica, visto que eles estão nas áreas mais bem servidas e mais valorizadas da região. A presença de muitos serviços nesses eixos viários lhes confere alto Valor Relativo e Relacional, o que estimula aí a implantação dos condomínios.

Ainda, observa-se que tem havido uma mobilidade social no Cabula, resultante da melhoria das condições socioeconômicas da população brasileira nos últimos anos e da maior facilidade de crédito.

Devido às alterações que vêm acontecendo no Cabula, não apenas na tipologia da ocupação, mas também na renda da população e no Valor Relacional da região no contexto de Salvador, é necessário ter cautela ao classificá-lo como periferia urbana. É notório que a região passa por transformações, as quais a "aproximam" das centralidades da cidade, além do importante fato de estar na rota do mercado imobiliário especulativo.

Referências

BRAGA, Rhalf Magalhães. O espaço geográfico: um esforço de definição. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 22, p. 65-72, 2007. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp22/Artigo_Rhalf.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2010.

BRITO, Cristóvão. A estruturação do mercado de terra urbana e habitação em Salvador-Ba a partir de 1970. **GeoTextos**, v. 1, n. 1, 2005. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/3030/2135>. Acesso em: 26 set. 2010.

CAMPOS FILHO, Cândido Malta. **Cidades brasileiras**: seu controle ou o caos: o que os cidadãos podem fazer para a humanização das cidades no Brasil. 3. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002.

FERNANDES, Rosali Braga. **Periferização sócio-espacial em Salvador**: análise do Cabula, uma área representativa. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1992.

_____. **Las políticas de La vivienda em La ciudad de Salvador e los processos de urbanización popular em el caso del Cabula**. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2003.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. Prefácio e tradução de Armando Corrêa da Silva. São Paulo: Hucitec, 1980.

LIMA, Jamile de Brito. **Os "Cabulas" de Salvador**: confrontando as delimitações de 1992 e de 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2010.

PENA, João Soares. **A especulação imobiliária chega à periferia urbana de Salvador**: origens e perspectivas do cabula sob a ótica da habitação. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2010.

SABOYA, Renato. **O que é especulação imobiliária?** 2007. Disponível em: <http://urbanidades.arq.br/2008/09/o-que-e-especulacao-imobiliaria/>. Acesso em: 26 jun. 2010.

SANTOS, Elisabete et. al. **O caminho das águas em Salvador:** bacias hidrográficas, bairros e fontes. Salvador: CIAGS/UFBA; SEMA, 2010.

VIEIRA JÚNIOR, Itamar Rangel. **A valorização imobiliária empreendida pelo Estado e o mercado formal de imóveis em Salvador**: analisando a Avenida Paralela. Salvador, 2007. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

6 AGENTES E PROCESSOS NA COMPLEXA LOCALIDADE DO CABULA
comércio e serviços

André Luis dos Santos

Introdução

O objetivo geral deste artigo é fazer uma análise do comércio e dos serviços existentes na região do Cabula. A metodologia implementada é baseada no método de abordagem dedutivo para entender o caso específico, que é o Cabula, contando com a realização de pesquisas bibliográfica e de campo. A pesquisa bibliográfica foi realizada em livros, artigos científicos e revistas especializadas, disponíveis em bibliotecas, instituições públicas e na *internet*.

Para efeitos conceituais, o termo comércio origina-se do latim *commercium*, composto da preposição cum e do substantivo *merx*, que dá origem à mercancia, a mercar (de *mercari*), possuindo a significação de comprar para vender.

E sobre os serviços, para Riddle (1986 *apud* KON, 2004, p. 29 *apud* OLIVEIRA, 2012, p. 21), podem ser definidos como "atividades econômicas que proporcionam tempo, lugar e forma de utilidade que acarretam uma mudança no recipiente".

Análise do Comércio na Área do Cabula

No contexto histórico do Cabula, as feiras livres contribuíram para a consolidação da região, tendo relevância para o desenvolvimento do comércio da complexa localidade. A feira funcionava na área como um pólo central, organizando as relações e as práticas sociais. Nela, eram ofertadas frutas, verduras e cereais, além de vestuário, calçados, brinquedos, dentre outros produtos.

Essa prática ainda existe na atualidade, mas em menor proporção, devido ao processo acelerado de ocupação e presença maciça de estabelecimentos de maior porte no Cabula. Ou seja, o Cabula possuía características habitacionais e comerciais de primeira necessidade como padarias, pequenos mercados e pequenas lojas, e foram surgindo vários estabelecimentos comerciais na área. Na atualidade, nota-se uma quantidade dos mais distintos tipos de comércio, atendendo às variadas necessidades e rendas. Mesmo sendo de característica essencialmente residencial, a região apresenta uma forte relação com os setores comerciais de pequeno, médio e grande porte.

Em termos de pequeno e médio porte, o comércio do Cabula possui uma característica marcante, na qual predominam as atividades comerciais informais e de variedade como bancas de CDs e DVDs, de relógios, baianas de acarajés, barraquinhas de *hot dog*, dentre outros, concentradas em pontos isolados e em áreas distintas do bairro. Com base em pesquisa de campo, apesar da presença do comércio informal, a população da região do Cabula mostrou fazer uso, predominantemente, do comércio formal, de acordo com o Gráfico 1.

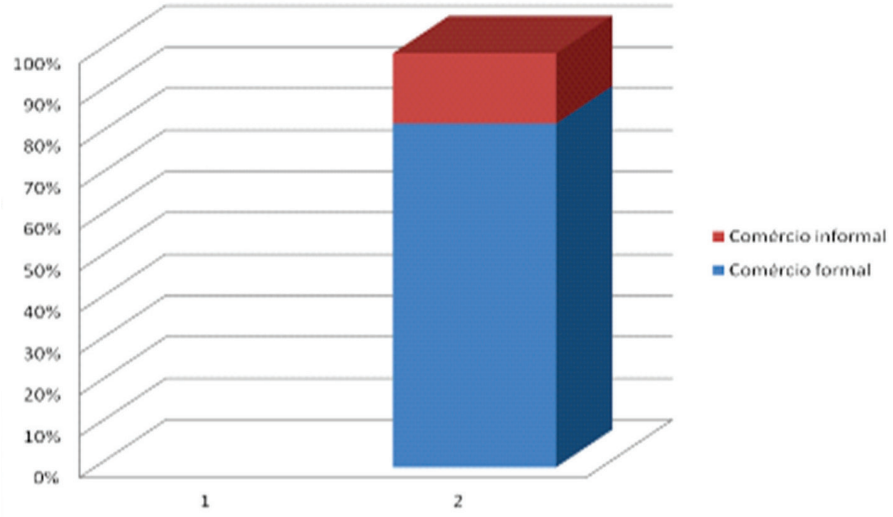


Gráfico 1 – População que utiliza comércio informal e comércio formal no Cabula
Fonte: Santos *et al.*, 2012, e pesquisa de campo.

E em relação aos estabelecimentos de grande porte, *shopping centers*, lojas e outros, de acordo com a Tabela 1.

Tabela 1 – Estabelecimentos de comércios no Cabula - *shopping center*

Estabelecimento	Localização	Quantidade de Lojas	Data de Implantação
Shopping Amazônia	Avenida Paralela	34	1992
Shopping Conexão Comercial	Rua Silveira Martins	37	1995
Cabula Tropical Center	Rua Silveira Martins	24	1996
Shopping Doron Center	Avenida Edgard Santos, dentro do Doron	10	1997
Empresarial Paralela Shopping	Avenida Paralela	62	1997
Cabula Master Shopping	Rua Silveira Martins	58	1998
Plaza Shopping Cabula	Rua Silveira Martins	84	1998
Centro Comercial B & A	Avenida Edgard Santos	16	1999

Fontes: Fernandes, 2003 *apud* Santos *et al.*, 2012, e pesquisa de campo.

De acordo com a Tabela 1, são oito *shoppings centers*, com total de 325 lojas, localizados em várias partes da região, predominando a metade deles na Rua Silveira Martins. Conforme Pena (2010), na primeira década do século XXI o Cabula começou a experimentar outro modelo de moradia, seguindo a tendência soteropolitana, caracterizado pela verticalização imobiliária e a construção de condomínios fechados e com esse modelo há novas ofertas de serviços. Com isso a área de estudo vem atraindo investimento de grande porte, como o Horto Bela Vista, o qual parte do empreendimento encontra-se no Cabula. Neste caso, não se pode deixar de citar o empreendimento de luxo que faz parte do Horto, o *shopping* Bela Vista. Este empreendimento está localizado nas proximidades do Cabula, sendo um dos fatores que ocasionam o aumento do valor relacional da região.

Além desses empreendimentos mencionados, há outros tradicionais como Casas Bahia, Insinuante, Colchões Ortobom, Hiper Bom Preço, Farmácia Santana, Farmácias Rede Mede, Posto de Combustível Shell e Posto de Combustível Petrobras, dentre outros. Em pesquisa de campo, observou-se que a população residente na região não se sente plenamente contemplada com o comércio oferecido, de modo que parte da população se desloca para outras regiões da cidade para buscar esse tipo de comércio (ver Gráfico 2).

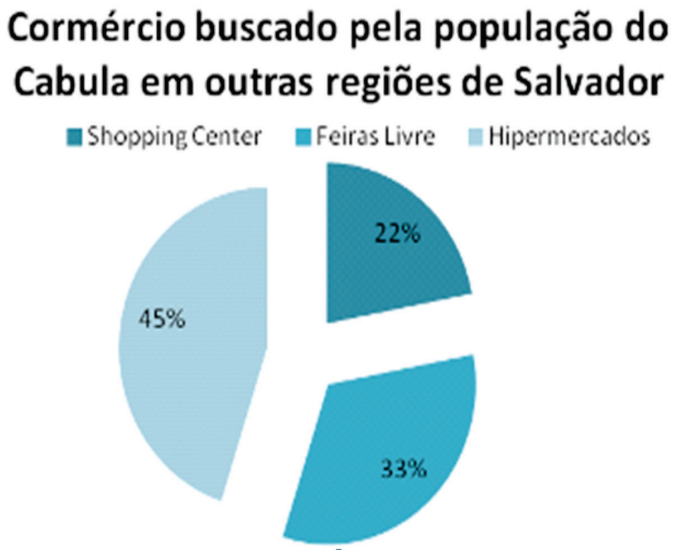


Gráfico 2 – Comércio mais procurados pela população do Cabula em outras regiões de Salvador

Fontes: Santos *et al.*, 2012, e pesquisa de campo.

A população foi questionada sobre quais os tipos comércio mais utilizados no Cabula. Assim sendo, foi possível perceber que hipermercado e farmácia são os mais usados pela população, representando 28% do segmento mais utilizado (ver Gráfico 3).

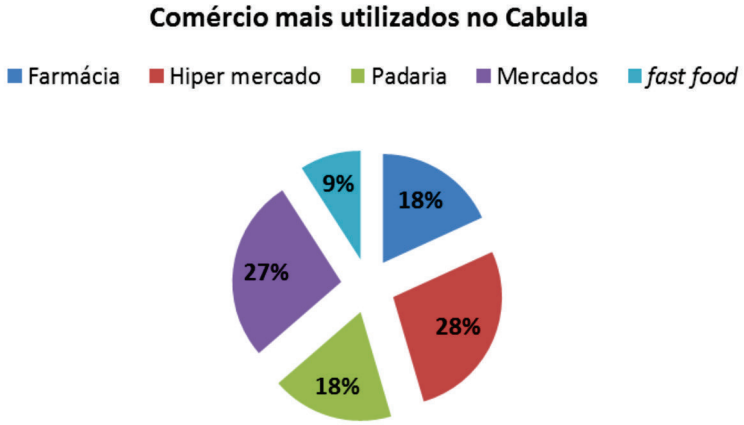


Gráfico 3 – Comércio mais utilizados no Cabula, segundo moradores

Fontes: Santos *et al.*, 2012, e pesquisa de campo.

A atividade comercial no Cabula é tão diversificada que se encontram estabelecimentos que se aproximam do formato de galerias, mesmo não apresentando uma estrutura conforme sua definição. Estas lojas possuem um formato de comércio localizado em determinado lugar e têm custos operacionais mais baixos como, por exemplo, o preço do aluguel e taxa de publicidade. As lojas em galerias são pequenos comércios que buscam maior circulação de clientes como bancas de jornais, perfumarias, farmácias, entre outros, localizadas comumente em hipermercados, também podendo assumir a forma de alguns setores de serviços como salões de beleza, lavanderias, agências de viagens e restaurantes.

Alguns comerciantes da região foram consultados, revelando satisfação com a procura dos produtos oferecidos em suas lojas. Vale considerar que em torno de 70% dos produtos é proveniente do estado da Bahia, sendo que algumas lojas comercializam produtos de origem mista (ver Gráfico 4).

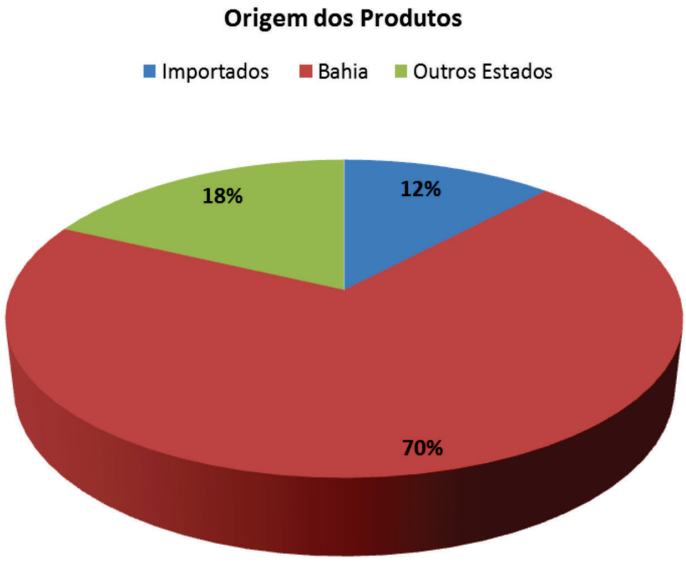


Gráfico 4 – Origem dos produtos comercializados no Cabula
Fontes: Santos *et al.*, 2012, e pesquisa de campo.

Com a aplicação do mesmo questionário, o item tempo de existência do estabelecimento comercial na área do Cabula, percebeu-se que quase 50% desses estabelecimentos existem há mais de dez anos, de acordo com o Gráfico 5.

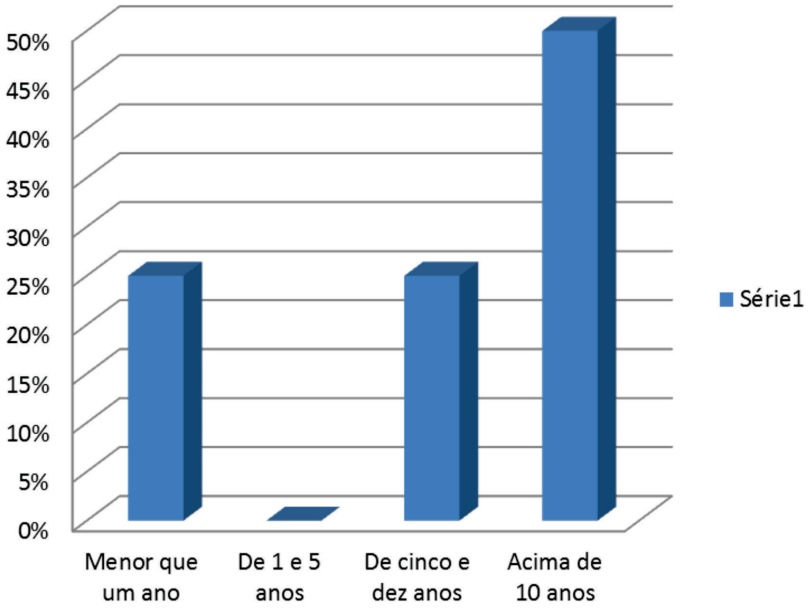


Gráfico 5 – Tempo de existência dos estabelecimentos comerciais na região do Cabula
Fontes: Santos *et al.*, 2012, e pesquisa de campo.

Ainda analisando os dados do Gráfico 5, percebe-se que menos de 10% dos comércios que existem na área do Cabula têm de um até cinco anos de funcionamento na área, o que leva concluir que os estabelecimentos na área são em sua maioria consolidados acima de mais de 10 anos.

Em relação ao tipo de alimentação *fast-food*, a procura é elevada, principalmente nos dias úteis em que o fluxo de pessoas que não dispõe de tempo para realizar as refeições básicas diárias, sejam estudantes das escolas e faculdades na hora do intervalo, sejam as pessoas que utilizam serviços das clinicas e do Hospital Roberto Santos, ou até mesmo os trabalhadores e comerciantes da região do Cabula e entorno. Mesmo não sendo, na maioria das vezes, uma comida saudável, os *fast-foods* ganham adeptos a cada dia, por dispensarem menor tempo no consumo, e terem preços baixos.

Um dos estabelecimentos mais importante para a área do Cabula é o restaurante Bacalhau do Firmino. Segundo um dos entrevistados, este foi fundado em 1972, rústico, e sempre atraiu artistas renomados, anônimos e autoridades políticas. Dada a sua fama, o restaurante entrou no roteiro turístico gastronômico de Salvador. Ainda segundo este funcionário que trabalha lá há 19 anos, afirma que o restaurante funciona todos os dias das 11:00 às 22:00 horas e atende cerca de 100 pessoas nos finais de semana, e de 30 a 50 pessoas em dias normais. Na entrevista, foram mencionados nomes de políticos famosos, afirmando, por exemplo, que "o ex-Senador era mais que um cliente, era um amigo da família e que sempre, sempre frequentava o estabelecimento".

Análise dos Serviços na Área do Cabula

Pena (2010) afirma que a partir dos anos 1970 o Cabula passa a abrigar diversos serviços públicos e privados (ver Tabela 2), sendo que estes empreendimentos localizam-se no eixo de cumeada, Rua Silveira Martins, principal via da área, assim como os *shoppings centers*, já mencionados; e na Avenida Edgard Santos que dá acesso à Avenida Paralela e no entorno desta.

Tabela 2 – Equipamentos de serviços no Cabula

(Continua)

Equipamento de serviços	Implantação	Equipamentos hoje	Localização no Cabula
19º Batalhão de Caçadores	1943	Continua	Rua Silveira Martins
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA)	1970	Continua	Avenida Edgard Santos
Empresa Baiana de Água e Saneamento (EMBASA)	1976	Continua	Rua Silveira Martins
Telecomunicações da Bahia (TELEBAHIA)	1978	Oi	Rua Silveira Martins
Hospital Geral Roberto Santos (HGRS)	1978	Continua	Rua Direta do Saboeiro
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)	1977-1979	Continua	Avenida Paralela
Correio da Bahia	1979	Advocacia Geral da União (AGU)	Avenida Paralela
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)	1979	Continua	Rua Silveira Martins
Hospital Juliano Moreira (HJM)	1982	Continua	Avenida Edgard Santos
Caixa Econômica Federal (CEF)	1999	Continua	Rua Silveira Martins
Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública	2000	Continua	Rua Silveira Martins
Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER)	Não informado	Continua	Avenida Edgard Santos
Faculdade Delta (FacDelta)	2005	União Metropolitana de Educação e Cultura (UNIME)	Avenida Paralela

(Conclusão)

Equipamento de serviços	Implantação	Equipamentos hoje	Localização no Cabula
Danton	2007	Continua	Avenida Paralela
Banco Bradesco	2008	Continua	Rua Silveira Martins
Ministério Público Federal (MPF)	2010	Continua	Avenida Paralela

Fontes: Pena, 2010; Fernandes, 2003 *apud* Santos *et al.*, 2012, e pesquisa de campo.

É importante ressaltar a questão dos serviços bancários no Cabula, pela presença da Caixa Econômica Federal, Banco Bradesco, Banco do Brasil e está sendo construído o Itaú. Estes dois últimos serão localizados na Rua Silveira Martins, próximo ao Hiper Bom Preço, e perto da Drogaria São Paulo.

Porém, vale dizer que segundo a população consultada, os serviços mais utilizados são o de transporte e de saúde, ver Gráfico 6.

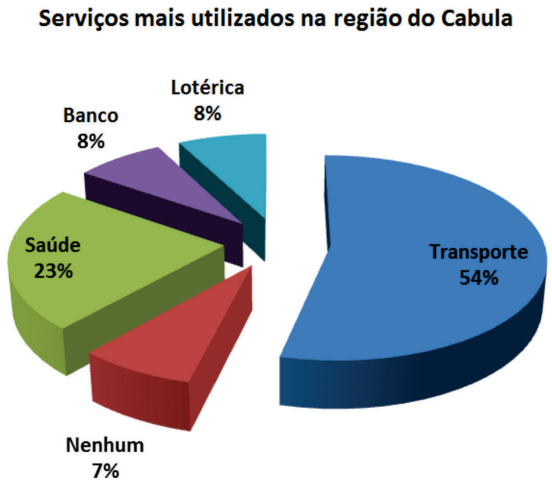


Gráfico 6 – Serviços mais utilizados pela população na região no Cabula
Fontes: Santos *et al.*, 2012, e pesquisa de campo.

A respeito dos equipamentos de serviços de saúde, destaca-se o Hospital Geral Roberto Santos (HGRS), por ser um hospital de abrangência não só municipal, mas estadual. O HGRS, fundado em 1978, é o maior do Nordeste.

O HGRS tem 780 leitos e 4,8 mil colaboradores diretos e indiretos, um orçamento mensal em torno de R$ 11 milhões. Segundo o entrevistado, o hospital foi construído num local de imensa área

verde, não havia pessoas morando nas imediações, tão pouco serviço de transporte, o lugar era de difícil acesso às demais localidades da cidade e o percurso era feito a pé, na maioria das vezes. Logo após as pessoas ocuparem e invadirem os terrenos nas proximidades do hospital e, posteriormente, com o desenvolvimento da cidade e da região do Cabula, foram construídos outros equipamentos e habitações.

Vale mencionar que outra característica marcante do Cabula é o aspecto educacional, há inúmeras unidades educacionais, ocasionando uma forte procura da população por estes serviços. Assim sendo, o Cabula passou, então, a dispor de infra-estrutura física e de serviços urbanos. Isso teve influência direta no crescimento habitacional neste local, tornando-o atrativo tanto para o setor imobiliário formal, quanto para a ocupação informal, por meio de invasões.

Dentre os equipamentos de serviços de educação no Cabula, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) é elencada pelos entrevistados, já que a instituição não é utilizada apenas pelos moradores do Cabula, mas também de outras regiões e até de cidades vizinhas. A UNEB oferece serviços de saúde por meio de postos de atendimento; equipamentos culturais como o Teatro UNEB, antigo Caetano Veloso; cede quadras e oferece atividades esportivas para os jovens e adultos da UNEB e das comunidades do entorno; há espaços para capoeira, música, dança; dentre outros.

A população é beneficiada pela UNEB com serviços de recreação e lazer, tendo em vista a carência de espaços culturais na área Cabula, assim como as precárias condições de uso das poucas praças e quadras esportivas. Ainda na pesquisa de campo, identificou-se que os serviços mais procurados no Cabula, são a UNEB, com 60%, e o HGRS, com 25% (ver Gráfico 7).

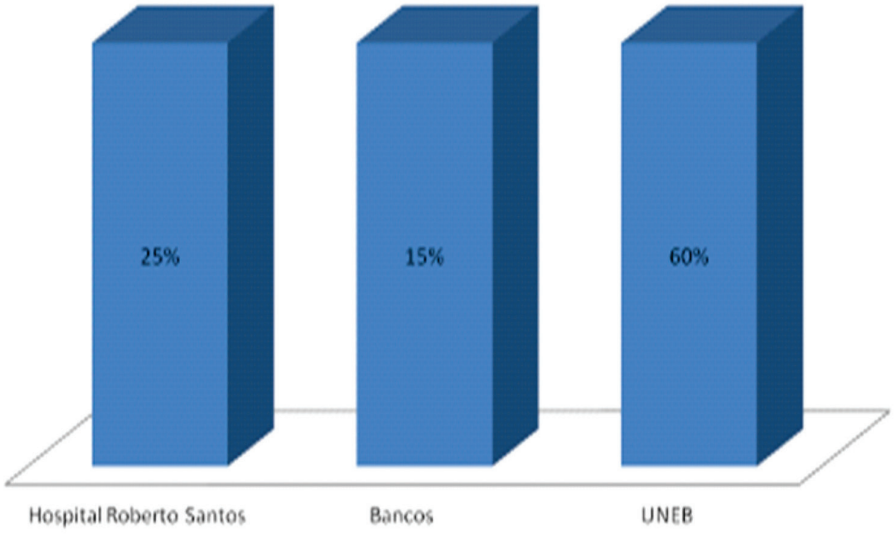


Gráfico 7 – Serviços mais buscados na região do Cabula
Fontes: Santos *et al.*, 2012, e pesquisa de campo.

Por causa da significativa quantidade de serviços, aumento de automóveis circulando e outros motivos, o Cabula passa por sério problema de congestionamento, que vem atingindo diversas localidades da cidade do Salvador, e causando transtornos para a população. Por estes engarrafamentos, segundo depoimentos dos moradores, dificultam a: chegada da polícia em caso de assaltos, passagem das ambulâncias para o Hospital Geral Roberto Santos, chegada das pessoas em suas casas e outros transtornos causados de segunda a sexta-feira. Nos fins de semana, com quase todos os estabelecimentos do comércio e serviços fechados, o número de pessoas circulando pela área diminui significativamente. Tal fato, sinaliza que muitos dos transeuntes que circulam no Cabula durante os dias úteis não moram nesta área.

Serviços de Hotelaria no Cabula

De acordo com Popp (2007), o hotel teve origem em paralelo ao desenvolvimento do comércio entre as cidades. Para Castelli (2003), o hotel é uma edificação que detém uma localização essencialmente urbana e que quase sempre possui vários pavimentos. E isto ocorreu em determinadas áreas da cidade do Salvador. No caso do Cabula, o comércio e os serviços tiveram e vêm tendo crescimento espacial e econômico significativo, mas no ramo de hotelaria, mostra-se o contrário pela escassez da oferta destes.

De acordo com a Resolução Normativa nº 387/98 do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), serviço de hotelaria é prestado por pessoa jurídica que explore ou administre um meio de hospedagem e que tenha em seus objetivos sociais, o exercício de atividade hoteleira (SEBRAE, 2008). Verificou-se na pesquisa de campo, que há apenas o Hotel Clima, localizado na Rua Silveira Martins.

Devido à falta de hotéis na área de estudo, as pessoas que procuram alojamento vão buscar esse tipo de serviço em áreas mais próximas da região. Isto é um dos pontos que levam à perceber a fragilidade desse setor no Cabula, sobretudo quando se pensa na implantação de um tipo de turismo na região. Em relação ao uso de serviços de hospedagem, a pesquisa revela que 80% dos entrevistados não conhecem ou já utilizaram serviços de hospedagem no Cabula (ver Gráfico 8).

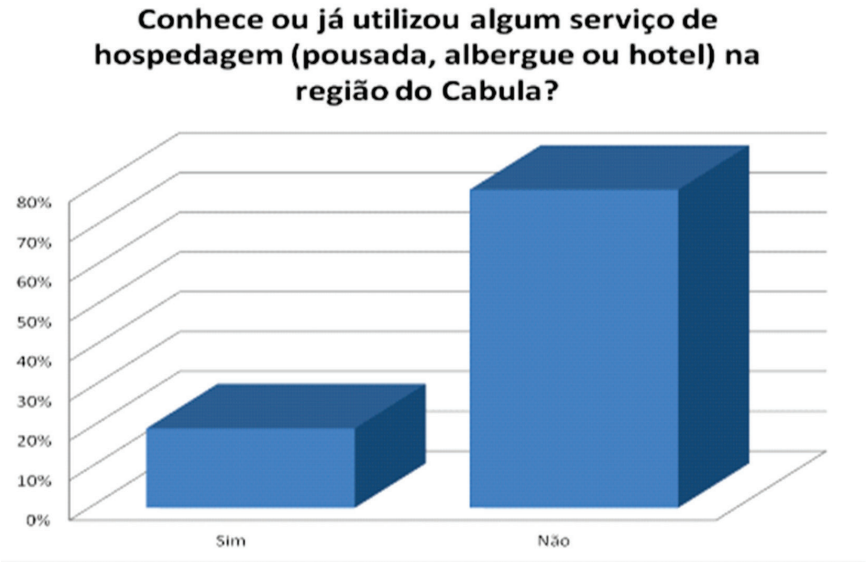


Gráfico 8 – Resposta dos moradores a referente a conhecer ou já utilizou algum serviço de hospedagem na região do Cabula

Fontes: Santos *et al.*, 2012, e pesquisa de campo.

Segundo Daemon e Saab (2000), a hotelaria é uma indústria de serviços com características próprias de organização, de modo que as suas principais finalidades são de fornecer segurança, alimentação e hospedagem. Assim sendo, é de suma importância salientar que não se pode pensar em atrair turistas sem estar preparado para recebê-los, e nesse caso uma rede hoteleira de qualidade é um marco para o receptivo.

Considerações Finais

A abordagem sobre a história, evolução e características gerais do Cabula, deu embasamento para entender como se deu o processo de desenvolvimento do Cabula a fim de obter conhecimento sobre o comércio e serviços. Identificou-se que o Cabula era de origem agrícola, passou por grandes transformações com o crescimento habitacional e demográfico, além de por muito tempo ser visto como uma área periférica, principalmente por causa dos conjuntos habitacionais voltados para as classes populares. A partir da análise sobre o comércio no Cabula, percebeu-se que esta região apresenta forte potencial no setor comercial, com variedade de empreendimentos e elevada quantidade de mão de obra nos setores formal e informal.

Sobre os serviços, identificou-se o quanto essa atividade é marcante na área do Cabula, prioritariamente nas áreas de educação e saúde, a exemplo da UNEB e do HGRS.

Assim sendo, o comércio e os serviços contribuem para o aumento no seu valor relacional do bairro. Outro aspecto a destacar, é que todo esse conjunto de fatores faz com que a região do Cabula passe a ter uma demanda gradativa, provocando engarrafamentos durante a semana.

A identificação da carência da oferta de serviços de meios de hospedagem, faz sugerir a implantação de Hotel Escola para estudantes do curso de Turismo e Hotelaria da UNEB, beneficiando outros cursos também como Administração, Direito, Ciências Contábeis, Urbanismo, apenas para citar alguns. O hotel atenderia estudantes, professores, pesquisadores de outros Campis da UNEB e demais pessoas que participam de eventos promovidos pela UNEB. Tal iniciativa geraria emprego e renda para população do entorno, na medida em que utilizaria dos serviços, fornecimento de produtos alimentícios e outros, possibilitando a cooperação entre as comunidades do entorno e a universidade, ou seja, um sistema orgânico de trocas de serviços, voltados para ações de desenvolvimento do Cabula.

Referências

CASTELLI, G. **Administração hoteleira**. 9. ed. Caxias do Sul: Educs, 2003.

DAEMON, I. G.; SAAB, William G. L.; **Qualidade na hotelaria**: o papel de recursos humanos. Brasília: BNDES, 2000.

FERNANDES, R. B. **Las políticas de La vivienda em La ciudad de Salvador e los processos de urbanización popular em El caso del Cabula**. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2003.

OLIVEIRA. L. C. S. **Reflexo da implantação da Universidade Federal do Recôncavo Baiana (UFRB) na economia de serviços do município de Cachoeira**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2012.

PENA, J. S. **A especulação imobiliária chega à periferia urbana de Salvador**: origens e perspectivas do Cabula na perspectiva da habitação. Monografia (Graduação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2010.

POPP. E. V. . **Hotelaria e hospitalidade**. São Paulo: IPSIS, 2007.

SANTOS A. L. . **Comércio e serviços**: atores da configuração na complexa localidade do Cabula. In: ENCONTRO INTERDISCIPLINAR DE CULTURA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO, 7., 2012, Salvador.

[SEBRAE] SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **A competitividade nos setores de comércio, de serviços e do turismo no Brasil**: perspectivas até 2015: tendências e diagnósticos. Brasília: CNC; Sebrae, 2008. 328 p.

7 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA fundamento histórico e abordagens conceituais

Katiane Alves

Introdução

As abordagens teóricas sobre o Turismo de Base Comunitária (TBC) se constituem a partir do potencial encontrado nas comunidades, que na maioria dos casos não têm participação no lucro gerado pelo turismo. Nesta perspectiva, surgem novas propostas de organização desta atividade, onde a participação dos diversos grupos sociais é fundamental, diferente do modelo convencional que segue à lógica do mercado.

As formas de organização do turismo, enquanto possibilidade de geração de renda e firmação histórica e cultural, para as comunidades marginalizadas socialmente e economicamente, são objetos de estudo na atualidade, tendo como exemplos algumas práticas em comunidades rurais, a partir da década de 1980.

Assim, faz-se neste artigo alguma discussão sobre questões conceituais e bases epistemológicas, objetivando a construção de conhecimento sobre a potencialidade das comunidades estudadas, bem

como a inserção da atividade turística no cotidiano destes grupos sociais de forma consentida e participativa.

Inicia-se contextualizando o Turismo de Base Comunitária nas escalas mundial, nacional, estadual e municipal, tendo como foco de análise as organizações em espaços rurais e urbanos, a partir de produções acadêmicas e práticas consolidadas e/ou em processo de formação.

Contexto Histórico do Turismo de Base Comunitária

Os primeiros registros sobre a prática do TBC surgiram em comunidades rurais, originando, portanto, o termo Turismo Rural Comunitário (TRC). As experiências registradas, segundo Maldonado (2009) ocorreram em localidades isoladas na América Latina, na década de 1980. Neste contexto, percebe-se que a prática do turismo em comunidades urbanas é incipiente, tendo em vista a sua formação recente no espaço rural. A necessidade de construção de novas tendências no mercado turístico possibilitou a inserção do TRC, tendo as comunidades indígenas e rurais - carentes de recursos econômicos, em situação de extrema pobreza - como mão-de-obra.

O surgimento dessa organização para o turismo contribuiu para o crescimento de microempresas, cuja prestação de serviços possui características personalizadas, flexibilidade operacional e alcance no mercado. Percebe-se a facilidade de criação de organizações voltadas para administração de segmentos especializados. Esta realidade, conforme Maldonado (2009), permeia a América Latina, onde a partir da proposta de organização do turismo, as comunidades buscaram fonte de renda a fim de minimizar as dificuldades econômicas estabelecidas historicamente.

Assim se constituiu o turismo com base comunitária. No entanto, essa atividade aos poucos apresentou novas características, de acordo com cada grupo organizado. Com isto, as diversas formas de organização do turismo alternativo, confundem as discussões conceituais, dificultando sua definição e práxis.

Dessa maneira, faz-se necessário abordar os diferentes conceitos que envolvem a formação do turismo de base comunitária, onde cada definição apresenta características similares nos princípios, mas diferem na forma de organização quando postas em prática.

Abordagem Conceitual

Existe uma discussão em torno da definição de Turismo de Base Comunitária (TBC), o qual pode ser compreendido sob diferentes aspectos, contudo pautados nos princípios da sustentabilidade, economia solidária, cooperativismo e autogestão.

Há estudiosos que denominam essa atividade como Turismo Comunitário (TC). Entretanto, a discussão não é quanto ao nome, e sim no que refere à definição, no tangente aos princípios desta atividade e seu uso na prática. Nesta perspectiva, conceitua-se o TC como:

> [...] toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. (MALDONADO, 2009, p. 31)

Essa definição permite fazer uma interpretação voltada para questões mercadológicas, onde há uma relação de empregado e empregador, embora tenha sustentação nos princípios de autogestão, cooperação e equidade na distribuição de renda.

Por outro lado, Irving (2009, p. 113), afirma que o TBC é "a proposta de desenvolvimento local, através da valorização da cultura e identidade, dos modos de vida, respeitando as dimensões de uma sociedade em seus aspectos sociais, políticos, culturais e humanos". Esta abordagem pressupõe que a atividade turística desenvolve o local de forma sustentável, onde há o respeito aos costumes da população receptora mediante à valorização da forma como ela se constitui. Deste modo, percebe-se que essa definição apresenta-se como um modelo de turismo desenvolvido e organizado em determinado local, onde as comunidades são vistas como participantes daquele cenário social, sobretudo, reconhecidas como a base dele.

Nesse sentido, entende-se por TBC, a forma que a comunidade se organiza para promover o turismo, atuando como protagonista nos bens e serviços gerados, por meio de rede e autogestão, numa perspectiva sustentável, solidária, colaborativa e coletiva, considerando a diversidade cultural e preservando os recursos naturais.

Há autores que apresentam a comunidade como organizadora e protagonista da atividade turística, a exemplo de Coriolano (2006) ao afirmar que no TBC, os moradores são os articuladores e construtores dessa cadeia produtiva, como base nos princípios do associativismo e cooperativismo. Este conceito difere do anterior quando propõe uma participação ativa da comunidade, contudo não abrange todo o processo de planejamento da mesma.

Todavia, estudos recentes definem TBC como uma forma de organização e articulação da comunidade para promover o turismo, diferente do modelo convencional, onde existem diversos tipos:

> Entendemos o turismo de base comunitária como uma forma de planejamento, organização, autogestão e controle participativo, colaborativo, cooperativo e solidário da atividade turística por parte das comunidades, que deverão estar articuladas em diálogo com os setores público e privado, do terceiro setor e outros elos da cadeia produtiva do turismo, primando pelo benefício social, cultural, ambiental, econômico e político das próprias comunidades (SILVA et al., 2012, p. 11).

Esse conceito abrange toda a rede envolvida no Turismo de Base Comunitária, respeitando e identificando o papel de cada grupo no planejamento da atividade, onde unidos trabalham para a organização dela. Neste processo, a comunidade se configura como base de toda a estrutura, desde o planejamento à execução, tendo em vista que o papel dos órgãos públicos, privados e terceiro setor é dar apoio a essas organizações de base comunitária, sem interesses econômicos e políticos envolvidos ou qualquer tipo de ato que beneficie diretamente as instituições envolvidas.

No entanto, para que o TBC seja organizado de forma responsável, sustentável e com toda a comunidade envolvida é necessário que haja uma mobilização para que conheçam o potencial existente em seu bairro:

> O processo de mobilização é indispensável para diagnosticar a possibilidade de TBC no local, visto que o povo é quem decide se a proposta é viável, se vai beneficiar a todos. Ao compreender essa etapa, a comunidade percebe os atrativos existentes e que não eram reconhecidos e, a partir dessa reflexão, acreditam nessa possibilidade (ALVES, 2013, p. 38).

A partir desse entendimento, a população tem a oportunidade de articular as ações em conjunto e identificar os aspectos constituídos como atrativos turísticos, podendo se organizar para atividade turística, levando em consideração os aspectos identitários e culturais existentes, bem como de elementos necessários para esse reconhecimento. Esta compreensão é fundamental para que o turismo seja organizado por uma base comunitária e de fato dê certo. Isto pode ser visto em ações concretas, sendo algumas mais consistentes que outras no que refere aos princípios que norteiam e diferenciam o TBC, conforme panorama a seguir.

O TBC no Mundo, Brasil, Bahia e Salvador

Tanto os estudos quanto as práticas do TBC são crescentes em países da América Latina, a exemplo do Brasil, Chile e México. Contudo há escassez desta discussão em países europeus. Entretanto, de acordo com Alves (2013) algumas pesquisas feitas por países emissores da América do Norte, sobretudo, Estados Unidos e Canadá possuem interesse pelo tema, buscando informações de países que oferecem empreendimentos turísticos.

No Brasil, alguns estudos sobre novas alternativas para a oferta de turismo vêm sendo desenvolvidos com o apoio de órgãos como Ministério do Turismo (MTur) e agências financiadoras de pesquisa, sobretudo, quando as ações envolvem a participação da comunidade no contexto socioeconômico. É, portanto, uma forma de diversificar o mercado e inserir a população de fato neste cenário.

A organização do TBC no Brasil, comumente, ocorre mediante a elaboração de projetos consistentes na apresentação de alternativas para comunidades carentes e com potencial para o turismo

cultural, servindo de apoio na mobilização e formação destas em turismo de base comunitária. Apenas para mencionar, em junho de 2008 foram selecionados 50 projetos por meio do MTur, sendo todos organizados e catalogados nas cinco regiões brasileiras, onde de acordo com Alves (2013) a maioria consiste em localidades rurais e Área de Proteção Ambiental (APA), áreas litorâneas, e de forma ainda incipiente no espaço urbano.

A partir dessa catalogação, organizou-se as iniciativas por regiões Sudeste, Sul, Centro- Oeste, Norte e Nordeste. Observando-se o Quadro 1 verifica-se que as a maioria das organizações no Sudeste, por exemplo, ocorre no espaço rural.

(Continua)

ESTADO/PROJETO	LOCALIDADE(S)
ESPÍRITO SANTO	
1. Nossa Terra Nossa Arte.	Vitória, Vila Velha, Guarapari, Serra, Fundão, Cariacica e Viana.
2. Ecobase Ilhas Caieiras.	Ilhas Caieiras.
MINAS GERAIS	
1. Implantação do Turismo de Vilarejo no Distrito de Cuiabá, Gouveia – Circuito dos Diamantes.	Distrito de Cuiabá, Gouveia – Circuito dos Diamantes.
2. Boas Práticas para o Turismo Comunitário.	Região do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro.
3. Fortalecimento da Rede de Produção Comunitária para o Turismo em Brumadinho.	Brumadinho.
RIO DE JANEIRO	
1. Vila Solidária.	Vila do João, no Complexo de Maré.
2. Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - IA-RBMA.	Paraty.
3. Tecendo Redes de Turismo Solidário.	Morro do Cantagalo.
4. O Povo Aventureiro: Fortalecimento do Turismo de Base Comunitária.	Vila do Aventureiro- na Reserva Biológica da Praia do Sul, Ilha Grande.
5. Turismo no Morrinho.	Bairro de Laranjeiras.
6. Reviver Paquetá.	Ilha de Paquetá.

(Conclusão)

ESTADO/PROJETO	LOCALIDADE(S)
RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO	
1. Caiçaras, indígenas e quilombolas: construindo juntos o turismo cultural da Região da Costa Verde.	Angra dos Reis e Paraty (RJ) e Ubatuba (SP).
2. Ecoturismo de Base Comunitária da Região da Trilha do Ouro	Parque Nacional da Serra da Bocaina – Angra dos Reis (RJ), Paraty (RJ) e São José do Barreiro (SP).
SÃO PAULO	
1. Centro de Capacitação em Turismo e Hospitalidade de Base Comunitária da Vila da Prainha Branca, Guarujá.	Prainha Branca –Guarujá.
2. Turismo com Base Comunitária em Juquitiba (Vale do Ribeira, SP): Conciliando a Preservação da Mata Atlântica com Geração de Renda e Trabalho.	Juquitiba- Vale do Ribeira.
3. Apoio à Iniciativa de Turismo de Base Comunitária no Município de Peruíbe.	Litoral Paulista- Peruíbe/Barra do Uma.

Quadro 1 – Região Sudeste

Fonte: Brasil, 2008, adaptado pela autora.

O estado do Espírito Santo apresenta 8 comunidades organizadas para o TBC, sendo que sete delas estão localizadas em municípios, portanto, está entre as regiões que possuem número crescente desta forma de atividade turística em espaço urbano, ainda que não esteja organizado nas capitais. Contudo, no Sul do Brasil, a concentração do Turismo de Base Comunitária aparece em maior número em áreas litorâneas e rurais. Conforme Quadro 2.

ESTADO/PROJETO	LOCALIDADE(S)
PARANÁ	
1. Deslocamentos: Ecoturismo de Base Comunitária no Litoral Norte do Paraná.	Litoral Norte do Paraná – Antonina, Morretes, Guaraqueçatuba e Paranaguá.
2. Turismo Solidário – Conservando a Floresta com Araucária.	Conservação da floresta de araucária – Turvo.
3. Fortalecimento do TBC na Conservação de Modos de Vida de Comunidades do Rio Sagrado, Morretes.	Serra do Mar –Morretes.
SANTA CATARINA	
1. Turismo: Estratégia de Sustentabili-dade para o Sul de SC.	Praia Grande.
2. Destino Referência em Turismo Rural de Base Comunitária.	Municípios de Anitápolis, Rancho Queimado, Santa Rosa de Lima e Urubici.
3.Saberes e Fazeres Artesanais das Mulheres Rurais de Joinville e Região de Santa Catarina.	Campo Joinville.
RIO GRANDE DO SUL	
1. Estruturação do Roteiro Caminhos Rurais.	Caminhos Rurais de porto Alegre- abrange onze bairros de Porto Alegre, localiza-se o Roteiro de Turismo Rural.
2. Turismo rural solidário - Promovendo Desenvolvimento Comunitário Sustentável.	Santo Antônio da Patrulha.

Quadro 2 – Região Sul

Fonte: Brasil, 2008, adaptado pela autora.

De acordo com essas informações, as organizações citadas apresentam formação em comunidades que residem em ambiente rural. Isto caracteriza a ausência de ações no espaço urbano. Entretanto, na região Centro-Oeste, de acordo com o Quadro 3, a seguir, o TBC aparece em menor escala, tanto no contexto rural, quanto no urbano.

ESTADO/PROJETO	LOCALIDADE(S)
MATO GROSSO	
1. Guardiões do Pantanal.	Colônia Z-5 de Pescadores - Barão de Melgaço.
GOIÁS	
1. Um Vale Verde de Verdade Goiás.	Cerrado brasileiro – Pirenópolis.
2. Valorização da Cultura Popular para o turismo em Pirenópolis.	Pirenópolis.

Quadro 3 – Região Centro-Oeste
Fonte: Brasil, 2008, adaptado pela autora.

Dentre as três comunidades organizadas para o Turismo de Base Comunitária, duas delas apresentam projetos diferentes em uma mesma localidade, em Pirenópolis, cidade do interior de Goiás. Na região Norte, a maioria das ações é em comunidades rurais, onde o estado do Pará aparece em maior proporção, conforme Quadro 4.

ESTADO/PROJETO	LOCALIDADE(S)
AMAZONAS	
1. TBC no baixo Rio Negro: Bases para o Desenvolvimento Sócio-Ambiental e Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPE).	Rio Negro-Manaus e Novo Airão (AM).
2. Fortalecendo o TBC na Resex do Rio Unini.	Região amazônica- Barcelos.
PARÁ	
1. Ecoturismo de Base Comunitária no Polo Tapajós.	Reserva Tapajós, Arapiuns.
2. VEM - Viagem Encontrando Marajó.	Praia do Pesqueiro-Ilha de Marajó.
3. Ecoturismo de Base Comunitária entre praias e igaparés – Curuçá.	Praias e igarapés- Curuçá.
TOCANTINS	
1. Plano de Apoio ao Turismo de Base Comunitária em Taquaraçu.	Taquaraçu – Palmas.

Quadro 4 – Região Norte
Fonte: Brasil, 2008, adaptado pela autora.

Essa região compreende seis projetos aprovados, sendo que três deles estão no Pará. Entretanto, algumas das comunidades organizadas pertencem a grupos indígenas e outros residentes no espaço rural. Percebe-se, contudo, a diferença significante de ações voltadas para o Turismo de Base Comunitária no Centro-Oeste para o Nordeste Brasileiro, pois o segundo possui maior dimensão geográfica, além de constituir maior número de comunidades desassistidas socialmente, vítimas do sistema em vigor. Tal disparidade pode ser vista no Quadro 5, onde aparecem vários projetos, mas com participação minoritária da diversidade de estados que constituem a região.

(Continua)

ESTADO/PROJETO	LOCALIDADE(S)
BAHIA	
1. Trilhas Griôs de Lençóis.	Lençóis.
2. Apoio ao Turismo de Base Comunitária Bahia.	Lençóis.
3. Ações Prioritárias para a Organização e Inserção Comunitária na Implantação e Gestão de Atividades Ecoturísticas no Complexo Estuarino do Cassurubá.	Complexo Estuarino do Cassurubá-Caravelas.
4. Base Local Ecoturismo- Promovendo o Turismo de Base Comunitária na Costa do Cacau.	Costa do Cacau.
CEARÁ	
1. Promoção do Turismo Social e Cultural de Base Comunitária no Sertão do Cariri.	Nova Olinda – Vale Cariri.
2. Turismo Comunitário: Afirmando Identidades e Construindo Sustenta- Bilidade.	Região costeira do Ceará.
3. Turismo Rural Comunitário do Assentamento Rural Tijuca Boa Vista.	Assentamento rural Tijuca Boa Vista.
4. Ayty- Turismo de Base Comunitária do Povo Tapeba.	Tapeba e Caucaia .
5. Turismo Comunitário e Solidário no Assaré de Patativa	Assaré de Patativa - região da Chapada do Araripe.
6. Rede ecoturismo para a vida!	Região costeira do Ceará.

(Conclusão)

ESTADO/PROJETO	LOCALIDADE(S)
SERGIPE	
1. Estruturação e Fortalecimento do Turismo de Base Comunitária do Povoado Terra Caída.	Mangue Seco – Indiaroba.
PERNAMBUCO	
1. Potencialização do Turismo de Base Comunitária no Porto de Galinhas.	Porto de Galinhas.
ALAGOAS	
1. Plano de Desenvolvimento Estratégico.	Pontal da Barra- Maceió.
MARANHÃO	
1. Central de Turismo do Município de Santo Amaro.	Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses- Santo Amaro.
RIO GRANDE DO NORTE	
1.Outro Turismo Acontece: Turismo Solidário e Cultura Popular Nordestina.	Maxaranguape.

Quadro 5 – Região Nordeste
Fonte: Brasil, 2008, adaptado pela autora.

A concentração de projetos aprovados na região Nordeste está entre o estado da Bahia e do Ceará. O Maranhão, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte e Sergipe aparecem em menor proporção. Com isso, pode-se analisar questões como o sistema de Governo estadual e municipal de cada região e estado, bem como o papel das universidades, dos órgãos responsáveis pelo turismo e da população residente. Quem são estes atores e como cada um define seu papel e o constitui ao longo desse processo? Estas reflexões servem para nortear a complexidade que envolve a organização e formação de comunidades em Turismo de Base Comunitária.

Desses projetos com ações voltadas para a organização do Turismo de Base Comunitária, quatro foram selecionados na Bahia, em localidade de Zonas Turísticas (ZT) do estado, mais precisamente nas Costa do Cacau, Costa das Baleias e Chapada Diamantina (ALVES, 2013, p. 33-34).

Em Salvador, há registro de pequenos grupos que se organizaram para promover o Turismo Comunitário (TC), oferecendo tours de um turno ou um dia na comunidade. Uma destas iniciativas partiu da Estrela *Comunnity* do Brasil, que atua no Alto do Cabrito; Uruguai; Plataforma; e na Rua Calafate, situada no bairro da Fazenda Grande do Retiro. Estes roteiros são divulgados no site institucional

como Tour Social de Base Comunitária, pela Empresa Salvador Turismo (SALTUR), órgão municipal de turismo (ALVES, 2013).

Afora essas ações, há iniciativas de organização do Turismo de Base Comunitária no bairro de Pernambués, Saramandaia e Beiru/Tancredo Neves, comunidades que fazem parte do projeto de pesquisa e extensão TBC Cabula, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Esse projeto não consta no catálogo do Ministério do Turismo de 2008, porque iniciou suas ações em 2010, portanto, dois anos após.

Considerações Finais

O Turismo de Base Comunitária contribui para o desenvolvimento econômico, político e social quando organizado pelas comunidades. Esta interação ocorre quando os grupos envolvidos compreendem que o objetivo maior desta forma de organização de turismo é diferente do convencional, portanto, não visa apenas o lucro. Não se trata da oferta e demanda por serviços. O TBC constitui-se a partir de seus princípios e metodologia por meio de indivíduos conscientes de seu papel na coletividade, bem como a importância de sua matriz cultural.

Discutir o histórico do TBC e suas definições é compreender a necessidade de reavaliação dos modelos de turismo impostos pela e na sociedade ao longo de sua história até os dias atuais. As mudanças ocorridas no setor econômico, caracterizadas em alguns lugares por crises e outros pelo crescimento, ocasionando ou fortalecendo os diversos contextos de desigualdades sociais, bem como as transformações no campo político, exerceram papel influente na busca por novos empreendimentos no campo do turismo, enquanto atividade política, econômica, social e cultural.

O Turismo de Base Comunitária consiste ainda, na aplicação de políticas públicas mediante as ações e reivindicações de forma consciente indicadas nos seus princípios quando o mesmo se refere à coletividade, cooperação, autogestão, sustentabilidade, solidariedade e responsabilidade ambiental e cultural. Estas políticas articuladas por meio das redes que envolvem todo o processo de organização e formação para o turismo propiciam resultados benéficos a longo prazo, sobretudo, nas bases comunitárias, a partir do seu (re)conhecimento sobre o valor de pertencimento e consciência política para buscar melhorias coletiva.

Referências

ALVES, Katiane. **Turismo de Base Comunitária e Educação**: uso do RPG em processos pedagógicos. Salvador: UNEB, 2013. Monografia.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Iniciativa do Turismo de Base Comunitária**. Brasília: Ministério do Turismo, 2008. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/downloads_regionalizacao/Catlogo_Mtur_NOVO.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2013.

CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

IRVING, Marta A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Org.). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MALDONADO, Carlos. O turismo rural comunitário na América Latina: gênesis, características e políticas. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Org.). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009.

SILVA, Francisca de Paula Santos da *et al*. **Cartilha (in) formativa sobre Turismo de Base Comunitária "O ABC do TBC"**. Salvador: Eduneb, 2012.

8 METODOLOGIA PARTICIPATIVA APLICADA AO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA
uma análise do Processo de inventariação da oferta e da demanda turística do Cabula e entorno, Salvador - Bahia, Brasil

Caio Henrique da Silva Vilas Bôas / Francisca de Paula Santos da Silva

Introdução

O Brasil apresenta disparidades sociais que atravessam séculos, ainda que dados como o da desigualdade social que apontam diminuição da pobreza no país de 30% para 9% em dez anos, por meio de políticas assistencialistas que reforçam o paradigma da solidariedade na gestão pública. Afirma-se que com o recebimento dos auxílios dos programas, que variam entre R$70,00 e R$ 306,00, para famílias com renda mínima de até R$70,00 por pessoa, é suficiente para o sustento destas, que elas saem da faixa de pobreza e que favorece o aumento da participação ativa no mercado de trabalho (PORTAL DO PLANALTO, 2012).

Porém, reflete-se sobre a veracidade desses dados e informações, procurando-se entender se, de fato, a desigualdade social é minimizada apenas por meio de auxílio monetário, que favorece o aumento do consumo, alimentando assim o mercado capitalista. Pensa-se que se o acesso à educação, à cultura, ao lazer, à moradia digna, à saúde, dentre outras necessidades básicas inerentes ao exercício da cidadania, não for atendido, fica impossibilitada a inserção justa e equitativa das pessoas na sociedade.

Mesmo diante de problemas sociais crônicos, o Brasil vem investindo na atividade do turismo como alternativa para o aumento da renda, e, consequentemente, do Produto Interno Bruto (PIB). Porém, quando esta renda não é distribuída, os efeitos positivos desta não se concretizam, agravando ainda mais a situação do país, tendo em vista que as fragilidades nas áreas de educação, cultura, meio ambiente e outras se acentuam, tornando-se visíveis para todos que tem uma visão mais apurada sobre a realidade dos contextos onde vivem.

Tais aspectos estão sendo percebidos neste período de preparação para a Copa de 2014, ao dar-se conta, tardiamente, de que o país não possui mão-de-obra qualificada para o turista nos padrões da Federação Internacional de Futebol (FIFA), por exemplo, nem dispõe de oferta de serviços, produtos e infraestruturas para atender ao fluxo de turistas esperado em megaeventos.

No caso do estado da Bahia, a realização desse evento é uma oportunidade para a diversificação de seus produtos turísticos e, no caso de Salvador, ampliação e capilarização da oferta de roteiros, já que os praticados em 2013 são quase os mesmos – predominando em localidades como o Centro Antigo de Salvador (CAS) e a orla marítima – comercializados desde a década de 1950 por operadoras de turismo de médio e grande porte. Assim sendo, este evento poderá contribuir para o favorecimento de localidades e comunidades alijadas e marginalizadas, que poderão se preparar e aproveitar deste momento para se desenvolver socialmente e crescer economicamente.

As atividades relacionadas ao turismo, comumente, são demarcadas por relações de troca nas quais ficam evidenciadas os papéis do empresário e do turista, ou do vendedor e do comprador; ou do fornecedor e do cliente/consumidor. Curioso é que o empresário da operadora de emissivo, por exemplo, não é proprietário, nem participa do processo de organização do destino turístico comercializado. E nem o turista o é, do serviço que lhe é vendido. Nesta negociação de venda e compra de destinos como se fossem mercadorias, há um sem número de profissionais neste processo, que vivem ou sobrevivem deste mercado.

A respeito disso, reflete-se sobre o papel das comunidades dos destinos receptores de turistas e visitantes. Assim, pergunta-se: Em que medida elas são consultadas sobre o processo de venda da sua cidade, do seu bairro, dos serviços que utilizam cotidianamente como transporte urbano e dos atrativos como praias, por exemplo? Elas têm conhecimento sobre os benefícios ou malefícios desta atividade nas suas vidas? Quando, como e em que condições foram ou são consultadas sobre a sua visão do turismo e da inserção do seu destino nas prateleiras das agências de viagens e operadoras de emissivo e receptivo?

No caso desse estudo, o foco é o bairro do Cabula e o seu entorno, pelo seu valor histórico-cultural e ambiental, e por estar no entorno da UNEB, que executa o projeto Turismo de Base Comunitária no Cabula e Entorno, conhecido por TBC Cabula, que articula pesquisa à extensão nos bairros, visando o

cooperativismo, a economia solidária, turismo de base comunitária e a criação de uma operadora de receptivo.

Tal projeto adota a metodologia participativa com e nas comunidades dos bairros, de modo que todos sejam protagonistas do processo que envolve diálogos e reflexões feitas com os moradores das comunidades, para que haja apoderamento social, cultural, ambiental e empoderamento político e econômico das pessoas; a valorização da cultura comunitária; a sabedoria dos moradores mais antigos; a dinâmica comunitária representada pelos saberes, sabores e fazeres dessa gente; que são e estão acima do valor financeiro da atividade turística, ela é complementar à renda dos envolvidos. Este é o maior legado que a universidade enquanto gestora da educação superior poderia deixar para estas comunidades.

No que se refere à mobilização para o turismo de base comunitária, seguiu-se algumas etapas necessárias como: a conscientização da comunidade acerca do potencial turístico do lugar onde vivem; a elevação da autoestima de pessoas que são depreciadas diariamente pela mídia massiva e sensacionalista; a elaboração de roteiros com e nas comunidades, identificando-se os lugares que as comunidades considerem potencialmente turísticos e que estão em condições de acolherem visitantes e turistas.

Assim sendo, construiu-se conhecimento, abordando o turismo convencional versus o de turismo de base comunitária; planejamento turístico e metodologia de inventariação; e metodologia participativa de mapeamento turístico.

Turismo Convencional *versus* Turismo de Base Comunitária

Chama-se neste texto por turismo convencional, a atividade econômica planejada e organizada a partir do final do século XIX, quando as viagens tornaram-se acessíveis por meio de transportes; financiamentos de bilhetes aéreos, terrestres e aquáticos; aumento da oferta de destinos turísticos; profissionalização dos serviços; dentre outras facilidades para que o maior número de pessoas se deslocasse com fins para o lazer e turismo.

O turismo convencional é caracterizado então por uma atividade predominante capitalista e, como tal, tem sido tratada com demasiada ênfase no crescimento econômico com acumulação de capital e tem a tendência de desprezar os custos ambientais presente e futuros, e a preservação dos meios socioculturais.

Em termos de impacto ambiental, Ruschmann (1993, p. 71), afirma que a forma de exploração do turismo é insustentável dado o número excessivo de pessoas em excursões ecológicas, a desarmonia estética entre infraestrutura e paisagem natural, a utilização de combustíveis não-renováveis nos meios de transporte, a oferta de suvenires industrializados, dentre outras práticas. E ainda acrescenta que o turismo tornou-se, na maioria dos casos, um instrumento de *marketing* utilizado por empreendedores da área, que por meio da mídia, divulgam paraísos ecológicos com praias vazias, limpas, águas cristalinas, peixes coloridos, sol brilhante, atrativos culturais, dentre outros apelos. Esse procedimento de transformação

do turismo em mercadoria para ser consumida, confere o direito de uso apenas àqueles que tiverem como comprá-la (MENDONÇA, 1996; RUSCHMANN, 1993; CORIOLANO, 1996 *apud* SILVA, 2005).

Ainda que alguns teóricos versem sobre o turismo enquanto "atividade humana internacional que serve como [...] elo de interação entre os povos" (WAHAB, 1977, p. 25); "[...] fenômeno de interação entre o turista e o núcleo receptor [...] (ARRILLAGA, 1976, p. 26); os aspectos humanos desta são suprimidos pelos econômicos, que transforma localidades, pessoas, cultura e natureza em mercadoria, tornando a atividade turística superficial, tecnicista, focada numa perspectiva de mercado, um reflexo da dinâmica capitalista. Tal prática impacta mais nas dinâmicas sociais das comunidades, que na estrutura econômica das localidades visitadas.

Isso posto, reflete-se: o que mais é aproveitado, além do que já existia e dos atrativos naturais e atrações culturais? Que preocupações existem e que cuidados são tomados para não transformar um espaço turístico em lugar semelhante às grandes cidades? Que medidas são tomadas para não deixar os turistas invadirem os espaços, as vidas, os hábitos, a cultura dos habitantes locais? Quais os impactos sociais, econômicos e culturais gerados pela exploração do turismo no destino? Os habitantes de núcleos receptores querem o turismo, ou se sentem obrigados a aceitá-lo, por falta de oportunidade de trabalho? Ou seja, que medidas e decisões são tomadas, ou que políticas são adotadas, para que não se tenha mais um ex-paraíso ecológico nas mãos?

Essas perguntas precisam ser internalizadas, refletidas, discutidas e transformadas em ação prática. Senão, continuar-se-á incorrendo em erros cometidos em muitos destinos turísticos, onde, por falta de planejamento e mau gerenciamento, assistimos ao crescimento acelerado da prostituição, juntamente com a propagação das doenças venéreas e da sida, à carência de mão-de-obra qualificada, à elevação dos preços de serviços e produtos, à migração desenfreada de pessoas em busca de oportunidade de emprego, à insuficiência da oferta de produtos, à massificação de pessoas, à saturação da infraestrutura básica, de apoio e dos serviços turísticos, ao aumento de lixo, à poluição do meio ambiente, à perda de identidade cultural, à depredação do patrimônio histórico-cultural e a outras mazelas (SILVA, 2005).

Assim, entre os textos e contextos, está posto que:

> [...] a Política Nacional de Turismo obedecerá aos princípios constitucionais da livre iniciativa, da descentralização, da regionalização e do desenvolvimento econômico-social justo e sustentável (BRASIL, 2008).

Apropriando-se dessa possibilidade de autonomia, justiça e sustentabilidade na atividade do turismo, julga-se que se forem feitas ligações com os conceitos de economia solidária, cooperativismo, comércio justo e participação, formula-se metodologias que impactem o menos possível a vida e a dinâmica das comunidades visitadas, possibilitando que algumas vertentes do turismo apareçam no decorrer dos tempos numa tentativa de integração à economia moderna e diminuição das desigualdades sociais.

Dentre essas, o Turismo de Base Comunitária - TBC, que como o próprio nome implica, leva-se em consideração a vocação, a potencialidade e o desejo da comunidade, ou seja, a comunidade é sujeito

de seu próprio avanço, participando desde a concepção do turismo ao seu desenvolvimento e gestão, considerando a complexidade, a diversidade e as realidades locais.

É importante salientar que o TBC não se constitui em fonte de renda exclusiva da comunidade, é apenas uma complementação na renda, e há outros ganhos, além dos pecuniários, dizem respeito à autoestima da comunidade, preservação da história e da cultura local, integração social entre moradores e conscientização política que a prática e a observação proporcionam à comunidade visitada e visitante.

Doravante, faz-se necessário explicitar que o TBC é muito mais uma forma diferente de fazer turismo do que uma vertente do turismo, da forma como é entendido o turismo e principalmente o turismo de massa capitalista, uma vez que a atividade econômica é totalmente subsidiada por princípios de economia solidária e preço justo, que não visam a exploração do capital como finalidade única do turismo, contrapondo-se ao conceito mercantilista proposto pela entidade reguladora do turismo no mundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), afirmando que o turismo é uma atividade de deslocamento de pessoas fora de seu local de convivência, e que restritamente envolve o consumo dos produtos do local.

Esses podem ser entendidos como as atividades de hotelaria, restauração, guiamento, dentre outros, mas também podem significar os saberes populares, as crenças, o modo de vida, os patrimônios culturais e históricos, o que, na visão do TBC, não é mera mercadoria, faz parte da vida das pessoas que ali vivem que não devem ser vendidas como produtos, indiscriminadamente, desconsiderando os valores que as pessoas ali presentes cultivaram e preservaram durante gerações, e que são essenciais para a manutenção da harmonia e do equilíbrio entre a comunidade com ela mesma, e dela para com o meio externo.

O TBC tem como público alvo, em sua maioria, pessoas com grau elevado de escolaridade geralmente vindas do exterior, de outras comunidades, vizinhas ou de outras cidades, que queiram interagir e trocar experiências com a comunidade receptora, e, moradores da própria localidade que muitas vezes não conhecem a profundidade e a riqueza das dinâmicas culturais daquela comunidade.

Entende-se aqui comunidade como rede social interligada que trabalha e (sobre)vive de forma árdua, driblando e vencendo os desafios que a marginalização advinda do capitalismo lhes impõe.

Esta distinção entre turismo convencional e o turismo de base comunitária se dá na prática da atividade, que deve ser pensada coletivamente, colaborativamente e cooperativamente para que supere, senão minimize, os impactos sociais e culturais negativos advindos do convencional. Neste sentido, o planejamento poderá ser uma das ferramentas fundantes para o êxito das comunidades envolvidas no processo.

Planejamento Turístico e Metodologia de Inventariação

O planejamento é uma função e ou ferramenta utilizada para a concretização dos objetivos e metas propostos, seja em âmbitos de vida pessoal ou organizacional; de curto, médio e longo prazos; decorrente de projeto, programa, plano ou política; podendo ser eficiente, eficaz ou efetivo, ou não. A depender da metodologia que se adote, importa-se com o processo, mais que com os resultados, isto depende das bases epistemológicas adotadas pelos seus idealizadores e executores.

Pensando no planejamento para atividade do turismo, pressupõe-se a participação de diversos atores e de áreas direta ou indiretamente ligadas a este setor, que compõem a rede turística definida por Silva (2000, p. 51) como "teia de múltiplas ligações interdependentes", na qual "[...] os atores estão interligados com a finalidade de oferecer serviços [...]" e – já ampliando na perspectiva do turismo de base comunitária – e estabelecer relações de troca de experiências com os visitantes e turistas.

Bissoli (2001) afirma que "o processo de planejamento da atividade turística exige estudos muitas vezes longos e onerosos, com a participação de equipes multidisciplinares e totalmente integrada". Esta multiplicidade de olhares é dirigida a uma localidade multiplamente formada, o que significa dizer que se leva em consideração aspectos como infraestrutura do local; saneamento básico; energia elétrica; água potável; pavimentação, qualidade de vida; segurança; níveis de escolaridade das pessoas que lá vivem, que inclui a preparação das mesmas para a prestação de serviços aos turistas como idioma, conhecimentos gerais, por exemplo; e outros.

Nessa perspectiva, investiga-se sobre as condições de vida, como vivem as pessoas na localidade, e se tem capacidade física e estrutural para receber uma demanda flutuante de turistas. Desta forma, o planejamento deve ser encarado sob dois prismas, um focado nos aspectos sociais, observando-se condições e qualidade de vida, contextos e situações relacionadas à cultura, ambiente, e outros; e outro racional, por necessitar de dados, medidas, indicadores, parâmetros e especificações das condições materiais para o atendimento dos resultados esperados.

Fazendo então um retrospecto do planejamento para o turismo no âmbito global governamental, este processo teve início na França no final dos anos de 1940 e no início dos anos de 1950, na Espanha, que acompanhou a tendência do planejamento ao tempo que criava o Ministério de Informação e Turismo:

> O planejamento formal do turismo, por parte dos países, teve início na França, com a elaboração do primeiro plano qüinqüenal de equipamento turístico, para o período de 1948 a 1952. Outro país pioneiro em planificar o turismo em âmbito nacional foi a Espanha, em 1952, ao mesmo tempo em que criava o Ministério de Informação e Turismo. Ao longo da década de 60, o planejamento turístico foi se generalizando na maioria dos países europeus com vocação e interesse turístico; e, na década de 70, estendeu-se a outras regiões começando também a generalizar-se na América Latina (ACERENZA, 1991).

No Brasil, quase vinte anos depois, em 1979, o primeiro projeto de identificação do espaço turístico, deu-se por meio de inventariação: "Inventariar significa registrar, relacionar, contar e conhecer aquilo de que se dispõe e, a partir disso, gerar informações para pensar de que maneira se pode atingir determinada meta" (BRASIL, 2004, p. 11). As metas e objetivos traçados são descritos no Projeto Inventário da Oferta Turística (BRASIL, 2006), dentre eles destaca-se:

- formatar e implementar uma metodologia única para a inventariação da oferta turística no País;
- Permitir a análise do significado econômico do turismo e seu efeito multiplicador no desenvolvimento municipal; e
- Possibilitar a hierarquização e priorização dos atrativos e conjuntos existentes.

Esses projetos iniciais de inventariação no Brasil foram importados de uma realidade de países da América do Norte e, posteriormente, da Espanha, as adequações que ocorreram com a criação do Plano Nacional de Municipalização do Turismo - PNMT, de 1994, não se levou em consideração os diferentes contextos do Brasil (BRASIL, 2001).

Nesse caso, a adoção de modelo importado, sendo aplicado noutra realidade, configurou-se invasivo e, paradoxalmente, evasivo às questões conflitantes e referentes às comunidades e seus contextos sociais, políticos, econômicos, sociais, culturais e tecnológicos. Assim, o inventário proposto para a municipalização do turismo no Brasil inicia-se inoperante a partir do momento em que vê a comunidade como objeto de pesquisa, sem validar as experiências de vida e as dinâmicas das localidades, nem respeitar o tempo que se faz necessário nos processos de planejamento participativo.

Tal prática é contrária ao desenvolvimento, que nas pesquisas de turismo comumente aparece em relatórios apresentando aspectos econômicos com impactos positivos, embora apareçam outros como os culturais, gastronômicos, mas que efetivamente não se avalia a sustentabilidade decorrente do turismo. Esta carência fica evidenciada quando se dissemina o turismo em comunidades de baixa renda, a exemplo das práticas em bairros populares pela equipe do TBC Cabula da UNEB.

Desse modo, a aplicabilidade da metodologia de inventariação em vigor mostra-se ineficiente, ineficaz e inefetiva nessas comunidades. Com base nestas reflexões, modelou-se uma metodologia participativa de mapeamento turístico, de modo que as comunidades fossem os principais protagonistas, evitando com isso a predominância de conflitos, tensões e resistências por parte delas.

Metodologia Participativa de Mapeamento Turístico, uma experiência do TBC Cabula da UNEB

Inicialmente, a equipe multidiciplinar do projeto TBC Cabula, analisou o material de inventário da oferta e da demanda turística adotado pelo Ministério do Turismo do Brasil, reconhecendo-o como inadequado para o contexto das localidades de bairros populares.

Mesmo assim, fez-se tentativas de adequação dos formulários padronizados para inventariação turística dos municípios aos contextos de bairros do Cabula e entorno. Percebeu-se que não havia possibilidade de aplicação dos formulários, tendo em vista a quantidade e detalhamento dos itens e o seu caráter investigativo e invasivo, com perguntas que deixariam as pessoas desconfiadas, inseguras e angustiadas, tendo em vista que as suas respostas não atenderiam às exigências destes.

Vale considerar que nos contextos destas comunidades do mesmo modo que há presença de blocos de carnaval; terno de reis; capoeira; grafiteiros; bandas de música; manifestações artísticas; líderes natos, carismáticos; culinária regional e local; terreiros; contadores de estórias; moradores antigos e idosos, que são guardiões da memória, história, e do patrimônio comunitário; fauna e flora; dentre outros aspectos ambientais e culturais valorosos, singulares e plurais. Há também representantes políticos que cooptam lideranças, que no caso, considera-se como pseudolideranças; traficantes; condições precárias de vida relacionadas à moradia, educação, saúde, por exemplo; dentre outras mazelas.

Percebe-se que se têm motivos, de um lado, para orgulho da herança cultural e do valor de sua gente; e de outro, para baixa autoestima, que leva ao desejo de sair do bairro onde nasceu, à não compreensão de como o turismo favoreceria melhorias na sua comunidade. Considerando-se aí que para as comunidades, a ideia de turismo está relacionada ao turismo de Sol e Praia, àquele que só acontece nos bairros que contam com boa infraestrutura, com seus grandes hotéis, e transporte urbano regular e de boa qualidade.

Assim, a partir de uma decisão coletiva dos pesquisadores, bolsistas de iniciação científica, bolsistas das comunidades, e articuladores voluntários dos bairros, começou-se a pensar em uma forma diferente de inventariação que contemplasse a comunidade não apenas como objeto de estudo, mas que contasse com a participação das pessoas envolvidas desde o início do processo de planejamento. Tendo em vista que os gestores do turismo de base comunitária são as próprias comunidades, e que toda e qualquer forma de imposição hierarquizada iria de encontro à filosofia de toda a equipe, que sempre primou pela participação de todos nas discussões, formulações dos métodos de pesquisa e decisões. E isto não poderia, em hipótese alguma, ser diferente para com a comunidade que é parceira do projeto desde sua gênese, que sempre ajudou na articulação do projeto com as comunidades e nos debates à cerca das estratégias adequadas ao processo de imersão nas comunidades.

Dessa forma a metodologia de inventariação deveria fazer valer o caráter de pesquisa e extensão do projeto, onde conhecimentos acadêmicos e comunitários confluíssem para o entendimento da dinâmica comunitária e da sua potencialidade para uma organização na perspectiva do turismo de base comunitária. A partir deste entendimento, as atividades foram organizadas em quatro etapas:

- diagnóstico por meio de pesquisa de gabinete, em fontes primárias e secundárias, em órgãos públicos, *sites*, bibliotecas, arquivos públicos, monografias, dissertações, teses e outros textos, com o intuito de coletar o máximo de dados e informações a respeito dos bairros contemplados pelo projeto. Estes dizem respeito à infraestrutura; taxas de natalidade e mortalidade; saneamento básico; taxa de emprego e desemprego; habitação e condições de moradia; serviços básicos como posto de saúde, escolas; associações de bairro, cooperativas, coletivos, fóruns e redes; limpeza e higiene; vias de acesso; transporte; dentre outros;
- curso sobre metodologia participativa de mapeamento turístico, no qual fez simulação da aplicação de formulários com os participantes – professores, estudantes, lideranças comunitárias, representantes de associações, comerciantes e outros – presentes neste;
- pré-teste da metodologia participativa em Pirajá, na sede da Escola Alberto Santos Dumont, em 21 de dezembro de 2010, com participação de artistas locais pelo Programa Escola Aberta, e realizou-se visita ao Parque São Bartholomeu com apoio da comunidade de lá, antes da equipe do TBC Cabula atuar nas localidades do Cabula e entorno; e
- realização de rodas de conversa e elaboração de roteiros com e nas comunidades. Esta atividade foi realizada com a participação de diversos sujeitos da comunidade como artesãos; líderes comunitários; cozinheiras; lavadeiras; crianças; jovens; adultos; idosos; professores e estudantes; diretores e coordenadores de escolas públicas; garis; capoeiristas; agentes comunitários; administradores de condomínio; editores; músicos; poetas e poetisas; aposentados; vendedores ambulantes; grafiteiros; comerciantes; diretores de grupos culturais; dentre tantos outros.

Em relação às rodas de conversa, o processo se deu por meio de diálogo sobre o entendimento das comunidades relacionado ao turismo e as experiências com visitantes e turistas nestas. Neste caso, houve depoimentos de vivências na maioria dos bairros, ainda que de forma incipiente recebeu-se visitantes e, em alguns casos, turistas estrangeiros.

Na sequência dessa ação, a equipe apresentou o projeto TBC Cabula, conceitos e exemplos de turismo de base comunitária, diferenciando-os de práticas de turismo comunitário. No entendimento da equipe, conforme já mencionado, o turismo de base comunitária é modelo de organização e gestão, e o turismo comunitário é segmento, tipologia ou modalidade como existem outras – turismo cultural, turismo de aventura, turismo ecológico e outras.

E por fim, a elaboração de roteiros turísticos por grupos organizados de, em média, cinco pessoas. Esta experiência foi fascinante, tendo em vista que no início dos diálogos com as comunidades, havia descrença total da possibilidade de se realizar o turismo no seu bairro. E outro elemento a destacar, foram listados atrativos e atrações, que a maioria desconhecia a existência no seu bairro. Depois, os grupos apresentaram os roteiros, identificando-se a tomada de consciência do valor do patrimônio cultural e a identidade comunitária, e que a dinâmica do cotidiano no seu bairro é a base para o despertar de interesse dos visitantes e turistas.

Dessa forma, deu-se início ao processo de "inventariação" nos bairros, ou melhor, o mapeamento turístico participativo, que logrou êxito e adesão de moradores à proposta do turismo de base comunitária pelo projeto TBC Cabula da UNEB.

Considerações Finais

O que se apresentou até aqui, caracteriza-se como modelo de desenvolvimento do turismo aplicado, majoritariamente, até os dias atuais, em 2013, em todo o mundo, inclusive no Brasil. Na Bahia, por exemplo, apesar de ser um destino ainda pouco explorado, baseia-se na reprodução do sistema capitalista, com fins imediatistas, comprovados pela destruição da natureza, concentração de renda, manutenção da miséria, pobreza e desigualdades. Para Brohman (1996, p. 48 *apud* TELFER 2002, p. 62), a indústria do turismo do Terceiro Mundo cresceu rapidamente, mas tem encontrado problemas comuns a outras estratégias de desenvolvimento existente, incluindo excessiva dependência do estrangeiro, reforço das diferenças socioeconômicas e espaciais, destruição ambiental e crescente alienação cultural.

O processo de inventariação da oferta e da demanda turística possibilitou à equipe do TBC Cabula que conhecesse o cotidiano das comunidades, os conflitos, tensões, problemas e valores; e à comunidade, que se visse com outro olhar, identificando e valorizando o que é de seu pertencimento. Sobre este pertencimento, a população destes bairros se pergunta: o que é nosso mesmo, tendo em vista que nos falta quase tudo que é básico para a nossa vida? Este foi um processo importante para o começo das ações que estão, e sempre estarão em andamento, na medida em que se ajuda a desestigmatizar as comunidades, que são apenas e sempre apresentadas pelas mídias como violentas, periféricas, senão coitadinhas, pobres, miseráveis e outros adjetivos pejorativos.

Assim sendo, a aprendizagem da equipe foi um ganho, e pensa-se que para as comunidades também, a partir do conhecimento adquirido sobre as comunidades: o que elas produzem; os saberes populares passados de geração em geração; as iniciativas comunitárias para driblar as adversidades geradas pela má gestão pública destes lugares; o domínio exercido por políticos sobre alguns grupos, transformando o bairro em curral eleitoral; os limites impostos pelo tráfico de influências e outras drogas; os dramas pessoais e sociais vividos por elas; as tradições; a resistência à padronização imposta pelo capitalismo e pela sociedade de consumo, gerando estratégias inusitadas, criativas e diferenciadas; dentre outras práticas.

A equipe viveu experiências significativas nas comunidades, apenas para exemplificar o ambiente higienizado e comida deliciosa do restaurante de D. Leda, que ofereceu bombons e cafezinho depois da refeição como cortesia, revelando características marcantes e peculiares nas comunidades – a hospitalidade nata, espontaneidade, acolhimento caloroso. O bem receber faz parte das vidas destas pessoas e – ainda que alijadas das benesses do turismo convencional, marginalizadas e vivendo em condições, por vezes, precárias e com aspectos de abandono pela gestão pública, que lhes faz viver em

ambiente com esgoto a céu aberto; falta ou má iluminação à noite; e outras majelas – não se poupam de serem elas, autênticas, simples e humildes.

Com isso, de acordo com a proposta do TBC Cabula da UNEB, as atividades e programações do turismo de base comunitária seguem um roteiro desenhado e gerido pelas comunidades, fazendo com que o turista participe da realidade que vivem cotidianamente, sem criação de cenário. E, evidentemente, que estas se organizem em rede ou em cooperativas para pleitearem o atendimento de seus direitos enquanto cidadãos, favorecendo melhorias de suas condições de vida, evitando com isto que se confunda que o turismo de base comunitária se concretiza em comunidades pobres e em estado de pobreza e miséria.

Assim sendo, considera-se que a metodologia participativa de mapeamento turístico alcançou os objetivos pretendidos para o planejamento das ações futuras com as comunidades e a universidade, na medida em que se coletou dados e informações, e identificou junto às comunidade os atrativos turísticos das localidades a serem geridos comunitariamente de forma justa, responsável, sustentável e solidária.

Referências

ACERENZA, M. Á. Promoção turística: um enfoque metodológico. São Paulo: Pioneira, 1991.

ARRILLAGA, José Ignácio de. **Introdução ao estudo do Turismo**. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1976.

BISSOLI, Maria Angela Marques Ambrizi. **Planejamento turístico municipal com suporte em sistemas de informação**. 2. ed. São Paulo: Futura, 2001.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Turismo - Embratur. **Inventário da oferta turística**: metodologia. Brasília, 2001.

_____. Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília , DF, 17 set. 2008.

_____. Ministério do Turismo. **Estratégia de gestão do inventário da oferta turística**. Brasília, 2004.

_____. Ministério do Turismo. **Projeto inventário de oferta turística**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/inventariacao_da_oferta_turistica.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2013.

MENDONÇA, Rita. Turismo ou meio ambiente: uma falsa oposição? In: LEMOS, Amália Inês G. de (Org.). **Turismo**: impactos socioambientais. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 19-25.

PORTAL DO PLANATO. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/imprensa/noticias-de-governo/pais-reduz-indice-de-pobreza-de-30-da-populacao-para-9-em-10-anos-revelam-dados-do-governo. Acesso em: 16 jun. 2012.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. O comportamento dos agentes de turismo e o meio ambiente. **Revista Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 2, n. 4, p. 70-71, mar. 1993.

SILVA, Francisca de Paula Santos da Silva. **Turismo em rede**: uma teia de múltiplas relações. Salvador: Factur/BA, 2000.

_____. **Educação superior numa perspectiva da sustentabilidade**: uma análise de cursos de turismo. 2005. 333 f. Tese (Doutoramento em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

_____; SÁ, Natália Silva Coimbra de (Org.). **Cartilha (in)formativa sobre turismo de base comunitária** "O ABC do TBC". Salvador: Eduneb, 2012.

TELFER, David J. The evolution of tourism and development theory. In: SHARPLEY, Richard; TELFER, David J. **Tourism and development**: concepts and issues. Queensland: Channel View Publications, 2002. p. 35-78.

WAHAB, Salah-Eldin A. **Introdução à administração do turismo**. São Paulo: Pioneira, 1977.

9 ENCONTROS NA E COM A COMUNIDADE DE PERNAMBUÉS E SARAMANDAIA

Rosane Sales dos Anjos

Introdução

Esse texto é um testemunho da possibilidade da prática do Turismo de Base Comunitária em espaço urbano, a partir do caso dos bairros de Pernambués e Saramandaia, ainda em processo de organização.

Em pleno século XXI, tendo o capitalismo como sistema econômico, o que significa dizer que todas as atividades econômicas e financeiras são direcionadas para o lucro, não importando o tipo de impacto, se negativo, ou positivo para as pessoas. Entre as muitas atividades está o Turismo, que é apontado comprovadamente por vários teóricos como importante gerador de divisas, de oportunidades de trabalho e renda, além de contribuir para a redução das desigualdades regionais e sociais em diferentes pontos do nosso território. Mas, sabe-se que a realidade é bem outra, só um pequeno grupo se beneficia, os que detêm o capital.

Por isso é quase impossível, se pensar em alguma prática financeira ou econômica que quebre esse paradigma, contudo está se falando do Turismo de Base Comunitária, que a despeito de tudo traz como bandeira a prática de maneira irrestrita dos seus princípios e valores, ou seja, respeito à

comunidade, o que significa lhe outorgar a gestão total do turismo, desde uma distribuição justa de trabalho e renda, até o uso do ambiente de forma responsável e sustentável.

Acrescentando a isso, o fortalecimento da rede de solidariedade entre as diversas organizações comunitárias, educacionais, alternativas de economia solidária, de saúde e cultura e outras que atuam, por exemplo, no Cabula e entorno a partir da constituição de uma Cooperativa de Receptivos Populares Especializada em Roteiros Turísticos Urbanos Alternativos, Responsáveis, Sustentáveis e Solidários - RTUARSS e um despertar de uma consciência cidadã crítica, que faz parte do item, formação.

No caso, o foco está nos bairros de Pernambués e Saramandaia, considerados como terrenos férteis para a proposta do turismo de base comunitária da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Isto se eles não desaparecerem do mapa, tendo em vista as especulações imobiliárias, que chegaram ao ponto de criar um bairro entre Saramandaia, Pernambués e Cabula, denominado por Horto Bela Vista, que segundo Silva (2012), "é a primeira vez que se vê um bairro surgir primeiro com concreto e depois pelos seus habitantes".

E, a situação ainda é mais grave para o bairro de Saramandaia, que segundo Fernandes (2013, p. A2), "[...] o que fazer com os 3.000 moradores que podem vir a ser removidos em função da Linha Viva, que se ancora num equívoco: o transporte motorizado individual".

Pernambués

O bairro de Pernambués está localizado próximo à Estação Rodoviária, fazendo limites ao Norte, com o Cabula; ao Sul, com a Avenida Paralela; o Leste, a Avenida Luís Eduardo Magalhães e a área federal do 19º Batalhão de Comando; e a Oeste, o bairro de Saramandaia, conforme Figura 1.



Figura 1 – Mapa com os arredores de Pernambués
Fonte: Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Pernambues_(Salvador)>. Acesso em: 5 jun. 2013.

O nome Pernambués tem origem indígena e significa mar feito à parte ou tanque de água. Outrora no seu passado, foi um centro frutífero, abastecedor da cidade de Salvador, quiçá de outras localidades da Bahia e de fora do estado, pois quem não conhecia as laranjas e mangas do Cabula? Famílias tradicionais, donas de fazendas e/ou chácaras como a família do Dr. Otávio Mangabeira, Aliomar Baleeiro e outros. Também pessoas do povo possuíam extensões de terras.

Mas, a sua geografia, foi se modificando com os loteamentos, dando lugar a uma nova paisagem. O desenvolvimento fez-se notar com a chegada da energia elétrica, em 1958; e da água encanada, em 1970, primeiro para os chafarizes, depois para as residências; asfalto; construção da primeira escola do bairro, a estadual Aliomar Baleeiro, depois a municipal, Madre Helena; construções de conjuntos habitacionais, casas e residências construídas com as novas tendências de arquitetura. Tudo isto conquistado com muita luta e resistência dos seus moradores (NASCIMENTO, 2012).

O bairro de Pernambués em Salvador é um dos mais populosos da capital baiana, segundo estatísticas, nele vivem pouco mais de cem mil habitantes, é um bairro eclético com presença de residentes de classes alta, média e baixa. A sua urbanização deveu-se a diversos loteamentos, como Jardim Brasília, antes fazenda do Dr. Numa Pompílio; a Av. Hilda, a principal do bairro; a Praça Artur Lago e entorno, antiga Fazenda Perseverança, cujo proprietário foi Artur Lago. Atualmente estão previstas novas desapropriações, para vias de trânsito como a mencionada Linha Viva.

Na atualidade, tem mais escolas desde o fundamental até a 8 ª série, incluindo creches, jardins infantis e cursos profissionalizantes; clínicas, o Centro de Atendimento Psicosocial - CAPS, consultórios dentários, o Centro de Saúde de Pernambués, 24 horas, Dr. Edison Teixeira Barbosa; limpeza urbana; segurança, com uma base da Policia Militar; equipamentos comunitários na área da comunicação como emissoras de rádio, Metrópole e Tudo FM, rádio comunitária WD, serviço de auto-falante, e a rádio comunitária Odeon – a primeira do bairro, extinta por morte do seu fundador –, jornais, terminais telefônicos, jornais, *internet*; serviços de transporte coletivo urbano, alternativo, amarelinho, táxi, automóveis e moto táxis; igrejas de quase todas as denominações, inclui-se a religião de origem africana, centros espíritas e outros; casas de comércios; bares e restaurantes; dentre outros serviços.

Assim, o local é composto basicamente por moradias populares, não obstante, encontra-se prédios e casas da classe A, B e C, a exemplo de loteamentos como o Jardim Brasília; condomínios modernos e antigos, bem como o primeiro de toda região do Cabula, o São Judas Tadeu. Por estar ocupando uma área privilegiada da cidade, no alto, bem ventilado, com vista panorâmica da parte nova da cidade de Salvador, e diversos acessos, tem atraído investimentos de alto nível como o condomínio fechado, o Horto Bela Vista, situado entre Cabula, Pernambués e Saramandaia.

Por possuir uma densa aglomeração humana, enfrenta muitos problemas de infra-estrutura que as Associações de Moradores tentam solucionar, junto ao poder público, a exemplo do Grupo Alerta Pernambués - GAP; Sociedade Beneficente 10 de Julho; Comissão Unida de Pernambues - CUP; Centro Social Urbano - CSU; e outras.

Referente à parte de cultura e lazer, no CSU de Pernambués são realizados cursos, oficinas e outras atividades; presença de mestre e grupos de capoeira; grupos culturais e de diversas modalidades de dança; Terno de Reis Rosa Menina, criado em 1945; artistas, artesãs; contadores de estórias e histórias.

Saramandaia

O bairro de Saramandaia fica situado atrás do Detran-BA e Estação Rodoviária de Salvador (ver Figura 2), o que o faz estar bem localizado e com comodidades que são escassas em outros bairros, a exemplo da proximidade a *shoppings* como o Iguatemi, Salvador e Horto Bela Vista. Assim sendo, o acesso é praticamente para toda a cidade por meio de transporte público.



Figura 2 – Mapa com os arredores de Saramandaia
Fonte: Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Saramandaia_(Salvador)>. Acesso em: 5 jun. 2013.

Saramandaia tem uma população de aproximadamente 30 mil pessoas, é um bairro carente onde a maioria é de classe baixa. Paradoxalmente, é um dos bairros que tem o maior número de escolas por habitantes, na capital. Tem uma praça, campo de futebol. O seu comércio é intenso com mercadinhos; lanchonetes; armarinhos; butiques; sorveteria; barbearia. Não tem bancos, casa lotérica, supermercados, nem correios.

Saramandaia tem nome inspirado na novela homônima da Rede Globo que foi exibida no ano de 1976, e que está sendo exibida com nova edição, em 2013. O bairro é habitado por uma população de baixa renda batalhadora, que tem conseguido driblar um dos maiores problemas sociais da cidade, a violência, por meio de associações, como a Associação das Senhoras do bairro de Saramandaia. Vem

tendo impactos negativos com a construção do condomínio Horto Bela Vista, e, conforme já mencionado, o bairro está ameaçado de desaparecer com a construção de vias de acesso.

Existem grupos como O Grupo Cultural Arte Consciente, da Saramandaia, formado por ex-integrantes do Projeto Axé e da Escola Picolino; o Grupo Balanço das Latas Brasil - BLB, dentre outros.

Turismo de Base Comunitária, uma realidade em Pernambués e em Saramandaia

O Projeto Turismo de Base Comunitária no Cabula e Entorno - TBC Cabula, teve boa receptividade nos bairros de Pernambués e Saramandaia, desde os primeiros encontros, as oficinas de mapeamento participativo nas quais foram elaborados roteiros com a participação das comunidades dos dois bairros.

Em paralelo às ações desse projeto, fez-se a primeira chamada, em 2011, para a realização do primeiro *tour* baseado nos princípios do turismo de base comunitária, ou seja, todo organizado coletivamente, beneficiando a todos os envolvidos sem intermediação externa. Assim, contou-se com a presença de significativa representação dos diversos segmentos dos dois bairros, líderes de Associações; Serviço de Segurança Pública - SSP, representada pela companhia que serve em Pernambués; área de Saúde, o CAPS; o CSU de Pernambués; escolas; artesãos e artistas; e outros. A comunidade foi mobilizada, mas sem ação concreta neste primeiro instante, que no ponto de vista desta autora, tiveram alguns motivos: a] ser uma novidade; e b] pela necessidade premente que as comunidades têm de verem resultados imediatos, de qualquer proposta que lhes sejam apresentadas. Mas, entenderam os objetivos do Projeto TBC Cabula.

Em 2012, voltou-se a cogitar a organização de turismo de base comunitária, aplicando-se palestras, oficinas, encontros e metodologia de mapeamento turístico. Novamente houve uma acolhida calorosa, atenciosa e entusiasmada, demonstrando o desejo de continuar dando os passos requeridos nas rodas de conversa, diga-se de passagem, foi um sucesso. Contou-se com a presença de mais de setenta pessoas. E daí em diante, não se parou mais. De 2011 a 2013, foram realizados três roteiros totalmente organizados pelas comunidades de Pernambués e Saramandaia. Ver a seguir como se sucedeu cada um destes.

Primeiro Roteiro - "I Visita Turística à Pernambués pela Comunidade da Fazenda Modelo Quilombo d'Oiti, de Itacaré-Bahia, entre 22 a 24 de julho de 2011"

Uma experiência inédita, tanto pelo fato da comunidade está realizando o seu primeiro receptivo, como pela resposta dada pelos visitantes, por meio do carinho, da demonstração de estarem à vontade,

como se já convivessem com o grupo há muito tempo. Até hoje aqueles momentos são lembrados com saudades e a promessa de promoverem um novo encontro com a comunidade da Fazenda Quilombo D'Oiti e Casa de Bonecos.

Foi realizado logo após o I Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - I ETBCES, que ocorreu no dia 6 de julho de 2011, organizado pela comunidade em diálogo com representantes da Fazenda Quilombo D'Oiti. Os visitantes ficaram hospedados na casa D. Luiza; as refeições eram servidas por Carmen, mais conhecida carinhosamente por Loira; visitou-se o CSU de Pernambués – recepcionados pelo grupo de capoeira angola do mestre Ciro – no qual se formou uma grande roda de conversa e troca de experiências entre estudantes, residentes de Pernambués, Saramandaia e de outros bairros, e os visitantes, destacando presença marcante de crianças e jovens; apresentação do Terno de Reis e do negro Davi; visita ao Terreiro de Candomblé do Manguinho; ao pomar do restaurante Paraíso Tropical, a convite de Beto Pimentel, no Resgate.

Segundo Roteiro - "A rota da horta, da Horta à Mesa, 12 de abril de 2013"

No segundo Roteiro, depois de terem sido realizadas oficinas, sendo uma delas a identificação de atrativo que representasse os bairros, e as hortas foram escolhidas unanimemente, para o qual foram confeccionados suvenires e camisa temática. Os visitantes foram alunos e professores da UNEB. Assim o tema do roteiro foi da Horta à Mesa.

Esse teve como objetivo dar visibilidade à "relíquia" ainda preservada em zona urbana – uma horta comunitária. Esta horta foi objeto de um Programa da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), com a finalidade de difundir a plantação de hortaliças sem uso de agrotóxicos. Foi mais uma celebração, o encontro de um grupo da comunidade e os seus visitantes. Na horta foram servidos chás de capim santo e sucos de beriberi; vendidas hortaliças e artesanato confeccionado pela esposa de um dos cooperados, pois são cinco hortas comunitárias localizadas no limite Pernambués-Saramandaia.

O almoço foi outro momento auspicioso, onde foram servidos pratos vegetarianos e convencionais, feitos pos Raquel Santana e Néia Estevan, regado com um recital de poesias declamadas pelos poetas locais, a poetiza Joanice Marques de Pernambués, e Everton Lima, do Beiru/T.N.

Terceiro Roteiro - "Comunidade Planeta, em 13 de julho de 2013"

Realizado como parte da programação do III ETBCES. Este receptivo consta de um passeio panorâmico por Pernambués e Saramandaia, com paradas estratégicas, mostrando alguns lugares significativos como loteamento Jardim Brasília; edificações; escolas e outros serviços; condomínio São

Judas Tadeu, construído para petroleiros, organizado em blocos numerados, com quatro apartamentos por andar, uma capela que tem como padroeiro este santo, que foi construída por iniciativa dos condôminos; um dedinho de prosa com D. Luiza, na sua casa situada na antiga sede da rádio comunitária Odeon, sede do Memorial Terno de Reis Rosa Menina e da Associação Comissão Unida de Pernambués – CUP; almoço no CSU de Pernambués, com presença de artistas e artesãos, e mais apresentações de música, dança e recital de poesia.

Considerações Finais

Os roteiros organizados pelas comunidades de Pernambués e Saramandaia ainda não estão comercializados, tendo em vista a importância da formação específica em roteirização e organização por meio de cooperativismo.

Assim, chegou-se a algumas considerações, são momentos inéditos, só experimentados por aqueles que se entregam sem reservas a essa desafiadora experiência, a prática de um turismo nas comunidades dentro da área urbana, organizado genuinamente por elas, com gestão do próprio grupo.

O lucro maior é a satisfação por se ter visibilidade de uma forma positiva e a descoberta dos potenciais, nunca antes pensado que existiam. E por fim, a integração efetivada entre visitantes e anfitriões de forma espontânea e sincera.

Referências

FERNANDES, Ana. Saramandaia existe. **A Tarde**, Salvador, 5 jul. 2013. Caderno Opinião, p. A2.

NASCIMENTO, Luiza. **Correspondência pessoal**. Salvador, 2010-2013.

SILVA, Francisca de Paula Santos da Silva. **Correspondência pessoal**. Salvador, 2012.

10 UM OLHAR PEDAGÓGICO SOBRE EXPERIÊNCIA DA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES - ITCP/UNEB

Ana Celeste da Cruz David

Introdução

A narrativa proposta neste artigo norteia-se pelo desejo de compreender a perspectiva que possui a equipe da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares ITCP/UNEB, a respeito da prática de incubação, suas condições de construção de conhecimento. A ITCP é um núcleo de pesquisa e de extensão da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus I, Salvador, em funcionamento, neste formato, desde a década de 1990. Considera-se a ITCP um espaço de ensino e aprendizagem de educação não-formal para a cidadania, de natureza multidisciplinar e multirreferencial.

Com esse objetivo revisa-se a história da incubadora como núcleo de pesquisa e extensão, seus princípios, finalidades e desenvolvimento. Destaca-se que a ITCP se constitui como *locus* da pesquisa "A

Criação (e Conversão) do Conhecimento: um estudo de campo na educação formal e não-formal", desta autora, no curso de Doutorado Multidisciplinar e Multiinstitucional em Difusão do Conhecimento - DMMDC.

A etnometodologia é a escolha metodológica a orientar o curso desta investigação, mediante a análise de documentos de registro cotidianos utilizados para comunicar, tomar decisões, formular conceitos. Utiliza-se como procedimento a pesquisa documental e bibliográfica e como técnica a leitura e anotações de leitura e a análise compreensiva dos documentos.

Seleciona-se dois artigos, publicados, em 2006, por membros da equipe técnica da incubadora, e o relatório final de pesquisa do projeto desenvolvido no território do Vale do Jiquiriça, em 2008. Destaca-se que três membros da equipe técnica da incubadora aparecem como autores nos documentos em referência. E um relatório elaborado por estudante/bolsista como requisito de final de curso de pós-graduação em ação de extensão universitária, em 2005/2006.

Os documentos mediadores deste estudo tecem um saber e conhecimento sobre a experiência vivenciada entrelaçando razão, emoção e complexidade. Os autores estão implicados nos atos que atualizam no tecido do texto, constroem a realidade, ao mesmo tempo em que dela participam, acolhendo, revelando e ocultando o fenômeno que observam e que realizam em suas subjetividades.

Composta por uma equipe de formação multidisciplinar que inclui economista, engenheira, química, pedagogo, sociólogo, a hermenêutica destes autores requer o câmbio constante entre os diferentes olhares sobre o fenômeno que vivem e participam no processo de criação do conhecimento de maneira original e singular, saindo do que cada um é capaz de perceber, revelar e ocultar, seus consensos e contradições.

Desde seus lugares e marcadores sociais, étnicos, gênero, mediante uma abordagem epistemológica que reconhece o caráter mutável, contraditório e ambivalente do conhecimento, esses autores reconhecem seu envolvimento no processo de conhecimento. Ainda que esse processo não se complete, frente a interrupções e interdições, pois como afirma Macêdo (2012, p. 51) "não se pode confundir realização com acabamento".

Ao estudar o material selecionado em articulação aos princípios norteadores de um olhar pedagógico que deseja também tornar-se multirreferencial, opta-se por construir um mapa conceitual como instrumento de apoio à compreensão do tema em questão. Para isto utiliza-se o *software* Cmap Tools para apresentar os principais conceitos, idéias e caminho percorridos, visto na Figura 1.

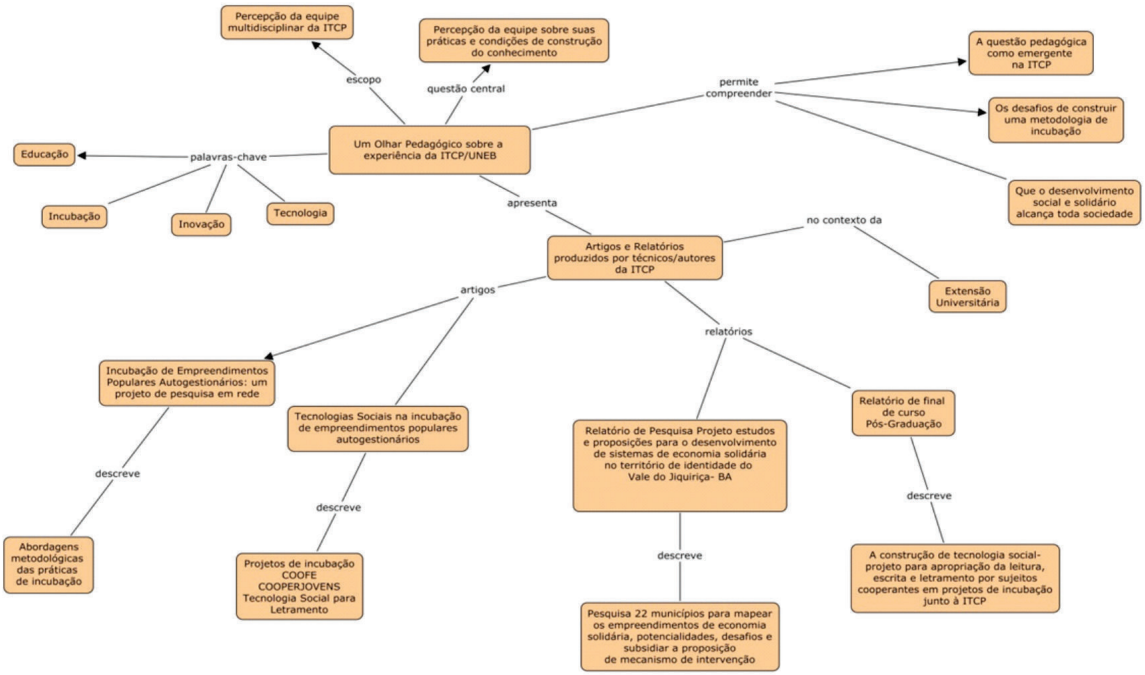


Figura 1 – Mapa conceitual do artigo
Fonte: Elaborado pela autora

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP)

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) constitui-se num programa de extensão universitária concebido em 1995, por meio do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE), em articulação com o Comitê de Entidades Públicas de Combate à Fome e pela Vida - COEP, a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), e Fundação Banco do Brasil (FBB).

A ITCP é então concebida como centro de tecnologia capaz de tornar disponíveis os conhecimentos produzidos na universidade, através do suporte à formação e desenvolvimento ou incubação de empreendimentos auto-gestionários, alternativa de trabalho, renda e cidadania para indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade social e econômica.

O desenvolvimento dessa iniciativa pioneira refletiu em novas experiências de incubação de cooperativas populares por parte de universidades públicas e confeccionais, dentre estas a UNEB. A partir de 1998, a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares foi formalizada através de estatuto próprio, e desde então vem atuando junto às diferentes esferas de governo na formulação de políticas públicas e no desenvolvimento de projetos estratégicos nas áreas de cooperativismo, educação e cidadania.

A metodologia é pensada de forma a promover uma estratégia cooperativa como empreendimento econômico mais voltado para o bem comum, desenvolvimento socioeconômico do que para o lucro, e para a emancipação política e social dos cooperados. Tomando-se o saber e a participação dos seus membros como ponto de partida para a mobilização e valorização da ação e o caráter educacional como princípio norteador.

A ITCP/UNEB constituída desde 1999, atualmente, em 2013, integra o Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares/PRONINC e a Rede Universitária de Incubadoras de Cooperativas Populares. O cenário de origem da ITCP/UNEB está ligado à transferência do Programa de Tecnologia da Habitação – THABA, do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento do Estado da Bahia (CEPED) para a UNEB, no ano de 1993. Este novo arranjo institucional possibilitou à sua equipe técnica transformar ações do âmbito específico da habitação para outras áreas como trabalho e renda e assim contribuir na produção de mecanismos capazes de viabilizar melhores condições de vida para a população de baixos recursos.

Visando adequar-se ao Estatuto da Universidade e, a acentuar seu compromisso e objetivo de produzir e difundir conhecimento científico e tecnológico a ITCP/UNEB desenvolve e tem aprovada em 2009, a proposta de criação do Núcleo de Cooperação e Ações em Políticas Públicas e Economia Solidária – COAPPES, tendo como finalidade a incubação de empreendimentos autogestionários e o fortalecimento de territórios de cooperação, de identidades culturais e de cidadania.

Desde sua implantação a ITCP/UNEB vem desenvolvendo projetos de incubação a exemplo da Cooperativa Múltiplas Fontes de Engomadeira - COOFE; Cooperativa de Artesãs e Costureiras do bairro do Pau Miúdo - COOPAFRO; Cooperativa de Produção dos Jovens da Região do Sisal - COOPERJOVENS; Cooperativa Popular Sabor do Buri - COOPERBURI; Associação das Mulheres Artesãs de Cajazeiras - AMAC, Cooperativas de Mulheres Costurando uma Realidade - COOPERCORTE, Cooperativa União Popular dos Trabalhadores de Tancredo Neves - COOPERTANE, e projetos como de Gestão Participativa da Pesca Artesanal, de Estudos e Proposições para o desenvolvimento de Sistemas de Economia Solidária no Território de Identidade do Vale do Jiquiriça-BA.

Para efeito deste estudo toma-se como mediadores de referência documentos produzidos por membros da equipe técnica da incubadora ao longo da experiência, sendo dois artigos e dois relatórios de pesquisa e passamos a analisar tais documentos articulados aos pressupostos teóricos da educação não formal de Gohn (2010), economia solidária como práxis pedagógica de Gadotti (2009), educação como prática de liberdade de Freire (2007).

Empreendimento Popular Solidário: contextos e experiências

Nesta seção trata-se brevemente os empreendimentos incubados na ITCP que são objeto de análise e reflexão nos documentos produzidos e selecionados para subsidiar o estudo em tela. Apresenta-se a Cooperativa Múltiplas Fontes de Engomadeira - COOFE, a Cooperativa de Produção dos Jovens da Região do Sisal – COOPERJOVENS, o Projeto Estudos e Proposições para o desenvolvimento de Sistemas de Economia Solidária no Território de Identidade do Vale do Jiquiriça-BA e ideias preliminares da proposta de um projeto de intervenção de leitura e escrita para as Cooperativas.

A Cooperativa Múltiplas Fontes de Engomadeira - COOFE

O programa pioneiro e de maior duração de incubação tecnológica realizado pela ITCP/UNEB é com a Cooperativa Múltiplas Fontes de Engomadeira - COOFE. A formação da COOFE iniciou-se em 1999, através de um curso de formação em cooperativismo abrangendo 120 pessoas da comunidade de Engomadeira, bairro popular da cidade do Salvador e localizado no entorno do bairro do Cabula onde se localiza a UNEB.

No ano de 2000, 62 desses participantes fundaram a cooperativa iniciando as atividades. No ano de 2004, visando à consolidação da cooperativa e o fortalecimento de seus objetivos na atuação das questões locais é formulado o projeto *COOFE - Consolidação de uma experiência*, envolvendo representante do Posto de Saúde do bairro da Engomadeira, Rádio Comunitária, Pastorais de Saúde e da Criança, Associação Cultural Beneficente e Conselho de Moradores.

O projeto tem como proposta, enfrentar as precárias condições de saúde da população devido à carência alimentar e como meta produzir e vender produtos de panificação com formulação especial à base se sementes de abóbora. A execução do projeto foi possível com as articulações feitas pela ITCP com o grupo de pesquisa Alimentos e Nutrição do curso de Nutrição da UNEB, envolvendo também professores e alunos do curso de Nutrição da União Metropolitana de Educação e Cultura (UNIME), e o Posto de Saúde de Engomadeira, que juntos desenvolveram projeto de pesquisa específico.

Pesquisa realizada em 2006 para traçar o perfil educacional dos membros da COOFE, através da aplicação de questionário com 10 cooperados indica que 70% são mulheres, na faixa etária média 35,5 anos, 80% natural de Salvador. Deste grupo, 90% frequentou a escola até o ensino médio, mas, apenas cinco pessoas concluíram esta etapa da educação básica; 30% finalizaram estudos na idade escolar regular e 70% retornou à escola na fase adulta. Entre eles, uma pessoa não freqüentou a escola, demonstrando rudimentos da leitura e escrita e habilidade com cálculo mental.

Empreendimento popular cooperativo em atividade, a COOFE tem capacidade para produzir 5 mil pães diários, além de fornecer lanches para eventos, em espaço próprio e estruturado segundo

as normas de vigilância sanitária. Vem continuamente diversificando suas atividades, como integrante do Fórum Baiano de Economia Solidária, da Rede de Alimentação, na participação de eventos locais e nacionais, socializando e difundindo a experiência.

O processo de incubação da COOFE com a ITCP continua e, atuam na cooperativa 12 cooperantes, conforme dados de 2010. O processo de incubação não está finalizado, ou seja, o processo de desincubação ainda não se consolidou.

A Cooperativa de Produção dos Jovens da Região do Sisal - COOPERJOVENS

A Cooperativa de Produção dos Jovens da Região do Sisal - COOPERJOVENS é um empreendimento popular solidário de incubação da ITCP, formado por filhos de pequenos agricultores, militantes em movimentos da Igreja e dos sindicatos de trabalhadores rurais de treze municípios da região sisaleira do Nordeste da Bahia. O processo de incubação da COOPERJOVENS reuniu diversos colaboradores, inicialmente contou com a participação da Central Única de Trabalhadores - CUT COOPERJOVENS e, depois com a Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT/ADS-BA; a Coordenadoria Ecumênica de Serviços - CESE; o Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais - CERIS, revelando intensa mobilização de setores da sociedade organizada nesta realização.

A meta definida no processo de incubação da COOPERJOVENS junto a ITCP foi de, em curto prazo, da produção artesanal de papel reciclado e artefatos e em longo prazo de produção industrial de artefatos de cimento reforçados com sisal. O alcance da meta de longo prazo demandou a elaboração coletiva COOPERJOVENS/ITCP do projeto de inovação tecnológica denominado "Desenvolvimento de Componentes de Edificações em Fibra de Sisal-Argamassa a Serem Produzidos de Forma Autogestionária", realizado no período de 2002 a 2006. O projeto foi executado nas etapas iniciais de mobilização, seminários locais e regionais, oficina de planejamento, pesquisa de mercado, desenvolvimento de produto inovador tanto no material quanto no *design*, passível de obtenção de patente, e protótipo, utilizando importante elemento na agricultura familiar local, o sisal.

Esse projeto acrescentou a experiência da ITCP um novo desafio, o de submeter o projeto ao edital FINEP/HABITARE tendo a COOPERJOVEM na posição de interveniente co-financiador. Posteriormente os recursos necessários foram obtidos através de acordo com o Banco do Nordeste.

Contudo, nas etapas seguintes, mediante, as dificuldades enfrentadas para a liberação dos recursos oriundo do PRONAF para a construção do primeiro módulo da unidade e aquisição de equipamentos básicos, sua execução foi parcial não atingindo plenamente a meta projetada para o período.

Projeto Estudos e Proposições para o Desenvolvimento de Sistemas de Economia Solidária no Território de Identidade do Vale do Jiquiriça-BA

Pesquisa empírica realizada em 22 municípios do território do Vale do Jiquiriça, no ano de 2010, pela equipe técnica da ITCP e colaboradores com objetivo de mapear os empreendimentos de economia solidária, identificar suas potencialidades, desafios, gargalos e subsidiar a elaboração de proposições de ações e mecanismos de estruturação de um sistema de economia solidária no território. O território é concebido como espaço socialmente produzido.

O relatório esclarece sobre os fundamentos e concepção da economia solidária como "[...] um projeto para uma nova economia [...] não hegemônica e periférica [...] um modo histórico, atual, de ingressar no universo das contradições do capitalismo [...]" (UNEB, 2010, p. 13). Essa concepção orienta e subsidia a escola metodológica coerente com esses fundamentos.

Assim, a metodologia utilizada é denominada de pedagogia investigativa baseia-se no diálogo mediante a inserção dos investigadores no "universo do senso comum, nas rotinas cotidianas", foi organizada em quatro etapas executadas entre julho de 2009 a julho de 2010, sendo que durante este período ocorreu um "longo período de interrupção em razão de problemas de ordem da gestão dos recursos". Como instrumentos de pesquisa utilizou-se de entrevistas, rodas de conversa e aplicação de setenta e nove questionários para mapeamento dos empreendimentos. Foi identificado um grande número de organizações formalizadas, contudo, as práticas de economia solidária são consideradas incipientes em relação aos critérios da ITCP.

A pesquisa trabalhou a partir de seis indicadores para estabelecimento do perfil do território: mapa geográfico e administrativo, especificidade dos biomas, aspectos demográficos, a produção de riquezas, IDH - analfabetismo e pobreza, políticas de transferência de recursos públicos.

Esses indicadores serviram de suporte na elaboração dos instrumentos de pesquisa, questionário e entrevista, bem como na elaboração do relatório parcial, que passou para uma leitura e interpretação coletiva visando à validação de seus resultados como produção coletiva. Por fim, o relatório consolida a relevância da experiência no território como marco de referência na formulação de políticas, ações e estratégias de economia solidária, reconhecendo o protagonismo dos agentes locais para sua potencialidade e difusão.

Relatório de Pesquisa – Projeto Núcleo de Estudos Interdisciplinares Sobre Alfabetização, Letramento e Inclusão Digital - NEALI

Este relatório tem tripla inscrição, a primeira, de promover o reconhecimento mútuo entre a equipe da ITCP e a pedagoga em atuação no projeto de extensão resultado das articulações entre a incubadora e o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Alfabetização, Letramento e Inclusão Digital - NEALI; segunda, orientar a área de atuação do pedagogo no contexto da incubadora, conhecendo as práticas e modos de organização e terceira, subsidiar a construção de um projeto de pesquisa com ênfase em princípios e metodologias para apropriação da leitura e escrita e letramento por parte dos jovens e adultos em projetos de incubação da ITCP.

A escrita do relatório ocupa o período de 2005 a 2006, passando por diferentes momentos e interrupções em decorrência da dinâmica da incubadora, alternância de funções e papéis provocadas ora pela flexibilidade da organização, ora pela redução da própria equipe. Contudo, o fato da escrita do relatório ter extrapolado o tempo da atividade objeto de registro serviu, de certa forma, para ampliar o olhar sobre o observado.

Este relatório é construído a partir do registro no acompanhamento e participação de atividades internas na ITCP e atividades externas de ação nas cooperativas, conversas informais e da leitura de documentos como projetos, relatórios e relatorias, um tipo de produção escrita segundo critérios pessoais para registro das atividades na incubadora, não há uma pessoa determinada para fazer essa produção, a cada atividade um membro ocupa essa função.

Nos documentos pesquisados estão explicitados os princípios metodológicos e objetivos do processo de formação da ITCP, e definidas as concepções sobre o conceito de desenvolvimento (FURTADO, 1998) e educação como prática de liberdade e autonomia (FREIRE, 2007). Os princípios englobam: uma visão integrada de trabalho e renda e organização social da comunidade, autogestão, participação, respeito e reconhecimento da cultura, do saber e anseios da comunidade, processo contínuo de educação e trabalho e respeito ao meio ambiente.

Ao longo da experiência acumulada a ITCP reconhece a questão educacional, em particular a alfabetização de jovens e adultos, como uma condição emergente no processo de incubação. A articulação com o NEALI surge como uma possibilidade de enfretamento desta questão, através da extensão universitária. O grupo escolheu como estratégia inicial a formação de grupo de estudo sobre a temática leitura, escrita e letramento, trabalho que resultou na elaboração do projeto de pesquisa "Incorporação de Práticas que Promovam o Letramento no Processo de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários da ITCP/UNEB". Apesar dos encaminhamentos feitos no sentido de obter financiamento para execução do projeto, este se constituiu num fator limitante, inviabilizando sua concretização.

Percepções do Campo: o olhar Pedagógico

A equipe multidisciplinar da ITCP discute a função social da Universidade assentada na tríade ensino, pesquisa e extensão e seu papel na formação de profissionais comprometidos com a transformação da realidade social e como construtora de conhecimento e desenvolvimento de tecnologias e inovações capazes de enfrentar as desigualdades sociais. Este cenário situa a posição da ITCP no campo da extensão universitária em seu permanente compromisso social com a democratização do conhecimento e postura critica e reflexiva sobre sua produção e destino.

O processo de incubação de empreendimentos populares autogestionários não se constitui numa tarefa fácil. Impõe desafios de diferente natureza, na gestão, tecnológico, pessoal, pedagógico, cultural, revelando seus conflitos e paradoxos entre suas práticas e concepções, tanto internamente quanto nas relações externas a universidade. A extensão universitária ocupa lugar pouco reconhecido e valorizado com dificuldades de planejamento e execução de ações entre departamentos numa mesma instituição, entre universidades e na aproximação com organizações externas.

Mediante o precário contexto social e econômico do bairro do Cabula e entorno, a ITCP atua no contexto urbano de trabalho precarizado e informal, alta taxa de desemprego, elevada taxa de adultos com menos de quatro anos de estudo, indicador que os insere no analfabetismo funcional, termo usado para caracterizar pessoas que tendo acesso a educação por um período, sabendo ler e escrever, não é capaz de realizar adequadamente práticas sociais que requeiram compreensão, interpretação e uso elaborado dessas práticas. Assim, a proposta de educação é considerada fator relevante na estruturação de empreendimentos populares.

A questão pedagógica é uma condição emergente para a ITCP. Por um lado, a equipe multidisciplinar, que em sua maioria não tem formação de magistério, nem prática pedagógica formal não se reconhece com condição de atuar como docente, embora se conceba o processo de incubação como formativo, por outro os cooperantes demandam ação pedagógica efetiva ou mesmo complementar para acessar plenamente aos conhecimentos criados. Não tendo definida uma abordagem teórica-metodológica, uma proposta político-pedagógica a ITCP atualiza padrões conhecidos da educação formal e modelos convencionais de comprovada eficiência, confirmando o que diz Macêdo (2012, p. 50) sobre o *habitus* disciplinar e sua força simbólica, pondo obstáculos a práticas inovadoras não disciplinares, capazes de realizar um diálogo multirreferencial.

Ao localizar a ITCP no campo da educação não-formal, compreendida como um "processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade" (GOHN, 2010, p. 33), ratifica-se sua intencionalidade com a democratização do conhecimento, a formação cidadã e a emancipação social dos indivíduos.

O campo da educação não-formal vem se consolidando a partir das últimas décadas do século XX impulsionado pelas mudanças do mundo do trabalho, acesso às tecnologias digitais, alterações nas relações familiares, de negócios e consumo. Gohn (2010, p. 37) afirma que "a educação não formal

se desenvolve via ou com o apoio de organizações (institucionalizadas ou não), movimentos e outras formas de ações coletivas; utiliza meios e recursos educativos específicos".

Qual a implicação da consideração da ITCP como campo de educação não-formal?

Uma resposta possível diz respeito ao lugar que ocupam os profissionais da equipe técnica multidisciplinar da incubadora na função de educadores. Como prática pedagógica a incubação de empreendimentos populares autogestionários necessita de um educador com sólidos conhecimentos da área de atuação, preparo para atuar junto às comunidades organizadas mediante uma conduta epistemológica que valorize e articule seus valores, saberes, crenças, intuições, cultura e vida cotidiana, fortaleça os vínculos sociais, o protagonismo cidadão e a participação sociopolítica da vida comunitária em conselhos, fóruns, associações.

Outra implicação desta consideração é metodológica. Como campo de conhecimento em formação a educação não formal tem na questão metodológica "um dos pontos mais polêmicos" (GOHN, 2010, p. 45). Estas não estão planificadas, não são dadas a priori, mas antes se organizam na dependência do local, da cultura, interesses e demandas do grupo, a gestão pedagógica do processo é compartilhada. Para Gohn (2010, p. 47): "Penetra-se, portanto no campo do simbólico, das orientações e representações que conferem sentido e significado às ações humanas. Supõe a existência da motivação das pessoas que participam. Ela não se subordina às estruturas burocráticas. É dinâmica." Enfim, a polêmica se mantém aberta à discussão, espaço de experimentação, exercício e a reflexão, fomentada pela incerteza e provisoriedade próprias deste campo, marcado por sua modelagem flexível e transitória.

Considerações Finais

Embora a ITCP/UNEB tenha como objetivo assessorar a formação de cooperativas populares as tecnologias e inovações desenvolvidas tendem a beneficiar o conjunto da sociedade superando a idéia de que esses conhecimentos atenderiam apenas as classes populares, visam alcançar o desenvolvimento social e solidário, apoiados em avanços do conhecimento e distribuição dos benefícios por estes gerados a todos, social e geograficamente. Neste sentido, "o desenvolvimento solidário não propõe a abolição dos mercados, que devem continuar a funcionar, mas sim a sujeição dos mesmos a normas e controles, para que ninguém seja excluído da economia contra sua vontade" (SINGER, 2004, p. 12).

Ao relacionar o ITCP/UNEB ao campo da educação não-formal busca-se reconhecer suas práticas cotidianas como pedagógicas, onde o educador é o "outro", aquele que é em relação ao "eu", profissionais, docentes, graduandos, cooperados, enfim todas as pessoas que se colocam na posição de ensinantes e aprendentes, colocando em jogo, como definido por Barbier (*apud* Burnham, 1998, p. 45), sua multirreferencialidade interna "a opacidade de referencias que um sujeito humano dotado desenvolve durante seus múltiplos itinerários existenciais". Onde os espaços e tempos de aprendizagem

são múltiplos, coletivos e interativos e sua finalidade precípua a emancipação do indivíduo, a formação do cidadão para atuar em sociedade, tendo como princípios a liberdade e a solidariedade.

A educação não-formal, campo educacional autônomo e flexível, acredita-se que possa contribuir para religar a conexão com a criação, produção do conhecimento, incluindo o conhecimento formal, sistemático e graduado, e o saber. Superando, contudo, a visão exagerada e pouco contributiva de que a educação pode resolver problemas que de origem extrapolam o campo educacional, busca-se desenvolver uma perspectiva de estudo multirreferencial mediante não apenas a existência de diferentes campos de referência possíveis como a limitação própria a cada campo disciplinar.

Adentrar na narrativa proposta neste artigo movida pelo desejo de compreender a perspectiva que possui a equipe da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares ITCP/UNEB, a respeito da própria prática de incubação, e de suas condições na construção do conhecimento representou um momento singular de aproximação com o campo da pesquisa pelo olhar do "outro". E caminhar em direção à libertação da cegueira fundamental "a de não perceber que só temos o mundo que criamos com os outros" (MATURANA; VARELA, 2001, p. 270).

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GADOTTI, Moacir. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Ed. L, 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social**. São Paulo: Cortez, 2010.

MACÉDO, Roberto Sidnei. **Currículo**: campo, conceito e pesquisa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MATURANA, H.; VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento**: as bases biológicas do conhecimento humano. São Paulo: Palas Athena, 2001.

SINGER, Paul. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. Estud. av., São Paulo, v. 18, n. 51, p. 7-22, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttextHYPERLINK "http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000200001"&HYPERLINK "http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000200001"pid=S0103-40142004000200001>. Acesso em: 25 ago. 2012.

[UNEB] UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. **Relatório de Pesquisa Projeto Estudos e Proposições para o Desenvolvimento de Sistemas de Economia Solidária no Território de Identidade do Vale do Jiquiriça- BA**. Convênio UNEB/SEPLAN nº 004/2008. Salvador, 2010. Disponível em: <http://www.itcp.uneb.br>. Acesso em: 30 jul. 2012.

11 A EVOLUÇÃO DO PANORAMA EDUCACIONAL NO ÂMBITO DO CABULA

Débora Marques da Silva Araújo

Introdução

O presente artigo faz parte de um estudo mais amplo, realizado em uma das áreas de Salvador conhecida como Cabula. Tendo como finalidade analisar os serviços de educação, busca-se trazer algumas conclusões a respeito da quantidade de serviços educacionais e os principais problemas de infraestrutura deste espaço. Para tanto, utilizou-se o método de abordagem dedutivo. Fez-se uso também de pesquisas de campo, de modo a coletar informações sobre o objeto deste estudo que serviu como fonte de dados específicos sobre o Cabula, sendo importante subsídio para as análises acerca deste espaço, buscando compreender o motivo pelos quais importantes serviços ligados à educação foram instalados nesta localidade.

Observa-se que a educação é um dos setores mais importantes para o desenvolvimento de uma nação. É por meio da produção de conhecimento que um país cresce e se desenvolve socioeconomicamente, onde a escola de Ensinos Fundamental e Médio e a universidade tornam-se importantes para a ascensão social, com isso muitas famílias têm investido na busca de melhores serviços educacionais para seus filhos.

O Cabula é uma das áreas de Salvador que apresenta uma oferta de empreendimentos comerciais, residenciais, dentre outros, e serviços, que são direcionados à educação básica e superior, com importantes faculdades e uma universidade pública de porte que oferece diversos cursos. Estes serviços são utilizados, em sua maioria por moradores do Cabula e do seu entorno, sendo que pessoas de vários locais da cidade também acabam se deslocando até essa área em busca da oferta destes serviços, muitas vezes deficientes em outros locais da cidade.

No espaço urbano de Salvador o que se chama de Cabula, constitui-se uma área que abrange os bairros de Resgate, Saboeiro, Doron e Narandiba (Figura 1).



Figura 1 – Localização do Cabula
Fonte: Elaborado pela autora com base em <wikimapia.org>, 2012.

Com isso, no presente trabalho tem-se como base essa delimitação do Cabula compatibilizada por Lima (2010), correspondendo a uma área de 6,5 km2 e uma população de aproximadamente 13.000 habitantes segundo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

A partir dessa delimitação analisa-se esse espaço e os principais serviços de educação inseridos nele.

A Evolução dos Serviços de Educação no Cabula

A partir dos anos de 1970, iniciou-se um processo de expansão no Cabula com a implantação de diversos serviços de educação nos setores público e privado. Segundo Fernandes (2003), até o ano de 1999 havia nesse local um total de 29 escolas, sendo 21 particulares e oito públicas, que ofereciam desde a educação das séries iniciais até o ensino médio, além de Instituições de Ensino Superior (IES), a exemplo da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

É notória a diversidade de pessoas vindas de outras áreas da cidade em busca do ensino oferecido nesse espaço, como Mussurunga, Bairro da Paz, São Cristóvão e outros. A maioria dessas pessoas matricula-se nas escolas nesta localidade, pelo fato de oferecerem modalidades de ensino que são importantes para a qualificação do estudante, como os cursos profissionalizantes que geralmente não são ofertados por outras instituições de ensino do entorno.

A primeira instituição de ensino fundada no Cabula foi a Escola Municipal Antônio Euzébio - EMAE, inaugurada ano de 1940. A EMAE funciona num prédio de construção antiga com arquitetura do início do século XX e está situada na Rua Cristiano Buys, em local pavimentado e arborizado. Ela está bem localizada no Cabula, em área mais próxima ao bairro de Pernambués, que também é um bairro populoso e com o comércio intenso.

Esta Instituição foi legalizada pela Secretaria Estadual de Educação - SEC, pela Portaria nº 199 publicada no Diário Oficial de 06/02/81, municipalizada em dezembro de 2002, com registro do Regimento Escolar sob Portaria de nº 040/03 publicado no Diário Oficial do Município em 03/02/2003 e inscrição do INEP/MEC, nº 29.189.292. Esta escola atende à comunidade nos turnos matutino e vespertino, oferecendo a Educação Infantil e as séries iniciais do Ensino Fundamental, totalizando 175 alunos nas duas modalidades, sendo 23 alunos na Educação Infantil e 152 no Ensino Fundamental I.

A maioria das escolas públicas existentes no Cabula fica situada na Rua Silveira Martins, que é a principal da área, e são vinculadas ao Estado, possuindo um número significativo de alunos matriculados em todas as modalidades de ensino. Dentre todos os serviços escolares público e particular, presentes no Cabula, um que teve destaque neste estudo foi o Colégio Estadual Governador Roberto Santos - CEGRS, por ser considerado de grande porte, em razão da quantidade de alunos matriculados em todas as modalidades de ensino. Deste modo, fez-se uma melhor análise dessa instituição.

O CEGRS foi fundado em 1979 e se localiza em uma das mais importantes vias do Cabula, a já citada Rua Silveira Martins. Esta instituição possui um espaço físico amplo e bastante arborizado, com uma área de 14.000 m^2, sendo 10.000 m^2 de área construída, e 4.000 m^2 de área verde.

O CEGRS oferece atualmente, em 2013, com exceção do Ensino Fundamental regular, todas as modalidades de ensino disponíveis na rede estadual do Cabula, como o Ensino Médio regular; Curso Técnico Profissionalizante; Educação de Jovens e Adultos - EJA; Profissionalizante para Jovens e Adultos - PROEJA, e a Comissão Permanente de Avaliação - CPA. É pertinente salientar que até o ano de 2009, o CEGRS só oferecia o ensino médio e profissionalizante regular, mas a partir desse período a instituição passou a oferecer todos esses níveis de ensino supracitados, que são distribuídas entre os turnos matutino, vespertino e noturno.

Desde sua fundação, que o CEGRS é uma das maiores instituições de ensino público dentro do Cabula, possuindo um total de 4.000 estudantes matriculados, em 1999; 2.365 alunos matriculados em todas as modalidades de ensino, em 2011, sendo 1.000 alunos no turno matutino, 800 no vespertino, e 565 no noturno; e 3.117 alunos matriculados, em 2012, sendo 1.200, no matutino, 1.000, no vespertino, e 917, no noturno, com um quadro de 110 professores para os três turnos.

A partir dessa análise, observa-se que no ano de 1999, duas décadas após a inauguração do colégio, o número de alunos alcançou uma média de aproximadamente 4.000 alunos matriculados em todas as modalidades de ensino oferecidas pela instituição. Já nos dados obtidos no ano de 2011, doze anos após esse período, houve diminuição de 1.635 alunos.

Com base nas pesquisas realizadas no CEGRS, observa-se que a maioria dos alunos que frequenta esta escola reside não apenas no Cabula, mas também no seu entorno. Como já foi dito, essa realidade é comum à maioria dos serviços de educação oferecidos no Cabula, que também são ofertados para moradores residentes em outros bairros da cidade.

Segundo pesquisa realizada por Fernandes (2003), a vice-diretora do CEGRS comenta que a procura de ensino no Cabula por alunos de outras localidades:

> Nós temos aqui uma comunidade rotativa porque vem de várias áreas. Nós temos alunos que vem de Paripe, temos alunos de Cajazeiras, temos alunos de Mussurunga e muitos alunos daqui do Cabula mesmo, que vem de Tancredo Neves, Engomadeira, Barreiras, não só daqui da área, não. (FERNANDES 2003, p. 520).

A maioria dessas pessoas matricula-se no CEGRS pelo fato desta instituição possuir modalidades de ensino que são requisitadas para a qualificação do estudante, como os cursos profissionalizantes que geralmente não são oferecidos por outras instituições de ensino do entorno. Além desses benefícios, reitera-se que a sua localização é privilegiada, por estar situado perto dos principais pontos da cidade facilitando assim o acesso.

O objetivo principal para uma análise especifica dessa escola é tentar identificar qual é a quantidade de pessoas beneficiadas por esse serviço, quais as facilidades que um equipamento

urbano deste porte pode trazer para a comunidade local e os impactos positivos e negativos que um empreendimento dessa dimensão pode proporcionar para o meio urbano. Entre alguns efeitos positivos, destacam-se: a] valorização da área por possuir em seu espaço um equipamento voltado à educação que beneficia a maioria dos moradores; b] a oferta de um ensino público dentro do próprio bairro; e c] a sua localização, por estar situado em uma área que possui articulação com vários pontos importantes da cidade, facilitando, assim, o acesso.

Dentre os aspectos negativos, observa-se que com o grande aumento de alunos matriculados, consequentemente, houve um aumento no fluxo de pessoas nesse local nos horários de pico, gerando congestionamentos na mais importante via do Cabula, a Rua Silveira Martins, não possui uma estrutura que comporte uma grande quantidade de veículos e pessoas neste período, o que acaba comprometendo toda a área.

Com a implantação de um empreendimento de ensino com a dimensão do CEGRS é necessário não apenas notar o benefício que este estabelecimento proporcionará, mas também é importante que se observe o aumento nos fluxos que este empreendimento trará para a área na qual está inserido e, assim, propor melhorias na ampliação da infraestrutura para que problemas não sejam enfrentados posteriormente.

Atualmente, em 2013 o Cabula possui um quadro de aproximadamente 46 estabelecimentos de serviços ligados à educação, sendo 25 escolas particulares que oferecem educação do ensino básico até o ensino médio; seis estabelecimentos da rede estadual, voltados para a educação do nível fundamental até o ensino médio; cinco escolas da rede municipal de ensino, que abrangem a educação infantil até o ensino fundamental da 1ª a 6ª série; além de três faculdades particulares e uma universidade pública. Além desses o Cabula possui seis serviços ligados à educação, como cursinhos pré-vestibulares e cursos de língua estrangeira que também são muito utilizados pela população local e do seu entorno.

Além desses empreendimentos escolares, o Cabula também possui serviços de ensino superior, com importantes faculdades e uma universidade pública de grande porte que oferece diversos cursos. Esses serviços são buscados por pessoas que moram também em outras cidades da Bahia.

Atualmente, em 2013, o Cabula possui um quadro de quatro Instituições de Ensino Superior - IES, sendo três particulares e uma pública, equivalendo a 7,5% do total das IES existentes na cidade de Salvador, o que demonstra uma boa oferta dos serviços do Ensino Superior nessa área.

Dentre as IES presentes no Cabula uma que se destaca é a Universidade do Estado da Bahia - UNEB, que é analisada por ser uma instituição de grande importância não só para o Cabula, mas também para outras regiões da Bahia.

Criada em 1979, a UNEB é uma instituição pública, gratuita, mantida pelo Governo do Estado da Bahia e vinculada à Secretaria da Educação, que atua promovendo a educação, cultura, pesquisa e extensão, com 29 departamentos presentes em todas as regiões do Estado, estruturada no sistema multicampi.

Em Salvador, a UNEB possui quatro Departamentos, sendo estes o Departamento de Educação - DEDC, o Departamento de Ciências da Vida - DCV, o Departamento de Ciências Exatas e da Terra – DCET, e o Departamento de Ciências Humanas - DCH, todos sediados no Campus I que fica localizado na Rua Silveira Martins, que oferecem 20 cursos de graduação e cursos de pós-graduação como mestrado e doutorado. Muitos alunos que estudam nessa instituição passam a morar no Cabula por conta da proximidade com a universidade e por essa área possuir uma boa localização com relação outros pontos importantes da capital baiana.

A UNEB procura desenvolver de modo harmônico e planejado a educação superior no estado da Bahia, promovendo a formação e o aperfeiçoamento acadêmico, científico e tecnológico dos recursos humanos. Promove também a pesquisa e a extensão de modo complementar, voltadas para as questões do desenvolvimento socioeconômicos, cultural e do meio ambiente dos diversos espaços do estado onde está inserida.

Segundo entrevistas realizadas por Fernandes (2003, p. 508) em relação ao Campus I, "a UNEB possui uma área total de 111.476 m²". Embora tenha muita área verde, o terreno da UNEB é muito acidentado o que dificulta a ampliação da instituição. Esta IES possui grande importância para o Cabula, promovendo a valorização dessa área, por ser uma instituição de grande porte e de reconhecimento nacional. O reconhecimento da UNEB, como um importante marco para o Cabula se dá pela centralidade exercida por esta instituição em todo o Estado da Bahia. Conforme informações dispostas no *website* da instituição de ensino, "A Universidade do Estado da Bahia (UNEB), maior instituição pública de ensino superior da Bahia, fundada em 1979, está presente geograficamente em todas as regiões do Estado, estruturada no sistema multicampi".

Segundo Gouveia (2010), a presença do Campus Central da UNEB no Cabula confere visibilidade para esta área, não só no âmbito da cidade de Salvador, mas em todo o território baiano. Este fato justifica a identificação desta como principal instituição de ensino superior do Cabula.

É possível notar que nesse local os serviços de educação são bem ofertados, mas o que é necessário realmente é que haja investimentos do poder público no sentido de proporcionar melhorias a essas instituições com a finalidade de promover um ensino de qualidade, beneficiando a todos os usuários desse serviço.

Além dos problemas gerados pela falta de melhorias na infraestrutura, o Cabula também possui muitas instituições de ensino que enfrentam problemas, como foi relatado em entrevista realizada por Fernandes (2003, p. 250):

> [...] a nível de 2º grau nós precisamos equipar melhor as escolas, nós não precisamos criar mais escolas de 2º grau, precisamos aqui no Cabula é equipar essas escolas, dar condições de trabalho pra nós crescermos, isso que é necessário. No momento, não tem tanta necessidade de criar escolas de 2º grau, precisa sim, melhorar as escolas de 2º grau existentes no Cabula [...].

Com isso, o Cabula tem se tornado um lugar com grande importância para a capital baiana, resultante da valorização promovida por grandes empreendimentos que são encontrados na área. Além dos serviços educacionais como escolas, universidades e faculdades, o Cabula também possui serviços diversos ligados à educação, como cursos de línguas estrangeiras e cursos pré-vestibulares. A oferta desses serviços é de extrema importância para o Cabula, pois evita que muitos moradores precisem se deslocar para outros locais da cidade por conta disso.

O crescimento e adensamento populacional do Cabula foram acompanhados pelo crescimento do número de veículos e pelos engarrafamentos, sobretudo nos chamados "horários de pico", ou seja, no inicio da manhã e no final da tarde. Nestes horários uma grande população está indo e voltando do trabalho e da escola, o que acaba gerando problemas para os moradores locais, para quem utiliza os serviços dessa localidade ou precisa trafegar pelo Cabula.

A Educação no Cabula e seus Serviços Comunitários

Além de ofertar serviços diversificados, muitas das instituições ligadas à educação no Cabula prestam serviços comunitários, como por exemplo, as escolas que participam do programa Escola Aberta - Educação, Cultura, Esporte e Trabalho para a Juventude: Escola Municipal Deputado Gersino Coelho, Escola Estadual Adroaldo Ribeiro Costa, entre outras. Tais instituições beneficiam a comunidade local por meio da promoção e ampliação da integração entre escola e comunidade, aumentando as oportunidades de acesso a espaços de promoção da cidadania e contribuindo para a redução da violência na comunidade escolar.

Além dessas, outras instituições de ensino no Cabula também oferecem serviços comunitários, a exemplo da UNEB. Um dos projetos oferecidos pela UNEB é o projeto intitulado Turismo de Base Comunitária do Cabula e entorno: agentes, processos e a conformação do espaço urbano, que acaba contribuindo para a melhoria da comunidade local. Segundo Silva (2011), o turismo de base comunitária é organizado pela comunidade nas dimensões sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais. Para a coordenadora, este projeto tem como princípio uma relação dialética entre os sujeitos da comunidade externa e da UNEB, na qual a universidade dialogará com a população da região do Cabula e entorno para identificar, juntos, as possibilidades de criação de uma operadora de receptivos populares organizada e administrada pelos próprios moradores locais. Após a realização das ações previstas nas localidades, a coordenadora do projeto afirma que será possível dar autonomia aos atores sociais, que criarão ou aprimorarão serviços e produtos, formando uma cadeia produtiva que beneficiará a atividade turística na área delimitada, integrando assim os arranjos produtivos locais. Portanto, segundo Silva (2011), o objetivo do projeto é ampliar a oferta de roteiros turísticos para o desenvolvimento socioeconômico dessa área da capital baiana.

O Cabula é detentor de forte potencial para o turismo histórico, cultural, ecológico, ecoturismo, de lazer e outras modalidades. Com isso, a valorização do turismo é importante para o Cabula, já que esta área possui vários atrativos que acabam beneficiando a população local.

A UNEB é a única instituição de ensino dentro do Cabula que oferece o curso superior de Turismo e Hotelaria. Mas, apesar dessa oferta a instituição carece de um local que poderia ser utilizado pelos próprios estudantes com a finalidade de preparar os novos profissionais por meio de vivência e prática como diferenciais no processo de construção do conhecimento.

A partir dessa análise, uma das propostas deste estudo foi a implantação do Hotel-Escola pela UNEB e a melhoria na infraestrutura local.

Considerações Finais

Diante da realidade observada, por meio da elaboração dessa pesquisa, nota-se que é necessário que os órgãos competentes estejam atentos à questão da infraestrutura no Cabula, a fim de amenizar os problemas presentes, como os congestionamentos que provocam transtornos no local.

Percebe-se também que as escolas que oferecem o Ensino Médio dentro do Cabula satisfazem o número de alunos que procuram por ensino nesse local, sendo desnecessária a implantação de mais escolas no momento.

No entanto, para que todos esses empreendimentos implantados no Cabula tragam maiores benefícios para a comunidade, é necessário que o poder público tome medidas que possam trazer melhorias não apenas na infraestrutura, como também para o ensino das escolas dessa localidade. A melhoria na infraestrutura é muito importante para o Cabula, pois, essa área vem crescendo há muito tempo e necessita de uma maior atenção para as suas vias internas, pois estas não suportam o grande fluxo de veículos em determinados horários.

Essas medidas são essenciais para que novos serviços sejam implantados nesse local sem maiores problemas para a população. Nesse sentido, a proposta feita nesse estudo baseia-se na melhoria das vias internas e na construção de um Hotel-Escola na UNEB, visando beneficiar a comunidade e os alunos desta instituição de ensino, no qual o estudante se aproximará da realidade profissional, a partir das experiências vivenciadas no hotel em pleno funcionamento, com o objetivo de desenvolver a capacidade de análise, compreendendo e conduzindo os imprevistos, o que contribuirá para que esses futuros profissionais estejam preparados para a realidade do mercado de trabalho.

Além dessa vantagem, o Hotel-Escola pode ser um local de hospitalidade para docentes e discentes de outras regiões em dias de eventos promovidos pela UNEB em Salvador ou que estejam participando de alguma outra atividade na capital. Desse modo, os custos da hospedagem, caso fossem em outro estabelecimento, poderão ser empregados no Hotel-Escola, beneficiando os estudantes. É possível

também garantir empregos diretos e cursos profissionalizantes para os moradores da comunidade que podem trabalhar no local.

Nesse sentido, o papel do poder público torna-se relevante na melhoria da infraestrutura do Cabula e dos seus serviços de educação que é fator fundamental para a construção da cidadania não só de Salvador, mas de toda nação brasileira.

Referências

FERNANDES, Rosali Braga. **Las políticas de la vivienda en la ciudad de Salvador e los processos de urbanización popular en el caso del Cabula**. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2003.

GOUVEIA, Anneza Tourinho de Almeida. **Um olhar sobre o bairro**: aspectos do Cabula e suas relações com a Cidade de Salvador. 2010. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, 2010. Disponível em:<http://www.posgeo.ufba.br/disserta%C3%A7oes/ANNEZA.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2012.

[IBGE] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 14 abr. 2012.

LIMA, Jamile de Brito. **Os "Cabulas" de Salvador**: confrontando as delimitações de 1992 e de 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade do Estado da Bahia, 2010.

SILVA, Francisca de Paula Santos da. **Correspondência Pessoal**. Salvador, 2011.

12 | POLÍTICA PÚBLICA PARA REPARAÇÃO DAS DESIGUALDADES RACIAIS NA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA

Eliziário Andrade / Edjane Costa Almeida

Introdução

Esta pesquisa tem como objeto, analisar as Políticas Públicas de reparação das desigualdades raciais na educação. Estas políticas se traduzem na prática em programas governamentais criados para promover à igualdade de direitos e oportunidades da população negra do país, cujos direitos cerceados ao longo dos tempos, se refletem e se perpetuam na contemporaneidade.

A desigualdade racial é um fenômeno complexo, resistente que se arrasta por mais de século, desde o período do Brasil colônia, no qual os negros trazidos da África eram submetidos à condição de escravos para laborar nas lavouras. Nesse período, o negro tinha uma participação ativa no sistema econômico do país, não obstante ser classificado como ser inferior, sem possibilidades de conviver de forma igual na sociedade, sobrevivendo em condições desumanas, afastados de qualquer espécie de oportunidade dentro da sociedade da época.

Posteriormente, com a Abolição da escravatura em 13 de maio de 1888, este contingente populacional passa da condição de escravizado para liberto, sem, contudo receber qualquer tipo de amparo que o permitisse viver com o mínimo de dignidade possível. A ausência de mecanismos de proteção e/ou assistência os condicionou a viver de forma, ainda mais precária, que a condição de escravo lhe impunha remetendo-os a uma situação de abandono e miséria.

Historicamente a população negra no Brasil vem sofrendo os efeitos de uma herança remanescente dos tempos da escravidão, que teima em não ser de fato, passado. Trata-se de uma desigualdade para além da "cor da pele" refletida nos diversos segmentos da sociedade como na educação, saúde, renda, acesso a empregos estáveis, violência ou expectativa de vida, nos quais os negros se encontram submetidos às piores condições (JACCOUD, 2008, p. 135).

Nesse contexto, e diante dos esforços engendrados pela população negra, notadamente o movimento negro, em busca de políticas públicas destinadas a reparação de desigualdades raciais, principalmente, na área da educação, em 2003, no Governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva foi sancionada a Lei nº 10.639/03 que altera dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei 9.394/1996 e prevê no artigo 26-A que: "Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e particulares torna-se obrigatório o ensino sobre a História da e Cultura Africana e Afro-brasileira" (BRASIL, 2003).

Com a sanção da Lei 10.639/2003, está lançado o grande desafio à educação nacional, que deverá reunir esforços e procedimentos necessários para o alcance dos objetivos propostos com a criação da Lei. A pesquisa teve como principal objetivo, compreender quais as perspectivas e concepções da Secretaria de Educação do Estado da Bahia sobre a implementação da Lei 10.639/2003 na rede estadual de ensino, para adequação e cumprimento do determinado no dispositivo legal.

Entende-se que a Lei 10.639/2003, nasceu com o forte propósito de levar aos estudantes de todo o país, no ambiente educacional, o conhecimento da cultura Africana, seus costumes, religião, tradição, enfim toda importância em desvendar as origens da população negra antes da condição de escravizados. O conhecimento sobre a condução coercitiva dos africanos para o Brasil, e a formação da nação brasileira, pois se espera que a conscientização sobre os valores que devem ser conhecidos pela raça negra, e toda população brasileira, podem ser um forte aliado na reparação dessas desigualdades para no futuro, quiçá afastar de vez o racismo que persiste até os dias atuais.

O Racismo e as suas Formas de Manifestação desde a Abolição da Escravatura, até os Tempos Atuais

Entende-se necessário uma breve reflexão sobre a questão racial, para construir um lastro fundamentado e capaz de explanar de forma sintetizada, porém segura, para melhor aproximação do

objeto de estudo e ao mesmo tempo utilizar as informações como um ponto de partida, tendo em vista o caminho a ser percorrido, e as consequências que se eternizaram durante séculos.

O racismo é uma herança do século XIX, que seguiu o curso do tempo provocando situação de indiferença, desnível social, desequilíbrio econômico, entraves para o acesso à educação, saúde, e todos os elementos básicos e extremamente necessários para uma convivência justa em sociedade, com respeito e igualdade resguardando os direitos da dignidade da pessoa humana e todos os direitos fundamentais protegidos pela Carta Magna de 1988, proporcionando uma justa distribuição das oportunidades dentro de uma sociedade civilizada.

É necessário refletir acerca da temática ora abordada, na busca de conhecimento a respeito das questões raciais levantadas, com vistas ao entendimento dos reais fatores que levaram a sociedade brasileira a alimentar esse sentimento de superioridade de uma raça sobre a outra, gerando uma separação de classes muito nociva para conviver em sociedade. A partir do estudo das questões raciais, entende-se ser possível compreender e eleger meios para o enfrentamento da questão buscando soluções mais justas, e mais céleres com resultados mais expressivos, analisando o emprego das políticas públicas aplicadas até então para a promoção da igualdade entre os povos que constituem a população brasileira.

A Chegada dos Negros ao Brasil

Os negros, habitantes da África, continente onde haviam impérios como Gana, Songai, Mali, outros reinos consolidados e pequenas aldeias, era caracterizado pela desproporcionalidade entre a enorme quantidade de terra e o pequeno contingente populacional, vivendo de forma condizente com os seus hábitos e costumes, logo foram alvos do interesse europeu, que em busca de comércio próspero e ouro, passaram a fazer parte da rotina dos africanos, explorando e usurpando as riquezas das suas terras e aumentando os seus lucros, conforme asseveram Munanga e Gomes (2006, p. 16) "A escravidão foi o meio que os portugueses encontraram para tirar maior lucro do Brasil". Assim, com o intuito de aumentar o lucro, a prática do escravismo foi intensificada pelos portugueses.

Sobre as características do povo negro para Munanga (1988, p. 14):

> Em cima dessa imagem, tenta-se mostrar todos os males do negro por um caminho: a ciência. O fato de ser branco foi assumido como condição humana normativa e o de ser negro necessitava de uma explicação cientifica. Uma primeira tentativa foi de pensar o negro como um branco degenerado, caso de doença ou de desvio à norma. A pigmentação escura de sua pele só podia ser entendida pelo clima tropical, excessivamente quente. Logo isso foi considerado insuficiente, ao contestar-se que alguns povos vivendo no Equador, como os habitantes da América do Sul, nunca se tonaram negros. Outra justificativa da cor do negro foi buscada na natureza do solo e na alimentação, no ar e na água africanos. Não satisfeitos com a teoria da degeneração fundamentada no clima, outros aceitaram a explicação de ordem

> religiosa, nascida do mito camítico entre hebraicos. Segundo ele, os negros são descendentes de Cam, filho do Noé, amaldiçoado pelo pai por ter lhe desrespeitado quando o encontrou embriagado, numa postura indecente.

Além do lucro que a atividade oferecia, a prática do tráfico do povo africano era justificada pelos portugueses, pela necessidade de povoamento e colonização das terras recém descobertas, ainda segundo os autores "Sem a participação dos africanos dificilmente os portugueses conseguiriam ocupar as terras descobertas no processo de expansão marítima" (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 42). Assim a maioria dos escravos era trazida aos portos brasileiros, motivo pelo qual nenhuma outra região do mundo teve a prática da escravidão tão intensificada como no Brasil, o que unificou de uma forma dolorosa a conexão entre a África e o Brasil.

A violenta retirada dos africanos do seio de suas famílias, do seu continente e de suas origens, foi a solução adotada pelos portugueses para atender suas necessidades que se tornavam cada vez mais, promissora, crescendo de forma tal a estimular a captura de africanos, fortalecendo o comércio de seres humanos para atender as necessidades econômicas do país. De acordo com Munanga:

> A valorização de suas terras demandava mão-de-obra barata. A África sem defesa (frisamos que sua tecnologia e indústria de guerra eram relativamente inferiores às européias) aparece então como reservatório humano apropriado, com um mínimo de gastos e de riscos (MUNANGA, 1988, p. 8).

É importante registrar, que a mortalidade dos negros era muito intensa desde o transporte dos mesmos nos navios vindos da África para o Brasil. Fatos como a superlotação, condição de higiene, escassez de água e alimentos, maus tratos somado ao estado emocional decorrente da ruptura forçada com o seu habitat, foram fatores preponderantes para os elevados números de mortes do povo africano. Como bem coloca Albuquerque e Fraga Filho (2006, p. 50):

> Pode-se imputar as mortes a bordo a fatores como escassez de alimentos e água, maus tratos, superlotação e até mesmo ao terror da experiência vivida, que debilitava física e mentalmente os africanos. Além disso, o tráfico colocava os africanos em contato com doenças para eles desconhecidas e para as quais ainda não haviam criado defesas suficientes. Ao colocar em contato povos de diversas regiões da África e mais tripulações brasileiras e européias, os navios negreiros funcionavam como verdadeiros misturadores de típicas de cada continente. Desconfiança, medo e hostilidade reinavam a bordo dos navios negreiros.

Alguns dos escravizados não admitiram continuar sobrevivendo naquela condição de horror, e se rebelaram, fugindo para a mata virgem, local que desconheciam, mas arriscavam-se para tornarem-se homens livres, o que comprova que não houve passividade na aceitação do regime escravo, conforme os assentos de Munanga e Gomes (2006, p. 69):

> A esse processo de luta e organização negra existente desde a época da escravidão, podemos chamar de resistência negra. Várias foram as formas de resistência negra durante o regime escravocrata. Insubmissão às regras do trabalho nas roças ou plantações onde trabalhavam – os movimentos espontâneos de ocupação das terras disponíveis, revoltas, fugas, abandono das fazendas pelos escravos, assassinatos de senhores e de suas famílias, abortos, quilombos, organizações religiosas, entre outras, foram algumas estratégias utilizadas pelos negros na sua luta contra a escravidão.

As lutas para resistir ao escravismo continuam por muito tempo. É nesse contexto de resistência, lutas e ideais que o movimento para abolir a escravidão no Brasil, ganha reforço dentro da sociedade, que cada vez mais se mobiliza em busca de promover a liberdade dos negros capturados na África.

Ressalte-se que quando da assinatura da lei Áurea, o Brasil concentrava um pequeno número de cativos. Com base em Albuquerque e Fraga Filho (2006, p. 196): "No dia 13 de maio mais de 90 por cento dos escravos brasileiros já haviam conseguido a liberdade por meio das alforrias e das fugas." Com as leis sancionadas antes de 13 de maio de 1888, os escravos foram reduzidos a um número pequeno, o que demonstra que a lei assinada pela princesa Isabel, foi na verdade uma estratégia política.

Contudo a condição de recém liberto não pode superar a realidade de abandono em que foram jogados, conforme assevera Theodoro (2008, p. 33):

> A abolição da escravidão colocou a população negra em uma situação de igualdade política e civil em relação aos demais cidadãos. Contudo, como a literatura tem constantemente reafirmado, as possibilidades de inclusão socioeconômica dessa população eram extremamente limitadas.

Sem qualquer assistência, auxilio orientação, e qualquer tipo de acompanhamento social, o negro foi ficando em situação de miséria e pobreza que se agravava diariamente, nascendo com essa condição uma desigualdade racial e social com autos índices estatísticos até os dias de hoje, em que a população negra ainda lidera a maioria dos desfavorecidos de oportunidades dentro da sociedade brasileira.

As Desigualdades Raciais

A Desigualdade Racial é um fenômeno complexo e de difícil solução, resultante de fatores socioeconômicos, culturais, étnicos e territoriais que são determinantes para a manutenção de uma realidade que se arrasta desde os tempos da abolição, condenando a população negra a uma condição de submissão e falta de oportunidade em vários segmentos da sociedade, tornando-se desta forma um alvo necessário a continuação e criação de programas de políticas públicas direcionados ao enfrentamento da questão, que é hoje um grande desafio.

Para Jaccoud (2008, p. 12): "A análise dos dados sobre as desigualdades raciais, sua interpretação e contextualização, apresentam-se como patamares necessários à reflexão sobre a questão racial e à busca de soluções para seu enfrentamento". Tratar das questões das desigualdades raciais, certamente remete a reflexões para um entendimento e ao mesmo tempo uma busca segura e audaciosa pelas soluções que de fato, que apontem o caminho a seguir, em busca da reparação dessas desigualdades raciais, sociais advindas historicamente desde os tempos coloniais.

A Discriminação Racial para Cleidisson Junior (2011, p. 8): "É ação, é o comportamento de forma a prejudicar alguém, isto é, quando o racista ou o preconceituoso externaliza sua atitude em manifestação ou ação, ocorre à discriminação". Assim entende-se, que a discriminação racial, é uma espécie de comportamento, que se apresenta por meio de ações, em que um indivíduo transforma suas convicções racistas, em ações revestidas de uma suposta superioridade, ou ainda discriminar de forma disfarçada, tratando o outro, de forma indiferente, passando meio que despercebido, o que dificulta o reconhecimento da atitude racista, em virtude do aparente comportamento social adequado.

Ainda sob a ótica de Jaccoud (2009, p. 49):

> A idéia de que progresso do país dependia não apenas do seu desenvolvimento econômico ou da implantação de instituições modernas, mas também do aprimoramento racial do seu povo, dominou a cena política e influenciou decisões públicas das últimas décadas do século XIX, contribuindo efetivamente para o aprofundamento das desigualdades no país, sobretudo, ao restringirem as possibilidades de integração da população de ascendência africana.

Sem igualdade de oportunidades, o povo negro, domina não somente o número de populares, mas são os que lideram as estatísticas de menos empregos, maioria de doentes, os que frequentam em menor número as escolas e os estabelecimentos de ensino superior, realidade que apesar de muito comentada e alvo de projeto de políticas reparadoras, ainda lideram as estatísticas. Para Theodoro (2008, p. 39): "A concentração da população não-branca em regiões pouco dinâmicas contribuiu para o quadro atual das desigualdades raciais". O processo de inclusão do negro no pós-abolição, acabou por perpetuar os negros em regiões menos favorecidas e desenvolvidas do país.

A Inserção do Negro no Mercado de Trabalho

Outros fatores ajudaram na discriminação do negro no cenário social do país e dentre eles, está à presença do negro no competitivo mercado de trabalho. O negro, natural da África, nas regiões de clima excessivamente quente, expostos a jornadas prolongadas e condições desumanas de trabalho, conforme elenca Munanga (1988, p. 22). "Num clima tropical, com calor de 30 e 40 graus, o trabalho começa cedo e termina por volta do meio-dia, uma hora da tarde", por falta de adaptação climática e todas as questões que impunham um diferencial na convivência na nova terra, os negros eram considerados preguiçosos,

sem qualquer observação as diferenças climáticas em que foram criados, e com a atual condição de escravo, eram torturados para executar suas tarefas.

Ainda sob o entendimento de Munanga (1988, p. 22), acrescenta-se:

> O colonizador legitima seu privilégio pelo trabalho e justifica a nulidade do colonizado pelo ócio. No retrato constará uma inacreditável preguiça, ao contrário do colonizador, que tem um gosto virtuoso pela ação. Esse último sugere que o trabalho do colonizado é pouco rentável, o que autoriza os salários insignificantes e a exploração. Desse modo, mesmo professores, médicos e engenheiros negros colonizados nunca receberam salários iguais aos de seus colegas brancos.

A desigualdade no mercado de trabalho foi duramente vivenciada por muito tempo, e ainda o é, pois encontra entraves para distribuir os empregos de forma igual entre os negros e brancos. Alguns poucos negros devido a pequenas melhorias na condição econômica, conseguiram estudo e qualificação, mas, ainda assim, não conseguiam alcançar os melhores cargos oferecidos pelo mercado de trabalho, uma vez que dentre os requisitos necessários para galgar o ápice pretendido era possuir "boa aparência". Diante dessa realidade, nasceu a necessidade da criação de instituição normas e leis para proteger o trabalhador negro.

Como se constata nas colocações de Mallet (2006, p. 310) e outros:

> A preocupação com a discriminação racial no trabalho é objeto de diversas normas internacionais, oriundas dos mais diversos organismos. Despontam evidentemente, as normas da OIT e sua histórica luta pela igualdade no emprego. No âmbito da ONU, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) prevê, em seu artigo 23.1 e 2, o "direito ao trabalho" e a "igual remuneração por igual trabalho".

Na atualidade, em 2013, a questão da desigualdade racial é ainda persiste nas diferenças enfrentadas pelos negros para integrarem-se como sujeito ativo desse mercado de trabalho. A trajetória percorrida a partir da liberdade, ou seja, desde o inicio da civilização demonstra que as oportunidades que lhes são oferecidas, vislumbram uma grande disparidade de igualdades, estando sempre à disposição dos negros, ocupações mais inferiores, e quando preparados para exercer atividade com maior especialização, recebem salários mais baixos em relação a uma mesma atividade exercida por um profissional branco.

Conforme observa Santos (2005, p. 1) "Essa ideologia racial irá, evidentemente, dificultar a inserção dos negros no nascente mercado de trabalho, tendo em vista sua suposta inferioridade e a discriminação racial". Com essa reconhecida rejeição o mercado permanece sem oportunizar aos negros as mesmas condições de igualdade, daí para reparar ou compensar, se faz necessário que programas de políticas públicas e ações afirmativas, sejam implementadas pelo Estado e por grupos interessados neste tema com a finalidade de reparar as perdas sofridas.

De acordo com Santos (2005, p. 2) "O racismo e a discriminação racial tem seus efeitos sobre homens e mulheres negras, sendo que estas sofrem duplamente o preconceito e a discriminação racial,

buscando "caminhos" outros para transpor as barreiras impostas pelo mercado de trabalho". Mulheres com a mesma qualificação profissional que os homens, percebem remuneração inferior, embora desenvolva a mesma atividade, e em alguns momentos atividades que exigem mais comprometimento e especialização, o que deveria ser considerado um diferencial em favor das mesmas.

Acesso dos Negros às Políticas Públicas

Insta destacar, que as políticas públicas até então implementadas, ainda não atingem o ápice do problema como elemento emblemático e eliminatório das desigualdades raciais, mas promovem atenuações significativas dentro dos objetivos que a população negra pretende e necessita alcançar, minimizando o abismo existente entre as classes sociais, a partir da identificação dos fatores estruturantes da discriminação racial do Brasil, seguindo a trilha e ao mesmo tempo desconstruindo a ideologia que fez edificar a exclusão da população negra, fortalecendo o preconceito, a separação de classes.

Grupos, associações, movimentos, foram organizados pelos próprios negros como bem diz Albuquerque e Fraga Filho (2006, p. 255) "A continuidade de associações nascidas no século XIX e o surgimento de outras, nas primeiras décadas do século XX, são a mais viva demonstração da participação política negra." Organizados e imbuídos da certeza da continuidade das lutas para proporcionar o seu espaço merecido dentro das camadas sociais.

De acordo com Piovesan (2006, p. 120):

> Se o combate à discriminação é medida emergencial à implementação do direito à igualdade, todavia, por si só, é medida insuficiente. Faz-se necessário combinar a proibição da discriminação com políticas compensatórias que acelerem a igualdade enquanto processo, isto é, para assegurar a igualdade não basta apenas proibir a discriminação, mediante legislação repressiva. São essenciais as estratégias promocionais capazes de estimular a inserção e inclusão de grupos socialmente vulneráveis nos espaços sociais.
>
> Com efeito, a igualdade e a discriminação pairam sob o binômio inclusão-exclusão. Enquanto a igualdade pressupõe formas de inclusão social, a discriminação implica a violenta exclusão e intolerância à diferença e diversidade. Assim, a proibição da exclusão, em si mesma, não resulta automaticamente na inclusão. Logo, não é suficiente proibir a exclusão, quando o que se pretende é garantir a igualdade de fato, com a efetiva inclusão social de grupos que sofreram e sofrem um consistente padrão de violência e discriminação.

Ainda no século XIX foram criadas algumas associações, movimentos, grupos se mobilizavam para discutir e promover a igualdade do povo escravizado. Dessa forma, ações necessitavam serem

pensadas e implementadas objetivando o combate ao racismo advindo desde os tempos da escravidão, de acordo com as considerações de Santos (2009, p. 233):

> Os movimentos negros passaram por vários momentos em termos de reivindicação coletiva contra o racimo. No final do século 19, uma série de organizações negras se constituiu como organizações beneficentes a fim de criar uma rede de apoio entre os negros para se contrapor ao racismo dos brancos brasileiros que impediam os negros de ter acesso aos clubes esportivos e instituições sociais.

Desde o século XIX, várias foram as associações e diversas formas de organizações contra as questões raciais conforme já visto em outro ponto. Mas foi a partir dos anos 1970 esses movimentos ganham de fato um fortalecimento sobre as questões envolvendo as discriminações raciais. O Movimento Unificado contra a discriminação racial fica conhecido como: Movimento Negro Unificado (MNU) é o que afirma Albuquerque e Fraga Filho (2006, p. 290): "[...] a formação do Movimento Negro Unificado Contra a discriminação racial, que depois passou a se intitular apenas Movimento Negro Unificado (MNU) [...]". Conhecido como MNU, o movimento tem um importante papel na continuidade das lutas.

Nos anos 1990, mais precisamente no ano de 1995, tem-se um importante reconhecimento das questões raciais pela esfera estatal, o que demonstra que as lutas e toda organização dos movimentos até então criados, fazem uma grande diferença e apontam para uma direção segura no avanço das lutas, pois é quando o governo reconhece o racismo de acordo com Santos (2009, p. 241).

> Em 1995, pela primeira vez na historia republicana brasileira, um governo democraticamente leito reconhece que as históricas desigualdades raciais necessitavam de tratamento específico por parte do Estado, o que ainda não sinalizava para a adoção de políticas de ação afirmativa [...].

É bastante claro, que a mobilização conseguida com os esforços dos movimentos, causa um forte impacto dentro da sociedade, o que impulsiona de forma incisiva um posicionamento por parte do governo, que diante de tantos olhos, não pode se omitir às reivindicações. Como um dos elementos norteadores dessas reivindicações, está o programa de cotas para negros conquistado em 2004, através da criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI) conquista que fez um diferencial significativo na inserção dos estudantes negros nas instituições de nível superior:

No ensino superior privado as políticas afirmativas se desenvolvem através do Programa Universidade pata todos - PROUNI, que permite o oferecimento de um grande número de bolsa de estudo mediante inserção de impostos às universidades que aderem ao programa do Governo Federal. (PAULA; HERINGER, 2009, p. 114).

Essa ação política vai conseguir tornar o sonho de alguns que não conseguiam atingir o grau superior do ensino, por não ter tido as mesmas oportunidades na vida escolar que os seus colegas de cor branca, filhos de pais que percebem por suas atividades laborais salários maiores que os trabalhadores

negros, suficiente para custear estudos para seus filhos, e o programa criado pelo Governo federal garante mais oportunidades para os alunos negros.

Outra vitória do Movimento Negro e de grande relevância para o enfrentamento da questão racial se deu em 2003, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), partido composto por alguns dos seus membros militantes do movimento em diversos estados brasileiros, que pressionavam o governo para que fosse criado um órgão dentro da estrutura governamental para tratar de forma específica às questões raciais.

E, em 21 de março de 2003, data em que se comemora o dia Internacional contra a discriminação racial, foi criada a Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), oriunda da medida provisória nº 111/03, convertida na Lei 10.678 de 23 de maio de 2003 que estabelece no Artigo 1º - "Fica criado, como órgão de assessoramento imediato ao Presidente da República, a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial" (BRASIL, 2003, p. 34).

E a partir de 2003, se deu a grande conquista na seara da educação, que foi a criação da Lei 10.639/2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) tornando obrigatório o ensino da História e da Cultura nos estabelecimentos de ensino de todo país, conforme elucida Henriques e Cavalleiro (2005, p. 216):

> A partir de 2003, sob a orientação do governo Lula e em um novo quadro institucional, as políticas educacionais para a diversidade étnico-racial passaram por uma nova inflexão. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi alterada, a partir da promulgação, em 9 de janeiro de 2003, da Lei Federal nº 10.639/03, que torna obrigatório, no currículo oficial da rede de Ensino, o ensino da historia e Cultura Afro-brasileira.

A Lei 10.639 de janeiro de 2003 entra no ordenamento jurídico para ser aplicada em todo país a partir da data de sua publicação, para produzir seus efeitos no mundo jurídico conforme determina o texto legal. Das conquistas do movimento social negro, destaca-se a criação da Lei, por configurar-se num grande passo no enfrentamento da questão racial no ambiente escolar, trazendo aos estudantes brasileiros o conhecimento necessário sobre o passado da população negra, e construir uma consciência mais clara e fortalecida sobre os valores do povo negro.

Para Camacho (2007, p.13):

> [...] a lei se torna efetivamente mais importante e orgânica porque sabemos que foi fruto de demandas e lutas históricas dos grupos que enfatizam a necessidade da implementação e continuidade de políticas que procuram reparar danos causados por séculos de violência racial e discriminação, Essas políticas devem apontar e construir um caminho para uma sociedade onde prevaleça a equidade e onde todas as pessoas sejam beneficiadas, especialmente as crianças.

As Políticas Públicas e as Ações Afirmativas como Meio de Reparação das Desigualdades Raciais

As Políticas Públicas são medidas adotadas pelo Estado com a finalidade basilar de promover reparações entre desigualdades nascidas das relações sociais, que deixam parte da sociedade em desigualdades de condições, criando uma situação de desequilíbrio que demandam regularização imediata. Segundo Souza (2006, p. 3) "[...] a política pública como ferramenta das decisões de governo é um produto da Guerra Fria e da valorização da tecnocracia como forma de enfrentar suas conseqüências". Estas políticas públicas constituem-se em ações governamentais por meio de instituições que integram de forma direta os organismos estatais, visando promover as reparações na vida social.

Outrossim, as políticas públicas constituem-se em um forte aliado para o amparo das camadas mais desprotegidas economicamente da sociedade e sua efetividade visam à garantia de ações que reparam e trás uma compensação significativa para corrigir e apoiar o estado no cumprimento das garantias que precisa oferecer a sociedade.

Ainda com Souza (2006, p. 4):

> [...] política pública é o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, "colocar o governo em ação" e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

Quanto às desigualdades raciais, as ações são propostas pelos movimentos organizados, setores criados com a finalidade de pensarem, implementarem e dar efetividade as políticas públicas para esse público alvo, encontram apoio do governo de acordo com: Paula e Heringer (2009, p.137) "As ações afirmativas ganham cada vez mais destaques nas agendas dos Governos e demais instituições brasileiras." É o reconhecimento do governo na existência e necessidade de reparação dessas desigualdades raciais de acordo com: Gomes (2009, p. 47): "A partir de 2003, com o governo do presidente Lula da Silva, o compromisso assumido em Durban se desdobra em políticas mais concretas.

As políticas públicas são ações projetadas para enfrentarem as desigualdades da população necessitada dentro de uma sociedade. Mas para atingir o ápice do problema e resultados com maior expressividade, buscam-se ações voltadas a um público alvo, ações diretas, pois a universalidade das ações como bem coloca Rocha (2011, p. 21): "A educação formal sempre esteve presente na agenda de reivindicações e na bandeira de luta do Movimento negro contra as desigualdades."

Com a criação da Lei 10.639/20003, agora é obrigatório o ensino da história da África, não sendo mais permitido contar as origens da população negra como escravizados, a partir da vinda coercitiva dentro dos Navios Negreiros, conforme ressalta Felisberto (apud GOMES, 2006, p. 69):

> [...] estudar a história da África, no Brasil, antes de mais nada, é rever um passado de gloria de um povo e desconstruir, no imaginário dos seus milhares de descendentes, o mito que somos descendentes de escravas e escravos, negando a nós, população negra brasileira, o direito da liberdade, como se antes de todo o período da escravidão não existisse um continente responsável pela primeira grande disporá, já que o processo de hominização se deu África.

Para Dias (2005, p. 52)

> A questão da raça como recurso argumentativo, estava bastante presente entre os educadores e não devemos minimizar a importância dada pela lei à questão racial, pois, diante das dificuldades que a defesa de uma sociedade igualitária racialmente tem de enfrentar no Brasil, qualquer passo nessa direção significa avanço.

Entende-se, portanto de forma indubitável, que a criação da legislação voltada para a questão em epigrafe, significa um grande passo na busca pela igualdade racial.

A Lei 10.639/2003 entra no ordenamento jurídico como um fato histórico principalmente para os integrantes do movimento negro unificado que diante das pressões e lutas em torno das reivindicações na área da educação, em janeiro de 2003 conferem o resultado das intensas e incansáveis batalhas travadas em prol de ações visando à reparação das desigualdades raciais.

A Secretaria de Educação do Estado da Bahia Implementando a Lei 10.639/2003

A Lei 10.639/2003 entra no ordenamento jurídico para determinar a inclusão do ensino da cultura Africana e afro-brasileira nos currículos da rede de ensino médio e fundamental, pública e particular, visando a levar aos estudantes o conhecimento sobre a cultura, costumes, assim como a relevância histórica do povo negro, acreditando-se que o verdadeiro conhecimento sobre a origem do povo africano, pode criar uma conscientização sobre seus valores, impedindo qualquer espécie de rejeição e auto rejeição, alcançando o respeito dos alunos considerados brancos, professores e todos os formadores do mundo educativo.

Para Silva (2005, p. 22):

> A invisibilidade e o recalque dos valores históricos e culturais de um povo, bem como a inferiorização dos seus atributos adscritivos, através de estereótipos, conduz esse povo, na maioria das vezes, a desenvolver comportamentos de auto-rejeição, resultando em rejeição e negação dos seus valores culturais e uma preferência pela estética e valores culturais dos grupos sociais valorizados nas representações.

A obrigatoriedade do ensino da cultura Africana e Afro-brasileira nas escolas de ensino médio e fundamental tem como objetivo reverter à imagem estereotipada do negro africano, de povo fraco e obediente às imposições de seus senhores, fomentada durante anos pelas instituições de ensino, cujos relatos se restringem as atrocidades a que foram expostos no período colonial, como se a sua existência iniciasse naquele momento, sem levar em consideração as lutas travadas em resistência ao cativeiro.

Segundo Albuquerque e Fraga Filho (2006, p. 8):

> Acreditamos que o ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira representará um passo fundamental para um convívio social caracterizado pelo mútuo respeito entre todos os brasileiros, na medida em que todos aprenderão a valorizar a herança cultural africana e o protagonismo histórico dos africanos e de seus descendentes no Brasil.

É no ambiente escolar, que se operacionalizam conceitos, preconceitos e discriminações no trato das relações sócio raciais. Dessa forma, o verdadeiro conhecimento sobre a história dos negros, remete a certeza, que se bem aplicadas, poderá possibilitar ao aluno negro, se ver de forma positiva, e valorizar as suas origens, não mais permitindo discriminar-se, nem tampouco a autodiscriminação.

A proposta da Lei não é apenas reduzir as desigualdades raciais, atuando como um mero mecanismo orientador de medidas para o enfrentamento da questão racial. A criação da legislação entra no ordenamento jurídico também como lei afirmativa, reconhecendo a escola como local de formação de cidadãos, um ambiente acolhedor capaz de conviver com diferenças e a valorização da cultura africana.

Devidamente regulamentada pelo Governo Federal, de acordo com o parecer e plano citados acima, e pelo Estado da Bahia conforme resolução do conselho Estadual de Educação, a Lei 10.639/03, está apta para sua implementação e aplicabilidade pelas secretarias do município e do estado, visando o cumprimento do que fora determinado no texto legal.

Entre o período da criação da Lei em 2003 até 2005, não foram encontrados registros documentais sob as ações que foram desenvolvidas pela Secretaria de Educação do Estado para o implemento da Lei, e os poucos servidores que ainda fazem parte o quadro de funcionários da secretaria, não se lembraram de como foi dado início os procedimentos para a aplicabilidade do ensino obrigatório trazido pela legislação nas escolas.

Documentos da Secretaria revelam que em 2005 foi criado o I Fórum de Educação e Diversidade Racial SEC/SECAD-MEC, com o objetivo de discutir pressupostos relacionados à questão. O Fórum contou com a participação de ativistas do Movimento Negro baiano, professores da rede estadual e

municipal, instituições governamentais para discutirem sobre a temática dentro da Secretaria de Educação do Estado da Bahia.

No que tange a implementação da Lei 10.639/03, os servidores da SEC quando questionados afirmaram existir alguns obstáculos que precisavam ser removidos do caminho, abrindo espaço para projetos e ações de enfrentamento. Dentre os obstáculos, destaca-se a indispensável formação de professores para ensinar a Cultura Africana e Afro-Brasileira, visto que a maioria dos professores só conhecia o histórico dos escravizados, a partir do Brasil colônia contando a vida do negro escravo, no tronco, seus sofrimentos e os horrores da vida em cativeiro.

No decorrer das entrevistas, com servidores da SEC, observa-se que o maior entrave para a implementação da lei é a falta de conhecimento sobre a temática a ser apresentada aos alunos do ensino médio e fundamental, carecendo de cursos preparatórios, assim como a aquisição de livros que facilitem a compreensão dos programas aplicados nas salas de aula.

Contudo, o livro apresentado durante a pesquisa, não teve boa aceitação pelos profissionais comprometidos com o bom desempenho do ensino da temática, o que provocou sérias discussões em torno desta aquisição, protestos dos professores que devolveram o material recusando-se a trabalhar de forma tão equivocada, as informações nele contidas, traz a figura do negro com a mesma inferioridade que antes eram ensinadas nas aulas de história do Brasil, que retratava o negro como escravo.

Para Silva (2005, p. 25):

> A presença do negro nos livros, frequentemente como escravo, sem referência ao seu passado de homem livre antes da escravidão e às lutas de libertação que desenvolveu no período da escravidão e desenvolve hoje direitos de cidadania, pode ser corrigida se o professor contar a história de Zumbi dos Palmares, dos quilombos, das revoltas e insurreições ocorridas durante a escravidão; contar algo do que foi a organização socioeconômica e cultural na África pré colonial; e também sobre a luta das organizações negras, hoje, no Brasil e nas Américas.

Embora a maioria dos questionários aplicados não tenham sido respondidos, as informações coletadas no decorrer da pesquisa, permitiram inferir que as ações desenvolvidas pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC) para a efetivação da lei que estabelece a obrigatoriedade da inclusão da história da África e Afro-Brasileira nos currículos do curso de ensino fundamental e médio, têm sido tratadas de forma pontual, e as medidas adotadas desde a criação da Lei ainda não são satisfatórias.

Dessa forma, a responsabilidade de implementar a Lei 10.639/2003, se restringe aos docentes, em suas salas de aula, a partir de seus próprios entendimentos da importância do ensino da cultura e história africana para o enfrentamento da questão racial. Como bem coloca Silva (2005, p. 33) sobre a importância do ensino da cultura do povo africano:

> [...] a desconstrução da ideologia que desumaniza e desqualifica pode contribuir ara o processo de reconstrução da identidade étnico-racial e auto-estima dos afro-descendentes, passo fundamental para a aquisição dos direitos da cidadania.

Portanto, a quase dez anos da criação da Lei 10.639/2003, observa-se certa inoperância dos órgãos e instituições públicas para a sua real implementação. E, não obstante, a SEC apresentar diversas justificativas para provar o contrário, acredita-se que entre os obstáculos relatados, não se inclui a falta de recursos financeiros, de acordo com os dados demonstrados pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (SEFAZ).

Ainda sobre a Lei 10.639/2003, sob a ótica de Fonseca (2011, p. 57):

> É neste sentido, que consideramos que esta lei instituída no dia 9 de janeiro de 2003, 115 anos depois da Lei Áurea, se transforma no período republicano mais importante e significativa ação governamental em prol da população negra (africana e afro-brasileira), pois estabelece o reencontro daqueles que construíram com sua capacidade intelectual e força física este país. Diante disto, devemos considerar que a 10.639 inaugurou um novo tempo ao colocar na agenda nacional pelo viés da educação um lugar estratégico para avançarmos na constituição de uma política de constituição da identidade nacional e de um conjunto de ações afirmativas para todo o brasileiro.

Isto posto, entende-se a importância da criação da Lei 10.639/2003 como uma política pública de enfrentamento das desigualdades raciais na educação. As ações já desenvolvidas pela Secretaria Estadual de Educação da Bahia são relevantes para dar ao dispositivo legal a efetividade que necessita para o seu sucesso. Entretanto, a forma como vem sendo trabalhada, dificulta atingir os objetivos propostos que inspiraram sua criação, tornando a grande conquista do movimento negro, uma ação pontual sem o alcance pretendido para a reparação das desigualdades raciais, que ainda predomina em algumas regiões do Brasil.

Salvador Capital mais Negra do Brasil

No século XVII Salvador e Recife, foram as cidades que mais se destacaram na distribuição dos africanos que desembarcavam na colônia. Nos dias atuais, a capital soteropolitana concentra a maioria da população negra do país, sendo conhecida como a "Roma Negra". Conforme Castro e Barreto (1998, p. 28): "a capital baiana Salvador, é a mais negra dentre as metrópoles nacionais e além de negra é pobre, destacando-se pelos seus permanentes e elevados índices de desemprego e subemprego".

Alguns bairros de Salvador possuem população predominantemente negra, como é o caso de Pernambués, que de acordo com O Instituto de Geografia e Estatística (IBGE, 2012) moram 53.580

habitantes negros no bairro, contrariando o mito de que o bairro da Liberdade era o que concentrava um maior número de negros em sua localidade.

O bairro de Pernambués, negro em sua maioria, enfrenta os desafios e as dificuldades advindas da pobreza, a falta de oportunidades de emprego, sobrevivendo de forma digna, e sempre que conseguem, provocando ações junto ao poder público para diminuir as perdas sofridas desde a escravização dos negros, é o que se constata com o trabalho das associações de moradores a exemplo do Grupo Alerta Pernambúes e Sociedade Beneficente 10 de Julho, que seguem com propostas de melhorias para o bairro.

Outro exemplo de concentração de população negra, está no bairro do Cabula, vizinho próximo de Pernambués cujo desenvolvimento destaca-se por sediar um dos maiores hospitais públicos de Salvador, o Hospital Geral Roberto Santos e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Esta universidade, desenvolve ações de enfrentamento da questão racial, a exemplo da implementação do programa de Cotas criado pelo Governo Federal, visando proporcionar aos negros um acesso mais efetivo e uma realidade alcançável:

> Convencida da justiça das Ações Afirmativas como política pública para setores populacionais, historicamente discriminados, e inserida no centro do debate sobre a sua eficácia, a Universidade do Estado da Bahia/UNEB, pioneira na implantação autônoma de um sistema de reserva de vagas para candidatos afrodescendentes em todos os seus cursos de graduação e pós-graduação, decorridos mais de quatro anos desta experiência, acumula um conjunto de dados informativos, que nos possibilita confirmar o inequívoco acerto da medida no sentido de promover o equilíbrio racial no acesso ao ensino superior. (MACHADO, 2008, p. 57).

Ainda sobre o bairro do Cabula, pode-se destacar a Escola Baiana de Medicina e Saúde Pública (EBMSP); o Centro Educacional Vitoria Régia; o Colégio Polivalente do Cabula, colégio público que concentra um expressivo número de estudantes. Outra localidade no entorno dos já citados bairros que merece registro, é o Beiru nome de um escravizado, que recebeu as terras dos seus antigos donos em sinal de gratidão pelos servilos prestados, e em sua homenagem o local teve o seu nome.

Ressalte-se ainda, que o Beiru concentra uma área e densidade demográfica extensa e os seus primeiros moradores pertenciam ao ciclo religioso, e mais tarde é fundado um terreiro de candomblé no local em que situava a fazenda Beiru. Hoje com um centro comercial que garante vida própria para os moradores, escolas, também enfrenta suas necessidades com o apoio de Associações de moradores, e desde 2007, com a Associação Cultural Quilombo do Beiru, que até usam jornais impressos nas divulgações de suas conquistas.

O bairro do Beiru teve seu nome mantido em homenagem ao líder negro até 1985, tendo sido cogitada a substituição do nome para o do presidente falecido Tancredo Neves. Mas, por meio do engajamento dos movimentos locais, fez-se negociação para que fosse mantido o nome do ilustre negro Beiru, ficando o bairro com o nome Beiru/Tancredo Neves. Julga-se importante movimentos desta natureza, tendo em vista a relevância do legado e heranças de grupos de etnias indígenas e africanas, de alto valor cultural para a localidade do Cabula e outros.

Referências

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Valter. **Uma historia do negro no Brasil.** Brasília: Centro de Estudos Afro-Orientais. Fundação Cultural Palmares, 2006.

BRASIL. Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Inclui a obrigatoriedade da temática "História e cultura Afro-Brasileira" no currículo oficial da rede de ensino. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2003.

CAMACHO. Guillhermo Navas. Igualdade nas relações Étnico-raciais na Escola: possibilidades e desafios para a implementação da Lei 10.639/2003. In: SOUZA, Ana Lucia silva; CROSO, Camila. **Igualdade nas relações étnico-raciais na escola**: possibilidades e desafios para a implementação da Lei 10.639/2003. São Paulo: Peirópoles, 2007.

CASTRO, Nadya Araújo; BARRETO, Vanda Sá. (Org.). **Trabalho e desigualdades raciais**: negros e brancos no mercado de trabalho em Salvador. São Paulo: Annablume; A Cor da Bahia, 1998.

CLEIDISSON JUNIOR. **Cartilha da Diretoria de Combate ao Racismo da União Nacional dos Estudantes**. Gestão 2009-2011. [S.l.]: 2011.

DIAS, Lucimar Rosa. Quantos passos já foram dados?: a questão de raça nas Leis Educacionais – da LDB de 1961 à Lei 10639, de 2003. In: ROMÃO, Jeruse. **História da Educação do negro e outras histórias**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/Ministério da Educação, 2005. (Coleção Educação para Todos). p. 49-62.

FONSECA, Dagoberto José. Os africanos e os afro-brasileiros: um novo reencontro a importância e o imaginário em torno da lei 10.639. In: LAIA, Maria Aparecida de; SILVEIRA, Maria Lúcia da; SZMYHIEL, Adriana. (Org.). **A universidade e a formação para o ensino de História e cultura africana e indígena**. 1. ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011. v. 1, p. 50-58.

GOMES, Nilma Lino. **Tempos de lutas**: as ações afirmativas no contexto brasileiro. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/Ministério da Educação, 2006.

HENRIQUES, Ricardo; CAVALEIRO, Eliane. Educação e políticas públicas afirmativas: elementos da agenda do ministério da Educação. In: SANTOS, Sales Augusto dos (Org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/Ministério da Educação, 2005.

JACCOUD, Luciana. O combate ao racismo e a desigualdade: desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. In: THEODORO, Mário (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008.

_____. A **construção de uma política de promoção da igualdade racial**: uma análise dos últimos 20 anos. Brasília: IPEA, 2009.

MACHADO, Ana Rita Araújo *et al.* (Org.). **Afrouneb**: ações afirmativas igualdade racial e compromisso social na construção de uma nova cultura universitária. Salvador: Eduneb, 2008.

MALLET, Estêvão *et al*. Direito do trabalho e igualdade étnico-racial. In: PIOVESAN, Flávia; SOUZA, Douglas Martins de. **Ordem jurídica e igualdade étnico-racia**l. Brasília: Instituto Pro Bono; SEPPIR, 2006.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude usos e sentidos**. São Paulo: Ática, 1988.

_____; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006. (Coleção para Entender).

PAULA. Marilene de; HERINGER. Rosana (Org). **Caminhos convergentes estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heirich Boll, 2009.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. Racismo e exclusão educacional: fingir não ver, não é o mesmo que não existir: é hora de passar adiante. In: LAIA, Maria Aparecida de; SILVEIRA, Maria Lucia da; SZMYHIEL, Adriana. **A universidade e a formação para o ensino de História e cultura africana e indígena**. São Paulo, 2011.

SANTOS, Augusto Sales dos. **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei federal nº 10-639/03. Brasília: UNESCO, Ministério da Educação, 2005.

SANTOS, Marcio André de O. dos. Política negra e democracia no Brasil contemporâneo: reflexões sobre os movimentos negros. In: PAULA. Marilene de; HERINGER. Rosana (Org.). **Caminhos convergentes estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heirich Boll, 2009.

SILVA, Plácido e. **Vocabulário jurídico**. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

SOUZA, Celina. "Estado do campo" da pesquisa em políticas públicas no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 15-20, fev. 2003. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269092003000100003&lng=pt&nrm=iso>.

_____. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias [online], Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003>.

THEODORO, Mario. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In: _____ (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008.

13 ENSINO MÉDIO PROFISSIONAL E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA parceria CEEP-BA e UNEB

Flávia Souza da Silva / Eliana Márcia Alves Medrado

Introdução

Os Centros Territoriais de Educação Profissional da Bahia foram criados como política pública do Governo para implantação da Educação Profissional no Estado. De acordo com documento da Superintendência de Educação Profissional - SUPROF, vinculada à Secretaria da Educação da Bahia, a educação profissional é compreendida como:

> Parte estratégica do desenvolvimento da Bahia, estando vinculada às demandas do desenvolvimento socioeconômico e ambiental nos Territórios de Identidade, cadeias produtivas e arranjos socioprodutivos locais. Expressa dois direitos fundamentais do cidadão: o direito à educação e o direito ao trabalho. Objetiva a formação integral, envolvendo a formação profissional de jovens e trabalhadores. Além disso, está articulada às diferentes formas de educação, trabalho, ciência e tecnologia. Está voltada, também, ao permanente desenvolvimento da capacidade dos estudantes de adaptar-se, com criatividade e inovação, às novas condições das ocupações e às exigências posteriores de aperfeiçoamento e de especialização profissional (NOSSA ESCOLA, 2012, p. 3).

Dessa forma, as propostas de educação profissional dos centros territoriais deverão atender às demandas de desenvolvimento socioeconômico, tecnológico, cultural e ambiental dos Territórios de Identidade de moradia dos estudantes e suas ações educativas deverão se nortear na formação integral e no currículo integrado entre os componentes curriculares da educação básica, a formação geral para o trabalho e a formação técnica específica de cada curso técnico, tendo o trabalho como princípio educativo e a intervenção social como princípio pedagógico (BAHIA, 2007).

A proposta de Educação Profissional da Bahia apresentada acima visa atender às políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do Estado da Bahia. De acordo com as Estratégias de Desenvolvimento Econômico Sustentável da Bahia do Plano Plurianual 2008-2011 do Governo do Estado da Bahia, apesar do Estado ter apresentado um crescimento econômico ocupando o sexto lugar do PIB do país em 2006, a partir de referências de dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), esta unidade federada não conseguiu transformar este desempenho em melhoria das condições de vida de sua população.

Desse modo, o desempenho social, traduzido em variáveis e indicadores como renda e escolaridade ficou aquém do possível e necessário no Estado. Conclui-se que para haver um desenvolvimento sustentável, há a necessidade além de um maior investimento nos pequenos negócios, com apoio a micros e pequenos empreendimentos, na agricultura familiar, organizações sociais de trabalho na forma cooperada e por associações, implementação de modelos de gestão capazes de assegurar a efetividade destes programas, haver também investimentos para melhoria da qualidade do ensino, aumento da escolaridade e expansão do ensino técnico e superior (BAHIA, 2007).

Conforme defesa desse Plano Plurianual, as políticas públicas do Estado da Bahia devem priorizar o atendimento de áreas e regiões menos desenvolvidas e carentes com a finalidade de reduzir as desigualdades regionais, oportunizar a articulação entre políticas econômicas e políticas sociais, territoriais e ambientais para promover "[...] a melhoria sustentável da qualidade de vida da população, diminuir as diferenças de gênero, etnia e raça, promover o equilíbrio socioterritorial inter e intra-regional e assegurar a sustentabilidade ambiental" (BRASIL, 2007, p. 47).

Diante do exposto, o Departamento de Educação do Campus I da Universidade do Estado Bahia (UNEB), com apoio da SUPROF/SEC e por meio do Programa de Estudos do Trabalho - PROET, aprovou o Projeto Museu Virtual do Quilombo Cabula: uma contribuição para a mobilização do turismo de base comunitária no bairro. Este projeto tem como escopo o desenvolvimento de pesquisa e estudo sobre a história da ocupação colonial do Cabula e entorno, com vistas à construção de um museu virtual do antigo Quilombo Cabula, por meio de modelagem 3D.

Esse recurso representa um avanço no processo de formação da conscientização e organização do bairro e de seus habitantes, que favorecerá a mobilização para o turismo de base comunitária. Em meio a esta pesquisa, o engajamento do Centro Estadual de Educação Profissional da Bahia (CEEP-BA), de seu docente e discentes, vai permitir que a habilitação em turismo de base comunitária e de suas características e requisitos cheguem a este centro escolar. Outra possibilidade de construção de conhecimento, a partir desta parceria é a oportunidade de inserção da pesquisa na formação técnica, onde numa perspectiva interdisciplinar é aplicada mediante a pesquisa em fontes documentais e orais.

A partir dessa abordagem, pode-se afirmar que a experiência com a pesquisa documental permite que o estudante constitua habilidade no trato com a fonte de pesquisa, neste caso, documentos raros, coloniais, datados do século XVIII, portanto, requerendo cuidado no manuseio e reprodução do documento pesquisado. Assim como a fonte documental, a oralidade apresenta características intrínsecas, importantes para o processo de construção e registro de uma história. Por meio desta, o pesquisador/ historiador, constrói as historicidades. Esta proposta intensifica sua relação com o saber e a construção de novas ideias, bem como sua postura crítica diante dos diversos contextos de desigualdades estabelecidos na sociedade.

Sobre a Proposta de Educação Profissional do CEEP-BA/SUPROF/SEC

O Centro Estadual de Educação Profissional da Bahia (CEEP-BA), situado em Água de Meninos, Salvador-BA, adota os princípios e orientações da SUPROF/SEC, atendendo ao território da Região Metropolitana de Salvador (RMS) por meio de matrículas de estudantes oriundos de diversos bairros de Salvador e Região Metropolitana, com predominância de alunos moradores do Subúrbio Ferroviário.

O CEEP-BA foi inaugurado em dezembro de 2008, tendo suas aulas iniciadas em agosto de 2009. Neste semestre foram oferecidos cursos técnicos somente na modalidade Profissional Subsequente ao Ensino Médio - PROSUB de Técnico em Alimentos, Técnico em Eletroeletrônica, Técnico em Hospedagem e Técnico em Redes de Computadores. A partir de 2011 foi implantada a modalidade PROEJA, Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica, e restringindo os cursos para os eixos hospitalidade e lazer e de produção alimentícia.

Os cursos oferecidos atualmente, em 2013, no CEEP-BA pertencem aos eixos de produção alimentícia - Curso Técnico em Alimentos; e de Hospitalidade e Lazer com os seguintes cursos técnicos: Cozinha, Hospedagem, Guia de Turismo e Lazer, nas modalidades PROSUB, destinados aos estudantes que já concluíram o Ensino Médio e buscam a formação técnica profissional, organizados em quatro semestres com duração de dois anos; e Formação Técnica Profissional de Nível Médio e com elevação da escolaridade correspondente ao Ensino Médio – PROEJA –, organizado em cinco módulos realizados semestralmente, com duração de dois anos e meio.

Conforme Machado (2006), as modalidades de Educação de Jovens e Adultos - EJA articuladas ao Ensino Médio pertencem ao PROEJA. Este programa tem como objetivo qualificar trabalhadores, assegurando a elevação do seu nível de escolaridade, estando pautado nos Decretos: nº 5.840/2006, nº 5.154/04, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96. Seguindo as determinações do primeiro decreto citado, áreas profissionais oferecidas pelas escolas profissionais possuem como finalidade o atendimento das demandas locais e regionais em prol do desenvolvimento sócioeconômico e cultural territorial. Para este fim, as instituições de educação profissional devem se articular com representantes da sociedade civil, universidades e do mundo do trabalho para detectar as necessidades de formação profissional de trabalhadores do seu território de pertencimento.

O perfil dos estudantes do CEEP-BA é de trabalhadores que necessitaram se afastar da escola por necessidades de sobrevivência e busca de emprego, não completando a formação escolar básica em tempo regular. Atualmente eles tentam conciliar seu tempo entre o trabalho e o retorno à escola em busca da formação profissional e/ou elevação da escolaridade. Desta forma, não possuem tempo livre para estudos extraclasse, nem realizarem estágio em turno oposto, evadindo muitas vezes dos cursos. Este é um dos grandes desafios a serem enfrentados pela instituição.

Portanto, o seu currículo está organizado de forma a integrar os estudos de educação ao mundo do trabalho. Esta perspectiva objetiva proporcionar aos cidadãos uma formação humana geral por meio da aquisição de conhecimentos básicos sobre o mundo, a natureza, as relações humanas nos aspectos sociais, econômicos, ambientais, filosóficos, sociológicos, políticos e culturais associados às diversas expressões das linguagens, das tecnologias, integrados aos conhecimentos técnicos específicos de cada curso técnico para que possam melhor compreender o mundo do trabalho, as demandas do território de pertencimento e poder intervir socialmente não apenas com as habilidades técnicas adquiridas em seu curso, mas de forma crítica e participativa na sua comunidade, podendo detectar potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e ambiental, a partir dos saberes e necessidades dos moradores do local. Deste modo, esta instituição se propõe a qualificar profissionais para atuarem além do mercado de trabalho, fazendo investigações de possibilidades no mundo do trabalho para organizações e intervenções profissionais de forma autônoma, cooperativada, ou por associações profissionais.

As discussões teóricas dos fundamentos da proposta de educação profissional do CEEPBA são organizadas em momento de reuniões gerais entre docentes e grupo gestor durante a Jornada Pedagógica semestral e reuniões extraordinárias e nos momentos de Atividades Complementares (AC) por docentes da educação básica, formação geral e das disciplinas técnicas específicas, professores articuladores dos cursos e coordenação pedagógica. Nestes encontros também são debatidas as matrizes curriculares e ementas dos componentes curriculares dos cursos, fornecidas orientações gerais para elaboração dos planos de disciplinas, aulas práticas, projetos didáticos e de visitas técnicas, buscando integrar o referencial teórico da educação profissional às abordagens teóricas das disciplinas, necessidades práticas profissionais e às demandas sociais, incentivando à interdisciplinaridade em prol do desenvolvimento de habilidades sociais e técnicas dos educandos que possam orientar as suas observações em visitas técnicas e dos problemas a serem investigados em pesquisas de iniciação científica. Desta forma, objetiva-se preparar os estudantes de forma científica e técnica para elaboração de projetos de intervenções sociais nos locais pesquisados e posteriormente na comunidade em que irão atuar profissionalmente.

Atendendo às demandas atuais da educação profissional, da necessidade de estudos interdisciplinares para o desenvolvimento de pesquisa, orientação profissional, iniciação científica e de preparação para realizar intervenções sociais e estímulo à produção de tecnologias sociais, a partir de observações por meio de atividades de campo e visitas técnicas, a equipe técnico-pedagógica do CEEP-BA tem estimulado a formação de uma equipe interdisciplinar de docentes pesquisadores que busquem estudos de fundamentação teórica, o estabelecimento de diálogo para o planejamento participativo, a troca de experiências e a elaboração de projetos com desenvolvimento de metodologias de análise das práticas educativas.

No entanto, a execução da proposta relatada não tem sido uma tarefa fácil. Os entraves ocorrem pela dificuldade de integração dos horários das atividades complementares de sala de aula para estudos e planejamento, pela desmotivação profissional para o ensino e pesquisa por não haver na programação individual de cada docente, horário para este fim, pela dificuldade de romper com a formação docente focada para atender meramente às demandas mercadológicas. Outros fatores que interferem na prática são: a falta de um referencial teórico melhor definido para entender as relações entre a educação profissional em nível médio com o desenvolvimento territorial local, os conceitos de mundo do trabalho, autogestão comunitária, tecnologias sociais e outros, ou por muitos docentes não acreditarem na possibilidade de estudantes jovens e adultos oriundos das classes populares desenvolverem habilidades profissionais que lhes permitam elaborar projetos de intervenções sociais nas suas comunidades de origem.

Deste modo, os desafios da proposta pedagógica do CEEP-BA são muito grandes diante da complexidade de atender à proposta curricular da educação básica e profissional integrada, requerendo abordagens metodológicas de ensino e pesquisa de modo inter e transdisciplinar, sem uma formação adequada do corpo docente e técnico para este fim, rotatividade dos profissionais técnicos da educação profissional vinculados ao Estado da Bahia, em decorrência de contratos temporários na forma de REDA ou Prestação de Serviço Temporário (PST). Estes fatores fragmentam iniciativas de estudos e ações práticas para construção de um currículo inovador, fundamentado em pesquisas e preparação de material didático adequado ao nível dos estudantes muito tempo fora da escola, muitas vezes com defasagem de conteúdo de séries anteriores. A formação docente necessária precisa ir além das competências exigidas pelo mercado de trabalho e consiga desenvolver conhecimentos e habilidades que lhes permitam atuar no mundo do trabalho de forma interventiva e cidadã.

A manutenção e expansão dos cursos técnicos do eixo hospitalidade e lazer no CEEP-BA para atender às demandas de formação profissional de jovens e adultos originários das classes populares abre um leque de possibilidades de incentivo ao desenvolvimento territorial comunitário pelo turismo pensado em outra ótica que seja além das explorações turísticas do mercado e busque um turismo harmonioso com os saberes e fazeres das populações locais por meio do desenvolvendo de estratégias de inclusão de suas formas produtivas evitando, assim, os inúmeros efeitos negativos do turismo mercantilista com medidas sociais excludentes e de exploração degradante da natureza e do meio ambiente.

Dessa forma, o engajamento do CEEP-BA, de seu docente e discentes, no referido Projeto Museu Virtual do Quilombo Cabula, representa para esta instituição o estabelecimento de parcerias com a Universidade do Estado da Bahia, objetivando o aprofundamento de estudos teórico metodológicos sobre o turismo de base comunitária e o estímulo ao desenvolvimento socioeconômico e ambiental territorial local, apropriação de conceitos relacionados a estes temas, assim como obter orientações para o desenvolvimento de pesquisas de iniciação científica, tecnologias sociais e intervenções em comunidades, a partir de elaboração de projetos com a coparticipação dos sujeitos das localidades pesquisadas.

Articulação entre CEEP-BA e UNEB por meio do TBC Cabula e das Disciplinas Turismo Territorial e Comunitário (TTC); Pesquisa, Orientação Profissional e Iniciação Científica (POFIC); Intervenção, Tecnologias Sociais, Atividades de Campo e Visitas Técnicas (ITSACVT)

Segundo as determinações da SUPROF, as turmas do PROEJA do Curso Técnico em Hospedagem do CEEP-BA com Matriz Curricular a partir de 2012.1, devem cursar a disciplina Turismo, Territorial e Comunitário (TTC), no 3º semestre, que tem como pré-requisito, as primeiras disciplinas técnicas do curso que são Fundamentos de Hospedagem e Turismo - FTH e Estrutura Hoteleira - EH, nos 1º e 2º semestres, respectivamente.

Na disciplina FTH, apresenta-se conteúdos relacionados aos fundamentos, conceitos e tipologias do turismo na visão de diversos autores, antes de fazer abordagem sobre Turismo de Base Comunitária, desconhecido pela maioria dos estudantes. Esta disciplina propõe conhecimentos formais do turismo numa perspectiva crítica ao sistema e mercado turístico, da forma como vem sendo praticado na maioria dos destinos turísticos do mundo e do Brasil. A proposta é de preparar o aluno para acreditar em outras possibilidades de desenvolvimento do turismo mais justo, digno, inclusivo, no qual trabalhadores populares e autônomos possam atuar como agentes produtivos deste processo, sem a relação de poder hierárquico e sem divisão social e financeira. Como atividade prática, visita-se o Centro Histórico de Salvador - CHS ou Centro Antigo de Salvador - CAS, localizado no entorno da escola, visando o reconhecimento dos atrativos, equipamentos, demanda, reflexão dos benefícios e malefícios do turismo no local.

No segundo bimestre, trabalha-se com conteúdos relacionados aos meios de hospedagens, desde conceitos e funções à sua relevância na atividade turística, apresentando-se a evolução e tipologias dos alojamentos e hotelaria no mundo, Brasil e Bahia, dentre as quais as hospedagens alternativas, populares, coletivas e sustentáveis, que são próximas da realidade do aluno.

Na disciplina de EH, estuda-se a gestão do meio de hospedagem tradicional, considerando-se o porte e tipo do alojamento, e o perfil profissional necessário. Como atividade prática, propõe-se aos alunos conhecerem um meio de hospedagem convencional e outro alternativo para fazerem comparação dos serviços.

No momento em que o aluno estuda a disciplina TTC, de um lado, no estudo do território, propõe-se pesquisa sobre regiões turísticas da Bahia e suas características socioeconômicas, culturais e políticas, além das potencialidades turísticas, respeitando-se a identidade local e sem prevalecer territórios dominantes; reflexão sobre possibilidades de construção de roteiros priorizando os aspectos regionais e vivências nas comunidades populares, a fim de praticar alguns dos ensinamentos dos fundamentos TBC.

E do outro, o discurso é voltado para a implantação e desenvolvimento do turismo territorial e comunitário. Intensifica-se a discussão sobre conceito de Turismo Comunitário (TC) e Turismo de Base Comunitária (TBC). Apresentam-se características; atividades planejadas e organizadas pelas próprias comunidades; roteiros organizados de acordo com o cotidiano da comunidade e os que não são criados como encenação para visitantes; as melhorias implementadas pensando primeiro no bem coletivo da comunidade e do turista. Faz-se em sala de aula um exercício comparativo entre o turismo tradicional

e o TBC, levando à reflexão do aluno sobre pontos positivos e negativos de ambos os modelos de organização. Outra atividade é a pesquisa na internet dos exemplos existentes, investigando os destinos preferenciais, o público-alvo, os atrativos e equipamentos turísticos oferecidos pelo TBC. Desta forma, o aluno é mobilizado a entender e acreditar nesta nova proposta, por corresponder à realidade onde a maioria vive, e que poderá atuar profissionalmente na sua comunidade.

Nessa perspectiva, a inserção do estudo sobre Turismo de Base Comunitária na educação profissional, permite que estudante conheça na teoria uma forma de contribuir para o desenvolvimento social e econômico de determinada localidade, podendo ser, portanto, o bairro em que reside. Com isso, na prática, o estudante terá uma visão do contexto real em que vive, podendo se mobilizar e propor a organização desta atividade em sua comunidade.

Ainda na disciplina TTC, realiza-se visitas técnicas nas comunidades que trabalham com atividades de TC e TBC, visando proporcionar aos alunos mais indícios da prática sobre o tema. Neste processo, procura-se levar os alunos a participarem dos eventos a exemplo dos três Encontros de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária (ETBCES), realizados em 2011, 2012 e 2013 na UNEB, Campus I, em Salvador-Bahia. No evento de 2011, a presença de coordenadores, professores e alunos, favoreceu a parceria entre o CEEP-BA e a UNEB, pelo projeto de pesquisa e extensão Turismo de Base Comunitária no Cabula e Entorno. A partir deste, deu-se origem à pesquisa de doutorado no DMMDC com o título Museu Virtual 3D do Quilombo do Cabula, apoiado pelo PROET e que contempla a inserção de uma professora e duas alunas pesquisadoras do CEEP-BA neste.

Dentre as atividades já realizadas, fez-se:

a] visita à comunidade Quilombo Kaonge, em Santiago do Iguape, Cachoeira-Bahia, com o grupo da Rota da Liberdade. Uma experiência única e agregadora para os alunos e professores participantes;

b] palestras para alunos do CEEP-BA dos turnos matutino, vespertino e noturno; c] reuniões com diretora, coordenadoras, professores e alunos, e bolsistas do projeto;

d] estudos e pesquisas na internet;

e] visita à comunidade de Pernambués, depois do III ETBCES;

f] participação de alunos do CEEP-BA no apoio técnico deste evento;

g] pesquisa documental e virtual, e entrevistas com moradores do Cabula e entorno;

h] outras.

Essas são algumas das estratégias adotadas para o aprendizado dos alunos sobre TBC, já que as referências bibliográficas ainda são incipientes, e há carência destas na biblioteca do CEEP-BA. Do mesmo modo que o planejamento para as ações financeiras é longo e há exigência de vários trâmites para aprovação dos planos de ação com uso dos recursos financeiros referentes aos projetos em geral dos cursos, como necessidade de transporte para o deslocamento em aulas de campo e visitas técnicas em geral, além de viagens e roteiros em comunidades populares que oferecem TBC, interferindo na execução dos mesmos. Assim, nem todas as turmas tiveram a oportunidade de vivenciarem atividades práticas em comunidades.

Os estudos interdisciplinares de Pesquisa, Orientação Profissional e Iniciação Científica (POFIC); e Intervenção, Tecnologias Sociais, Atividades de Campo e Visitas Técnicas (ITSACVT), foram introduzidas na matriz curricular, em 2012.1, nos cursos técnicos do CEEP-BA, inclusive no de hospedagem. E elas estão presentes nos 2º, 3º, 4º e 5º semestres, conforme Quadro 1. Então, de forma coletiva com a coordenadora pedagógica e alguns professores do curso, construiu-se um projeto estabelecendo objetivos e conteúdos para cada semestre.

(Continua)

SEMESTRES			
2º	**3º**	**4º**	**5º**
- Introdução Conceitos de Iniciação Científica: O senso comum e o conhecimento científico; Como fazer investigações para entender fenômenos da natureza e sociais? Produção do conhecimento científico;	**- Pesquisa Social; Pesquisa etnográfica; Pesquisa-Ação** **- Aprofundamento da estrutura da pesquisa:** 1. Exemplificar e ensinar iniciação de embasamento teórico, a partir dos conhecimentos vistos nas disciplinas técnicas do curso; 2. Identificar problemas da profissão relacionados ao mundo do trabalho; 3. Elaborar Pré-projeto de acordo com o tipo de pesquisa escolhido, a partir da *escolha do tema da pesquisa) e orientação técnica profissional;* 4. Criar as questões investigativas da pesquisa de campo; 5. Escolher a metodologia da pesquisa: 6. Aplicar questionário e/ ou Realizar entrevista;	**- Reflexões teóricas-práticas da análise do resultado da pesquisa de campo;** **- Definição do tema da pesquisa final orientada para intervenção social;** **- Elaboração/revisão de embasamento teórico a partir das indicações bibliográficas/marco teórico e revisões técnicas do docente orientador;** **- Aplicação da metodologia final de investigação com coleta de dados para intervenção social.**	**- Revisão bibliográfica do embasamento teórico da pesquisa;** **- Aplicar resultado do Projeto/Propor intervenção social da pesquisa no local pesquisado;** **- Apresentar resultado da pesquisa para comunidade em estudo, em um evento específico;** **-Escrever relatório técnico final e/ou artigo científico com revisão do professor orientador.**

(Continução)

SEMESTRES			
2º	**3º**	**4º**	**5º**
- Habilidades profissionais do técnico de acordo com o curso; **- Conceito de Pesquisa:** Conceitos de pesquisa de iniciação científica; Fato => problema => Solução => Hipóteses => Investigação => Experimentação => conclusão; **- Estrutura da pesquisa: Introdução; apresentação de modelos;**	7. Tabular respostas da pesquisa; 8. Analisar resultado da pesquisa de campo. **- Noções de ética profissional:** Postura profissional, comunicação formal, traje, relações interpessoais; Código de ética profissional		

(Conclusão)

SEMESTRES			
2º	3º	4º	5º
- **Tipos de Pesquisa: Qualitativa;** quantitativa; Pesquisa de campo; Pesquisa empírica; Pesquisa na Internet; Pesquisa bibliográfica; - **Estrutura da Pesquisa: problema, hipótese, objetivos, justificativa, metodologia, cronograma.** - **Instrumentos usados para pesquisa:** questionário, entrevista e outros; - **O papel do orientador e do pesquisador.**			

Quadro 1 – Conteúdos para estudos interdisciplinares: pesquisa, orientação profissional e iniciação científica
Fonte: CEEP-BA, 2012.

Percebe-se que nos estudos interdisciplinares POFIC, de acordo com o semestre em curso, é proferido um determinado conteúdo, e a partir desta discussão, são vivenciadas determinadas práticas. Algumas das experiências propostas por esta disciplina foram:

a] averiguar a execução do roteiro de TC no Calafate, em 2011.2;

b] pesquisar sobre espaços e atividades de lazer na comunidade de Fazenda Coutos em 2011.2;

c] investigar a relação do turismo com comércio da Feira de São Joaquim, em 2012.1;

d] verificar os serviços oferecidos por um meio de hospedagem e sua respectiva qualidade, em 2012.1;

e] investigar e cadastrar os artistas que residem e trabalham entre a Cidade Baixa e Subúrbio Ferroviário para atuar na Feira Cultural, em 2012.1;

f] identificar os serviços de alojamentos e recreação usados pelas creches da Cidade Baixa, em 2012.2;

g] analisar os serviços e infraestrutura do Sistema *Ferry Boat*, em 2012.2);

h] observar o cotidiano da comunidade Quilombola Kaonge e o roteiro TBC oferecido por ela, em 2013.1;

i] observar a rotina, atividades de entretenimento e recreação da CAASAH a fim de criar evento personalizado para crianças internas da instituição;

j] planejar e realizar Eco Bazar Solidário no CEEPBA.

Em relação à disciplina ITSACVT, objetiva-se construir ação de intervenção social, que acontece em paralelo à pesquisa, durante os quatro semestres do curso. Neste caso foram planejadas as etapas da construção do projeto. Mas na prática, em um semestre, cria-se o projeto e trabalha-se com execução da intervenção social. Isto acontece em virtude de imprevistos no calendário como paralisações de professores, dos rodoviários, chuvas, engarrafamentos e/ou problemas com trânsito, e outros que acontecem em dias letivos.

Em 2013.1, os dois projetos mais relevantes, em andamento, são: o da turma do 5º semestre/noturno, com a criação de um meio de hospedagem coletivo no Calafate, como consequência da visita realizada no 2º semestre do grupo; e o projeto da turma do 4º semestre/vespertino, com a criação de uma pousada no território da Rota da Liberdade, que beneficiará todas as comunidades envolvidas, após a visita à comunidade Kaonge, em maio de 2013 com a equipe do TBC Cabula da UNEB. Já a turma do 3º semestre, em curso com a disciplina TTC, não tem um projeto concreto de intervenção social. No momento estão se dedicando ao estudo teórico sobre pesquisa para projetar uma ação social nos demais semestres como contribuição do curso em estudo. E teve como produto final desta disciplina, a construção de uma revista piloto sobre Turismo de base comunitária, e informações afins apreendidas durante o semestre.

Assim sendo, a limitação dos recursos financeiros por curso dificultou a realização de pesquisas mais elaboradas, atividades de campo e/ou visitas técnicas, impactando na produção de tecnologias sociais como um tipo de resultado de intervenção social, em todos os semestres do curso de hospedagem.

Considerações Finais

O estudo do TTC, pesquisa e intervenção social no CEEP-BA por meio de Cursos da Educação Profissional, é uma proposta inovadora entre as instituições de ensino que oferecem Educação Profissional em Salvador, possibilitando a visão, formação e atuação dos discentes em espaços e projetos justos socialmente e prósperos. Por ser uma iniciativa relevante, precisa de adequações levando em consideração a situação social e econômica dos alunos do PROEJA, que têm características próprias como

limitação no aprendizado; muito tempo fora das salas de aula; lentidão para captação de informações; falta de compromisso com outras tarefas diárias; dentre outras. Estes aspectos interferem nas atividades de pesquisa e intervenção social. E o mais agravante são as mudanças constantes no planejamento, restrição de recursos financeiros, burocracia na distribuição do pouco recurso existente, e a falta de continuidade dos professores, que tem, no máximo, quatro anos de permanência no colégio pelo sistema REDA. Esta dinâmica das escolas públicas gera incertezas, inseguranças, fragilizando as iniciativas que vem dando algum resultado concreto para os alunos e suas comunidades carentes.

Percebe-se a necessidade de reorganizar a matriz curricular, carga horária e também repensar como estimular as pesquisas e ações sociais, por meios alternativos e de baixo custo, para se chegar à criação de tecnologias sociais mais concretas e diversificadas, no âmbito de TBC, para os alunos do Curso Técnico em Hospedagem, a fim de atingir os princípios estabelecidos pela Superintendência da Educação Profissional da Bahia e encaminhar os discentes para oportunidades de inserção no mundo do trabalho mais efetivas.

A parceria com UNEB tem trazido bons resultados e colaborado para otimização do aprendizado dos estudantes do Curso Técnico em Hospedagem, principalmente em relação ao Turismo de Base Comunitária. Assim como esta, deveriam existir outras parcerias com instituições como associações de classe e cooperativas, por exemplo, que possibilitem vias alternativas de acesso ao conhecimento dos alunos do CEEP-BA para atingir seus objetivos pedagógicos e de formação profissional.

Referências

BAHIA. **Plano Plurianual – PPA 2008-2011**. Salvador: SEPLAN, 2007. Governador (2008-2011: Jaques Wagner). Disponível em: <htppHYPERLINK "http://www.seplan.ba.gov.br/i_plano_plurianual_2008_2011.%20htm"://www.seplan.ba.gov.br/i_plano_plurianual_2008_2011. HYPERLINK "http://www.seplan.ba.gov.br/i_plano_plurianual_2008_2011.%20htm"htm>. Acesso em: 18 jun. 2013.

[CEEP-BA] CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA BAHIA. **Projeto Político Pedagógico**: anexo: Plano de Estudos Interdisciplinares de Pesquisa, Orientação Profissional e Iniciação Científica - POPIC e Intervenção Social, Tecnologia Social, Atividade de Campo e Visitas Técnicas- ISTSACVT. Salvador: CEEP-BA, 2012.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. PROEJA: o significado socioeconômico e o desafio da construção de um currículo inovador. In: **PROEJA**: formação técnica integrada ao ensino médio. Rio de Janeiro: MEC; SEED; TV Escola; Salto para o Futuro, 2006. v.16, p.36-53.

NOSSA ESCOLA - BOLETIM INFORMATIVO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA, ano IV, n. 19, maio/jun. 2012. Disponível em: http://escolas.educacao.ba.gov.br/educacaoprofissional. Acesso em: 18 jul. 2013.

14 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E TECNOLOGIAS EDUCATIVAS

Katiane Alves / Andréa Cristina Serravale dos Santos

Introdução

Falar de Turismo de Base Comunitária - TBC é discutir a diversidade da atividade turística nas perspectivas econômica, social, cultural, política e ambiental. Isso permite compreender os diversos campos da ciência, por meio do estudo interdisciplinar, em oposição ao conhecimento isolado e fragmentado. Esta discussão surgiu a partir do projeto "Turismo de Base Comunitária na Região do Cabula e entorno: processo de incubação de operadora de receptivos populares especializada em Roteiros Turísticos Urbanos Alternativos, Responsáveis, Sustentáveis e Solidários (RTUARSS)", por meio do eixo temático Tecnologias Educativas.

O TBC tem como princípio articulação por meio de rede e autogestão, numa perspectiva sustentável, solidária, colaborativa e coletiva, levando em consideração a diversidade cultural e demais aspectos que representem manifestações sociais entre os diversos grupos existentes.

Essa abordagem pressupõe que a atividade turística desenvolve o local de forma sustentável, onde há o respeito aos costumes da população receptora mediante à valorização da forma como ela se constitui. O turismo é uma atividade associada à diversidade cultural de uma sociedade, onde os aspectos econômicos e ambientais são elementos que contribuem para o desenvolvimento desse fenômeno numa localidade. Essa prática se configura a partir do potencial de cada lugar e da forma como é planejada, organizada e administrada pelos atores responsáveis por sua difusão, constituídos pelo tripé – comunidade, setor público e setor privado.

Entretanto, percebe-se que no planejamento do turismo convencional, a participação da população local é incipiente, senão inexistente. Contudo, nos últimos anos vem se desenvolvendo uma forma de organização desta atividade, onde a comunidade aparece como protagonista, sendo, portanto, a base desse processo. No entanto, vale salientar a necessidade de mobilização desses atores envolvidos quanto à questão do processo de construção identitária e cultural, bem como as mudanças ocorridas nestas ao longo do tempo. Para isto é fundamental articular turismo e educação no processo de formação do cidadão consciente e ativo nas decisões referentes a esta prática em sua comunidade.

A partir dessa discussão, o presente trabalho aborda aspectos relevantes para organização de um turismo alternativo, neste caso, o TBC, e formação do indivíduo para esta atividade, com o uso da tecnologia educativa por meio do jogo Role Playing Game - RPG, enquanto ferramenta utilizada em práticas pedagógicas.

Esse artigo é parte de um projeto de pesquisa constituído por uma equipe multidisciplinar, da qual os autores fazem parte, portanto, é uma análise dessa experiência. O objetivo dele é analisar a proposta de uso das tecnologias educativas, por meio do jogo RPG articulado ao TBC do Cabula e Entorno, como auxílio no desenvolvimento social das comunidades envolvidas nesse processo.

Para elaboração desse estudo, utilizou-se livros, artigos e outros trabalhos acadêmicos referentes ao assunto; fez-se levantamento de dados nas instituições locais; rodas de conversa com as comunidades dos bairros do Cabula e entorno; e elaboração do jogo RPG. Ressalta-se que essas comunidades foram identificadas como possível destino turístico, dado o legado cultural e histórico, elementos particulares de cada uma. No contexto do Turismo de Base Comunitária, todas apresentam aspectos que contribuem para formação e organização dessa atividade articulada ao contexto educativo.

Educação, Tecnologia e TBC: o tripé interativo

A elaboração do jogo RPG para formação em TBC, mediante uma proposta de simulação do contexto real das comunidades dentro da conjuntura história e social em que vivem, possibilita melhor compreensão desses aspectos. Além disso, contribui para a educação, sobretudo, no tocante à forma como esses grupos se constituíram e como se configuram na atualidade, propondo uma reflexão acerca das crenças, hábitos, costumes e outros aspectos de uma sociedade.

Dessa forma, as tecnologias educativas podem ser utilizadas como uma junção entre esses dois termos - turismo e educação. Diante deste contexto, o TBC integrado aos recursos tecnológicos, desde que seja aplicado de forma adequada, pode contribuir para o processo de ensino e aprendizagem de estudantes, tendo em vista que está permeado por princípios semelhantes aos da educação, como solidariedade, coletividade, intercâmbio de saberes, tolerância, dentre outros.

Essas são algumas das evidências que demonstram que o turismo de base comunitária aproxima-se da educação. O TBC prioriza a convivência de respeito mútuo, de valorização do bem comum e das tradições locais. A educação tem como base os mesmos valores. Então se afirma que educação e TBC se tornam elementos indissociáveis, com princípios capazes de transformar as práticas de ensino e a aprendizagem dos estudantes.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996, Art. 2º-3º), a *liberdade (de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber)* e a *solidariedade* são os princípios fundamentais da educação (BRASIL, 1996). Então, a escola precisa valorizar as diversas formas de expressão dos estudantes, pois com essa atitude eles constroem conhecimento, dialogam, ensinam e aprendem. Neste sentido, o TBC é uma alternativa propícia às livres manifestações de estudantes e das comunidades de modo geral, tendo a tecnologia como mediadora desse processo.

É importante salientar que tecnologia é o "conjunto de conhecimentos e princípios científicos que se aplicam ao planejamento, à construção e à utilização de um equipamento em um determinado tipo de atividade" (KENSKI, 2007, p. 24). Com esta definição, entende-se que tecnologia não se restringe a equipamentos. Para a produção de lápis, livros, *suvenirs*, por exemplo, são utilizados um conjunto de conhecimentos como pesquisar, planejar, criar o produto, o serviço, o processo. Este conjunto é denominado tecnologias. Da mesma forma, a autora afirma que o cérebro e a linguagem são exemplos de tecnologia.

Sendo assim, infere-se que a relação entre educação e tecnologia possui embasamento legal; está prescrita de forma explícita e implícita na LDB/1996, conforme Quadro 1.

(Continua)

ARTIGO	DESCRIÇÃO
Art. 1º: processos formativos da educação.	§ 2º: "A educação escolar deverá **vincular-se ao mundo do trabalho e a prática social.**"
Art. 26º: currículo escolar.	"Os **currículos** do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada [...] por uma **parte diversificada**, exigida pelas **características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela**."

(Conclusão)

ARTIGO	DESCRIÇÃO
Art. 32º: objetivo do ensino fundamental: *formação básica do cidadão, mediante*:"	II- "a **compreensão** do ambiente natural e social, do sistema político, da **tecnologia**, das artes e dos valores **em que se fundamenta a sociedade**". III- "o desenvolvimento da **capacidade de aprendizagem**, tendo em vista a aquisição de **conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores**."
Art. 35º: finalidades do ensino médio.	IV - "a **compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos** dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina."
Art. 36º: diretrizes do currículo do ensino médio.	I- destacará [...] o processo histórico de **transformação da sociedade e da cultura**; II - adotará **metodologias** de ensino e de avaliação que **estimulem a iniciativa dos estudantes**.

Quadro 1 – Relação entre Educação e Tecnologia
Fonte: Brasil, 1996.

A LDB estabelece que a escola deve estar articulada às transformações sociais. Portanto, permanecer com práticas de ensino tradicionais, em que apenas o professor participa da aula e o educando não constrói conhecimento, reflete uma educação escolar defasada, descontextualizada e, portanto, sem sentido para o estudante. A tecnologia faz parte dos saberes construídos socialmente e a escola ficar alheia a esse avanço significa estar em *déficit* formativo com o estudante, já que o educando necessita das diversas oportunidades de conhecimento para o seu pleno desenvolvimento. O quadro acima demonstra que a legislação educacional estabelece que as práticas sociais locais, a cultura, o mercado de trabalho, a potencialização da aprendizagem sejam contemplados pela escola, cujo currículo, apesar de ser um conjunto de conteúdos prescritos socialmente, pode e deve abranger as especificidades regionais e culturais.

Sendo assim, os conteúdos escolares podem estar inseridos no mundo tecnológico. A relação educação-tecnologia pode proporcionar momentos de interação colaborativa entre os colegas; compartilhamento de informações; diálogo sobre os saberes adquiridos; estímulo ao interesse pelos estudos, entre outros benefícios. Colaboram para este entendimento Bonilla e Assis (2005), ao exemplificar que nas salas de bate-papo e nas listas de discussão é possível elucidar dúvidas, ampliar o acesso ao universo tecnológico, socializar idéias, que podem ser permeadas ainda pelo debate.

Associado ao que foi exposto até o momento e tendo em vista a conjuntura educacional em que o docente depara-se com a violência no ambiente de trabalho, a indisciplina, a falta de motivação dos

estudantes em relação aos estudos, há uma outra forma de organização do turismo que pode aproximar-se da escola como uma fonte educativa capaz de acoplar o intercâmbio de saberes ao mesmo tempo em que emana seu aspecto pedagógico. Este modelo é o Turismo de Base Comunitária. Não se quer dizer com isto que o TBC é o solucionador das patologias educacionais, mas pode ser considerado como uma alternativa capaz de amenizar determinadas situações, a partir do momento em que, por natureza epistemológica, pressupõe-se a participação, interação, solidariedade, respeito e acolhimento da diversidade, construção coletiva e colaborativa, fazendo emergir as heranças culturais, os saberes populares (SILVA; SÁ, 2012).

Entretanto, o TBC não é direcionado apenas para o campo educacional. Profissionais que lidam com o turismo, moradores de diversas comunidades, organizações não-governamentais são alguns dos possíveis contemplados com a abrangência desta perspectiva. É uma alternativa social voltada para a interação solidária.

Considerando os múltiplos princípios que constituem a educação, as tecnologias e o turismo de base comunitária, na prática, pode ser vivenciado por meio de jogos RPG, que também apresentam benefícios pedagógicos, como se verá adiante.

Contribuição dos Aspectos Pedagógicos do RPG para Discentes e Docentes

O termo RPG significa *Role Playing Game*, cuja definição é jogo de interpretação de papéis. Isso quer dizer que para jogar o participante transpõe sua existência física para o mundo lúdico – que pode ser digital ou presencial –, assumindo o papel do personagem. Na verdade o jogador é o próprio ser presente no jogo, ele vivencia e determina as ações a serem realizadas, a partir do diálogo com o grupo.

Esse tipo de jogo surgiu na década de 1970 e, de acordo com Saldanha e Batista (2009) foi criado com base em jogos estratégicos de guerra. Contudo, pode-se pensar que um jogo que envolve guerra instiga os jovens a tornarem-se violentos. Entretanto, para compreender esse assunto é importante ter em mente que o RPG possui elementos pedagógicos capazes de aproximar estudantes, docentes e escola. Inicialmente, é necessário entender o funcionamento do jogo.

O *Role Playing Game* é composto por jogadores-personagens e por um mediador do grupo, denominado Mestre. A função básica dos jogadores-personagens é tomar decisões diante das situações-problema encontradas no decorrer do jogo, e a do Mestre é contextualizar o jogo, apresentando o enredo, os obstáculos presentes no caminho e escolha das devidas consequências diante das ações dos jogadores.

Na escola, o professor pode ser o Mestre ou outra pessoa que saiba mestrar. Os jogadores-personagens podem ser os estudantes, que solucionarão problemas para atingir os objetivos. Os objetivos do RPG podem envolver situações pedagógicas. A seguir, no Quadro 2, os aspectos pedagógicos do RPG, identificados com sua respectiva explicação (CABALERO; MATTA, 2011, p. 321).

(Continua)

ASPECTOS PEDAGÓGICOS	EXPLICAÇÃO
Colaboração	No RPG, os estudantes exercem o auxílio mútuo entre os colegas na tentativa de encontrar soluções em comum para os problemas.
Raciocínio lógico	Os estudantes estimulam o raciocínio lógico durante a reflexão e análise sobre a tomada de decisões.
Interação	O aspecto social é amplamente exercido no RPG, pois é um jogo em que a comunicação coletiva predomina. A participação do grupo fica evidente durante o jogo.
Interdisciplinaridade	O RPG possibilita também a articulação entre disciplinas. O educador pode criar um jogo RPG a partir de qualquer assunto. As situações-problema podem ser elaboradas visando atender os objetivos educativos. O primeiro passo é saber criar campanhas e aventuras de RPG.
Compartilhamento de idéias	Dúvidas, sugestões, apresentação de soluções, compartilhamento de saberes acontecem durante o jogo. Dessa forma, o docente pode aproveitar essas possibilidades para incentivar a aprendizagem dos conteúdos escolares.
Leitura	O RPG possui o livro do Mestre e o livro do jogador, contendo orientações sobre o desenvolvimento do jogo. Para jogar, precisa inicialmente, que faça a leitura desses livros. Além disso, outras leituras podem ser sugeridas como requisito para completar determinada ação.
Escrita	O jogo estimula também a produção textual, já que os jogadores, em determinado momento, terão que escrever a respeitos das particularidades de seus personagens.
Pesquisa	A depender da temática do jogo os jogadores são instigados a realizarem pesquisas sobre algum elemento do enredo, a fim de elucidar questões e complementar informações necessárias.
Tecnologia	Como já foi dito nesse capítulo, o RPG pode acontecer via presencial ou digital. É uma possibilidade de aproximar o educando do mundo tecnológico. No decorrer desse texto o leitor pode aventurar-se pelo RPG sobre o Cabula e entorno, cujo ambiente de acesso é o *moodle*.

(Conclusão)

ASPECTOS PEDAGÓGICOS	EXPLICAÇÃO
Imaginação / criatividade	A tomada de decisões – essenciais ao prosseguimento do jogo – depende do nível de imaginação e criatividade dos jogadores para solucionar os problemas e decidir as ações a serem realizadas diante de cada situação/obstáculo.
Diversão	Apesar do RPG ser um jogo, apresentar elementos lúdicos, ele é um extenso campo de possibilidades pedagógicas. Portanto, cabe ao criador do jogo utilizá-lo somente como diversão ou como um instrumento pedagógico divertido. A segunda opção permite que a escola deixe de ser vista como obrigatória e passe a ser aceita pelos estudantes como um espaço importante para aprender e ensinar.
Respeito	Pelo fato do RPG ser um jogo interativo, permite a expressão de opiniões divergentes ou não. O que delimita o nível de conflito no jogo é a essência do RPG – a colaboração. Através desse jogo os jogadores aprendem a convivência em grupo, o respeito às diferenças e mesmo que não aceitem determinadas decisões, são incentivados a ouvir o colega.

Quadro 2 – Aspectos pedagógicos do RPG
Fonte: Elaborado por Santos, 2013, com base em Cabalero e Matta, 2011.

Portanto, caso o docente necessite variar as práticas de ensino e priorizem a aprendizagem dos educandos, o RPG é uma possibilidade viável e o envolvimento das comunidades do Cabula e entorno é fundamental nesse processo.

RPG do TBC no Cabula e Entorno

A proposta do jogo RPG sobre TBC no Cabula e entorno é relevante tanto para a economia e integração na comunidade, quanto para educação. O jogo contribui na medida em que promove conhecimento de forma lúdica e interdisciplinar onde o jovem aprende brincando, conteúdos que revelam aspectos do cotidiano, relacionados ao estudo da ciência quando percebem elementos da história, geografia, sociologia e outras.

Enquanto o TBC mobiliza a comunidade para valorização da identidade e cultura, assim como no desenvolvimento de habilidades como autonomia e auto-gestão de forma cooperativa e solidária, o RPG promove a interação colaborativa entre os jogadores-estudantes, o incentivo à pesquisa à leitura e à

escrita, entre outros benefícios pedagógicos. Com isto, afirma-se que associar TBC ao RPG é promover o desenvolvimento social das comunidades.

O RPG trata de conteúdos voltados para a formação de jovens e adultos no planejamento, organização e execução do TBC em sua comunidade. Portanto, esse jogo possui em sua estrutura os seguintes elementos: Campanha, Aventuras, Classes e Sistema de Regras. A Campanha é o enredo do jogo e as aventuras são os elementos que articulam a campanha. Já as classes representam os jogadores-personagens, enquanto o sistema de regras apresenta as particularidades de cada jogador, como habilidades e perícias.

Assim, a campanha que constitui o RPG articulado ao Turismo de Base Comunitária contempla o bairro do Cabula e seu entorno mediante a possibilidade dos jogadores-personagens vivenciarem situações e cenários referentes à localidade, sendo capazes de ampliar conhecimento a respeito da localidade, desenvolver o sentimento de pertencimento ao bairro, colaborar com a valorização das tradições locais. Neste contexto, os jogadores possuem o poder de decisão colaborativa para impedir que o processo de desintegração social suprima as características peculiares da região, que foram construídas ao longo de décadas.

Já as aventuras abordam o contexto em que as ações dos jogadores-personagens são realizadas. Dessa forma, desafios com o objetivo de solucionar problemas relativos ao bairro e que permitem aos jogadores exercitarem seu raciocínio lógico são apresentados nessa parte do texto. O raciocínio lógico exercido pelos jogadores está relacionado à sua capacidade de decidir quais ações irão realizar diante de determinada situação-problema.

As classes são elaboradas conforme o tema e conteúdo das aventuras, onde os jogadores escolhem os personagens encontrados em cada categoria formada. Neste sentido, as classes são os perfis dos personagens para os sujeitos envolvidos e engajados no TBC. Elas permitem que o jogador tenha autonomia ao escolher o grupo com o qual se identifica e, partir dessa ação desenvolva habilidades para organização e execução da atividade turística.

A partir disso ocorre a articulação entre os atores sociais, portanto, a comunidade com sua diversidade cultural, com o apoio das instituições públicas e privadas. Nesta perspectiva, constitui-se as classes para o RPG do Cabula e entorno, conforme Quadro 3.

(Continua)

CLASSES	DESCRIÇÃO/ HABILIDADES OU NÍVEIS
O Articulador	Nessa classe é destacado o papel dos líderes comunitários, a importância das organizações sociais para o cenário político de luta pelos direitos básicos do ser humano e outras manifestações de interesse coletivo. **Nível 1** - Conhece as pessoas influentes na comunidade. É comunicativo; O personagem tem 3 contatos de nível fraco ou um de nível médio (+1). Busca contatos de pessoas importantes, capazes de ajudar na melhoria de condições de vida da população. Além de ter 3 contatos fracos, 1 mediano, conhece 1 pessoa importante (+2). **Nível 2** - Por ser bem articulado e possuir 1 contato de nível alto; é convocado para articular eventos importantes para a comunidade (+3). **Nível 3** - Consegue o apoio dos outros líderes comunitários; articula maior número de pessoas, bem como as associações de bairro, empresários, projetos e demais grupos. Conhece 2 contatos de nível alto (+6).
O Estudioso	Referenciando o nome, é dado enfoque para o conhecimento científico e empírico, onde estão os pesquisadores da academia e o povo com o saber popular. **Nível 1** - Tem interesse em conhecer e divulgar o Turismo de Base Comunitária. Promove um encontro com os líderes comunitários para discussão sobre o TBC. Esse personagem tem o nível fraco (0). **Nível 2** - Articula estudantes em busca de mudanças voltadas para a melhoria da condição social das comunidades carentes. Luta pela execução de políticas públicas, reivindicando seus direitos nas esferas governamentais. Alcança nível mediano (+1).

(Continução)

CLASSES	DESCRIÇÃO/ HABILIDADES OU NÍVEIS
O Estudioso	**Nível 3** - Faz palestra sobre o TBC nas escolas públicas; cria ou se envolve em projetos em prol das comunidades (+2). Consegue recursos para projetos sustentáveis e solidários. Acompanha a população no desenvolvimento de atividades e ações que beneficiem a coletividade (+3). **Nível 4** - Articula cooperativas para gerir as diversas atividades no bairro. Consegue nível alto (+6).
Artífice Cultural	Essa classe ilustra os personagens reais das comunidades, entre eles: grupos folclóricos, artista plástico, capoeirista, músico, poeta/poetisa, grafiteiro, capoeirista, rezadeira e outros. **Nível 1** - É um indivíduo que vive o cotidiano do bairro, tem conhecimento das fragilidades e problemas que a população enfrenta. Apoia iniciativas benéficas para a comunidade. Possui nível fraco (0). Conhece a história do bairro, busca o apoio dos demais para a valorização da cultura, através da organização de grupos culturais, artesãos, artistas plásticos e outros. Nestas ações, ele atinge nível mediano (+2). **Nível 2** - Tem ideias inovadoras e construtivas. Promove feiras culturais; consegue recursos para criação de espaços culturais na comunidade, contribuindo para geração de renda (+2). **Nível 3** - Se organiza para aprender e compartilhar experiências. Promove cursos em parceria com Organizações não governamentais (ONGs) para adultos, jovens e crianças (+3). **Nível 4** - Cria alternativas para o desenvolvimento local (+4).

(Continução)

CLASSES	DESCRIÇÃO/ HABILIDADES OU NÍVEIS
Colaborador TBC	Diz respeito aos profissionais de receptivo e emissivo do turismo convencional, são: agências, operadoras de viagem (trabalham com hospedagem, roteiros turísticos, guias de turismo, traslado e outros). Entretanto, esses serviços no TBC se configuram mediante cooperativas, as quais articulam a recepção do visitante que deseja conhecer o local. **Nível 1** - Estuda a história do bairro; conversam com moradores antigos sobre os costumes da comunidade. Registra o que acontece no bairro. Possui nível fraco (0). **Nível 2** - Compreende o potencial e importância do TBC para o bairro (+1). **Nível 3** - Organiza a hospedagem e apresentação do bairro ao visitante. (cabe a ele estabelecer o número de visitante, em acordo com a comunidade). Organiza as atividades, articulam as tarefas com todos os colaboradores. Conduz o roteiro do TBC. Alcança nível mediano (+4). **Nível 4** - Compartilha por meio de cursos os valores de sustentabilidade e solidariedade e outros que norteiam a prática do TBC no bairro, como uma forma de dialogar com o visitante. Atinge nível alto (+5).
Anfitrião Solidário	Essa classe refere-se à hospedagem e hospitalidade, que significa a relação do anfitrião com o visitante durante sua estada na comunidade e na sua residência. **Nível 1** - É uma pessoa honesta e solícita. Gosta de acolher as pessoas em sua residência. Respeita o direito o outro. Possui nível fraco (0).

(Continuação)

CLASSES	DESCRIÇÃO/ HABILIDADES OU NÍVEIS
Anfitrião Solidário	**Nível 2** - Fala da forma como vive na comunidade. Tem consciência do valor que o cotidiano da família e comunidade representa para o visitante, portanto, se coloca disponível para compartilhar suas experiências com o hóspede. Alcança nível mediano (+3). **Nível 3** – Compartilha com toda a comunidade envolvida, os benefícios econômicos que rebece durante a estada do visitante em seu lar (+2). **Nível 4** - tem interesse em ouvir o visitante, conhecer sua cultura e trocar saberes. Atinge nível alto (+4).
Visitante TBC	É uma classe que demonstra o perfil do turista que busca um turismo mais alternativo, solidário, sustentável e responsável, onde ela possa conviver com os costumes, o cotidiano da localidade. **Nível 1** - É um turista bem intencionado, pois age de forma a gerar benefícios para si e para comunidade. Possui nível fraco (0). **Nível 2** – Interage com a população, e procura deixar recursos financeiros na comunidade por meio da compra de produtos no local (+2). **Nível 3** - Tem interesse em conhecer os projetos, associações e diversas organizações voltadas para áreas sociais, culturais e outros. Atinge nível mediano (+3) **Nível 4** - Incentiva a atividade no local, fala de sua experiência enquanto visitante (+2). Divulga a comunidade para demais amigos que gostam do TBC. Alcança nível alto (+4).

(Continução)

CLASSES	DESCRIÇÃO/ HABILIDADES OU NÍVEIS
Empresário	É uma classe que representa grupos individualistas, capitalistas, portanto, capazes de destruir o bem coletivo para satisfazer sua vontade e gerar benefícios para si.
Poder Público	Embora o TBC seja organizado pela comunidade com foco na autogestão, vale ressaltar a importância da articulação com as esferas governamentais, a fim de reivindicar as necessárias políticas públicas para o povo. **Nível 1** - Articula ações em benefício da comunidade. Tem nível fraco (0). **Nível 2** - Consegue dialogar para propor melhoria de infraestrutura no bairro. (+1). **Nível 3** - Elabora em conjunto com o Poder Público e Organizações Não Governamentais (ONGs) programas para atender melhor a oferta de educação e saúde da demanda populacional. Atinge nível mediano (+3). **Nível 4** - Firma compromissos entre população e esfera pública, para efetivar TBC de acordo com seus princípios. Alcança nível alto (+5).
Comércio Comunitário	O TBC contempla a diversidade cultural, natural, histórica e demais elementos que constituem a organização de uma comunidade. Nessa perspectiva, esse grupo representa os indivíduos que contribuem para a economia do bairro, sobretudo, desenvolvimento deste, por meio do pequeno comércio. **Nível 1** - Planeja a comercialização de produtos no bairro: frutas, hortaliças, material para uso na limpeza doméstica confeccionados artesanalmente. Possui nível fraco (+1).

(Conclusão)

CLASSES	DESCRIÇÃO/ HABILIDADES OU NÍVEIS
Comércio Comunitário	**Nível 2** - Constitui o negócio e comercializa nas feiras ou em outros pontos de venda. Diversifica a mercadoria. (+2). **Nível 3** - Para aqueles que plantam e colhem as frutas, hortaliças e demais produtos advindos da natureza, esses compreendem o valor não só econômico, mas humano quanto ao cultivo e consumo desses alimentos. Atinge nível mediano (+3). **Nível 4** - Valoriza seu comércio, busca nesse tipo de trabalho a sobrevivência, contudo, não é extremamente capitalista, portanto, comercializa os produtos a um preço justo e dentro das condições econômicas da população local. Alcança nível alto (+6).

Quadro 3 – Classes para RPG do TBC
Fonte: Elaborado por Alves, 2013.

As classes foram criadas contemplando os diversos atores do Turismo de Base Comunitária no Cabula e entorno. Elas estão representadas por jogadores-personagens, onde no decorrer do jogo, poderão aumentar as habilidades que se constituem mediante a construção de conhecimento interdisciplinar, sobretudo, no entendimento sobre a organização e benefícios do TBC. As habilidades descritas foram elaboradas conforme o sistema de regras também construído para esse jogo.

O sistema de regras tem como função mediar a dinâmica da interpretação dos jogadores e a interferência do mestre, que pode intervir durante algumas ações, por meio de um dado de múltipla face, portanto de caráter aleatório. Apesar do RPG ser uma fonte de aprendizagem, possui em sua essência a proposta de divertir os participantes, até para que o jogo não se torne um mero conjunto de regras.

Para jogar, o jogador-personagem vivencia o contexto do jogo utilizando a interação entre os participantes como ponto de partida para o seu desenvolvimento e para que o Mestre consiga mediar essa interação, é preciso ter conhecimento das regras e características do jogo, que dura entre 2 e 4 horas. Outro detalhe importante é que cada personagem possui habilidades básicas, como Força, Destreza, Constituição, Cognição, Percepção, Carisma. Cada habilidade possui valores, que podem representar bônus ou penalidade. Cabe ao Mestre narrar as especificidades do jogo, que inclui as consequências das ações dos jogadores.

Considerações Finais

A finalidade dessa pesquisa foi investigar como ocorre o processo pedagógico das tecnologias educativas articuladas ao Turismo de Base Comunitária. Para tanto, foram apresentados a relação entre TBC, educação e RPG. Pode-se observar que na prática, esse tripé ainda está em fase incipiente. Apesar deste fato, as comunidades mostram-se receptivas à possibilidade de desenvolvimento local de forma sustentável e colaborativa. Para que isso ocorra, é necessário que haja uma mudança de postura frente às transformações sociais, já que estas podem contribuir para a melhoria das atuais e futuras gerações.

Referências

ALVES, Katiane. **Turismo de Base Comunitária e Educação**: uso do jogo RPG em processos pedagógicos. Salvador: UNEB, 2013. (Monografia).

BONILLA, Maria Helena Silveira; ASSIS, Alessandra de. Tecnologias e novas educações. **Revista da FAEEBA**, Salvador, v. 14, n. 23, p. 15-25, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www.revistadafaeeba.uneb.br/>. Acesso em: 12 mar. 2011.

BRASIL. LDB - Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, 23 dez. 1996. Seção 1. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-norma-pl.html>. Acesso em: 10 jan. 2012.

CABALERO, Sueli; MATTA, Alfredo. **RPG by Moodle**. Salvador: Eduneb, 2011. Disponível em: <http://ambiente.educacao.ba.gov.br/fisicaecotidiano/rpg/LivroRpgByMoodle.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2012.

KENSKI, Vani Moreira. **O que são tecnologias e por que elas são essenciais**. In: _____. **Educação e tecnologia**: o novo ritmo da informação. Campinas: Papirus, 2007.

SALDANHA, Ana Alade; BATISTA, José Roniere Morais. A concepção do Role-Playing Game (RPG) em jogadores sistemáticos. **Psicologia, Ciência e Profissão**, João Pessoa, v. 29, n. 4, p. 700-717, fev. 2009. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 19 jan. 2010.

SANTOS, Andréa Cristina Serravale dos. **Aspectos Pedagógicos do RPG**. Salvador, 2013. Texto não publicado.

SILVA, Francisca de Paula Santos da; SÁ, Natália Silva Coimbra de (Org.). **Cartilha (in) formativa sobre Turismo de Base Comunitária "O ABC do TBC"**. Salvador: Eduneb, 2012.

15 | TECNOLOGIA DIGITAL COLABORATIVA E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA o portal do TBC Cabula

Alfredo Eurico Rodrigues Matta

Introdução

Este texto expõe o procedimento para projetar e realizar a construção do Portal TBC, solução de conteúdo digital elaborada para atender ao projeto Turismo de Base Comunitária no Cabula e Entorno - TBC Cabula, tendo em vista a necessidade do projeto de ter na *WEB* um dos eixos mais importantes de diálogo com as comunidades que participam do projeto.

Em primeiro lugar, apresenta-se como se entende que o projeto TBC Cabula conectou-se e foi capaz de integrar as tecnologias digitais e a abordagem sócio-construtivista que se utiliza. Em seguida, apresenta-se a metodologia e procedimentos utilizados para o *design* do Portal e para a projeção de suas funcionalidades. E, finalmente, apresenta-se o Portal TBC, sua situação de uso e funções atuais, suas dificuldades, desdobramentos e perspectivas.

Turismo de Base Comunitária: a importância da compreensão inicial

Desde dezembro de 2010, portanto já no decorrer de quase três anos de experiência, tem-se participado do projeto TBC Cabula, coordenando o eixo de Tecnologias Educativas, engajado na articulação de aplicações de tecnologias digitais às necessidades do TBC.

Logo no princípio foi uma satisfação perceber que o TBC só pode acontecer, ou melhor, ser produzido, a partir do engajamento legítimo de sujeitos individuais ou comunitários, ativamente interessados em construir uma prática sustentável de atividade ao mesmo tempo rentável, mas também cultural, e com plena capacidade conscientizar os participantes sobre sua própria situação e valores, e assim sendo com grande chance de promover a elevação da autoestima comunitária.

Essa produção TBC Cabula foi, e está sendo concretizada a partir de ação compartilhada da UNEB, seus técnicos e cientistas, e agentes, sujeitos das comunidades dos bairros do Cabula e da região chamada "miolo" de Salvador, que na prática, compõe a área de atuação do projeto.

A experiência tem mostrado que trabalhar com TBC significa estar atento e, permanentemente, em atitude de colaboração com os parceiros da comunidade, procurando atuar para o crescimento sustentável desta atividade que tem todo potencial de ser alternativa à ordem societária hegemônica atual, a sociedade capitalista. Para além da experiência, os estudos empreendidos sobre o tema, para exatamente perceber como a tecnologia digital poderia se fazer partícipe da interdisciplinaridade envolvida na ação do TBC (SAMPAIO, 2011). Aprofunda-se que se trata de atividade plena de perspectiva comunitária, solidária, sustentável, manifesta a partir da prática e engajamento comunitário em arranjos sócio-produtivos que tendem a trazer equilíbrio entre o trabalho conjunto e a remuneração conseguida pelos esforços compartilhados e conscientes das populações envolvidas (BARTHOLO, 2009).

Essa compreensão do conceito de TBC e da prática social a que corresponde, foi o fundamento utilizado para a elaboração do *design* cognitivo apropriado capaz de fundamentar a modelagem do Portal do projeto, ferramenta concebida para mediação digital das interações a que correspondem ao TBC.

Fundamentos para o *Design* Cognitivo do Portal do TBC

Porquanto, estudos e experiências foram resultando na interpretação das ações do TBC como plenas de colaboração, compartilhamento prático de empreendimentos comunitários, perspectiva solidária e sustentável, mas se entendia que a produção do *design* cognitivo pertinente à soluções em sistemas digitais de apoio ao projeto deveriam ter um caráter sócio-construtivista.

Alimentado por propostas de interpretação do processo cognitivo advindas de estudiosos tais como Vigotsky, Paulo Freire, Etienne Wenger, Bahktin e Willians Frawley, dentre outros, o socioconstrutivismo

é o alicerce de uma corrente de *design* cognitivo que vem acumulando muitos resultados importantes como base projetiva na produção de diversos conteúdos digitais (MATTA, 2012).

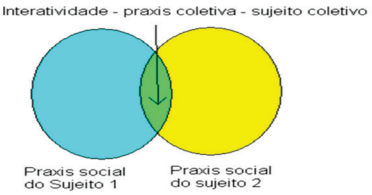
Ao perceber que o projeto se adequava a esta abordagem, mas ainda se estimulado o uso desta metodologia para a elaboração das soluções digitais de que o TBC necessitava. De fato, em decorrência dos estudos sobre o TBC, com o tempo foi ficando claro que o projeto necessitaria da produção e envolvimento de um conteúdo digital capaz de articular os diversos sujeitos potencialmente envolvidos no projeto, de preferência a partir da *WEB*, o que caminhou para definir o projeto como sendo o de um Portal TBC.

O socioconstrutivismo trabalha com alguns princípios a serem adotados para a concepção de procedimentos de ensino-aprendizagem, ou outros que tenham a objetivação da construção cognitiva. A concepção do Portal TBC deveria, portanto,t seguir este caminho. Estes princípios encontram-se no Quadro 1.

(Continua)

Inter-estruturação da construção do conhecimento	O conhecimento é construído pelo sujeito a partir de suas experiências e na direção do equilíbrio entre suas concepções e a realidade apresentada pelo contexto. O contexto atua limitando a experimentação do aluno e servindo de parâmetro para a aplicabilidade de sua aprendizagem.
Pedagogia de Projeto e Resolução de Problemas	Dentre outras abordagens construtivistas, esta é a mais adequada para o trabalho com novas tecnologias. Segundo seus princípios, uma situação-problema deve ser organizada de maneira a provocar uma prática de resolução, com tarefas a realizar. Os sujeitos envolvidos devem analisar o contexto, elaborar um projeto de ação e, então, executá-lo.
Autenticidade de questões	As questões, problemas ou tarefas dadas para o exercício de resolução dos alunos devem ser autênticos, ou seja, devem pertencer ao universo concreto e de realização objetiva das dificuldades e necessidades daqueles envolvidos no seu contexto social.
Autenticidade do professor	O professor deve estar autenticamente envolvido como parceiro de trabalho e facilitador do processo. Um "guia" ou mediador reconhecido pela prática.
Metacognição	O mais importante é aprender a aprender. O aluno deve utilizar o gradativo processo de resolução de problema, para testar seus próprios procedimentos de resolução, sua eficácia de análise e suas estratégias de abordagem, conduzindo transformações na forma de gerir sua própria aprendizagem.
Mediação	Acontece quando a relação entre dois elementos é mediada por um terceiro comum e pertencente à prática dos dois primeiros. Os signos são mediadores entre o mundo e a aprendizagem do sujeito. Os brinquedos, instrumentos, ferramentas, um ambiente, uma tarefa, podem também estar mediando a relação entre o mundo e a reflexão, logo entre o mundo e a aprendizagem, pois possibilitam a construção de signos e representações contextualizadas. Igualmente os conteúdos digitais podem estar mediando relações.

(Conclusão)

Zona de Desenvolvimento Imediato	Quando há um compartilhamento entre o complexo cognitivo de um sujeito, e as características cognoscíveis daquilo que ele esteja engajado na resolução. É uma zona de contato entre o infinito interior da mente, com seu conjunto de relação já conhecidas, e as propriedades cognoscíveis existentes nos processos e contextos aos quais o sujeito esta relacionado por uma prática produtiva existencial. Esta zona é como uma porta a partir da qual os sujeitos constroem conhecimento, agregando ao seu complexo dialógico de relações cognoscíveis, novas relações advindas das experiências vivenciadas. É uma relação que pode também acontecer entre sujeitos que compartilham uma data prática existencial, na medida em que há uma intersecção entre suas existências singulares, intersecção esta que é um compartilhamento de prática existencial e que põe em contato concreto os sujeitos participantes e seus conjuntos de conhecimento. 
Interação-Interatividade	Relacionamentos existentes, na zona de desenvolvimento imediato, entre (intersecção) os vários pensamentos reflexivos participantes, somado às várias ações integradas, que fazem surgir a construção e o crescimento do conhecimento de todos os envolvidos. É a função de todo sistema de ensino de abordagem ativa e construtivista. Uma epistemologia da experiência, da ação sobre problemas, deve focalizar a relação entre o objeto conhecido e o sujeito conhecedor, ou seja sobre esta interação objeto X sujeito.
Concretude	É uma relação entre o sujeito e suas realizações objetivas ou contextos percebidos. As relações concretas do sujeito com o que ele percebe de sua realidade é que provocariam os contrastes entre suas concepções e o que se observa do contexto, provocando desequilíbrio e gerando a aprendizagem.
Estruturas cognitivas ou mapas de cognição	O conhecimento está armazenado em nosso pensamento sob o formato de uma rede semântica formada por nódulos de conteúdos e elos de relacionamento entre estes conteúdos. A rede é dinâmica e se modifica de acordo com a percepção e experiência do sujeito em seu contexto. Este movimento de modificação é a aprendizagem. A rede semântica pode ser registrada e representada na forma de estruturas cognitivas ou mapas de cognição, que possibilitarão o estudo da cognição e processo de aprendizagem dos sujeitos. Os mapas de cognição podem ser a origem de outras construções de conhecimento.

Quadro 1 – Princípios fundamentais da abordagem socioconstrutivista para interpretação do processo cognitivo
Fonte: Matta, 2006, p. 86-87.

Tendo por base esses princípios, desenvolveu-se uma abordagem para *design* cognitivo de procedimentos e práticas sociais mediadas por sistemas digitais, de maneira a ser possível desenvolver

este tipo de *design* e aplicá-lo no desenvolvimento de soluções digitais que se fizerem necessárias. Para efetivá-lo, é necessário ter atenção e para cada projeto de ambiente e processo cognitivo a planejar, sempre considerar:

a] Como será a **interação**: Fischer e Landl (*apud* JONASSEN; MANDL, 1990) trabalharam o conceito de interação socialmente, e identificam que o *designer* deve construir conscientemente em suas produções as interações entre o sujeito/usuário, seus objetivos/tarefas/intenções, ou seja, sua relação concreta com o contexto e ambiente, e os conteúdos a serem ensinados. Isto leva David Jonassen a interpretar que o maior desafio do *designer* é planejar o modelo de relacionamento e de interação entre estes elementos – o usuário, relações concretas e necessidades do contexto, e as informação a serem trabalhadas;

b] Qual a solução para a **interatividade**: o *designer* socioconstrutivismo precisa compreender a interatividade segundo uma abordagem dialética. A interatividade aqui é compreendida vigotskianamente, em diálogo com a Teoria de Zona de Desenvolvimento Imediato - ZDI (VIGOTSKY, 2009). A interatividade é então definida como a intersecção entre as práticas sociais de sujeitos engajados na resolução e compartilhamento de construção de conhecimento e de prática de vida comum. Trata-se do encontro entre o que um sujeito conhece e a experiência de conhecimento social ou com elementos do ambiente, que estão com a prática em contato construtivo com o conjunto do conhecimento do sujeito. O projetista necessita ter em mente estes "instantes" de encontro, quando o sujeito coletivo se realiza em práxis singulares daqueles que compartilham um processo ou construção cognitiva. Devem ser criados momentos e situações de compartilhamento entre sujeitos engajados nos processos (MATTA, 2006);

c] Como considerar a **contextualidade**: a base dialética da abordagem vigotskiana torna essencial ao socioconstrutivismo localizar a base concreta da cognição, analisando e desenvolvendo projetos que respondam ao contexto social e histórico, às bases de prática social, das comunidades ou ambientes aos quais os sujeitos participantes do processo pedagógico pertencem (FRAWLEY, 2000). É necessário, portanto, que o projetista seja capaz de reconhecer os relacionamentos mais fortes existentes no meio social e histórico dos futuros sujeitos que estarão engajados em dada prática social. Contexto para a prática sócio-construtiva proposta, é a adjacência informacional da cognição do sujeito e de seus processos mentais, um complexo de relações entre a cognição do sujeito e suas condições de existência complexas exteriores, que se desenvolveram historicamente, e necessariamente precisam ser entendidas historicamente. O *designer* tem que ter esta consciência como pano de fundo de seus projetos (DUCHASTEL, 2006);

d] Qual o ambiente de **mediação**: outro aspecto importante é projetar a mediação entre a cognição do sujeito com suas literalmente infinitas, complexas e dinâmicas construções de enunciados, com o infinito e complexo dinamismo do processo social e história do contexto que está no universo exterior que situa e condiciona o sujeito e sua existência. É necessário projetar bem os ambientes e estratégias das instâncias nas quais vai se dar o encontro entre o sujeito e seu ambiente social, entre a singularidade de um sujeito e a colaboratividade do contexto social. Estes momentos de contato são precisamente as estratégias de mediação que devem ser bem e conscientemente desenvolvidas (FRAWLEY, 2000; VIGOTSKY, 2009).

e] Como projetar atuar no complexo de **metacognição e controle** do processo cognitivo de cada sujeito engajado: Vigotsky desenvolveu a idéia da gestão do processo cognitivo, como uma prática inerente a todo ser humano. A metacognição é definida como este processo de gestão da cognição realizada por pelo menos três atos do pensamento que são: o planejamento, a inibição e a referência de informação. O ser humano organiza e planeja seu processo de aprendizado e desenvolvimento, na medida em que percebe a necessidade de desenvolver-se, por outro lado, ele decide o tempo todo pela validação de certas alternativas de prática, aceitação, concordância ou não, de maneira que constrói um mapa de alternativas viáveis e inviáveis, e vai seguindo seu caminho de aprendizagem de acordo com estas construções cognitivas. Por fim, a referência que o processo cognitivo faz em relação à origem das respostas e fontes de interação que escolhem para focar a atenção e interagir, no momento mesmo da aprendizagem, compartilhando dinamicamente, o instante da mediação que constrói por fim a nova aprendizagem, ampliando, modificando, ou re-elaborando o mapa cognitivo interno. O *designer* socioconstrutivista deve estar atento ao projeto de maneira à sempre possibilitar, e até mesmo procurar conduzir, a metacognição, e estas três operações cognitivas de todo ser humano, para que possa ser bem sucedido na proposta de ensino-aprendizagem que elabora (FRAWLEY, 2000; MATTA, 2006);

f] Qual a estratégia para **inserção do conteúdo ou tema** do processo cognitivo a ser planejado: a consideração sobre o conteúdo e/ou tema a ser considerado para a aprendizagem, é condicionada pelos aspectos de metodologia cognitiva das interações, interatividade, contextualidade, mediação, metacognição e controle, já apresentados. A análise do que já escrevemos leva a perceber que a base do projeto socioconstrutivista é a consideração do sujeito-aprendiz e de seu processo de construção interna do conhecimento. Considera-se o aprendiz como referência do projeto, daí a expressão *pedagogia baseada no aprendiz ou no aluno*, e em seguida o mais importante é situar seu processo cognitivo e relacionamentos com o contexto social no qual tanto o aprendiz como o conteúdo estará inserido. É no contexto que a concretude do compartilhamento de práticas sociais com aqueles que se convive em processos de colaboração estará acontecendo. As informações devem então ser condicionadas a estas duas análises basilares, e só devem ser inseridos e ter seus conceitos e práticas consideradas, na medida do atendimento às necessidades do processo cognitivo dos aprendizes e das considerações sobre sua dinâmica social e contexto. Isso não significa deixar de apresentar ou de focalizar algum interesse que se deseje ver aprendido pelos sujeitos, mas sim considerar sempre as determinações sociais do contexto e as necessidades metacognitivas dos aprendizes, na forma e nas estratégias que se vão construir para encaminhar as interações entre os sujeitos e os conteúdos, com fins de aprendizagem. Esta é também uma recomendação prática fundamental aos projetistas (FIGUEIREDO; AFONSO, 2006). A informação inerente ao conteúdo de fato precisa ser integrada ao contexto e a partir desta integração estar disponível para a arquitetura do *designer* que vai projetar a interação de dupla via contexto-conteúdo ou contexto-informação, com o processo cognitivo do aprendiz, e

g] Como planejar a **colaboração**: todas as observações anteriores leva-nos a privilegiar o projeto sobre a colaboração. É na projeção da tarefa colaborativa, no projeto voltado para a resolução de problemas, que todos os princípios de *design* socioconstrutivista se encontram. Ao projetar o desafio coletivo o *designer* provoca a realização do trabalho de desenvolvimento de grupo, articulação de tempo e objetivos, gestão da complexidade da dinâmica coletiva, presença social, construção social, processos

de comunicação, gestão de conflitos cognitivos, afetivos e emocionais, e mediados por tudo isso, a aprendizagem colaborativa (DUCHASTEL, 2006).

O *design* do Portal do TBC: análise, resultados e considerações

Para auxiliar no trabalho de projeção socioconstrutivismo de procedimentos cognoscíveis elaborou-se um formulário, que apresenta, e que serve para conduzir a análise e elaboração da solução proposta (Quadro 2). No caso, ele foi aplicado ao TBC Cabula e Região, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, Brasil, e assim ele serviu para que se elaborasse a solução de Portal TBC *WEB* para o projeto.

(Continua)

SOLUÇÕES COGNITIVAS	SOLUÇÕES TÉCNICAS
Tema: Desenvolvimento da solução digital *WEB*, Portal TBC Cabula e Região	**Mídia (vídeo, animação, infografia, áudio, etc.):** Página *WEB* com recursos multimídia diversos, que sejam avaliados pertinentes pela comunidade de sujeitos engajados.
Objetivação: Desenvolver Portal *WEB* que seja ambiente mediador do TBC possibilitando o compartilhamento construtivo de ações dos diversos envolvidos, comunidade, universidade, turistas e outros.	
Como será abordada a informação? Parceiros da comunidade, universidade e outros vão dar vida e preencher os diversos espaços do portal. É imperioso que se construa um Portal que possa ser "tomado" pela comunidade. O principal é considerar que as informações pertencem, vão se originar e destinar-se às comunidades parceiras.	**Formato (documentário, simulação, jogo, ficção, etc.):** Portal *WEB*, com base de dados e sistema gestor de rede social apropriado.
Qual estratégia garantirá a contextualização (Universo Sócio-histórico/ Conscientização/ Tema Gerador/ Zona de Desenvolvimento Imediato)? Conseguir que as informações e a dinâmica do Portal sejam povoados e possa integrar-se aos bairros do TBC é uma estratégia de manter tudo em contexto.	

(Conclusão)

<table>
<tr><th>SOLUÇÕES COGNITIVAS</th><th>SOLUÇÕES TÉCNICAS</th></tr>
<tr><td>Qual estratégia garantirá a interdisciplinaridade?
De fato o Portal será aberto e comportará toda diversidade de saberes e formas de conhecimento, disciplinares ou não, que importem e interessem à comunidade.</td><td rowspan="2">Requisitos técnicos (extensão do arquivo, tamanho do arquivo, etc.):
A universidade deve prover o Portal de sua existência em termos técnicos e de animação do site.</td></tr>
<tr><td>Quais são as estratégias de mediação (colaboração/ interatividade e abordagem metacognitiva) a serem utilizadas?
O Portal terá ligação com redes sociais, propõe-se uma rádio e TV WEB comunitárias, blogs, elementos de editoração direta de agendas, talentos, registro de bases de dados diversas, formas de consulta comunitária variada e sempre interativa.</td></tr>
<tr><td>Quais são as estratégias para garantir o engajamento dos sujeitos?
É necessário preencher todas as funcionalidades da página e fazer com que agentes da comunidade possam ser responsabilizados pelo aporte de informações e dinâmica de interações.</td><td>Qual o veículo técnico de apresentação?
WEB</td></tr>
<tr><td colspan="2">Proposta de Avaliação:
O projeto e seu desempenho será avaliado pelo número de visitantes, interações e resultados.</td></tr>
<tr><td colspan="2">Informações úteis para construção do Guia Pedagógico:
O guia do TBC deve estar presente. Orientações aos “agentes” dos bairros são importantes.</td></tr>
</table>

Quadro 2 – Formulário para projeto de *Design* Cognitivo/técnico em perspectiva socioconstrutivista para o Portal *WEB* TBC Cabula e Região

Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

Dessa maneira, construiu-se os pressupostos elementares para a elaboração do Portal TBC que foi construindo obedecendo ao plano e que pode ser encontrado no endereço *WEB* <www.tbc.uneb.br>.

As soluções construídas estão iniciando as operações e embora se tenha obtido alguns sucessos, por outro lado, parte dos planos ainda não estão funcionando como previsto, se bem que deve-se considerar que a universidade ainda está organizando a equipe e a solução técnica da hospedagem.

O fato é que foi produzido um portal de cuja apresentação principal derivam mais 6 divisões que são: “sobre o projeto”, “sobre o turismo de base comunitária”, “localidades tbc”, “educação para tbc”, “notícias” e “fale com agente”.

As duas primeiras divisões, mais voltadas para a parte universitária do projeto estão em funcionamento mais sistemático e sendo bem preenchidos por textos e conteúdos relativos À descrição e concepção do projeto, assim como dos pressupostos teóricos e de conhecimento editado sobre o que seja turismo de base comunitária.

A divisão "localidades tbc" está se mostrando o coração do portal, e concentra a dificuldade do projeto no momento, já que, embora avançando e em pleno preenchimento, carece de engajamento da população e da comunidade, e não poderá se desenvolver enquanto não fomentar que a população dele tome conta. Alguns sucessos tais como participação de artistas locais, coleção de fotografias dos bairros, número significativo de visitas, estão sendo registrados, mas a página ainda carece de muitas informações e da vitalidade que fará com que haja maior movimento e funcionalidade para a página.

É o mesmo caso do "educação para o tbc" e "notícias" que também estão em fase de inicio das atividades, já que também demandam ação comunitária.

A Figura 1 apresenta uma visão da página criada.

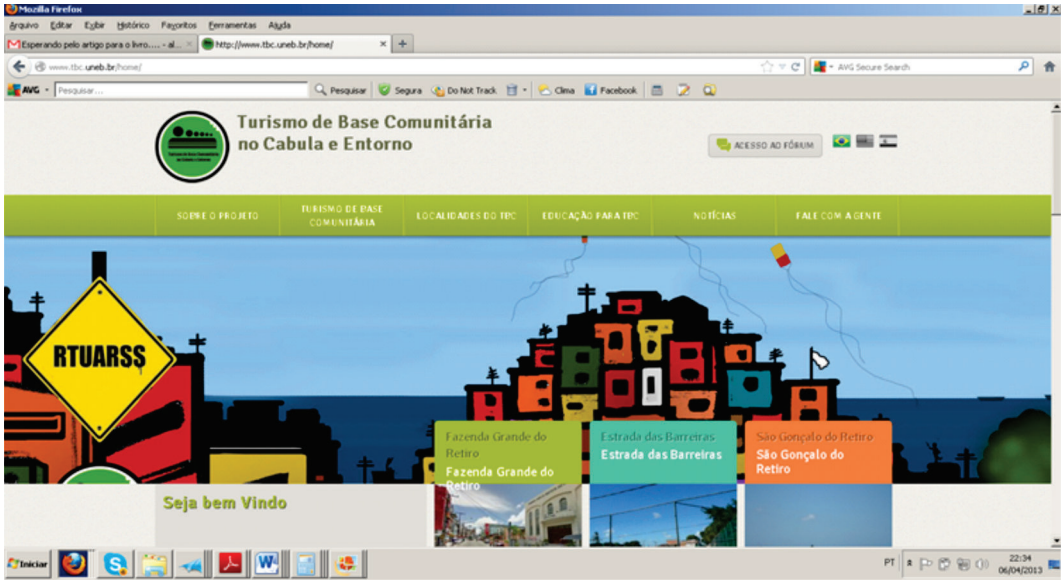


Figura 1 – Home page do *website* Turismo de Base Comunitária no Cabula e Entorno
Fonte: Disponível em: <www.tbc.uneb.br>. Acesso em: 11 ago. 2013.

O desafio é fazer com que a equipe da universidade, que já compartilha momentos e práticas de TBC com o Cabula e região, e com diversos segmentos de sua população, possam agora conferir funcionalidade e estrutura de ação aos bairros e a seus representantes no projeto, de maneira que a

solução do Portal *WEB*, projetada para mediar as diversas participações do TBC, possa de fato contribuir para a difusão da atividade e de tudo que ela representa.

No futuro próximo, já está se preparando para a edição dos roteiros alternativos dos bairros, para a divulgação dos primeiros serviços, a realização de apresentações *WEB* sobre a história dos bairros participantes, o funcionamento de uma TV e rádio *WEB* comunitária, e a elaboração da participação das escolas, até mesmo a partir de um jogo digital projetado para servir como estratégia de educação para o TBC. Estas são alternativas em construção que vão completar o portal, que já é um resultado e sucesso do projeto, pelo fato de estar funcionando e tendo muitos acessos.

Considerações Finais

O Portal do TBC foi produzido a partir do diálogo com a comunidade e em função do que poderá cumprir em termos de mediação dos contatos e construções comunitárias em torno do TBC e de suas atividades.

Apesar de ainda estar nos primeiros momentos, já revela o bom resultado em termos de concepção, já que foi definido e desenvolvido a partir de abordagem sócio-construtivista e seus resultados em termos de interação e fomento à colaboração estão mostrando que seus princípios nortearam sua modelagem estão sendo bem sucedidos.

A expectativa agora é a entrada de agentes comunitários e de uma maior dinâmica de participação de todos para que o Portal possa de fato servir ao propósito de auxiliar no desenvolvimento do turismo de base comunitária no Cabula e região.

Referências

BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.; BURSZTYN, I**. Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

DUCHASTEL, Philip; MOLS, Markus. E-learning as creating context. In: FIGUEIREDO, António; AFONSO, Ana. **Managing learning in virtual settings**: the role of context. Hershey: IFOSCI, 2006. p. 7-105.

FIGUEIREDO, António; AFONSO, Ana. **Managing learning in virtual settings**: the role of context. Hershey: IFOSCI, 2006.

FRAWLEY, William. **Vygotsky e a Ciência Cognitiva**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

JONASSEN, David; MANDL. *Design* **hypermedia for learning**. New York: Springer-Verlag, 1990.

MATTA, A. Desenvolvimento de metodologia de design socioconstrutivista para a produção do conhecimento. In: GURGEL, Paulo; SANTOS, Wilson (Org.). **Saberes plurais, difusão do conhecimento e práxis pedagógica**. Salvador: Edufba, 2012.

_____. **Tecnologias de aprendizagem em rede e ensino de História. Brasília**: Liber Livro, 2006.

SAMPAIO, C.; HENRIQUEZ, C.; MANSUR, C. **Turismo comunitário, solidário e sustentável**. Blumenau: Edifurb, 2011.

VIGOTSKY, Liev. **Construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

16 PROCESSO DE CRIAÇÃO DA IDENTIDADE VISUAL E DO *BLOG* DO PROJETO TBC CABULA

Maria Gabriela Rodrigues Piñeiro

Introdução

Trata-se aqui de um relato de experiência como integrante do Grupo Multidisciplinar de Estudo e Pesquisa Sociedade, Espaço, Educação e Turismo (SEETU), da UNEB, e colaboradora do Eixo Temático Comunicação Comunitária, do Projeto "Turismo de Base Comunitária na Região do Cabula e Entorno: processo de incubação de operadora de receptivos populares especializada em roteiros turísticos alternativos (RTUARSS), mais conhecido como TBC Cabula, no período de outubro de 2010 a dezembro de 2011.

Antes de tudo, é importante frisar o caráter multidisciplinar do grupo que atuou no Projeto TBC Cabula. Para um trabalho que em sua gênese visava o coletivo, foi essencial o envolvimento de profissionais das diversas áreas do conhecimento por meio de eixos temáticos. Além disso, membros e líderes das comunidades do Cabula e entorno tiveram fundamental participação junto aos eixos temáticos, como não poderia deixar de ser.

Para a escolha da identidade visual do Projeto TBC, foram levadas em conta as diversas visões do grupo sobre a comunidade, tanto em sua forma geográfica, quanto nos elementos lúdicos e afetivos que poderiam representá-la. A partir disto, foram feitos alguns modelos de identidade visual por colaboradores e estudantes da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e submetidos à análise do grupo envolvido.

Eis aqui os modelos. O primeiro, elaborado por Felipe Guaré, estudante de *Design* pela UNEB; e o segundo, por Ademir Amparo, mestrando, na época, em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional - PGDR:

Identidade Visual 1



Identidade Visual 2



Os modelos propostos dividiram as opiniões do grupo e percebeu-se que ainda não se tínha uma definição sobre a identidade visual do projeto, visto que não houve suficiente assimilação e identificação com tais modelos.

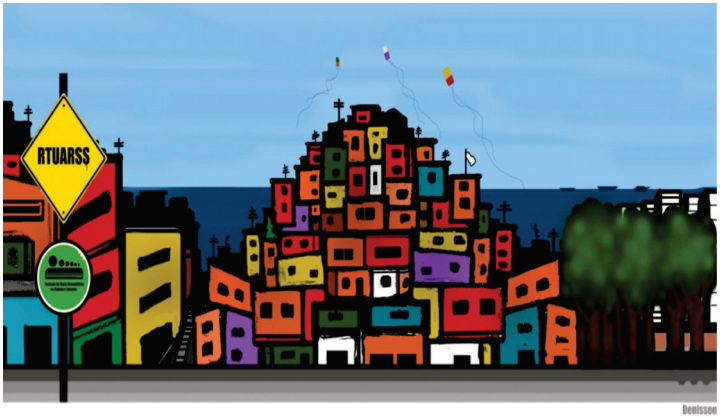
Durante esse processo, houve o contato com o artista visual, arte-educador e morador do Cabula, Denissena, que ao longo da vida respirou as cores e a espiritualidade da região. A partir daí, as visões e opiniões compartilhadas pelo de grupo, foram sendo aos poucos sintetizadas e processadas pelo olhar criativo e espiritual do artista, ao mesmo tempo em que havia um cuidado para que o resultado se comunicasse com os diversos públicos do projeto, e se adequasse a diferentes meios de divulgação e suporte. Desse modo, a identidade visual definitiva foi tomando forma no estilo grafite/*street art*, especialidade do trabalho de Denissena.

Inicialmente, foram criadas as marcas do TBC no Cabula e entorno, e do RTUARSS, um subproduto essencial do projeto:





Depois, as identidades visuais foram incorporadas ao painel que representou de forma ampla os anseios transmitidos pelo grupo e público do projeto, a exemplo das casinhas coloridas e pipas:



Com a identidade visual definida, partiu-se para a aplicação em peças de divulgação, dando preferência a suportes que seriam utilizados no trabalho de campo do grupo nas comunidades durante as oficinas em formato de rodas de conversa e visitas de campo:

Banner



Boné TBC Cabula e Entorno



Camisa TBC Cabula e Entorno



***Squeeze* TBC Cabula e Entorno**



Posteriormente, Denissena ainda colaborou com ilustrações da Cartilha "ABC do TBC", publicada em 2012.

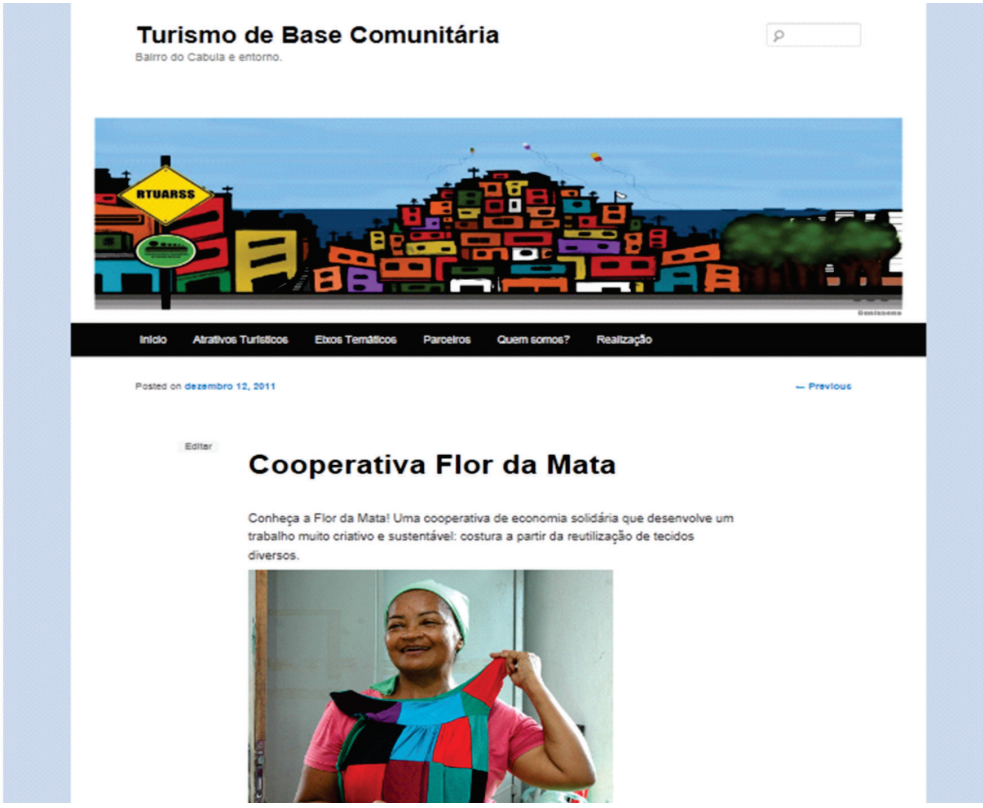
Sobre o *blog*

A proposta do *blog* era servir como veículo de diálogo com as comunidades, por meio de notícias e imagens de cada bairro ou a região, atentando-se para seus respectivos roteiros e atrativos turísticos.

Além disso, o *blog* deveria abrigar também, o perfil dos pesquisadores envolvidos e a inventariação do projeto.

O primeiro *blog* a ser desenvolvido para o Projeto TBC foi criado em janeiro de 2011. Na época, possuía o endereço <rtuarss.wordpress.com>. Mais tarde, foi atualizado passando a ter o endereço <turismodebasecomunitaria.wordpress.com>. Durante a sua movimentação, o *blog* teve postagens que datam de maio de 2011 a outubro de 2012, com notícias relacionadas a eventos nas comunidades, cooperativismo, cultura afro, ações sobre o turismo em Salvador, dentre outras.

A seguir, uma imagem do *blog*, com o *post* sobre a Cooperativa Flor da Mata, na Mata Escura:



Em janeiro de 2013, foi lançado o portal <www.tbc.uneb.br>, que ainda em fase preliminar, é um *site* mais elaborado, a fim de atender melhor à demanda de comunicação *web* do projeto.

17 INCLUSÃO SOCIODIGITAL E REDES SOCIAIS NA COMUNIDADE DO CABULA E ENTORNO

Maria de Fátima Hanaque Campos / Arlindo de Araújo Pitombo /
Milene Bastos Rocha

Introdução

A sociedade atual tem sido provocada por constantes inovações tecnológicas a responder com proficiência a um modelo de atualização de conhecimentos, que vem perdendo conexão entre as gerações há um determinado tempo. Este gap cognitivo é a marca da era atual onde o conhecimento se torna um diferencial entre as diversas classes sociais e econômicas.

Na sociedade do conhecimento cada vez mais as ações de inclusão digital tem contribuido para a inserção de grupos diversificados fazendo uso em redes sociais promovendo interação/identificação em grupos seguidores, troca de informação, lazer, trabalho (fanpage, facebook, bloo, twitter) e formação de grupos sociais. O objetivo é analisar ações de inclusão digital e de redes sociais voltadas para comunidades no bairro do Cabula e entorno.

A intervenção situa-se no bairro do Cabula e entorno que possui uma comunidade diversa, localizada numa região central de Salvador. Utiliza o método de pesquisa exploratória, com instrumentos e métodos, com fontes bibliográficas, entrevistas, diário de campo e observação participante e a análise dos dados vêm sendo efetuadas a partir de uma abordagem combinada qualitativa-quantitativa. Partiu-

se de enfoque sobre a Sociedade do Conhecimento e Inclusão digital, depois Redes sociais e cidadania para então trazer as redes sociais utilizadas como ferramentas na inclusão digital e cidadã na comunidade do Cabula e entorno. Por fim, as considerações finais.

Sociedade do Conhecimento e Inclusão Sociodigital

Era da Informação, ambiente em que prosperou a revolução da tecnologia da informação, segundo Castells (2007a), a partir do fim do milênio, notadamente na segunda metade da década 1960 e meados dos anos 1970, configura-se ainda – pela sua complexidade – em um desafiador paradigma a ser enfrentado, dissecado e analisado pelos pesquisadores do nosso tempo, os quais são estimulados pelas influências e derivações possíveis com que as tecnologias da informação e comunicação estejam afetando o Homem contemporâneo.

Observa-se que esta revolução tecnológica, capitaneada pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) tem alterado consideravelmente o comportamento das pessoas em seu *modus vivendi e operandi* global e local. Proporcionando, e por vezes impondo, novas formas de criar, pensar, inovar, negociar, produzir, trabalhar, interconectando e integrando a um só tempo um grande universo de sujeitos em torno do globo, faz surgir, altera – dentre várias outras – uma nova dimensão para os conceitos de comunidade, relacionamento, produtividade e eficiência.

Destarte, formam-se e multiplicam-se, redes virtuais reais de relacionamento, informação e conhecimento, ao tempo em que, paradoxalmente, excluem-se tantos outros sujeitos deste novo paradigma da criação de poder e riqueza. Tal processo de exclusão parece dar-se de forma crescente, na proporção da inserção de novas tecnologias, ampliando ainda mais as diferenças entre ricos e pobres, com concentração de poder em um contexto econômico – global e local – no qual se observa a necessidade do aumento constante da produtividade e eficiência.

Mais ampla e relacionada a um contexto da Era da Informação e da Sociedade do Conhecimento, uma possível "revalorização do homem" nos tempos atuais teria centralidade neste, estruturada na sua capacidade indissociável de criar e transformar o conhecimento seja em seu contexto social, econômico, cultural, ambiental, dentre outros, ou ainda em seu conjunto, considerando uma perspectiva mais abrangente e menos fragmentária.

Entretanto, também não se poderão relegar possíveis efeitos negativos do mesmo processo – de revalorização do Homem com a Centralidade neste, baseada em sua capacidade cognitiva inerente – como a exclusão sociocognitiva dos sujeitos individuais e coletivos, em seu direito básico à informação e ao conhecimento, assim como sua criação e gestão.

Esses recursos cognitivos e suas TIC são visceralmente necessários ao desenvolvimento desses sujeitos na sociedade do conhecimento – em seu meio ambiente, economia, política, cidadania e outros – na Era da Informação. Lawrence Lessig (2004 *apud* RODAS, 2009) menciona que a alfabetização

digital, ou seja, o domínio sobre as mídias digitais é tão importante quanto a alfabetização tradicional. "Aprender a raciocinar nesta nova ordem é fundamental ao desenvolvimento cognitivo de qualquer criança ou adulto". (RODAS, 2009, p. 84).

A restrição na aquisição de produtos e serviços na vertente econômica da sociedade do conhecimento se manifesta, basicamente, pelo cerceamento à liberdade de acesso a conhecimentos, redes de mercados virtuais reais na *Web*, para compra e venda de produtos, serviços e insumos à produção.

Assim sendo, os métodos produtivos intensivos em criatividade, informação e conhecimento são os principais processos socioeconômicos que determinam o poder da diferenciação, inovação a gerar valor agregado ao produto ou serviço na Economia do Conhecimento.

Assim a sociedade civil tem sido provocada por constantes inovações tecnológicas a responder com proficiência a um modelo de atualização de conhecimentos, que vem perdendo conexão entre as gerações há um determinado tempo. Este *gap* cognoscitivo parece ser uma marca da Era atual, na qual o conhecimento se torna um diferencial entre as diversas classes sociais e econômicas.

O *gap* mencionado torna-se desproporcionalmente significativo quando se trata do homem do campo, comunidades rurais ou comunidades urbanas de baixa renda, no qual, geralmente se encontram os menores Índice de Desenvolvimento Humano - IDH em países em desenvolvimento como alguns da América Latina e da África. Entretanto, observa-se que urge tratar o assunto sob uma perspectiva mais libertadora, autossuficiente e geradora de auto-estima para os sujeitos das comunidades envolvidas.

Dessa forma, podendo ainda ter como outros resultantes, a autonomia e o empoderamento construídos pelos sujeitos envolvidos no processo, a cumprir um papel de sobrevivência, quiçá de protagonismo, nas constantes transformações e desafios que esta Sociedade da Informação e do Conhecimento lhes tem apresentado.

Um desses desafios parece estar em proporcionar um processo indutivo – efetivo, por parte do Estado – para o combate à exclusão sociodigital das comunidades envolvidas. Os Centros Digitais de Cidadania - CDC, como projeto do Estado da Bahia para os Territórios de Identidade, parece ser uma ótima oportunidade mesmo que pareçam incipientes na sua efetividade em introduzir mecanismos socioinformacionais na cidade ou campo a cumprir um papel coadjuvante, mas indispensável aos processos cognitivos atuais.

Redes Sociais e Cidadania

Aqui se percebe algumas possibilidades de inserção destes sujeitos comunitários, neste novo contexto da Sociedade do Conhecimento, através do mecanismo sócio-informacional das redes virtuais reais de relacionamento integradas à Gestão do Conhecimento. Este mecanismo pode proporcionar possibilidades a autointrodução de determinadas comunidades urbanas ou rurais nessa Sociedade em Rede de forma sustentável em termos socioeconômicos e, *lato sensu*, de desenvolvimento.

Uma perspectiva interessante desta Sociedade do Conhecimento é a possibilidade de revalorização do homem pós-industrial a partir do questionamento de dois grandes paradigmas, sendo o primeiro, centrado na relação Capital e Trabalho e o segundo na relação patriarcal entre Estado e Sociedade Civil.

Na primeira o sujeito pode se valorizar a partir da sua capacidade de pensar, de elaborar analogias simples e complexas, de aprender e gerar novos conhecimentos, contribuindo assim para o ciclo produtivo da informação e do conhecimento, que são matéria-prima e ou produto final para a Economia do Conhecimento.

A *internet* configurou-se num grande provedor de recursos de interatividade. Parecia ser a panacéia a solucionar todos os males, reduzindo-se as desigualdades sociais através da democratização da informação, contudo, o que se percebe é a negação do necessário, mesmo que, não amplamente suficiente acesso das tecnologias de informação e comunicação pelas populações do globo o que, no mínimo, configura uma vil e irreparável forma de controle político, econômico e ideológico dos segmentos excluídos destas populações.

Lamentavelmente, quanto mais postergada for a incorporação das tecnologias às comunidades de forma ampla e homogênea – extensiva e intensivamente – maior será o tempo de resposta daquela cidade, região ou País, no contexto da sociedade da informação ou economia do conhecimento, ou seja, menor será a capacidade cognitiva de articular economicamente em um ambiente competitivo, de se posicionar politicamente e com isto, menor também será sua capacidade de formação de capital social, cidadania e emancipação, reduzindo suas chances de sucesso na busca da equidade e do desenvolvimento.

De acordo com Castells (2007b, p. 108), a "penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias nas atividades" pode descrever a importância da informação na ação comunicativa das redes sociais, sendo que essa pode configurar e potencializar características próprias das relações humanas, necessárias à utilização profícua dos recursos de TIC pelas comunidades excluídas do globo.

A tendência descrita por Castells (2007b, p. 109) com propriedade sobre a "convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado" permite esclarecer que é possível estruturar sistemas em rede para comunidades determinadas, centros de pesquisa/fomento e universidade como gestora do conhecimento, pressupõe - em sua evolução – a integração de vários sistemas de gestão, comunicação e *softwares* que se agreguem sinergicamente aos objetivos desta rede social.

Como se observa, todo esse processo de domínio das ferramentas de informação e criação de conhecimento está intimamente ligado à cidadania, nos tempos atuais, convertendo-se em aspecto crítico na busca ou exercício desta. O que parece tornar evolutivo o processo de "ser cidadão" neste contexto é a evolução e aparição de novos paradigmas comportamentais e operacionais na sociedade atual, provocando assim o aparecimento de novos Direitos.

O apelo pela cidadania como elemento norteador do desenvolvimento digno dos povos parece atender ao caráter dinâmico daquela. Este caráter dinâmico, também encontrado na sociedade atual da Era da Informação, descreve as mudanças de paradigmas que parecem ocorrer de forma mais rápida e constante que em outros momentos históricos:

> [...] a informação concorre, assim, para o exercício da cidadania, à medida que possibilita ao indivíduo compreender a dimensão dessa mudança e oferece os meios de ação individual e coletiva de auto-ajustamento. Para isso, no entanto, é necessário garantir ao indivíduo o acesso à educação e à informação. (ROCHA, 2000, p. 40).

Rocha (2000) desenvolve uma pertinente e apropriada visão sobre o exercício da cidadania no contexto da Era da informação. Contudo, ao considerar-se que sobre a cidadania, "não se dá", se "cria condições para", parece propício acrescentar-se ao seu estudo o aspecto de que recai então sobre o sujeito alguma responsabilidade de requerer seus direitos, exercitando a cidadania. Ora, assim sendo, torna-se imprescindível que se disponibilizem a este sujeito, mecanismos para que tenha a liberdade de acessar – de forma autônoma e irrestrita – as informações que deseje nos canais que necessite e possa utilizá-la também para criar e difundir conhecimento autonomizante e empoderador para sua comunidade:

> [...] a informação contribui de dois modos para o crescimento e o desenvolvimento: primeiro, porque a produção e distribuição de informação é uma atividade econômica; segundo, porque a aplicação do conhecimento melhora a produtividade e a qualidade de outros bens e serviços. (ROCHA, 2000, p. 41).

Destarte utilizando-se das ideias confirmadas pela autora, pode-se propor que – mesmo que inicialmente – ainda induzido pelo Estado, a informacionalização da sociedade civil deve contribuir para gerar autonomia e empoderamento, fortalecendo o exercício da cidadania e ajudando a criar a necessária formação do capital social nas comunidades, condição mais libertadora e auto-suficiente, seja em sua relação com Estado ou com seus pares.

É nesse contexto em que se desenvolve o Projeto de Inclusão Sociodigital do Governo Estadual da Bahia e seu impacto nas comunidades rurais dos Territórios da Cidadania na Bahia – de baixo IDH. Segundo o Ministério da Ciência e Tecnologia seu projeto de Inclusão Digital pode ser resumido como:

> [...] oferta de instrumentos, meios e facilidades, para os menos favorecidos, facilitando o acesso às oportunidades de emprego, geração de renda ou melhoria da renda através da melhor qualificação profissional e com isto transformar cidadãos brasileiros, hoje à margem, em participantes ativos do processo de desenvolvimento econômico e social. (BRASIL, 2008, p. 1).

No entanto, alguns estudos sobre Inclusão Digital apresentaram apenas um viés de disponibilidade de serviços de TIC à comunidade. Observou-se, entretanto, que urge tratar o assunto sob uma perspectiva mais libertadora, autossuficiente e geradora de auto-estima para as comunidades envolvidas. Contudo, percebeu-se que, em muitos casos, as comunidades que ora compõem os Territórios da Cidadania são beneficiadas por este perfil de Inclusão Digital através dos Infocentros, ou Centros Digitais da Cidadania (CDC) que são espaços públicos e gratuitos equipados com microcomputadores e internet, focados apenas em serviços via internet, quando esta é disponibilizada, através de equipamentos e acessibilidade.

Essas comunidades podem encontrar dificuldades no processo de construção de conhecimentos, seja pela sua conjuntural inabilidade em lidar com o aparato apresentado, seja ao limitado alcance dos benefícios deste quando não instalados para funcionar com toda a sua capacidade.

Não se relega a ideia de que esta proposta de Infocentros parece prover convenientemente o Estado atual, que parece apresentar dificuldades em atender às demandas de serviços da sociedade. Sem a internet, o Estado necessitaria estar geograficamente presente em todos os meandros deste país. Por outro lado também parece necessitar que a população esteja alinhada com a nova visão de prestação de serviços do governo (e-Gov), Imposto de renda (IRPF/IRPJ), dentre outros.

Dessa forma, o modelo de eficiência do Estado pressupõe informatização dos processos e atendimento via internet, entretanto, os indivíduos, principais beneficiários deste projeto tendem a sentir-se excluídos, uma vez que não se pode sublimar sua dificuldade de utilização deste ferramental e pouca motivação para fazê-lo sob o ponto de vista produtivo e geração de renda e de resultados que os levem ao desenvolvimento regional e cidadania no campo.

A consequência imediata desse movimento é uma frustração nas expectativas destes sujeitos no que diz respeito à compreensão, apropriação e uso das ferramentas tecnológicas. Por conseguinte, tem-se desrespeitado o atendimento ao direito humano básico de acesso ao conhecimento e a informação, que afeta a autoestima do individuo ou comunidade, contesta os princípios norteadores do conceito de cidadania, a qual se deve almejar em um projeto de democratização do acesso à tecnologia digital.

O Estado da Bahia, através da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), iniciou em 2004 o seu Programa de Inclusão Digital visando promover o acesso de grupos de baixa renda à informática, capacitando-os para o uso de softwares e, principalmente, para o acesso a Internet.

Esse programa também contribuía com a melhoria da qualidade da educação básica, permitindo que alunos das escolas públicas utilizem novas metodologias de aprendizagem e acessem um maior volume de conteúdos curriculares e extracurriculares, proporcionando melhoria no nível educacional e cultural.

O acesso ao conhecimento de tecnologias disponíveis e aplicáveis, à comunicação mais rápida e barata e à diminuição de custos operacionais, poderia ampliar as oportunidades de negócios, aumento de produtividade e competitividade. Ampliar o acesso à informação governamental e aos serviços públicos colocados a disposição da população, potencializando a participação popular, contribuindo para formação da cidadania e a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Facilitar a integração dos diferentes atores públicos e privados objetivando a eficiência das políticas públicas (PRETTO; GEC, 2004).

Nesse novo contexto, batizado de Cidadania Digital e correspondendo então ao Programa de Inclusão Sociodigital - PISD. Este programa de inclusão sociodigital da Bahia, estratégico para garantir o acesso às tecnologias da informação e da comunicação através de uma rede de computadores conectados

à internet banda larga. Vencedor de importantes prêmios nacionais e regionais, o programa está presente em toda a Bahia e é reconhecido como a maior iniciativa pública estadual do país para a inclusão digital (BAHIA, 2010).

O PISD foi assertivo quanto ao seu público alvo, pois este se confirmou, em sua grande maioria, como de baixa renda. O principal público beneficiado pelo Programa de Inclusão Sociodigital é de baixa renda. Dados do Sistema de Cadastro do Cidadão apontam que quase 90% dos usuários do Programa têm **renda familiar de até dois salários mínimos**, o que confirma seu impacto social (BAHIA, 2010).

Entretanto, o acesso à internet que é uma ferramenta básica, isto não é o suficiente. Vale ressaltar, que o acesso as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) não garante a inclusão social, pois em geral países em desenvolvimento, como o Brasil, têm pouca capacidade para utilizar os programas de computadores e a internet devido à falta de infraestrutura tecnológica e especialmente de capacitação técnica. Sendo assim, o sentido de inclusão digital não está relacionado simplesmente ao acesso às tecnologias, mas principalmente a possibilidade do uso de maneira eficiente. Nesse sentido, os CDC, além de possibilitar o acesso às TIC, promovem ações que qualificam a utilização dos recursos tecnológicos (BAHIA, 2010).

A escolha pela utilização de *software* livre apresenta-se como fundamental para autonomia da comunidade no desenvolvimento de suas atividades reduzindo o risco de problemas com licenças e limitações em propriedade intelectual. A ideia de capacitação do PISD parece limitar sua atuação a uma visão tecnicista das TIC assim como de atendimento a serviços públicos. Seu público alvo também se restringe aos monitores e gestores dos CDC, os quais se tornam multiplicadores dos cursos e oficinas para a comunidade.

Cabula e Entorno

Quanto à região do Cabula e entorno, que abrange os bairros de Cabula, Engomadeira e Narandiba, mais especificamente, os números desta pesquisa demonstram que, embora 98% dos usuários cadastrados nos CDC daquela região não tenham qualquer tipo de deficiência física, mental, auditiva, visual ou outra, noventa por cento (90%) destes usuários estão desempregados quando o País encontra-se quase em pleno emprego, conforme Gráfico 1.

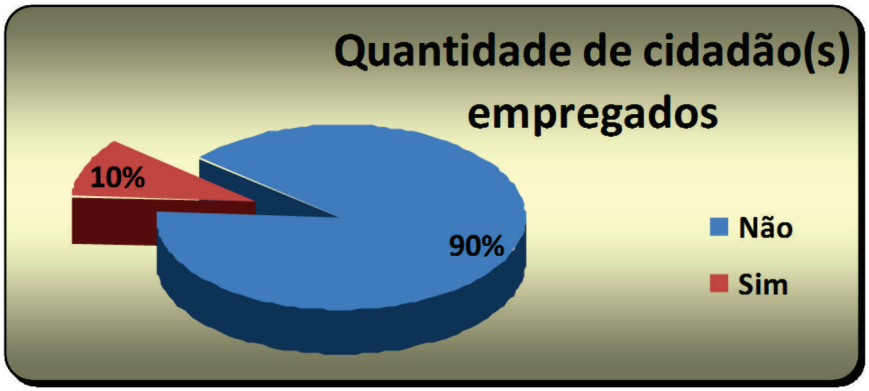


Gráfico 1 – Quantidade de cidadãos empregados
Fonte: Sistema VIDA, SECTI, 2013, gráfico nosso.

Isso pode ser um indicativo de que o retorno destes CDC para as comunidades deve transcender a mera utilização de equipamentos e internet sem foco ou planejamento voltado para o desenvolvimento destas comunidades.

O uso de conhecimentos tácitos e explícitos em benefício da comunidade parece ser um caminho coerente com a Sociedade do Conhecimento a qual buscamos fazer parte e que traz o conhecimento como mais uma ferramenta de geração de riqueza que ganha importância neste momento histórico.

Os 76% de estudantes cadastrados nos CDC possivelmente indiquem o público-alvo a ser trabalhado prioritariamente nesta nova perspectiva. Os 16% caracterizados como outras parece um percentual alto, no caso, para se manter inespecífico. Sugere-se então um maior detalhamento deste item (ver Gráfico 2).

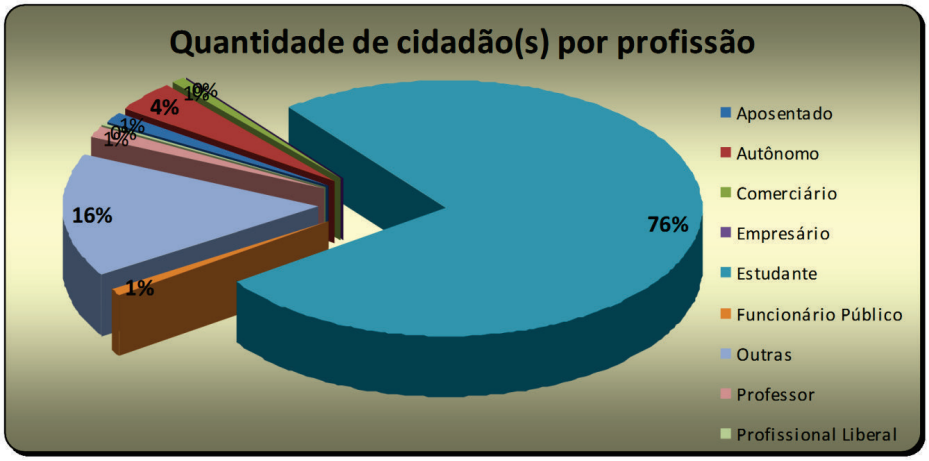


Gráfico 2 – Quantidade de cidadãos por profissão
Fonte: Sistema VIDA, SECTI, 2013, gráfico nosso.

Essa análise parece ficar um pouco prejudicada pela ausência de dados sobre a idade destes estudantes e ou usuários, pois não se sabe quantos destes estão em idade de trabalhar, o que afeta o gráfico anterior sobre quantidade de cidadãos empregados.

No nível de escolaridade dos cidadãos, apresentado no Gráfico 3, encontra-se 49% no ensino fundamental e 37% no ensino médio perfazendo um total de 86% dos usuários em fase de formação profissional.

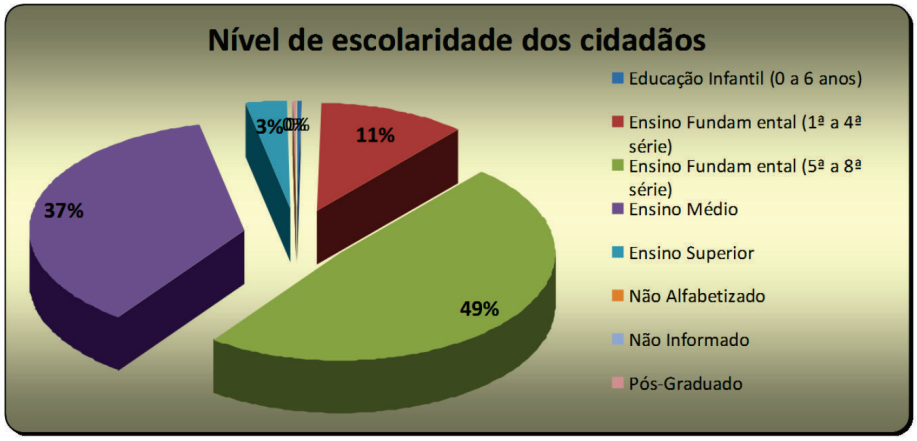


Gráfico 3 – Nível de escolaridade dos cidadãos
Fonte: Sistema VIDA, SECTI, 2013, gráfico nosso.

Conforme apresenta o Gráfico 4, quanto aos dados sobre etnia dos cidadãos a pesquisa demonstrou que aproximadamente 90% dos cidadãos estão classificados como etnia preta ou parda.

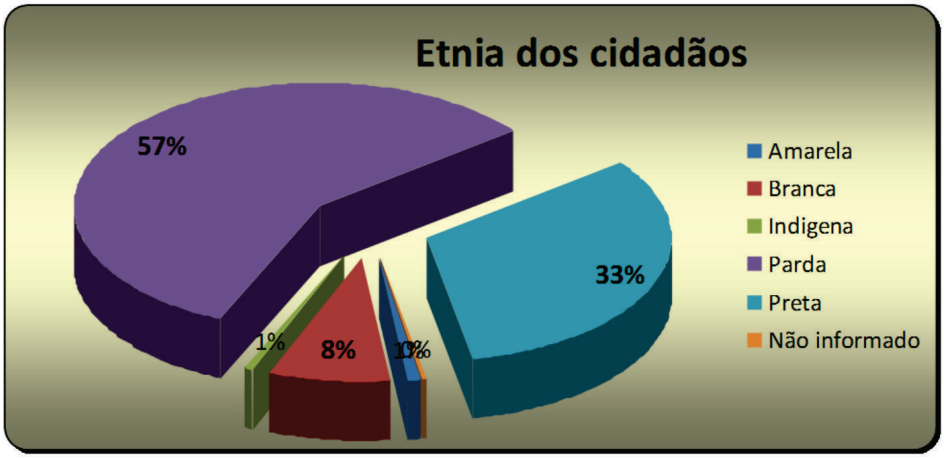


Gráfico 4 – Etnia dos cidadãos
Fonte: Sistema VIDA, SECTI, 2013, gráfico nosso.

Este quadro sugere o desenvolvimento de projetos com foco nestas etnias. Valorizando cultura, pertencimento e cidadania.

As Redes Sociais Utilizadas como Ferramentas na Inclusão Digital e Cidadã na Comunidade do Cabula

A comunidade do Cabula situa-se em área periférica ao centro da cidade de Salvador, na qual significativa parte da população atua no mercado informal de trabalho como biscateiros, camelôs, diaristas, entre outros. Essas iniciativas informais e/ou segmentados de cunho econômico, social e cultural que não conseguem atender as necessidades básicas da comunidade, são possibilitadas pelo crescimento desordenado do bairro.

Através de iniciativas surgidas por pesquisadores da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), já foram elaborados planos integrados de desenvolvimento que venha a articular/mobilizar atores sociais para a construção de ações e projetos que utilizem tecnologias sociais voltadas para o campo da gestão do conhecimento e que possam fomentar o sentimento de solidariedade e associativismo, que poderá

articular outras ações como formação de guias e de roteiros para o desenvolvimento do turismo cultural, formação de educadores ambientais, formação de gestores em projetos sociais.

No aspecto da inclusão digital na comunidade do Cabula, observou-se diversas ações de grupos que utilizam os meios tecnológicos de informação, como a *internet* para fins de participação virtual por meio das redes sociais digitais (CASTELLS, 2007b), apresentando-se, assim, como um poderoso instrumento para a divulgação de informações e, sobretudo, a participação dos cidadãos em prol da justiça social e da igualdade em sociedades democráticas, suscitando, dessa maneira, repercussões na ordem política.

Sob essa lógica, a *internet* vem se mostrando uma ferramenta que possibilita aos usuários emitir conteúdos e opiniões, estabelecer ideias e diálogos sem limites de tempo ou espaço, facilitando a organização política da sociedade e reafirmando, de tal modo, valores democráticos pautados na participação política, articulação de grupos sociais e discussões públicas que para Silva (2012) configura-se como uma revitalização da esfera pública argumentativa, uma vez que esta oferece a oportunidade de manifestação das vozes marginais, sem a intervenção de grupos midiáticos já consolidados.

Ou seja, busca-se, modifica-se e propaga-se a informação da maneira que se quer e como se quer, livre de censura ou normas formais, fortalecendo e instigando a liberdade de expressão e incentivando a participação de muitos membros autônomos, bem como novos líderes agrupando-se com um objetivo concordante que pode se dar em vários meios, dentre eles, hoje, a internet, seja pelo uso das redes sociais de comunicação, tornando-se uma ferramenta de emancipação.

Assim, esse ambiente vem sendo um fertilizador de autodesenvolvimento, de autonomia, de liberdade e *empowerment* nas comunidades excluídas sociodigitalmente, contribuindo para um significativo desenvolvimento e cidadania, tendo como público principal a geração Y, pois, sabe-se que os jovens se adaptam a estas novas tecnologias de informação e comunicação com mais facilidade, considerando que já nasceram neste contexto.

Nessa conjunção surge o questionamento de qual é a importância dessas novas possibilidades de participação *on line* num contexto de democracia e de participação social. As respostas são correspondentes às lacunas geradas pelo sistema representativo, como o progressivo afastamento de tais representantes da esfera civil, de opiniões e vontades do povo, se fossilizando exclusivamente na atividade parlamentar, o que por sua vez enfraquece os ideais de democracia e de cidadania. O uso das redes sociais de comunicação surge, nesse contexto, como um possível instrumento de restabelecimento da soberania popular.

As redes sociais sempre existiram na história da humanidade, tendo em vista que o homem/mulher é um ser gregário que, ao logo do tempo, estabeleceu diversas formas de interação e relacionamento social, partilhando valores e objetivos em comum (LOPES, 2012). No entanto, as redes sociais que tratamos neste estudo, são aquelas mediadas por computadores, através de alguma plataforma tecnológica, como *facebook*, *twitter*, *blog* ou *youtube* e outras, as quais estabelecem uma nova forma de pensar as interações entre pessoas que não estão *offline*.

Esses, basicamente são definidos e utilizados por membros da comunidade do Cabula da seguinte forma: o *facebook* consiste em uma página de relacionamento social em que o usuário pode se unir em uma ou mais redes, como a do local de trabalho ou uma região geográfica, a exemplo do grupo formado por moradores do Cabula em que nota-se um significativo número de páginas individuais com estimativa de 805 páginas registradas no *facebook*, além de páginas comerciais, chamadas de *fanpage* ou página de fãs – página específica dentro do *facebook* direcionada para empresas, marcas ou produtos, associações, sindicatos e/ou autônomos que desejem interagir com os seus clientes no *facebook* –, a exemplo da TV Engomadeira que se dirige a divulgação e exibição em tempo real de eventos esportivos na página do *facebook,* contendo 3.803 fãs, além da manutenção de um *twitter*.

O *twitter* é uma rede e servidor para *microblogging* que permite aos usuários que enviem e recebam atualizações pessoais de outros contatos, através do *website* do serviço, por *sms* e por *softwares* específicos de gerenciamento. As atualizações são exibidas no perfil de um usuário em tempo real e também enviadas a outros usuários seguidores que tenham assinado para recebê-las.

Os *blogs* são *sites* cuja estrutura permite atualizações rápidas a partir dos acréscimos dos chamados *posts*, os quais são organizados de forma cronológica inversa, podendo ser escrito por um número variável de pessoas de acordo com a política do mesmo. Um *blog* típico combina texto, imagens, vídeos e *links* que colaboram para os comentários dos leitores, como o *blog* denominado "História de um Bairro Chamado Engomadeira", criado no ano de 2011 por Adelina Machado, no período, estudante de pedagogia da UNEB, tendo por objetivo realizar o reconhecimento do local de moradia, seu desenvolvimento, bem como proporcionar a valorização dos residentes do bairro, apresentando no *blog* a trajetória histórica do local, entrevistas com veteranos moradores e postagens de vídeos, permitindo a todos estes comentários do público interessado no ambiente digital, assim oportunizando manifestações de opiniões, implicação de visibilidade a região e busca de informações, além de criar novos canais de comunicação e interação entre cidadãos e possivelmente com representantes políticos.

O *youtube* permite que os usuários carreguem e compartilhem vídeos em formato digital, podendo ser disponibilizado em *blogs* e sites pessoais através de mecanismos desenvolvidos e disponibilizados pelo site, como foi realizado no *blog* "História de um Bairro Chamado Engomadeira" (HISTÓRIA DE UM BAIRRO CHAMADO CABULA, 2013).

Nessa perspectiva, membros da comunidade do Cabula, realizam exposições como pode ser exemplificado em *blogs* e sítios de relacionamentos sobre o bairro e o seu entorno contendo mobilização cultural, de cidadania e participação percebida em páginas individuais no *facebook*. Vale ressaltar ainda o desenvolvimento de atividades atreladas a inclusão digital por entidades constituídas no bairro como a Associação Cultural Comunitária Carnavalesca Arca do Axé, um grupo folclórico formado por educadores, artistas e a comunidade que implementa e executa projetos voltados para a qualificação profissional de moradores da área com intuito de proporcionar conhecimento, sobretudo no que tange aos aspectos digitais.

Outro exemplo é a TV Engomadeira um *blog* que se denomina como "melhor *site* de futebol do Brasil", que pode também ter acesso pelo *twitter*. No *facebook* este *blog* apresenta-se como "a melhor equipe amadora de esportes", também como "a melhor *fanpage* de esportes". Entretanto, apresenta-se

como uma mídia de informações especializadas sobre futebol em nível local, nacional e internacional, não identificando qualquer referência com o bairro da Engomadeira.

Assim, percebe-se que as redes sociais possibilitaram ampliar a interação entre indivíduos do mesmo bairro, do mesmo país ou do mundo na medida em que permitem visualizar as conexões existentes para além dos nossos relacionamentos presenciais, como exprime Castells (*apud* Lopes, 2012, p. 4): "[...] as interface homem-máquina transmutou de tal forma as relações humanas a ponto de haver uma transcrição de nossas interações presenciais para o mundo virtual" que colaboram na construção de novas fronteiras de participação política.

Encontram-se também informações sobre o bairro Cabula e entorno no *site* institucional da Fundação Gregório de Matos – "Salvador Cultura Todo Dia", que disponibiliza informações culturais sobre os bairros, a oferta abrangente sobre a programação cultural, a coleta sistemática de dados sobre a vida e sobre a memória das comunidades, e ainda a construção de um processo de articulação e planejamento local dos atores e autores culturais de Salvador. Este *site* contribui na descentralização dos modos de conceber a cultura e favorecem mecanismos de democratização da oferta e de valorização da visibilidade de um número mais amplo de iniciativas identificando grupos culturais, associações, locais de realização de eventos. Nesse site encontra-se o bairro do Cabula e entorno – Beiru/Tancredo Neves, Engomadeira – como polos de cultura.

Para tanto, é necessário que a sociedade civil desenvolva um amadurecimento político-cultural e uma consciência crítica para que os efeitos da mobilização e da manifestação ocorram acompanhados da lógica do poder. Desta maneira, a democracia da informação e dos meios tecnológicos de comunicação, incluindo as redes sociais de comunicação, são condições indispensáveis para se avançar em ações de formação para cidadania, que possam ir incorporando contingentes cada vez maiores de pessoas no exercício de uma cidadania ativa em relação à coisa pública, empregando como arma a palavra.

Mas, cumpre elucidar aqui o papel instrumental e complementar do uso das redes sociais de comunicação para as práticas democráticas, e não a substituição do sistema representativo. A *internet* é, sem dúvida, um dos maiores instrumentos de comunicação contemporânea, capaz de unir indivíduos em uma só rede, disponibilizar informações, facilitar a participação dos cidadãos nas sociedades democráticas, possibilitar a manifestação dos grupos minoritários e marginalizados, como foi possível verificar nos exemplos sobre a comunidade do Cabula.

No entanto a abertura de ambientes que facilitem a participação e manifestação política da população não significa que todos tenham interesse em participar. Deste modo identificando-se uma reduzida quantidade do coletivo do bairro Cabula participando de manifestações de cunho político em *blogs*, *twittes* e *facebook* criados por moradores, em contrapartida verificou-se maior participação através de páginas pessoais/individuais na formação de grupo regional no *facebook*.

Todavia, esse evento não desvaloriza ou diminui a importância das contribuições realizadas através dos meios tecnológicos de comunicação, pois ainda que deficitária, trata-se de possibilidades de participação, mobilização e manifestação relevantes para colocar em evidência e discussão os problemas sociais no intuito de superar a cultura do "porque aqui é assim", algo que talvez não balance as estruturas.

Considerações Finais

As tecnologias da Informação e Comunicação - TIC vem promovendo aceleradas transformações socioeconômicas na sociedade, resultante do desenvolvimento científico e tecnológico, bem como das forças produtivas que a compõem, imprimindo, entretanto, desigualdades de oportunidades. As iniciativas de inclusão sociodigital em determinadas comunidades pode se inserir nas dinâmicas sociais locais quer seja com políticas públicas como também com iniciativas de grupos sociais diversos que podem ampliar as oportunidades de bens e serviços, promover o desenvolvimento e reduzir os conflitos.

É possível analisar a apropriação dos meios tecnológicos e material simbólico globalizado enquanto elemento produzido na complexidade da existência humana diante das novas tecnologias de informação. As realidades culturais são distintas em cada grupo social, diferindo, por exemplo, de acordo com a faixa-etária; o grau de escolaridade; as relações de gênero; os grupos de pessoas que moram e trabalham nas zonas urbanas; no compartilhamento de costumes e tradições diversas. Desta forma, as redes sociais identificadas na comunidade do Cabula ainda que sejam diminutas são significativas, pois se busca entender diferentes modos de organização humana que estão continuamente reincorporados e ressignificados em novos contextos com o uso das tecnologias da informação.

Referências

BAHIA. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia - SECTI. **Cidadania digital.** Salvador, 2010. Disponível em: <http://www.cidadaniadigital.ba.gov.br/pid.php?pgid=2>. Acesso em: 31 mar. 2011.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. 2008. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/9751.html>. Acesso em: 29 maio 2008.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura: fim do milênio. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007a. v. 3, p. 19-21, 411-439. 497 p.

_____. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo. Paz e Terra, 2007b. v. 1.

HISTÓRIA DE UM BAIRRO CHAMADO CABULA. Disponível em: <engomadeiranovoperfil.blogspot.com.br/>. Acesso em: 22. fev. 2013

LOPES, Gustavo Chaves. **O papel das redes sociais como ferramenta de mobilização política da sociedade**: uma análise da "primavera árabe". Disponível em: <www.slideshare.net/.../o-papel-das-redes-sociais-co..>. Acesso em: 5. nov. 2012

PRETTO, Nelson; GRUPO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIAS - GEC. **GEC no Seminário de Pesquisa da UFBA 2004**. Salvador: Tabuleiro digital, 2004. Disponível em: <http://wiki.dcc.ufba.br/GEC/SemiPesq>. Acesso em: 14 mar. 2011.

ROCHA, Marisa P. Campos. A questão cidadania na sociedade da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 40-41, jan./abr. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n1/v29n1a4.pdf>. Acesso em: 22 set. 2009.

RODAS, Leandro C Paiva**. Democracia e cidadania na web social**: participação, colaboração e produção coletiva de conhecimento. Rio de Janeiro; Niterói, 2009. p. 84. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Disponível em: <http://extralibris.org/wp-content/themes/inuitypes/teses/democracia-cidadania-web-social-leandro-cianconi.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2011.

SILVA, Jéssica Dandhara da Mata e. A influência das tecnologias de informação: TICs nas democracias contemporâneas e na participação cidadã. **Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico**, n. 6, p. 120-145, 2012. Disponível em: <buscalegis.ufsc.br/revistas/index.../article/.../33078>. Acesso em: 5 nov. 2012

18 O PAPEL DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS NA DIFUSÃO DO CONHECIMENTO transpondo os muros da universidade

Josefa Santana Lima / Maria Olívia de Oliveira Matos

Introdução

O século XX constituiu-se num paradoxo para a humanidade, com a coexistência de progresso e miséria, e crescimento econômico e exploração social, deixando suas marcas presentes como desafios para o século XXI.

Assistiu-se à evolução de uma sociedade industrial para a de informação, graças aos avanços científicos e tecnológicos que provocaram mudanças nas esferas econômica, social, política e cultural do mundo. Desta forma, percebe-se que a globalização afetou diretamente as economias nacionais, numa ligação direta, conforme ressalta Milton Santos:

> [...] é como se o mundo se houvesse tornado para todos, ao alcance da mão. Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta, quando na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. [...] Há uma

> busca da uniformidade, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal (SANTOS, M., 2006, p. 19).

Sendo assim, observa-se que as transformações ocorridas devido ao progresso das ciências e das tecnologias, geraram precisão e velocidade, mas acabaram também revestindo a humanidade de sentimentos de incertezas, de temores e impotência frente aos novos paradigmas, mudando a forma de pensar e as relações entre os seres humanos, uma vez que o fortalecimento do capitalismo disseminou a ideologia do consumismo e instaurou uma desenfreada competitividade com o exercício da violência, fazendo com que o indivíduo busque a todo custo vencer o outro, esmagando-o para tomar o seu lugar. (SANTOS, 2006c, p. 46).

A competitividade frente às constantes transformações mercadológicas instaurada pela necessidade de expansão do capitalismo em escala global tem colocado os agentes sociais em permanente estado de alerta e inquietação, pois a preocupação com o desemprego que – antes era de ordem estrutural por conta da adoção de inovações radicais e pela necessidade de maior qualificação – e agora é de ordem excludente, no sentido de se atingir cada vez mais lucros.

Conforme Boaventura de Sousa (2006a), as relações do mercado capitalista começam a sofrer as implicações de seu próprio paradoxo, pois ao mesmo tempo em que o mercado requer uma ampliação do consumo, precisaria dar continuidade aos princípios de integração social, assegurar as condições de bem-estar social para que a população possa ter acesso ao trabalho e assim, o poder de consumir.

Outro paradoxo está relacionado á questão da informação e da educação, pois segundo Santos (2006b), num mundo globalizado torna-se mais difícil a extensão da educação de qualidade e a eliminação do analfabetismo, enquanto a informação tem sido manipulada e em lugar de esclarecer, confunde; e de instruir, convence.

Diante disso, anseia-se por um processo educacional que: promova o desenvolvimento do indivíduo, tornando-o crítico, participativo, consciente de si, de sua responsabilidade na construção de seu saber; e desenvolva as múltiplas competências e sua capacidade de solucionar problemas, que lhe permita não apenas sobreviver e integrar-se no mercado de trabalho, mas que o faça ascender socialmente, bem como lhe capacite a lutar por transformações sociais realmente significativas, que possam apontar para a (re) construção do mundo, tornando-o mais igualitário e justo.

Nessa perspectiva, observa-se a importância do papel da universidade enquanto espaço de formação não apenas profissional, mas uma formação cidadã que possibilite além da construção de conhecimentos sistematizados uma consciência crítica a partir de uma aprendizagem multirreferencial, ou seja, uma aprendizagem que integre os vários campos do saber, de acordo com Ardoino (1998).

Essa abordagem para a construção do conhecimento de forma integrativa tem sido uma preocupação da proposta dos cursos de Bacharelado Interdisciplinar - BI da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do Doutorado Multi-institucional Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento - DMMDC.

A partir do exposto, analisar-se as ferramentas que podem ser aliadas do processo de construção e difusão do conhecimento, visando à emancipação dos sujeitos, pois o desenvolvimento tecnológico, principalmente o baseado na eletrônica, microeletrônica, computacional e da telecomunicação proporcionam rapidez e uma nova organicidade nos processos sociais. Neste contexto, as Tecnologias da Informação e Comunicação - TICs devem ser inseridas no âmbito educacional de forma consciente e pedagogicamente planejada.

Esse trabalho se dedica a analisar o uso do rádio como instrumento de mediação no processo de construção e difusão do conhecimento, tornando-o parceiro dos projetos acadêmicos, permitindo que os diversos saberes sejam transpostos para além dos muros da universidade.

O primeiro passo desse caminho é reconhecer ser necessário que o rádio, enquanto veículo de comunicação e informação deixe de ser interpretado como simples meio de comunicação de massa, no sentido de condução e manipulação, usado de forma unilateral, para tornar-se um meio de comunicação, comprometido com o processo educativo-libertador. Esta observação se torna pertinente, uma vez que existe descumprimento ao Decreto de Lei nº 88.066 de 26 de janeiro de 1983, que determina que todas as emissoras de rádio tenham em suas grades, cinco horas semanais destinadas à veiculação de programas educativos (BRASIL, 1983).

Ainda nesse sentido, faz-se uma análise do contexto em que são empregadas as TICs na dita Era do Conhecimento, bem como um breve histórico do uso do rádio como instrumento de projetos educacionais.

As Tecnologias da Informação e Comunicação e o Rádio como Mediadores na Construção do Conhecimento

No contexto de globalização e inovações tecnológicas, Lemos (1999) chama a atenção para os possíveis conceitos do atual momento na esfera social e econômica, denominando-o de Era da Economia baseada no Aprendizado, no Conhecimento. Analisa que a disseminação das tecnologias da informação e comunicação favorece a propagação de informações, mas não necessariamente de conhecimento, uma vez que o conhecimento codificado pode ser facilmente compartilhado por meio das tecnologias da informação e comunicação, mas o conhecimento que não é codificado, aquele que permanece tácito, só é transferido pela interação social.

Nessa perspectiva, compreende-se que o processo de inovação ocorre a partir da interação de diversos agentes econômicos e sociais que possuem diferentes tipos de informações e conhecimentos. Aqui cabe destacar as instituições de ensino e pesquisa que atuam na promoção de diversas atividades para o desenvolvimento de recursos promotores de inovações.

De acordo com Bernheim e Chauí (2008) uma das características da sociedade contemporânea é que o conhecimento assume papel central no processo de produção econômica, trazendo a reflexão sobre

o novo paradigma econômico produtivo no qual o fator mais importante não é mais a disponibilidade de capital, trabalho, matérias-primas ou energia e, sim, o conhecimento e a informação.

Segundo Lemos (1999) o conhecimento é a base de tudo e só pode ser gerado, construído pela ação dos indivíduos. A transformação do conhecimento tácito em codificado só se dá por ações interativas em ambientes específicos, tendo como pano de fundo, formatos organizacionais favoráveis.

Sendo assim, é necessário analisar que se está vivendo um novo momento do sistema capitalista, onde o recurso Conhecimento é colocado como preponderante nas atividades econômicas e a busca da codificação, a disseminação deste por meio das TICs se torna uma luta sem precedentes.

O novo regime de acumulação dominado pelo capital financeiro, longe de propiciar uma difusão do conhecimento para as diferentes economias e sociedades, acelera a tendência à capitalização, privatização e concentração desse conhecimento, reforçando assim seu uso como instrumento de poder.

Desse modo, é importante orientar o uso das TICs no âmbito educacional, no sentido de colocá-las à serviço de projetos educacionais voltados para a emancipação dos sujeitos, entendendo emancipação como capacidade de luta por mudanças significativas individuais e coletivas.

É nesse sentido que se defende que o rádio, devido a seu poder de abrangência e cobertura, possa oferecer possibilidades na integração de propostas educacionais, assumindo um importante papel como mídia educativa, pois segundo os dados do Grupo de Mídia/IBGE (IBOPE, 2010) apontam que em 81,4% dos domicílios possuem aparelhos em suas residências.

Com base nesses dados, afirma-se que o rádio é um veículo de comunicação que permeia a vida das pessoas, não podendo, dessa forma, ser considerado um meio de difusão obsoleto, uma vez que tem se diversificado e com a modernização e a convergência tecnológica, os receptores tradicionais são substituídos por novos aparelhos como, por exemplo, celulares, *smartphones*, tocadores de MP3, na *Web,* além da rádio digital que já se configura no cenário das comunicações.

Um modelo de rádio importante para o contexto educacional são as rádios universitárias, àquelas instituídas dento das universidades federais, estaduais, municipais ou particulares, de caráter educativo. Sua finalidade é contribuir para a formação dos alunos, na divulgação do conhecimento produzido, da democratização da comunicação, favorecendo projetos de extensão universitária pública.

Em termos de legislação, as rádios universitárias não são referenciadas na lei, configurando-se como rádios educativas, sejam públicas ou privadas. O Código Brasileiro de Telecomunicação de 1965 não traz regulamentação específica sobre qual deve ser o papel de uma emissora no âmbito universitário. E, segundo Deus (2006), o número de rádios universitárias é inexpressivo dentro de 367 rádios educativas em funcionamento no país.

Essa autora argumenta que existem números consideráveis de concessões para a exploração de canais de rádio nas universidades, principalmente as federais. E que um bom capital humano, especialmente de estudantes de jornalismo, além de uma série de fatores inerentes ao fazer acadêmico, justificam a melhoria no aproveitamento do rádio em projetos de ensino, na divulgação científica, universitária pública ou privada.

Na Bahia, por exemplo, o papel das rádios universitárias tem sido pouco explorado no contexto da UFBA. E na UNEB não existe esse veículo. A pesquisa de mestrado "A Rádio UNEB nas Ondas da *Web*: uma proposta de *design* pedagógico sócio-construtivista" comprovou que falta articulação entre a rádio FACOM, Rádio da Faculdade de Comunicação da UFBA, com os diversos cursos e com a comunidade; a rádio da FACED, Rádio da Faculdade de Educação da UFBA, na época da pesquisa, encontrava-se fora de serviço por falta de pessoas interessadas na continuidade dos programas (LIMA, 2011).

Essa realidade fez emergir um desafio para a pesquisadora Josefa Santana Lima, que é o de desenvolver projetos para programas educativos de base socioconstrutivistas em parceria com a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e com as rádios comunitárias do entorno, que demandam por esse tipo de programas, o que ficou também constatado na pesquisa de campo na dissertação, em 2011.

O Rádio Educativo no Brasil: uma análise crítica

A história dos programas educativos veiculados pelo rádio não está dissociada do contexto sociopolítico-econômico de sua época, uma vez que o processo comunicativo no âmbito da radiodifusão se desenvolve com disputas. De um lado, o aspecto educativo, cultural, que predomina na década de 1920 até o início dos anos 1930, com veiculação de música erudita, palestras intelectuais e noticiários, e de outro, o publicitário e empresarial, voltado ao entretenimento, com caráter massificador, tornando-se hegemônico a partir de então.

A primeira rádio, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro inaugurada em 1923 por Roquette-Pinto nasceu num contexto marcado por conflitos de ordem política, econômica e social, no meio do embate da República do Café-com-Leite, das contestações de grupos sociais urbanos como a burguesia industrial, a classe média, o operariado e as oligarquias de não-cafeicultores.

No aspecto educacional, extratos emergentes da burguesia começam a exigir o acesso à educação, mas ainda arraigados aos valores oligárquicos. Essa aspiração educacional é acadêmica e elitista, enquanto que a classe de operários também requisita um mínimo de escolarização, uma vez que a taxa de analfabetismo é alta, chegando a 80% da população (ARANHA, 1996).

No âmbito da cultura, acontece a Semana da Arte Moderna cuja reunião de diversos artistas e intelectuais expressam o anseio de uma nova estética, desvinculada das influências europeias. São os ideais modernistas, desejosos de uma cultura nacional que se lançavam como vanguarda de uma corrente que vai buscar influenciar os padrões da educação e da comunicação, padrões a serem incorporados nos programas educativos desenvolvidos pelo rádio, consolidados com o pensamento de Roquette-Pinto.

Analisa-se que, apesar de bem intencionados, os programas educativos para a radiofonia continham em sua essência um forte caráter elitista, pois eram pensados por um grupo de intelectuais que almejava fortalecer a indústria cultural do país e viram no rádio um forte instrumento de veiculação

de um projeto civilizatório. Projeto construído e produzido pelos eruditos que desejavam levar ao povo uma educação que pudesse elevar seus padrões culturais.

Outro aspecto elitista está no fato de o rádio enquanto tecnologia nova não se apresentava como um produto barato e de fácil aquisição por parte das camadas menos favorecidas, justamente as camadas que necessitavam contar com o auxilio dos programas educativos:

> [...] apesar do interesse de Roquette-Pinto em produzir uma programação educativa popular, de acesso fácil à maioria da população, com o rádio ajudando a resolver o problema educacional do país, as condições de acesso existentes na época faziam com o que o novo veículo repetisse um nível de cultura compatível com o da elite, os privilegiados ouvintes de então. (MOREIRA, 1999, p. 17).

Depreende-se, então, que o rádio nasceu como uma tecnologia que vem alimentar o processo de modernidade do país. No entanto, o acesso aos meios de produção e de programação e, de certa forma, ao simples recebimento desta, estava concentrado nas classes privilegiadas. Ou seja, o rádio se configurava como um instrumento de prestígio e passaria a ser usado com um veículo disseminador da cultura dessa classe privilegiada: a elite burguesa e cultural da época.

A intencionalidade dos primeiros programas educativos radiofônicos

A partir de uma análise contextual dos programas educativos veiculados pelo rádio, a exemplo, dos: a] da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro; b] da Rádio-Escola do Rio de Janeiro (1933); c] do Serviço de Radiodifusão Educativo - SER (1937); d] da Universidade no Ar do Rio de Janeiro e de São Paulo; e] do Sistema Rádio Educativo Nacional - SIRENA (1958); f] do Serviço de Rádio e Televisão Educativa - SERTE; g] da Universidade do Rio Grande do Sul; h] da Fundação Padre Landell de Moura - FEPLAM; i] do projeto Minerva, na época do Regime Militar, conclui-se que estes projetos apresentavam uma estrutura vertical de ensino, baseada na transmissão de conhecimento, de uma elite que sabia para um povo ignorante, e que visava favorecer os processos de modernização do país e formatar o comportamento das pessoas.

A exceção foi o Movimento de Educação de Base (MEB) que, em 1961, buscava um enfoque mais crítico, desenvolvendo uma educação que pudesse tornar as pessoas mais conscientes e capazes de mudar a realidade.

Tais experiências realizadas estavam alicerçadas na estrutura social, política e econômica de cada época e a concepção de educação estava diretamente imbricada a tal contexto. Os modelos de programas obedeciam aos interesses da ordem social vigente em cada momento histórico, sendo assim o uso do rádio estava vinculado a esses fins, levando o povo a aceitar e repetir os padrões e modelos pré-estabelecidos. A ele era imposto um formato que divulgaria a ideologia da ordem social dominante, não

havia espaço para o descendente africano, para o índio, para o proletariado e o camponês participarem, debaterem, expressarem suas necessidades e anseios de mudança.

A concepção educacional subjacente aos programas era instrumentalista e o ouvinte era colocado como mero espectador de um conteúdo estável, determinado por finalidades que não visavam ao atendimento das reais necessidades dele.

Diante do exposto, elaborou-se uma proposta para programas educativos a serem veiculados pelo rádio convencional, ou pelo rádio no formato *Web,* que seja colaborativo, alicerçado no socioconstrutivismo. E que o veículo comunicacional seja social, formando um sistema aberto de interação e construção do conhecimento. Desta forma, se faz necessário uma parceria entre a universidade e as rádios comunitárias, como possibilidade de construção e difusão do conhecimento.

A Importância das Rádios Comunitárias na Difusão do Conhecimento – uma proposta de programas educativos socioconstrutivista

Quando se pensa no rádio como instrumento de divulgação e disseminação dos diversos saberes, sejam eles produzidos em contextos acadêmicos ou não, foca-se muito em olhar o papel da grande mídia representada pelas emissoras de rádios e de televisão oficiais, concedendo a elas um poder generalizador. E esquece-se de pensar que existem outros meios de se fazer comunicar e divulgar os projetos educativos, como por exemplo, as rádios comunitárias, vistas muitas vezes sob uma ótica preconceituosa.

Nesse contexto, ao se refletir a partir de uma concepção freireana de educação, que se pauta no respeito aos indivíduos do processo educativo, na busca pela emancipação dos sujeitos, tornando-os críticos e conscientes de seu lugar na história (FREIRE, 1979, 1983), as rádios comunitárias têm muito a contribuir, até porque uma das exigências para seu funcionamento é a de que se produza e se divulgue projetos educacionais a partir do contexto em que ela está inserida.

Assim, o histórico das rádios comunitárias, no Brasil, está atrelado ao das rádios livres, uma vez que estas se iniciaram como mecanismo de protesto na década de 1970 ao controle oligopolizado dos meios de comunicação de massa. Seu nascimento se dá no seio dos movimentos populares que buscavam exercitar e trazer um direito à comunicação até então, restrita às concessões políticas.

As rádios comunitárias foram vistas por muitos anos, de forma preconceituosa, sendo chamadas de piratas e ou clandestinas, por não terem amparo legal para funcionamento. Esse estereótipo se dá em comparação às transmissões de rádios livres na Inglaterra nos anos de 1950, que eram instaladas em barcos e que tinham interesses comerciais. De acordo com Peruzzo (1998, p. 2), "[...] As rádios comunitárias ousaram iniciar a 'reforma agrária do ar'. Elas têm um grande e importante trabalho de caráter comunitário."

O papel desenvolvido pelas rádios comunitárias, apesar das restrições de alcance, de atendimento a interesses por afinidades étnicas e identitárias, tem sido importante por contribuir com programas educativos, culturais e informativos, beneficiando o desenvolvimento das comunidades contempladas com sua audiência.

As pessoas que se envolvem nos processos de comunicação comunitária acabam desenvolvendo a capacidade de trabalhar em equipe, aprendem a respeitar as diferenças individuais e coletivas, bem como acabam compreendendo melhor a realidade e o mundo em que vivem. Aumentam seu conhecimento, aprendem os mecanismos de funcionamento dos meios de comunicação, as ideologias que permeiam as relações neste cenário, desenvolvendo um senso crítico e a capacidade de identificar as estratégias de manipulação.

A partir do exposto, fica evidenciada a capacidade que o rádio tem de atingir seu público em geral e, predominantemente, os não alfabetizados. No Uruguai, o educador e comunicador Mario Káplun (*apud* DEL BIANCO, 2009) desenvolveu sua teoria de educação e comunicação inspirada nas teorias de Paulo Freire, pois ambos acreditavam que a educação é processual e o rádio se colocava como importante ferramenta, como propulsor e difusor de educação à população que não tem acesso a outros meios.

A Aplicação de Programas Educativos Socioconstrutivista na Rádio Comunitária do Bairro de Marechal Rondom, Salvador, Bahia, Brasil: experiência na rádio comunitáriafm.com

A proposta para os programas educativos foi norteada na teoria socioconstrututivista, ancorada numa concepção de educação como processo sócio-histórico e como prática libertadora, á luz da pedagogia freireana que discute a contradição entre opressores-oprimidos e propõe uma educação problematizadora, que traz na práxis do diálogo, sua orientação.

Busca-se uma proposta comunitária, interativa, colaborativa e coletiva que não se estabeleça por prestígio social, político ou econômico, nem seja uma forma de massificação da educação, mas que vise à integração da comunidade acadêmica e sua produção coletiva de conhecimento à sociedade, em que todos possam construir de forma colaborativa o percurso a se constituir na programação, respeitando cada cidadão, sendo o rádio um porta-voz desta coletividade.

A experiência na rádio comunitária.com do bairro de Marechal Rondom, em Salvador, Bahia, Brasil, foi possível porque o proprietário cedeu espaço de uma hora por dia. Então, planejou-se os programas: "De Bem com a Vida"; "Sociedade em Debate"; "Pedagogia em Pauta"; "Na Forma da Lei", sendo este o único não aplicado, e "Filosofonia".

O Programa "De Bem com a Vida", aconteceu no dia 18 de julho das 16h00min às 17h00min, tratou do tema "Depressão". A escolha do tema foi resultado de uma pesquisa anterior com a comunidade da rádio no sentido de levar informação sobre o tema para os ouvintes daquela região onde a rádio tem

alcance, uma comunidade muito carente e onde a criminalidade tem crescido muito. Muitos jovens estão se envolvendo com a marginalidade levando pais e mães de família ao desespero.

O desenvolvimento do programa contou com a ajuda e auxílio locutora da emissora, que se disponibilizou a ficar integralmente na emissora durante os dias de programa. Este apoio foi de extrema importância, pois a emissora no horário cedido normalmente fica fechada, indo ao ar uma programação gravada.

A participação do ouvinte não ocorreu devido aos seguintes fatores: primeiro, a emissora não dispõe de muitos recursos que favoreçam a participação; segundo, a emissora não costuma ter um programa ao vivo nesse horário, o que dispersa a audiência e interesse da comunidade; e terceiro, a híbrida – equipamento técnico que permite a conexão de linhas telefônicas com a mesa de áudio de uma emissora de rádio, possibilitando a interação com o ouvinte em tempo real para a conexão da linha telefônica disponível para o ouvinte participar – não estava funcionando. Uma ouvinte ligou, mas não se conseguiu colocá-la no ar e falhamos ao não anotar a pergunta que ela tinha a fazer. Teve-se a intenção imediata de colocá-la no ar, fez-se tentativas que não lograram resultado.

Ao final do programa, alguns locutores da emissora, por meio do MSN elogiaram o programa e sinalizaram a necessidade de um programa com essa perspectiva, continuar existindo naquela emissora.

Outra falha percebida foi a de não ter dado oportunidade para a locutora interagir, ela poderia ter participado, ter feito alguma pergunta. Embora, antes de começar o programa houve o convite e ela se recusou a participar por considerar que o espaço era para a pesquisa e que não cabia a participação dela. Mas, no andamento do programa, face ao assunto, ela sentiu vontade de perguntar algo e não o fez. Essa falha foi percebida somente mais tarde, depois do segundo programa enquanto assistia-se à gravação, que foi utilizada como recurso de autoavaliação.

A realização do segundo programa, **"**Sociedade em Debate", discutiu-se a questão do "Orçamento Familiar, como Equilibrar as contas". A temática foi escolhida de modo a atender a uma necessidade de informação sobre o assunto, uma vez que dias atrás tinha sido divulgada a notícia sobre o crescente endividamento da sociedade brasileira com os cartões de crédito (ver <http://www.bahiatodahora.com.br/noticias/brasil/pais-tem-64-de-endividados>. Confirmação de acesso em 21 de jul. às 01:11 h). E no dia seguinte ao programa, outra notícia (ver site: <http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/infomoney/2011/07/20/cartao-de-credito-e-modalidade-de-divida-que-mais-avanca-entre-brasileilros.jhtm>. Confirmação de acesso em 21 de jul. às 01:20 h), veio ratificar a importância do debate numa rádio voltada à comunidade.

O programa "Pedagogia em Pauta", o terceiro de cinco, foi construído de forma mais colaborativa e interativa, a partir da experiência dos dois anteriores, e tratou da "Mediação Pedagógica na Família". O tema foi escolhido em parceria com a convidada por se ter uma experiência prática e observações de como os pais têm reclamado da dificuldade que têm de acompanhar os filhos com as tarefas escolares.

A participação de uma ouvinte se deu por telefone, no primeiro momento, mas não se conseguia colocá-la no ar, e orientou-se que ela poderia mandar a pergunta por MSN, já que ela estava ouvindo a rádio pela *internet*. Também contou com a participação de outra ouvinte que foi pessoalmente à emissora

acompanhar de perto o programa e ainda levou sua netinha. Ao final do programa, um dos locutores da emissora que acompanha o programa com sua família em casa, mandou MSN parabenizando pelo conteúdo e forma como fora abordado.

Para o quarto programa na emissora foi pensado o programa "Na Forma da Lei" no qual seria discutida a questão da "Empregabilidade e Direitos no Trabalho Doméstico", e buscou-se agendar a participação de um advogado, mas, infelizmente, após ter dado uma posição de aceitação ao convite, por motivos de trabalho, o mesmo não pôde participar. Foi preciso se pensar num plano alternativo. Então, como não havia tempo hábil para contactar outro especialista em quaisquer das temáticas, decidiu-se em grupo manter a agenda dos programas e a pesquisadora participaria como entrevistada dentro do quinto e último programa "Filosofonia", expondo a temática "A Importância da Filosofia na vida cotidiana", sendo apresentado pela locutora do turno matutino.

Os programas foram gravados em *podcasting* e estão disponíveis no *blog*: praticandoead.jimdo.com.

Essa experiência, revelou a necessidade de interação e colaboração das universidades com as rádios comunitárias, e a importância destas como espaço de socialização, divulgação e difusão de projetos educacionais, a exemplo do Turismo de Base Comunitária da UNEB e a comunidade do Cabula e entorno.

A partir dessa constatação, busca-se parcerias para o desenvolvimento e aplicação de programas educativos construidos na concepção sócio-construtivista nas localidades mencionadas, como objeto de estudo da pesquisa no doutorado.

Considerações Finais

A discussão suscitada nesse artigo tem a intenção de apontar para caminhos a serem trilhados num processo de conscientização, uma vez que a mesma é parte da busca por uma prática educativa engajada com os recursos comunicacionais contemporâneos.

Buscou-se evidenciar o potencial do rádio enquanto espaço de disseminação do conhecimento, no sentido de transformar seu uso ao menos no contexto universitário, mais compromissado com as lutas por um acesso ao conhecimento capaz de contribuir para os processos de mudanças sociais, suplantando a barreira de uma visão comercial e eminentemente capitalista, com a qual tende a fortalecer a ordem social vigente.

O estudo sinaliza a possibilidade de uso das TICs em prol de um processo de ensino e aprendizagem voltado para o desenvolvimento de consciência crítica, particularmente no que concerne ao uso do rádio, em suas especificações, enquanto veiculo de divulgação, propagação, disseminação das ideias, dos valores de uma proposta educacional voltada à emancipação dos sujeitos, e do imbricamento

do potencial das TICs à teoria socioconstrutivista, de modo a direcionar a prática pedagógica de forma interativa, colaborativa e dialógica.

Também se sinaliza, com esse artigo, a possibilidade de uso do rádio no formato *web* em projetos voltados aos programas de Educação à Distância (EaD), uma educação à distância que esteja alicerçada em bases epistemológicas voltadas para a construção do conhecimento de forma crítica, consciente, colaborativa e distante dos ideais burgueses, da crença nas tecnologias digitais enquanto solução para os problemas da humanidade.

Nessa perspectiva, é importante evidenciar a ideia de que não são as tecnologias por si sós que são capazes de promover mudanças em quaisquer contextos e, mais, especificamente, nos contextos educacionais, elas são importantes como instrumentos facilitadores, mas a essência de todo projeto educacional voltado à construção do conhecimento alicerçada nas bases socioconstrutivistas está na ação humana. São as pessoas que fazem a diferença, são elas que podem direcionar o uso das TICs em contextos educacionais de modo a se desenvolver práticas pedagógicas que conduzam à transformação social.

Referências

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. 2 ed. rev. e atual. São Paulo: Moderna, 1996.

ARDOINO, J. Abordagem multirreferencial (plural) das situações educativas e formativas. In: BARBOSA, J. G. (Coord.). **Multirreferencialidade nas ciências sociais e na educação**. São Carlos: UFScar, 1998.

BERNHEIM, Carlos Tünnerman; CHAUÍ, Marilena de Souza. **Desafios da universidade na sociedade do conhecimento**: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior. Brasília: UNESCO, 2008.

BRASIL. **Decreto de Lei Nº 88.066 de 26 de janeiro de 1983**. Dá nova regulamentação à Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e à renovação das concessões outorgadas para exploração de serviços de radiodifusão de sons e imagens (televisão). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D88066.htm>. Acesso em: 2 abr. 2013.

DEL BIANCO, Nelia. R. Aprendizagem por rádio. In: LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos (Org.). **Educação à distância**: o estado da arte. São Paulo: Pearson, 2009.

DEUS, Sandra de. **Rádios universitárias no Brasil**. 2006. Disponível em: <http://www.mundoacademico.unb.br/users/ledafior/1111415891.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2010.

FREIRE, PAULO. **Educação e mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lílian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Coleção Educação e Comunicação, v.1).

_____. **Educação como prática da liberdade**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

[IBOPE] INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Audiência/IBOPE Mídia**. 2010. Disponível em: <http://www.ibope.com.br/calandraWeb/BDarquivos/sobre_pesquisas/pesquisa_audiencia.html>. Acesso em: 9 jul. 2011.

LEMOS, Cristina. Informação na era do conhecimento. In: LASTRES, M. M. Helena; ALBAGLI, Sarita. **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LIMA, Josefa Santana. A Rádio UNEB nas ondas da Web: uma proposta de design pedagógico sócio-construtivista. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia, 2011.

MOREIRA, Sônia Virginia. O rádio no Brasil: tendências e perspectivas. Brasília: UnB, 1999.

PERRUZO, Cecília. **Participação nas rádios comunitárias no Brasil**. 1998. Disponível em: <http://www.bocc.uff.br/pag/peruzzo-cicilia-radio-comunitaria-br.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. O futuro da democracia. **Visão**, Portugal, ago. 2006a.

_____. A construção intercultural da igualdade e da diferença; a crise do contrato social da modernidade. In: **A gramática do tempo**: por uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006b.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

19 COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO BEIRU/TANCREDO NEVES, SALVADOR - BAHIA, BRASIL

Daiane Nascimento Santos

Introdução

A comunicação se constitui enquanto uma realização histórica dos fenômenos sociais e não pode ser verificada fora do contexto econômico, social, político e cultural. É um processo social primário de interação e socialização da humanidade, afinal a base da vida em sociedade foi formada através dos primeiros sinais de comunicação, das trocas simbólicas, da expressividade do homem.

Com a revolução industrial e tecnológica surgem na sociedade novos instrumentos capazes de romper barreiras geográficas, linguísticas e culturais, são os meios de comunicação de massa, que motivaram os estudos e suscitaram a reflexão acerca da problemática da comunicação. Esta forma de comunicação de massa, realizada através dos meios eletrônicos como a televisão e o rádio, e dos meios impressos como o jornal e a revista, possibilitou o alcance de audiências de massa, a supressão do tempo e da distância.

A prática de comunicação de massa, realizada através desses meios eletrônicos, permitiu a constituição de públicos, como assevera Gomes (2004, p. 49):

> Os meios de comunicação alcançaram nesse momento, ao mesmo tempo, as pessoas localizadas em pontos mais remotos, situadas nas mais diversas classes e com nível de alfabetização, cultura e competência expressiva os mais diversificados. Pessoas que jamais estiveram na presença uma das outras e jamais poderiam se constituir em públicos. Por outro lado, essas pessoas, porque podem consumir a mesma informação e os mesmos produtos de cultura e entretenimento que todas as outras, não deixam de constituir uma nova publicidade social, uma esfera expandida de visibilidade pública, um público sem convivência e presença.

Esses meios são fundamentados com a função de informar, educar e entreter. Com a expansão e fortalecimento da economia em âmbito global, que incluem indústria, comércio e serviços, gerou-se uma lógica de mercado que impõe valores e condicionamentos sobre os modos de produção e distribuição dos meios de comunicação de massa, comprometendo os conteúdos e a natureza da informação. Diante desta realidade é importante que a comunicação seja mais interativa e participativa e se configure em um serviço efetivamente público no Brasil.

Na sociedade atual há uma instância que dita e controla as regras de funcionamento nacional dos meios de comunicação de massa, ou seja, há uma regulamentação que permite aos meios desempenharem seus papéis, visto que os mesmos influenciam os aspectos da vida cultural, social, política e econômica do país. A autora ainda afirma que:

> [...] a história recente da sociedade brasileira mostra que o governo militar combinou dois aspectos não necessariamente antagônicos: a organização de um Estado autoritário e o desenvolvimento econômico. [...] Paralelamente à expansão do mercado material interno, o Estado implanta a infra-estrutura tecnológica do sistema de telecomunicações (sistema de satélite, Telebrás, Embratel) e sistema básico de microondas (possibilidade de integração nacional por TV, TV em corres – 1972), que permite pela primeira vez falar adequadamente na consolidação de um mercado cultural nacional (LOPES, 2005, p. 26).

Em vista disso, a relação entre o Estado brasileiro e a cultura popular se dá da seguinte forma, de acordo com Lopes (2005, p. 26):

> [...] a atuação do Estado brasileiro na Indústria Cultural parece cada vez menos suscetível de recepcionar o popular em suas realizações, uma vez que estas atendem predominantemente às demandas às elites culturais.

Lopes (2005, p. 23) ainda situa que: "a problemática da cultura popular tem sido uma questão política porque sempre esteve profundamente ligada a uma reinterpretação do popular pelos grupos sociais e a própria construção do Estado". Por conseguinte, não se nega "os processos de manipulação ideológica e controle político, exercidos pelas classes dominantes" como afirma Lopes (2005, p. 20), visto que essa classe detém o controle sobre os grandes meios de comunicação. Porém, o exercício da comunicação comunitária deve ser realizado: "[...] admitindo o pluralismo e ocupando novos espaços

ou incorporando canais de rádio e televisão e outras tecnologias de comunicação, com as redes virtuais (*internet*, etc.).", segundo Peruzzo (1998, p. 120).

O processo de comunicação comunitária se configura como uma nova maneira de pensar o popular, ligando comunicação e cultura, adotando uma postura mais dialética e flexível "[...] admitindo o pluralismo e ocupando novos espaços ou incorporando canais de rádio e televisão e outras tecnologias de comunicação, com as redes virtuais como *internet* e outros" (PERUZZO, 1998, p. 120). Porém, a participação dos indivíduos na comunicação popular não está relacionada somente à produção de meios, "[...] ela perpassa as relações interpessoais e grupais e ali ajuda a construir a base de uma nova cultura política" (PERUZZO, 1998, p. 127)".

Sobre o envolvimento e participação dos indivíduos na comunicação comunitária, Peruzzo (1998, p. 143-144), assegura:

> [...] é premente tentarmos compreender o envolvimento popular na produção, no planejamento e na gestão da comunicação comunitária, como forma até de contribuir para o avanço em qualidade participativa e na conquista da cidadania.

Um dos entraves na construção de projetos de comunicação comunitária é o problema financeiro, afinal a auto-sustentação, um dos pilares de sua autonomia, é difícil de ser atingida, para Peruzzo (1998, p. 150):

> [...] os movimentos populares acabam apostando mais na comunicação interpessoal e grupal e adotando meios mais cômodos, mais ágeis e menos onerosos. Assim valem-se especialmente de contatos informais, reuniões, e assembléias. Boletins, panfletos, cartazes e cartas são bastante explorados. Os instrumentos que requerem mais elaboração técnica e mais recursos como seqüências de slides, alto-falantes e vídeo, por exemplo, são menos usados.

Outra questão apontada por Peruzzo (1998, p. 151) é a seriedade dos meios de comunicação comunitária que:

> Em suma, a comunicação popular impressa e radiofônica tem sido séria demais. Abre pouco espaço para amenidades, para o entretenimento, o lúdico. Explora insuficientemente o humor, a canção popular, a fotografia, os desenhos, enquanto expressões da criatividade popular, o que poderia tornar os meios mais participativos e atraentes.

A autora acrescenta que:

> É o rádio e o jornal não dando vez – ou o fazendo de forma muito restrita – a amenidades e ao entretenimento, ou seja, às dimensões do sonho, que também

> são necessidades humanas, lado a lado com as de moradia, vestuário, alimentação, educação, saúde, etc (PERUZZO, 1998, p. 152)

A comunicação comunitária tem uma relação direta com a cultura popular, visto que a mesma se define enquanto movimento de resistência e ação, se configurando numa nova práxis, em que o sujeito se conforma como a força motivadora, propulsora e receptora dos benefícios desenvolvidos nas comunidades, ampliando os direitos da cidadania. Em relação ao trabalho com temas locais, Peruzzo (1998) assevera:

> A comunicação popular, ao abordar temas locais ou específicos, tende a despertar o interesse por parte da audiência, pelo fato de o conteúdo e os personagens terem relação mais direta com as pessoas. Os programas não são espetáculos a que se assiste, mas dos quais se participa, o que leva a incrementar o processo de construção das identidades e de cultivo dos valores históricos e culturais (PERUZZO, 1998, p. 157).

Em vista disso, apresenta-se a rádio e o jornal comunitários como meios para a mobilização e organização do turismo de base comunitária nos bairros do Cabula e entorno. Neste trabalho, tratar-se-á do bairro do Beiru/Tancredo Neves, tendo em vista a força dos meios de comunicação em estudo, e mais pela sua relevância histórica e cultural.

Rádios comunitárias livres e/ou outorgadas

As rádios comunitárias, por meio da oralidade e do seu alcance nas comunidades, se configuram como veículos que prestam serviço de utilidade pública, o que as conformam como uma alternativa na articulação dos movimentos sociais, gerando fortalecimento das comunidades, através da integração e estímulo ao lazer, cultura e convício social. As rádios possibilitam a difusão dos saberes populares, dando oportunidade para a difusão de ideias e conhecimentos relacionados às tradições locais, além de contribuírem para o desenvolvimento profissional dos jornalistas e radialistas envolvidos, e permitem a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível. Assim, constitui-se como uma alternativa para a inserção de indivíduos como sujeitos produtores capazes de gerar conteúdos que possam modificar a realidade que os cercam, potencializando a construção de conhecimentos em processos horizontais, que possibilitam a existência de lugares e territórios onde se aprende coletivamente a conviver com a cultura.

Marshall McLuhan (2007) situa a problemática da comunicação no âmbito dos meios de comunicação de massa, propondo que a presença dos meios configura uma nova forma de estar no mundo por parte dos homens. Ele determina que a presença de um meio por si só, independente do conteúdo que veicula, traz modificações na vida das pessoas. São mudanças de escalas, de dimensões, que provocam novas sensibilidades, novas inserções da humanidade na realidade. A natureza de um meio

determina o tipo e a qualidade da informação que por ele é veiculada, e cada meio cria espaços públicos de interação participativa entre cidadãos/cidadãs informados usando o direito à palavra. Contudo, Peruzzo (1998, p. 154) traz a afirmação acerca da participação desigual: "nesse caso, a comunicação passa a ser tratada como atividade-fim, perdendo sua potencialidade de atividade-meio com função político-educativa para o conjunto das pessoas".

As rádios comunitárias livres surgiram no Brasil no período da ditadura militar, na década de 1970 e se desenvolveram nos anos de 1980, e "[...] hoje ela se apresenta sob várias formas, das comunitárias às independentes [...] (PERUZZO, 1998, p. 252)". Inclusive, se apresentam como as rádios do povo, como assevera a autora:

> Os alto-falantes vêm sendo utilizados como "rádios do povo", em várias partes do continente latino-americano, por associações e movimentos que, não podendo operar emissoras convencionais, em razão das limitações impostas pelo sistema de concessão de canais e pelas condições econômicas, se valem desse instrumento para transmitir programas e satisfazer, assim, algumas de suas necessidades de comunicação (PERUZZO, 1998, p. 159)

O termo rádio comunitária se institucionalizou no I Encontro Nacional de Rádios Livres Comunitárias "[...] definidas como aquelas que têm gestão pública, operam sem fins lucrativos e têm programação plural. Elas encaixam-se no perfil das chamadas rádios de baixa potência" (PERUZZO, 1998, p. 252-253).

A Lei nº 9.612 regulamenta o serviço de radiodifusão comunitária, a partir de 19 de fevereiro de 1998 no Brasil. Conforme Art. 4º tem por finalidade:

> I - dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
>
> II - oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
>
> III - prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
>
> IV - contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
>
> V - permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

O Art. 8º, sobre autorização, esclarece: a entidade autorizada a explorar o serviço deverá instituir um Conselho Comunitário, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no Art. 4º desta Lei.

Atualmente, em 2013, não existe no Brasil: "[...] uma mobilização mais ampla em torno da reivindicação de acesso à concessão de emissoras de rádio e televisão comunitárias e locais", como afirma Peruzzo (1998, p. 150). As razões se encontram no desconhecimento da população acerca do serviço público de comunicação, assim como pela falta do engajamento cívico, que de acordo com Peruzzo (1998, p. 298-299):

> As causas estão nas raízes culturais e históricas das sociedades latino-americanas, que, por um lado, geraram uma certa apatia e um sentimento de inferioridade diante dos "que sabem" e, por outro, uma tendência a delegar o poder, uma espécie de consenso e cumplicidade em relação a ideologias conservadoras e praticas autoritárias.

As rádios comunitárias, mesmo as outorgadas, são vistas, por parte da sociedade, de forma preconceituosa. Quanto às rádios livres, são vistas com ainda mais preconceito, inclusive, a população comumente as confundem, visto que desconhecem o processo de concessões públicas. Destaca-se que ao se fazer referência às rádios comunitárias, agrega-se as rádios livres ou de alto falantes, como também são denominadas. Sobre as rádios livres, Peruzzo (1998, p. 2) postula:

> [...] historicamente as rádios livres são ativadas por amantes do rádio que, apesar, de não terem autorização para funcionar, entram no ar correndo os riscos de serem submetidas aos rigores da lei das comunicações que vem sendo aplicada, que prevê prisão de quem estiver operando, lacre e apreensão dos transmissores... Suas matizes também têm sido diferenciadas. Podem ser de caráter político-ideológico, de serviço comunitário, religioso, comercial, ligadas a interesses das minorias ou a movimentos sociais, ou simplesmente colocadas no ar com a intenção de oferecer uma programação alternativa, porém similar a das emissoras convencionais. No entanto, tem em comum a contestação aos sistemas de controle dos meios de comunicação de massa.

Durante muitos anos, as rádios comunitárias foram chamadas de "piratas" e/ou "clandestinas", por não terem amparo legal de funcionamento. De acordo com Peruzzo, (1998, p. 2): "As rádios comunitárias ousaram iniciar a 'reforma agrária do ar'. Elas têm um grande e importante trabalho de caráter comunitário". Porém, existe um forte controle das mesmas por parte do Estado, e a Agência Nacional de Telecomunicações fecha as rádios comunitárias por considerá-las ilegais. Sobre isto, Peruzzo (1998, p. 252) assevera:

> [...] foram poucas as iniciativas de rádios livres, certamente porque podiam ser facilmente reprimidas, dado o caráter claramente coletivo de suas ações. Foi por isso também que se incrementaram os sistemas de alto-falantes, no seu papel de "rádios do povo", ao alcance deste sem maiores restrições legais. Mas a situação se mudaria a partir de 1990, quando passa a ocorrer uma verdadeira proliferação de rádios livres comunitárias.

A discussão acerca da ilegalidade é apresentada por Peruzzo (1998, p. 253):

> [...] as rádios comunitárias até podem sê-lo diante da legislação das telecomunicações (lei nº. 4.117/62 e decreto-lei nº. 236/67), mas não o são perante a Carta Magna do País – que garante que "é livre a expressão da atividade intelectual, artística, cientifica e de comunicação, independente de censura ou licença" (art.5º IX) e que "a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veiculo, não sofrerão qualquer restrição" (art. 220).

A aprovação da Lei nº 9.612 de 19 de fevereiro de 1998 para a radiodifusão de baixa potência é fruto das muitas lutas em prol de um sistema de comunicação mais aberto, pelos movimentos sociais. Desta forma, as rádios que operavam em FM passaram a ter potência máxima limitada a 25 watts, em um potencial de cobertura restrita a 10 km, e então, passaram a necessitar das concessões públicas por parte do governo. É evidente a capacidade que o rádio tem de atingir um bairro e/ou comunidade, especialmente às pessoas não alfabetizadas/letradas, afinal ele se constitui em uma importante ferramenta na difusão de informação para quem não tem acesso a outros meios (BRASIL, 2011).

Peruzzo (1998, p. 149), comenta que:

> As manifestações desse tipo de comunicação afloram com maior desenvoltura quando se trata de socializar informações ou conscientizar, mobilizar e organizar a população em torno, basicamente, da busca de soluções para problemas vivenciados em comum, embora cheguem a dar-se em outros níveis de participação política, ou seja, contra formas de poder, repressão e discriminação.

Dessa forma, Peruzzo (1998, p. 158), elenca as possíveis ações dos moradores:

> [...] aprender a participar politicamente da leitura do bairro e da escola para os filhos, a apresentar sua canção e seu desejo de mudança, a denunciar condições indignas, a exigir seus direitos de usufruir da riqueza gerada por todos, por meio de melhores benefícios sociais e de salários mais justos, a organizar-se e a trabalhar coletivamente.

Assim, por meio dessa proposta de engajamento político, pensa-se em desenvolver o turismo de base comunitária com participação ativa de crianças, jovens e adultos, homens e mulheres, de todas as cores de pele, tendo em vista que o coletivo de pessoas é atingido por dificuldades e problemas oriundos de descaso dos gestores públicos, que alijam as comunidades do Cabula e Entorno dos seus direitos à moradia, saúde, educação, segurança, dentre outros. Portanto, contra o descaso e a discriminação sofrida pelo bairro Beiru/Tancredo Neves, o intento é a organização e participação política, utilizando a comunicação comunitária, visando a organização da comunidade para o desenvolvimento local sustentável, ainda que esteja à deriva da ausência do Estado e do governo nas questões essenciais da vida de seus residentes.

Mídia impressa

A imprensa foi instituída no Brasil no inicio do século XIX, quando as primeiras gráficas aqui se instalaram, o que se configura como um dos fatores que privilegiaram a nossa cultura oral, devido às heranças indígenas e africanas que ao se organizarem em comunidade conferiam poder à palavra e aos mais antigos. Ou seja, esta escassa cultura letrada foi historicamente compensada por inúmeras e ricas tradições orais, o que se faz necessário ressaltar no processo de colonização sofrido no país.

McLuhan (2007, p. 103) faz uma análise sobre as culturas tribais:

> As culturas tribais não podem agasalhar a possibilidade do individuo ou do cidadão separado. Sua idéia de espaço e tempo não é continua nem uniforme, mas emotiva e compreensiva em sua intensidade. As culturas sentem a "mensagem" do alfabeto em seu poder de projetar estruturas de uniformidade e continuidade visuais.

E, em relação à uniformidade, Mcluhan (2007, p. 106) acrescenta:

> Todos os alfabetos do mundo ocidental, da Rússia e dos Bascos, de Portugal e do Peru, derivam dos caracteres greco-romanos. A separação única que introduzem entre o som e a visão, de um lado, e o conteúdo verbal e semântico, de outro, os transformaram na mais radical das tecnologias, no sentido da tradução e homogeneização das culturas. Todas as demais formas de escrita sempre serviram a uma única cultura, bem como a distingui-las de outras.

A perda da vida comunitária se deve a diversos fatores históricos, muito mais complexos que a difusão da imprensa, afinal: "[...] no momento em que o trabalhador foi privado de seus instrumentos de produção, uma elite, que não faz trabalho manual, passa a organizá-lo: é a hegemonia da ordem burguesa" (BOSI, 2007, p. 57). Em relação à divisão do trabalho associado à comunicação, Bosi (2007, p. 65) afirma que:

> A divisão do trabalho é também um fato sólido e incontornável em todas as empresas radiofônicas, televisivas, jornalísticas e editoriais. É ela que impõe modelos: desde a extensão física do produto (um filme terá 2.500m de película de 35mm; um programa de rádio ou de TV deve durar meia hora; o artigo do jornal não deve ocupar mais de 3 colunas) até o teor e a ideologia subjacente à mensagem. A fórmula substitui a forma.

O surgimento da escrita permitiu aos indivíduos romperem com os laços tribais e, assim, perderem a relação direta com os antepassados. Os primeiros livros foram impressos em latim, contudo com a difusão dos mesmos produziram-se obras em outras línguas (MELO, 1998).

Esse processo de rompimento resultou na mundialização e no comércio das culturas, fazendo com que a influencia de umas sobre as outras se acentuasse de forma mais veemente, o que pode ser considerada uma explicação para o afastamento dos indivíduos de sua própria historia e cultura. Desta forma, "a memória coletiva é apontada como um cimento indispensável à sobrevivência das sociedades, o elemento de coesão garantidor da permanência e da elaboração do futuro" (SANTOS, 2007, p.329).

A descentralização da comunicação, através das potencialidades dos serviços de tecnologia da informação e comunicação deve estar a serviço do coletivo, do bem-estar comum, afinal:

> É no dia-a-dia, no relacionamento com as instituições que afetam diretamente a vida das pessoas, como um associação de moradores ou o poder público local, que se firmam os alicerces da educação para a cidadania (PERUZZO, 1998, p. 282).

Sobre o papel de cidadão e cidadã, Peruzzo (1998, p. 286), ainda acrescenta:

> [...] o status de cidadão é uma construção social que vem se modificando ao longo da historia, numa extensão que varia de país para país. A simples aquisição de direitos em nível legal já foi uma grande conquista das sociedades e de seus movimentos, representando a ampliação da cidadania. A cidadania é conformada por três tipos de direito, que podem configurar-se, ou não, de maneira mais abrangente ou mais restrita na práxis de um povo: os civis, os políticos e os sociais.

Por conseguinte, "[...] tudo o que fazemos produz informação [...]", de acordo com Santos (2007, p. 321), o que gera um "[...] conteúdo comunicacional ainda maior [...]" nas periferias, devido "[...] à afinidade de destino, afinidade econômica ou cultural." (SANTOS, 2007, p. 324-325). Porém, o autor faz uma ressalva: "É na esfera comunicacional que eles, diferentemente das classes ditas superiores, são fortemente ativos" (SANTOS, 2007, p. 326).

Faz-se necessário destacar que os jornais comunitários surgiram em meio à eclosão de veículos comunitários, com o objetivo de dar voz à comunidade e aos diferentes grupos excluídos da sociedade, promovendo uma abertura aos até então esquecidos, lembrando que no Brasil, eles tiveram maior incidência na década de 1980 e 1990.

De certo que é inacessível para maioria dos moradores do Beiru/Tancredo Neves, como de outros bairros periféricos, as tecnologias necessárias para a prática de uma comunicação social que, rege a lei, se realiza na prática da democracia. Regulamentação questionada por Gomes (2004, p. 189):

> [...] o formulamos de modo negativo: "a ninguém pode em principio ser vedado o direito de servir-se de meios técnicos-institucionais para produzir comunicação". O que a meu ver representa um problema nessa posição é que ela não é, em principio, incompatível com a idéia de controle político da comunicação e, além disso, a não ser que ela se acompanhe de regras e prescrições pelos quais o Estado assumiria o ônus de tornar disponível para todos os grupos e representações sociais a possibilidade

> de emitir e publicar [...] Pois, uma afirmação que reza que a ninguém seja vedado o acesso aos direitos de emitir e publicar não impede que, de fato, apenas algumas pessoas possam servir-se de meios de comunicação para o seu próprio beneficio e do grupo que representa. [...] O que certamente é insatisfatório para qualquer perspectiva de democratização da comunicação.

O que Santos (2007) chama de esfera comunicacional refere-se às relações inter-pessoais e de vizinhanças, realmente difícil de acontecer em bairros considerados nobres. Esta prática apresenta-se como a possibilidade de organização da comunidade para o desenvolvimento do turismo de base comunitária, que se inicia no engajamento, comprometimento e articulação dos sujeitos, que juntos, são fortes e sendo fortes poderão alcançar os objetivos estabelecidos por meio de associação, cooperativa, fórum social, coletivo, ou por uma rede articulando toda forma de organização social. De modo que, têm possibilidade de imprimir mudanças e transformações da realidade, dando visibilidade às ações coletivas da comunidade usando a comunicação comunitária (SILVA; SÁ, 2012).

Ações de comunicação comunitária no Beiru/Tancredo Neves

No bairro Beiru/Tancredo Neves existe a experiência do jornal comunitário denominado Jornal do Beiru, criado em 2002 com a intenção de desenvolver um trabalho de conscientização da negritude com a comunidade do bairro, em especial, com os jovens. O primeiro período do jornal aconteceu entre os anos de 2002 e 2005 e tinha sede no final de linha de transportes do bairro. Neste, o Jornal do Beiru publicou nove edições, realizadas por jovens estudantes da Escola Helena Magalhães, uma das quatro escolas públicas do bairro. Apesar de estar aberta para toda comunidade do bairro, o engajamento se deu com os alunos da referida escola porque os mesmos já participavam ativamente das questões escolares através dos grêmios estudantis. Devido à dificuldade financeira o projeto ficou sem produção e publicação durante cinco anos.

Contudo, em 2011 o projeto do Jornal do Beiru foi retomado, através do financiamento do Edital Cultura Negra, realizado pela Fundação Pedro Calmon em parceria com o Fundo de Fomento à Cultura do Estado da Bahia. Com o título "Oficina Permanente de Jornalismo do Jornal do Beiru: memória e história afrodescendente", duas publicações foram possíveis, entre setembro de 2011 e janeiro de 2012, tendo como protagonistas cerca de 40 jovens da comunidade, selecionados pela equipe executora do projeto, que tinha na sua composição três estudantes que participaram da primeira edição, portanto o objetivo era que os formandos se apropriassem do projeto em busca de novos editais e outras formas de sustentação. Os referidos jovens obtiveram formação sobre cidadania, consciência negra, redação jornalística, fotografia, diagramação e produção gráfica.

Com distribuição gratuita e feita de porta em porta pela equipe de coordenação e educandos do projeto, o Jornal do Beiru trouxe em suas reportagens assuntos sobre violência e infraestrutura do bairro, entretanto em menor quantidade e com certa acuidade, priorizando a publicação de reportagens sobre

as produções culturais e artísticas do bairro, como o grafite e o hip hop, sobre preconceitos referentes à raça, gênero, sexualidade, religiosidade, assim como matérias sobre a origem do bairro, o que nos interessa abordar.

Tendo em vista essas informações, avalia-se que o Jornal do Beiru publicou sobre arte, cultura, música, esporte, além de ter trazido reportagens sobre a história do bairro, contadas pelos próprios moradores. O referido veículo trazia chamadas em suas edições, convocando a participação da comunidade na construção do conhecimento acerca de sua história. Tanto que este material está sendo utilizado para a construção de conhecimento sobre a história do Beiru, auxiliando pesquisadores do Projeto TBC Cabula na pesquisa historiográfica que vem sendo realizada.

No projeto de retomada do projeto do jornal, mais especificamente nas oficinas de fotografia foi realizada uma atividade na qual os educandos registravam fotos de moradores do bairro, que posteriormente foram impressas e coladas, pelas equipes, nos muros das casas, das escolas e dos estabelecimentos comercias, no dia do fechamento das atividades da retomada do projeto. Neste dia foi realizado o Seminário "Comunicação, Linguagens e a Luta Antirracista", na Escola Zumbi dos Palmares que fica no final de linha do bairro Beiru/Tancredo Neves. Relevante destacar que o problema da autossustentação avaliado por Peruzzo (1998) é a razão pela qual o projeto não está em andamentao na atualidade.

Mas como já existe mobilização para o turismo de base comunitária por meio do Grupo de Trabalho Comércio Local, Economia Solidária e Turismo de Base Comunitária do Fórum Social do Beiru, e mais a parceria entre os colégios estaduais Helena Magalhães e o Edvaldo Fernandes, visando a construção de conhecimento com as escolas, pensa-se que a ativação desse meio de comunicação é fundamental para o processo, desde que seja oriundo do interesse da comunidade.

Ainda sobre o histórico do jornal, na primeira publicação, em novembro de 2002, a reportagem de capa foi sobre a história do bairro e a problematização da mudança do nome, inclusive, com a afirmação de que em "[...] cada edição vamos trazer um capitulo da história do bairro [...]" (JORNAL DO BEIRU, 2002, p. 1). Importante informar houve dificuldade no acesso às edições, visto que não há uma sistematização sobre arquivamento das mesmas, sendo necessária uma busca minuciosa com os moradores que participaram como integrantes da equipe atuante na consecução do projeto.

O Jornal do Beiru serve como instrumento de mobilização e fomento à informação, educação, cultura, arte, inclusive trazendo citações importantes sobre o bairro, a exemplo de Pedreira (1973), através do mapa sobre os quilombos de Salvador nos séculos XVIII e XIX, e a transcrição do documento oficial que relata a extinção do Quilombo Cabula.

Assim sendo, o único jornal comunitário que aborda a experiência de desmistificação do estereótipo de inferioridade negra no Cabula é o Jornal do Beiru. Com uma linguagem escrita, o referido jornal transmite aos jovens o valor da comunicação oral herdada dos ancestrais que formaram a socioexistência do bairro, mas, ao mesmo tempo, os transmitem pela forma como o afro-descendente é alijado do espaço de poder, que é a escrita, de origem ocidental, com características totalmente contrárias as linguagens verbais africanas.

Quanto às rádios comunitárias, no bairro Beiru/Tancredo Neves já existiram quatro, conforme Quadro 1.

Rádio Comunitária livre e/ou outorgada	Informações	Situação atual
Rádio Corsário	Fundada em 1995. Foi parceira do Jornal Comunitário do Beiru em 2002 e 2003.	Fechada
Rádio Pirata Monte FM	Programação com música e anúncios publicitários.	Fechada em 2011
Rádio Cidade	Programação com entrevistas, músicas e anúncios publicitários.	Fechada em 2007
Rádio Nova Onda Comunitária	Está com as atividades paralisadas, aguardando a aquisição de equipamentos.	Fora do ar

Quadro 1 – Rádios comunitárias do Beiru/Tancredo Neves

Fonte: Elaborado pela autora.

Além das rádios do Beiru/Tancredo Neves, lista-se mais três rádios comunitárias existentes na área delimitada pelo Projeto TBC Cabula e Entorno, que são:

a] Rádio Hits, na Engomadeira, cujo responsável é Seu Esquerdinha que afirma que a rádio deve ser um espaço de "abertura para que a sociedade possa falar por si" (ESQUERDINHA, 2011);

b] Rádio Odeon, em Pernambués, que mantém suas portas abertas para que a comunidade possa falar livremente; e

c] Rádio A Voz do Gueto, em Sussuarana, que mantém parcerias com as associações do bairro, com o balcão de justiça, e com 3 bandas que promovem eventos sociais. A Voz do Gueto ainda realiza o Natal solidário com arrecadação de alimentos para cestas básicas que são doadas para pessoas carentes da comunidade, e produzem um jornal comunitário.

O responsável pela Rádio Nova Onda Comunitária do Beiru/Tancredo Neves é Guto Mosca, que está aguardando a doação de equipamentos por parte de Seu Esquerdinha, da Rádio Hits, para enfim colocar a rádio no ar (MOSCA, 2012).

Os indivíduos que se engajam em processos de comunicação comunitária desenvolvem a capacidade de trabalhar em equipe, aprendem a respeitar as diferenças individuais e coletivas, e compreendem melhor a realidade social em que vivem. Desta forma, adquirem mais conhecimento, pois buscam se informar mais através de pesquisas para promover eventos locais e, desta forma, aprendem os mecanismos de funcionamento dos meios de comunicação, as ideologias que permeiam as relações neste cenário, e desenvolvem o senso crítico e a capacidade de identificar as estratégias de manipulação do Estado.

Seguindo este intento é preciso caminhar para a construção de uma nova cultura política, na qual integre igualdade/desigualdade e diferença/exclusão, e deve-se pensar ao mesmo tempo nestas duplas perspectivas. Portanto, apresenta-se o desafio em trabalhar a cultura numa sociedade desigual e excludente, conforme análise de Moura (1981, p. 13), sobre o contexto da escravidão e do preconceito racial, uma realidade estruturante da comunidade do Beiru:

> A nossa estrutura social ainda é entravada no seu dinamismo em diversos níveis pelo grau de influência que as antigas relações escravistas exerceram no seu contexto. Relações de trabalho e propriedade, familiares, sexuais, artísticas, políticas e culturais estão impregnadas ainda das reminiscências desse passado escravista. Quer no nível de dominação, quer no de subordinação, esse relacionamento guarda funda ligação com o estrangulamento que existia durante o escravismo. Não querer ver isto e supervalorizar algumas áreas urbanas modernizadas e apresentá-las como aquelas que determinaram o nosso ethos e o ritmo de desenvolvimento das nossas instituições é uma posição que – ela própria – demonstra até que ponto a nossa cultura e, por conseqüência, os nossos intelectuais assimilaram inconscientemente esses valores do nosso passado escravista.

Este cenário apresenta os interesses políticos e econômicos centrados no anseio de se manter o controle da sociedade inclusive através dos veículos de comunicação de massa, portanto uma discussão necessária para se chegar à democratização da comunicação, e, por conseguinte, numa sociedade efetivamente democrática, necessária para o desenvolvimento local sustentável pelo turismo de base comunitária.

Referências

BOSI, Ecléa. **Cultura de massa e cultura popular**: leituras operárias. Petrópolis: Vozes, 2007.

BRASIL. Ministério das Comunicações. **Plano Nacional de Outorgas 2012-2013**: Radiodifusão Comunitária. 2011. Disponível em. <http://mc.gov.br/acoes-e-programas/radiodifusao/planos-nacionais-de-outorga/316-temas/radiodifusao/planos-nacionais-de-outorga/23936-pno-2012-2013-radiodifusao-comunitaria>. Acesso em: 25 jul. 2011.

ESQUERDINHA. Correspondência pessoal. Salvador: UNEB, set. 2011.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

JORNAL DO BEIRU. Salvador, n. 1, nov. 2002.

LOPES, Maria Imacolata Vassalo de. **Pesquisa em comunicação**. 9. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Trad. Décio Pignatari. São Paulo: Cultrix, 2007.

MELO, José Marques de. **Teoria da Comunicação**: Paradigmas Latino-Americanos. Petrópolis, RJ. Vozes, 1998. cap. 13, p. 225 – 236.

MOSCA, Guto. Correspondência pessoal. Salvador: UNEB, 2012.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PEDREIRA, Pedro Tomas. **Os quilombos brasileiros**. Salvador: Departamento de Cultura da SMEC/ Prefeitura Municipal de Salvador, 1973.

PERUZZO, Cecília Krohling. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

SANTOS, Milton. **Economia espacial**: críticas e alternativas. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

SILVA, Francisca de Paula Santos da; SÁ, Natália Silva Coimbra de (org.). **Cartilha (in) formativa sobre Turismo de Base Comunitária "O ABC do TBC"**. Salvador: Eduneb, 2012.

20 PRÁTICAS SOCIOEDUCATIVAS E PATRIMÔNIO SOCIOAMBIENTAL por uma gestão sustentável no entorno das represas da Mata Escura e do Prata, Salvador - Bahia

Eduardo José Fernandes Nunes / Igor Rodrigues de Sant'Anna /
Marcos Cesar Guimarães

Introdução

A preservação do patrimônio socioambiental (PELLÓN, 2010 *apud* AZEVEDO *et al.*, 2010) pode estar sendo posta em risco por falta de políticas adequadas e maiores investimentos. As práticas socioeducativas (GOHN, 2005; FREIRE, 1982), podem se constituir em instrumentos contextualizados de formação de uma consciência voltada à sustentabilidade por meio da criação de espaços públicos de participação. Neste novo século novos desafios se apresentam para as cidades (CASTELLS, 1999; ALIER, 2007). Um dos principais temas discutidos na contemporaneidade é a participação dos cidadãos na definição de novos rumos para cidades sustentáveis (SOUZA, 2006; MENEGAT, ALMEIDA, 2004), incluindo propostas baseadas na gestão coletiva do território (VANWEY *et al.*, 2009).

Neste capítulo, tem-se como objetivo principal discutir propostas de gestão socioambiental do patrimônio natural e cultural na área das Represas da Mata Escura e do Prata localizadas próximas

aos bairros de Mata Escura, Estrada das Barreiras, Cabula, Arraial do Retiro Calabetão, na região do chamado "miolo" – categoria utilizada pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) desde os anos 1970 que indica a área entre a BR-324 e Av. Luís Viana Filho, e do bairro de Pernambués até o bairro da Palestina, que já faz fronteira com o município de Simões Filho – de Salvador (BAHIA, 1985).

Esse tema é focado a partir da análise das práticas socioeducativas participativas voltadas para o desenvolvimento sustentável e direcionadas para a preservação de áreas verdes urbanas com potencialidades para serem transformados em parques públicos. Discute-se o papel da participação social numa experiência de Agenda 21 local sobre os problemas ambientais relacionados à Represa da Mata Escura e do Prata. Apresenta-se falas de dois entrevistados, realizadas em 2007, durante a realização de reuniões para analisar a Agenda 21 local no bairro de Estrada das Barreiras, nelas transparece a rapidez do movimento das transformações do espaço.

As propostas de reterritorialização (HAESBAERT, 2009; DELEUZE; GUATTARI, 2007) da área de estudo foram implementadas a partir da realização da Agenda 21 Local nos bairros de Mata Escura e Barreiras, na qual foram utilizadas diferentes metodologias de participação comunitária (NUNES; SOUZA; SANT'ANNA, 2007). A proposta era criar um parque socioambiental utilizado e gerido pela população local. O processo participativo proposto pela Agenda 21 seria o catalisador para a formação de um Conselho Gestor deste parque.

Educação, Território, Patrimônio e Sustentabilidade

Entre os bens armazenados, atesourados e conservados por gerações da sociedade ocidental insustentável estão os que se integram ao patrimônio cultural, porém, curiosamente, a mesma cultura que tem gerado conquistas e tem contribuído para fazer mais confortável a casa natural e cultural do ser humano têm contribuído também para sua destruição.

Difícil imaginar uma ideia sobre patrimônio dissociada de seu território. Se as modificações no território estão sujeitas ao véu das culturas, estas marcam o espaço de acordo com suas diversas representações simbólicas, ou seja, a natureza é incorporada como significado (SAHLINS, 2003) pelas vivências humanas no território. Patrimônio cultural então é também uma denominação de patrimônio ambiental já que um não pode existir sem o outro.

Porém, o território na contemporaneidade ganha um dinâmica muito diversa com o surgimento de redes que, como consequência, gera o mito da desterritorialização. A sociedade em rede e a desterritorialização não são sinônimas, pois pode existir um "território no movimento" ou "pelo movimento", ou seja, o território como ato que gera aglomerados de exclusão contextualizada por uma multiterritorialidade (HAESBAERT, 2009).

O grande dilema deste novo século XXI, segundo Haesbaert (2009), é a distinção entre a utilização dos territórios-rede, capitalistas globais com sua multiterritorialidade e os aglomerados crescentes de pessoas que vivem na mais precária territorialização ou, em outras palavras, mais incisivas, na mais violenta exclusão e/reclusão socioespacial. Atualmente, em 2013, a complexidade das re-territorializações fazem surgir novas possibilidades a partir das práticas socioeducativas com vistas à gestão dos recursos públicos pelos próprios cidadãos.

A preocupação com a dificuldade de conjugar crescimento, equidade e meio-ambiente revela a necessidade de retomar propostas consideradas utópicas do século XIX. Apesar da intensificação dos fluxos e ampliação das conexões e possibilidades presentes na sociedade em rede, na cidade informacional, a pobreza urbana e a exclusão social mostram a tendência universal de aprofundamento de desigualdades entre as camadas mais abastadas e as de renda mais baixa (CASTELLS, 1999, 2002).

As contradições ecológico-sociais presentes na cidade informacional, decorrentes de uma densificação urbana excludente, demonstram como o crescimento urbano traz a degradação dos espaços públicos e áreas verdes. Para solucionar, ou ao mínimo amenizar esses efeitos, o único horizonte visível é a apropriação da gestão urbana por planos participativos (MENEGAT; ALMEIDA; 2004), porém uma gestão participativa que promova consequências positivas de preservação do patrimônio neste sentido deve levar ao caminho da autonomia individual e coletiva. Somente uma participação popular radicalizada poderá gerar ideia de autonomia e gestão para sustentabilidade (SOUZA, 2006).

Sendo a cultura uma forma de adaptação ao meio natural que se apresenta num lugar, num território específico, o patrimônio é a construção constante daquilo que é evidenciado como um legado herdado das gerações precedentes que deve ser respeitado e conservado como manifestação da existência de uma comunidade. A preservação, promoção e proteção do patrimônio passa por um esforço de manutenção ou resgate do passado dentro de uma preocupação de manutenção da identidade cultural, cuja eficiência só pode existir se houver apropriação pela comunidade local:

> Neste sentido, considera-se o desenvolvimento de ações de educação patrimonial indispensável no processo de sensibilização das comunidades quanto à importância de se manter uma relação harmoniosa com o seu patrimônio, seja ele natural, histórico, artístico, arqueológico ou cultural (AZEVEDO *et al.*, 2010, p. 265).

A identidade cultural está diretamente relacionada ao desenvolvimento da consciência da cidadania nas manifestações, grupais ou individuais, de apropriação dos espaços públicos. O próprio processo de construção da cidadania coletiva presente nos movimentos sociais tem a educação como lugar central, presente da mesma maneira que as relações sociais estão acontecendo no território. Se as relações são individualistas, a configuração territorial será bem diferente de relações sociais participativas. Uma prática educativa sendo ou individualista ou coletivista, levará a diferentes ações sociais sobre o espaço territorial (GOHN, 2005).

A educação patrimonial surge como meio de ação para preservação do patrimônio, mas impulsionada pela ideia de que é fundamental estimular a participação social nesta preservação,

como um impulso de conhecimento de si e da sociedade que rodeia, ou seja, da própria cultura, porém considerando o papel da representação dos diferentes grupos da sociedade como expressão complementar da diversidade de culturas humanas.

Mesmo com o entendimento sobre os benefícios de se considerar as diferenças, o patrimônio de uma sociedade corresponde a uma seleção que cada geração faz daquilo que deseja conservar e tal procedimento não está isento de tensões e conflitos devido ao fato da sua valorização se ver mediada pelas classes sociais, *status* e nível de instrução (AZEVEDO *et al.*, 2010).

Há uma recusa dos oprimidos em reconhecer a situação decodificada como expressão da sua realidade, precisamente porque a situação reflete sua realidade. Numa pedagogia utópica de denúncia e do anúncio que engaja educandos numa forma de ação político-revolucionária essa recusa desaparece. Destaca-se aqui a relação de uma prática de pesquisa-ação associada ao método Paulo Freire (1982) cujo desvelamento da realidade passa por incluir a intimidade do sujeito com o objeto, tornando o objeto do pesquisador, a realidade pesquisada, também um objeto manipulável pelos sujeitos:

> [...] a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 2007, p. 16).

Assim, entende-se que uma prática socioeducativa em prol do patrimônio e sua sustentabilidade deve mobilizar uma espécie de participação social cujo objetivo é levar as pessoas à condição de pesquisadoras da própria realidade, juntando educadores e educandos num corpo social único, um conjunto em uníssono preparando-se para uma tomada de consciência de que a história, além de herdada, está por se fazer a cada momento e o patrimônio está vivo dentro de cada um.

As Represas do Prata e da Mata Escura: patrimônios, problemas socioambientais e parque urbano

As represas do Prata e da Mata Escura, foram construídas no início do século XX, projetadas pelo engenheiro Teodoro Sampaio, aproveitando um vale profundo e sinuoso composto de uma vegetação de floresta tropical. Somente a partir de 1973 o vale passou a ser considerado, por decreto, como uma área não edificável, área de domínio público, devido aos seus atributos naturais.

Pó meio do Decreto nº 4.756, de 13 de março de 1975, a área foi considerada em duas partes: Área Arborizada em torno da Represa da Mata Escura (ADP07) e Área arborizada em torno da Represa do Prata (ADP08). Em 1977 adquiriu, através de lei, a denominação de Área de Preservação Permanente, e

em 1988, foi ratificada pela Lei nº 3.853 como parte do Sistema Municipal de Áreas Verdes (SALVADOR, 2002).

De acordo com Dona D., antiga moradora, a importância das fontes para o abastecimento de água e a relação com as nascentes que alimentavam a represa do Prata ainda está viva em sua memória:

Água? Nós não tínhamos água encanada, era água de fonte, água de cacimba. A gente descia para a fonte pra lavar roupa, pra carregar água [...] A água encanada quando chegou foi mais ou menos em 74 em 75 por aí. Aqui nas Barreiras, por exemplo, descendo aí a rua Veneza direto até chegar ali por onde Lourenço mora, tudo ali tinha...era fonte, era ali que a comunidade se abastecia. Do outro lado do Terreiro Viva Deus também tinha fonte (D., 62 anos).

Mesmo com esses instrumentos legais de proteção do meio ambiente local não se conseguiu impedir que ambas as represas, utilizadas para o abastecimento de água de parte de Salvador até 1987, fossem desativadas. A represa da Mata Escura devido ao elevadíssimo índice de poluição, e a do Prata, devido à sua baixa vazão. Atualmente, elas se encontram assoreadas e poluídas pelo lançamento de esgoto e lixo doméstico sendo também alvo de desmatamentos e ocupações irregulares nos diversos bairros de seu entorno.

O Sr. N., líder comunitário, lembra de quando foi morar nas Barreiras tinha medo de andar na rua porque era comum topar com cobras e animais da mata. Lembra que não havia água, nem luz e que tinham que carregar água das fontes. Seu relato revela a importância ambiental da Represa do Prata para abastecimento local através de nascentes de água que hoje estão desativadas.

Destaca-se, também, como um atributo ambiental local a existência do Horto do Ibama e o Horto do Ministério da Agricultura, uma reserva que o Ministério da Agricultura, em 1956, doou à Prefeitura Municipal de Salvador a qual é utilizada para a sobrevivência de animais apreendidos em operações desse órgão federal. Além disso, se instalou desde o início do século passado, em 1916, o terreiro de candomblé Bate Folha, na Mata Escura, um dos mais importantes e tradicionais de Salvador, representado juridicamente por uma sociedade beneficente com a finalidade de amparar, proteger e cultuar preceitos afro-brasileiros dentro da nação Angola. Em 1993, o terreiro foi reconhecido pela Prefeitura de Salvador como instância de utilidade pública.

O terreiro Bate Folha abrange um patrimônio ambiental de 15 hectares de Mata Atlântica, possuindo espécies nativas e africanas utilizadas nos rituais do culto de candomblé. Após a realização de estudos topográficos e respectiva demarcação, o terreiro Bate Folha foi reconhecido como território da cultura afro-brasileira.

Segundo o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) do Município de Salvador os Vales da Mata Escura e do Rio do Prata são considerados Áreas de Proteção de Recursos Naturais (APRN) sendo ainda instituída como Área de Proteção Cultural e Paisagística (APCP).

Está explícito na lei que as áreas de valor ambiental no Município têm sua conservação assegurada por meio da instituição e regulamentação do Sistema de Áreas de Valor Ambiental e Cultural - SAVAM, que compreendem áreas que contribuem para a qualidade ambiental urbana, incluindo ecossistemas de

Mata Atlântica, áreas dotadas de cobertura vegetal antropizada nas regiões densamente urbanizadas e áreas significativas pelo seu valor cultural e paisagístico.

São consideradas diretrizes para a APRN dos Vales da Mata Escura e do Rio do Prata o zoneamento da área, com delimitação das áreas de preservação permanente e áreas de amortecimento, considerando o uso e ocupação do solo existente; a preservação da vegetação remanescente da Mata Atlântica, dos rios e áreas alagadiças, de forma compatibilizada e controlada com os usos de lazer, turismo ecológico, atividades culturais e como centro de referência para educação ambiental e a realização de estudos para implantação de Parque Urbano, como tratamento urbanístico e implantação de equipamentos de recreação e lazer na área próxima à BR 324.

Considerações Finais

Esse artigo tem como proposta a ideia de conservação dos espaços públicos, naturais e culturais, através de ações locais nesses espaços, com práticas socioeducativas, formais e informais, na ênfase ao planejamento participativo. A criação de parques urbanos voltados para o turismo e o lazer em áreas periféricas da cidade, geridos pelas associações locais podem ser um novo conceito de gestão sustentável para cidades sustentáveis e reforça a ideia de um turismo de base comunitária.

Referências

ALIER, Joan Martinez. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.

AZEVEDO, Luciana Menezes Soares de; LIMA, Clarisse Vasconcelos Fraga de Melo; BREDA, Daniel Oliveira. Ação de educação patrimonial no Sertão do Pajeú. In: BARRIO, Ángel Espina; MOTTA, Antonio; GOMES, Mário Helio (Org.). **Inovação cultural, patrimônio e educação**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2010.

BAHIA. Governo do Estado. **Plano de Ocupação para a Área do Miolo de Salvador**. Salvador: CONDER/SEPLAM, 1985.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **Fim de milênio**: a era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 2002. v. 3.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é a filosofia?** Rio de Janeiro: Ed. 34, 2007.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 6. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 2005.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

MENEGAT, Rualdo; ALMEIDA, Gerson. Desenvolvimento sustentável, participação popular e conhecimento: a gestão ambiental urbana em Porto Alegre. In: MENEGAT, Rualdo; ALMEIDA, Gerson (Org.). **Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental nas cidades**: estratégias a partir de Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. UFRS, 2004.

NUNES, Eduardo José Fernandes; SOUZA, Dionalle Monteiro de; SANT'ANNA, Igor Rodrigues de. Agenda 21: estratégias de desenvolvimento local na periferia de Salvador. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 16, n. 28, p. 57-68, jul./dez. 2007.

SAHLINS, Marshall David. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SALVADOR. Prefeitura Municipal de Salvador. Secretaria Municipal do Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente. **Lei n°. 3.377/84**. LOUOS Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo. Salvador, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2007.

VANWEY, Leah K.; OSTROM, Elinor; MERETSKY, Vicky. Teorias subjacentes ao estudo de interações homem-ambiente. In: MORAN, Emilio F.; OSTROM, Elinor (Org.). **Ecossistemas florestais**: interação homem-ambiente. São Paulo: Ed. Senac; Edusp, 2009.

21 DO PROJETO CIDADÃO À CIDADANIA EM AÇÃO trilhando o potencial turístico de parques, hortos e reservas do Cabula e entorno

Antônio Jorge Nascimento dos Santos

Introdução

Como parte das ações do Projeto de Turismo de Base Comunitária do Cabula e Entorno, foram realizadas caminhadas a parques, hortos e reservas, em busca de identificação do potencial para o turismo de base comunitária, por meio do Eixo Esporte, Lazer, Entretenimento e Cultura articulado com outros como o de Meio Ambiente, Ecologia Social e Ecoturismo, por exemplo. Para isto, fez-se investigação das ações já existentes na UNEB, identificando o Instituto para Educação, Cultura e Desenvolvimento, conhecido como "Projeto Cidadão", projeto social voltado para a comunidade carente, crianças e jovens em situações de vulnerabilidade. Este projeto, coordenado pelo autor deste texto, oferecia cursos de arte, futebol de campo e futsal, capoeira, dança de salão, artesanato, teatro infantil, grafite, desenho artístico, percussão, reforço escolar, condicionamento físico, dentre outras atividades (SANTOS, 2011).

Vale destacar que esse projeto foi colocado de lado, tendo em vista os compromissos assumidos na Universidade Aberta da Terceira Idade (UATI), mas vem-se apoiando a equipe do TBC Cabula para alcançar os objetivos propostos como:

- conhecer as áreas verdes do Cabula, paisagens, problemas e dificuldades encontradas pelas populações residentes no entorno;
- fazer articulação entre os aspectos ambientais, sociais e culturais nas visitas de campo com estudantes de graduação e pós-graduação *stricto* e *lato sensu*, moradores de bairros populares e lideranças comunitárias;
- identificar o potencial dos parques, hortos e reservas para o turismo de aventura, cicloturismo, ecoturismo e comunitário; e
- construir conhecimento sobre extensão e pesquisa, por meio dos projetos sociais realizados na e pela UNEB no Cabula e entorno.

Diante desses, fez-se pesquisa de gabinete, buscando projetos sociais executados e em execução na UNEB, concomitante a sucessivas reuniões com estudantes, professores e funcionários da UNEB, e mais pessoas das comunidades do entorno da universidade que já frequentavam instalações dela como as quadras de esporte, por exemplo.

Interessante que as ações do Projeto Cidadão – do qual fazia parte o Grupo de Escoteiros (1990 a 1996), e eram desenvolvidas atividades como caminhadas para limpeza do Horto, ação dos grafiteiros para a cultura da paz – foram valorizadas e serviram de inspiração para a equipe realizar visitas ao Horto Florestal do Cabula e criar espaço de diálogo com grafiteiros e outros. Referindo-se a grafiteiros, um dos que fez curso pelo Projeto Cidadão na época, Denissena, é o ilustrador da Cartilha "ABC do TBC", e vem colaborando com o TBC Cabula.

Fez-se também caminhadas na Reserva do 19º Batalhão de Caçadores - 19ºBC com Dilton Cerqueira, coordenador do Grupo de Trabalho - GT de Educação Física.

Resultados em Processo

Conforme mencionado, foram realizadas diversas visitas ao Horto do Cabula, sempre em companhia deste autor, que atende às solicitações da equipe de forma cuidadosa, criteriosa e respeitosa. Antes de levar os estudantes, professores e outros da equipe do TBC Cabula para às localidades do Horto, faz consultas aos seus parceiros de ações voltadas à cidadania.

O Horto caracteriza-se como um *locus* de aprendizado para a universidade, podendo levar estudantes dos cursos que esta oferece, seja na área de Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Exatas e da Terra, por exemplo, tendo em vista as condições sociais e infraestruturais do contexto em questão.

Tendo o Horto como atrativo âncora, foi-se configurando um roteiro a partir das demandas do projeto TBC Cabula e da Universidade Aberta da Terceira Idade (UATI), que consiste em visitar a Escola do Cabula I; o Horto do Cabula, incluindo conversa com um senhor que cuida de cães abandonados, que não cobra nada, apenas solicita ajuda para compra de ração para os animais, e com rapaz vinculado à organização não-governamental que faz plantio de árvores sagradas na localidade, afora os jovens que praticam o *slack line*; o Centro de Triagem de Animais Silvestres - CETAS/IBAMA; o Terreiro, no qual a Makota Itana oferece curso de bordado; e finalizando o roteiro degustando sabores preparados pelas irmãs deste autor, na casa de Vanise.

Assim sendo, as ações vem sendo desenvolvidas, favorecendo o processo de formação dos estudantes, funcionários e professores da UNEB, e de todos das comunidades que tem acompanhado por acreditarem no projeto. De fato, as ações de cidadania vem se perpetuando nas práticas do turismo de base comunitária.

Referência

SANTOS, Antônio Jorge Nascimento dos. **Clipping do Projeto Cidadão**. Salvador: UNEB, 2011.

22 | A DIMENSÃO SOCIAL DE UMA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM MEIO AMBIENTE, SAÚDE E GERAÇÃO DE RENDA, A PARTIR DOS DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE

Maria Antonieta Nascimento Araújo / Francisca de Paula Santos da Silva /
Cláudia de Carvalho Santana / Noilton Jorge Dias

A partir de 2010, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) passou a ampliar seus trabalhos de extensão com atividades relacionadas ao Turismo de Base Comunitária nas comunidades do Cabula e entorno, visando à mobilização destas últimas para a constituição de cooperativas e empreendimentos populares.

Simultaneamente, a Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública (EBMSP), denominada BAHIANA, passou a desenvolver trabalhos sistemáticos de prevenção e promoção da saúde nas referidas comunidades, envolvendo o autocuidado, cuidado com o outro e com o meio ambiente. Tais ações são promovidas por um programa interdisciplinar e intercursos de ensino, pesquisa e extensão intitulado Programa Candeal, inicialmente restrito ao Distrito Sanitário de Brotas.

A execução desse programa envolve acadêmicos de medicina, psicologia, enfermagem, odontologia, biomedicina, fisioterapia e terapia ocupacional, trabalhando em equipes multiprofissionais com educação em saúde, a partir de demandas identificadas em grupo de crianças, adolescentes, idosos, diabéticos, hipertensos, gestantes, mães, e lideranças locais que pretendem atuar como mobilizadores sociais.

Ciente das ações executadas pela UNEB e pela BAHIANA na Comunidade Amazonas, no bairro do Cabula, um líder comunitário viabilizou o encontro entre pesquisadores destas instituições de ensino, integrando profissionais acadêmicos de oito áreas da saúde – psicologia, enfermagem, veterinária, biologia, biomedicina, farmácia, nutrição e educação física – com os de administração, geografia, história, economia, antropologia e turismo.

Motivados por uma agência de fomento de pesquisa e atividades de extensão, representantes da UNEB e da BAHIANA elaboraram, em parceria, o projeto que se descreve aqui, cujo propósito foi [1] propiciar o desenvolvimento de tecnologias sociais capazes de reduzir os riscos da população daquela comunidade, tornando-a menos vulnerável; e [2] dar sustentabilidade às ações comunitárias a serem implementadas com apoio de uma rede social local anteriormente identificada.

Na sequência do diálogo entre as instituições de ensino superior, uma pública e outra privada sem fins lucrativos, foi constituído o Núcleo Interinstitucional Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão - NIIPE, cujo foco é o fortalecimento de redes sociais comunitárias a partir de ações integradas.

O referido projeto de pesquisa e extensão tornou-se a primeira ação do NIIPE, planejada para ter início em 2013, denominado "Meio-Ambiente, Saúde e Turismo de Base Comunitária: configuração de uma rede de articulações pela qualidade de vida no Distrito Sanitário do Cabula/Beiru, Salvador-Bahia".

Dentro do contexto da Comunidade Amazonas, que será detalhado adiante, visando ampliar a rede colaborativa integrada à comunidade, outros setores foram convidados a participar das ações planejadas, a saber, setores públicos das áreas de saúde, limpeza, meio ambiente, vigilância sanitária, dentre outros. As ações educativas e a postura investigativa se constituíram como estratégias-chave de abordagem aos sujeitos que delas participarão, de forma a que novas subjetividades sejam construídas para o enfrentamento das situações de risco e de vulnerabilidade social aos quais estão expostos.

As ações extensionistas anteriormente realizadas tanto pela UNEB, quanto pela BAHIANA na citada comunidade, já havia identificado situações de risco às quais estava submetida parte da população local, tais como: carências alimentares e de outras naturezas materiais; condições precárias de moradia, questões relativas à acessibilidade, problemas relacionados à saúde; infraestrutura; meio ambiente; educação; limpeza urbana; família; saneamento; desemprego ou chances reduzidas de obtê-lo por diversos motivos; lazer, violência e outros.

Um estudo prévio também analisou que algumas das causas dos graves problemas socioambientais locais, eram advindas da ocupação urbana, que apesar da melhoria nas edificações atuais, era marcada por autoconstruções sem critérios de segurança, degradando áreas verdes e ameaçando outras que ainda subsistem; do crescimento populacional; da distribuição desigual de renda; e outros.

Para ilustrar algumas consequências deste desordenamento, observa-se a falta de encostas, carência de áreas de lazer, saneamento básico, alagamentos, esgoto a céu aberto, valetas entupidas e falta de drenagem. A estes problemas que, de algum modo e por si só, provocam agravos e doenças, soma-se às condições de vida e riscos já citados, evidenciando-se então a forte influência desses vetores no desenvolvimento humano.

Constatou-se que este enfoque plural precisaria ser tangenciado pelo projeto de pesquisa e extensão para que mudanças pudessem ser provocadas no contexto em estudo. Foi o que levou os pesquisadores a tomar o conceito de *qualidade de vida* como eixo central, norteador as ações. Conceito que para ser trabalhado na prática, exige a participação de diversas áreas do conhecimento. Impõe-se, portanto, abordagens trans, multi e interdisciplinares, inter-setoriais e multifacetadas para que mudanças significativas – qualitativas e quantitativas – venham a ocorrer nos diversos determinantes da qualidade de vida daquela comunidade, com consequente repercussão no desenvolvimento dos sujeitos, sejam eles crianças, adolescentes, adultos e/ ou idosos.

A diretriz das ações do projeto privilegia o fortalecimento da rede social identificada na Comunidade Amazonas e estabelece um processo de trabalho em três linhas de ações interligadas: meio ambiente; saúde; geração de trabalho e renda, esta última priorizando a qualificação para o Turismo de Base Comunitária - TBC. Esta rede, composta por duas associações comunitárias, pré-escolas, creche, instituições religiosas de oito diferentes tendências, escolinha de futebol, grupo de capoeira e Pastoral da Criança, mostrou-se receptiva às ações propostas e disposta a uma participação integrada.

Para a implementação daquelas linhas de ação, foram identificados alguns elementos favoráveis como o levantamento prévio de indicadores de vulnerabilidade social, o apoio comunitário e de suas lideranças para ações interinstitucionais, receptividade à coleta seletiva do lixo e a estratégias ambientais, interesse de moradores pelo desenvolvimento do TBC, a identificação de reservas naturais no entorno da Comunidade Amazonas com resquícios de Mata Atlântica e presença de uma lagoa e pedreira que propicia a atividades de lazer e roteiros ecológicos, além de outros.

Assim sendo, o projeto em discussão visou criar formas de enfrentamento pela comunidade e sua rede social, às adversidades que interferem na sua qualidade de vida – e, por conseguinte, influenciam o desenvolvimento dos indivíduos enquanto sujeitos – com apoio da rede formada por pesquisadores, professores, estudantes, voluntários da UNEB e da BAHIANA, e gestores de órgãos públicos e privados cujas ações são de natureza afim às demandas identificadas. Juntos, comporão uma única trama, envolvendo pesquisa e extensão na qual, os conhecimentos científicos e populares dialogarão para alcançar as metas estabelecidas.

O Contexto da Ação – a comunidade Amazonas no bairro Cabula

O Distrito Sanitário do Cabula, onde está localizada a Comunidade Amazonas, *locus* do projeto em discussão, foi constituído, inicialmente, por ocupação agrícola caracterizado pelas numerosas chácaras onde se cultivava laranja. Essa região começou a sofrer alterações na década de 1950 e em 1965-1966 aconteceu a abertura da Rua Silveira Martins, principal eixo viário desta região (FERNANDES, 2003).

A Comunidade Amazonas, situada ao lado dos Colégios Estadual Governador Roberto Santos, é próxima da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública (EBMSP), do espaço de Eventos São José e do Shopping Center Master. Deste, há uma vista panorâmica para a conhecida pedreira que foi abandonada, formando ali uma Lagoa que é considerada pela comunidade como um atrativo para o seu lazer e para visita de turistas.

De acordo com o Censo 2010 (IBGE, 2011), a população total dessa comunidade era de 4.917 habitantes distribuídos em 1.688 domicílios, com ligeiro predomínio de mulheres, que equivale a 50,09%, em relação aos homens, 49,91%. A composição por cor da pele aponta um predomínio de população negra de 4.057 pessoas, ou 82,51% do total; seguida da branca de 859, ou 17,47%; e uma pessoa se declarou indígena, o que corresponde a 0,02% das pessoas que residem na área.

Quanto à estrutura etária, crianças de 0 a 14 anos representavam 24,04% da população, enquanto que a faixa etária de 15 a 64 anos – referente à população potencialmente ativa – respondia por 73,64% do total. A população idosa, entre 65 anos e mais, representava 2,32% do contingente populacional residente na área em estudo.

A faixa jovem de 15 a 29 de idade residente da área era composta por 1.449 pessoas e representava 29,47% do total da população potencialmente de idade de trabalhar, dado importante para as ações pensadas de preparação para o ingresso no campo laboral. No campo da subsistência, 37,50% dos chefes de família recebia até um salário mínimo, e 10,37% deles não possuíam rendimento. Foi identificado um percentual de 658 mulheres, ou 38,98%, como chefes de família, contra 61,02% de homens, neste mesmo papel social.

O levantamento das características estruturais dos domicílios por meio dos censos demográficos, revelou um importante insumo para a avaliação de um dos mais primordiais aspectos atrelados à qualidade de vida da população – as condições habitacionais. Os domicílios identificados tinham a finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas. Os 1.683 domicílios, ou 99,70%, contavam com energia elétrica e apenas cinco não contavam com este serviço. Sobre a forma de abastecimento de água, 99,70% das casas contavam com este serviço da rede geral, enquanto 95,68% delas contavam com esgotamento por rede geral.

No item limpeza pública, os dados mostraram que 91,47% dos domicílios contam com coleta de lixo; um dado preocupante é que em 8,47% do lixo é jogado em terreno baldio. O entendimento desta realidade encontra-se, em parte, na história de Salvador – no início da década de 1950 – quando houve a implantação de fatores de crescimento como a rápida expansão metropolitana, havendo um incremento na área central da cidade, com a construção de bairros ricos, a implantação de invasões, a ocupação dos vales, a valorização das praias como espaço residencial e o começo da expansão horizontal de Salvador.

Nesta cidade, a urbanização intensiva estava diretamente relacionada com a mudança da base econômica regional agroexportadora para acumulação de base industrial que contribuíram com a migração do campo para a cidade, gerando a concentração espacial de habitantes em Salvador. Esta cresceu inchando seu tecido urbano a mais de sua necessidade real, estabelecendo uma expansão horizontal e trazendo uma crise de habitação com ampla deficiência de serviços municipais de saúde;

educação, transporte e outros, evidenciando-se então a precariedade na qualidade de vida com o surgimento das favelas, carentes dos serviços básicos como luz, água, saneamento, coleta de lixo, o que passou a repercutir negativamente nos índices epidemiológicos das doenças infectocontagiosas e na produção da saúde da população.

A partir de 1970, pesquisadores canadenses passaram a desenvolver o conceito de ecossistema saudável, atrelando o meio ambiente à gestão integral, em uma abordagem holística e ecológica (MINAYO, 2002), valorizando desta forma as ações de promoção da saúde e de prevenção antes da instalação das doenças. A este respeito, não se trata apenas de identificar os elementos ambientais na etiologia das doenças. Ela determina a doença e discute o modo e os padrões de vida desenvolvidos pelo homem. Foi nesta perspectiva, que integra-se aspectos da qualidade de vida atrelados à saúde e dos meios que o homem tem para alcançá-los, que foram construídas as bases teóricas do projeto.

Bases Teórico-Conceituais do Projeto

Tendo em vista as demandas da comunidade, o projeto na comunidade não segue ao padrão de projetos que comumente abordam os capitais físicos, financeiros, naturais e humanos. Na visão de Abu-El-Haj (1999), o uso destes capitais integrados é otimizado quando há mobilização coletiva baseada em relações de confiança e reciprocidade da comunidade. Ou seja, na medida em que as comunidades se articulam e se engajam civicamente por meio de associativismo, de redes de solidariedade e de cooperação, estas poderão promover melhores condições para todos, constituindo-se aí o capital social.

Capital social é definido por Fukuyama (2001, p. 155) como: [...] um conjunto de valores ou normas informais partilhados por membros de um grupo que lhes permite cooperar entre si. Espera-se que os outros se comportem confiável e honestamente, os membros do grupo acabarão confiando uns nos outros. A confiança é o lubrificante, levando qualquer grupo ou organização a funcionar com maior eficiência.

Para Putnam (2000), o associativismo horizontal é o adequado, nasce de relações cívicas de confiança, de normas estabelecidas de forma participativa e integrada, incluindo a sinergia entre as ações de instituições públicas, empreendimentos privados e organizações civis permitindo a implementação de políticas públicas maximadoras do bem-estar social (PUTNAM, 2000; ABU-EL-HAJ, 1999).

A partir desse entendimento, o capital social é traduzido como resultado de atividades sociais desenvolvidas por meio de mecanismos comunitários com laços de confiança, constituindo-se assim como um bem público, pertencente à comunidade por meio da rede de relações existentes (LOTTA; MARTINS, 2004). Para Durston (2003), o capital social é um dos componentes para a superação de problemas materiais e imateriais como a erradicação da pobreza extrema, por exemplo.

O desenvolvimento está engendrado no crescimento quando este gera condições que promovam: o prolongamento da vida; o melhoramento o nível de bem-estar social das populações desfavorecidas; a

justiça social; e o equilíbrio ecológico, sem causar danos irreversíveis ao meio ambiente. Faz parte desse processo de desenvolvimento/crescimento, a produção de riquezas devendo caminhar pari passo com a harmonização entre eficiência, eficácia e efetividade econômica, e sustentabilidade ambiental, social e cultural. O lazer está inserido na lista de elementos que promovem esse bem-estar social, juntamente como o turismo.

Nesse projeto, trabalha-se com a concepção de TBC por apresentar como cerne da questão, o debate sobre quem são os verdadeiros beneficiados com o incremento do turismo. Ele é definido como uma forma de organização de turismo sustentável cujo foco principal está no bem-estar e na geração de benefícios para a comunidade receptora, que é ao mesmo tempo sujeito do processo.

Os projetos de TBC se desenvolvem de diversas formas e com diferentes estruturas e objetivos, refletindo ambientes, contextos e valores culturais próprias de cada região. No caso desta proposta, ele está atrelado à preservação do meio ambiente e aos cuidados com a saúde da comunidade, compondo uma cadeia interdisciplinar ao estudar as possibilidades do turismo na localidade, preparar a comunidade, e para isso necessariamente trabalhar sobre os fatores de vulnerabilidade ambiental, da saúde e social, tornando o contexto adequado às ações e, por fim, conscientizar sobre o reflexo disto na vida saudável favorecendo mudanças de hábitos e aumento na qualidade de vida.

Ora, para que populações participem ativamente da gestão comunitária de áreas protegidas, ou da proteção da sua própria condição de vida, um elemento mostra-se evidente a gestão participativa depende do engajamento das partes implicadas e da repartição dos benefícios produzidos (LASSANCE; PEDREIRA, 2004). A partir deste ponto de vista, são valorizadas as tecnologias sociais existentes, bem como a sua incrementação a partir de outros conhecimentos. A ciência e a cultura se encontram, nesta perspectiva, em um desenho aberto e dialógico.

Cabe afirmar que a tecnologia social se constitui como prática a partir de um processo de inovação, no qual um conhecimento é criado para atender aos problemas que enfrenta a organização ou grupo de atores envolvidos. Desta, constitui-se como um processo de inovação a ser levado a cabo, coletiva e participativamente, pelos atores interessados na construção daquele cenário desejável; a tecnologia social se aproxima de algo que também é denominado, em outro contexto, de inovação social (DAGNINO *et al.*, 2004). Tal conceito é entendido como o conjunto de atividades que pode englobar desde a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico até a introdução de novos métodos de gestão da força de trabalho e que tem como objetivo a disponibilização por uma unidade produtiva de um novo bem ou serviço para a sociedade. Uma definição construída coletivamente esclarece que as tecnologias sociais caracteriza-se pelo conjunto de técnicas e procedimentos, associados a formas de organização coletiva, que representam soluções para a inclusão social e melhoria da qualidade de vida (LASSANCE; PEDREIRA, 2004).

Sua importância reside entre outras coisas, na mobilização para a promoção da saúde entendida como algo que não é uma responsabilidade exclusiva do setor saúde, mas de todos os cidadãos, uma vez que, não se limitando à mera ausência de enfermidades, transcende o desenvolvimento de estilos de vida saudáveis e da criação de espaços de bem-estar (CATON; LARSH, 2002 *apud* SPERANDIO, 2004).

Dessa forma, e tomando como base os objetivos e o contexto do projeto implantado, novas tecnologias sociais serão construídas, voltadas para a elaboração de produtos, processos e metodologias que visem o desenvolvimento social e a ampliação da qualidade de vida da Comunidade Amazonas, fomentando o cuidado coletivo com o meio-ambiente, a conscientização das famílias para o autocuidado e o cuidado com o outro; promovendo a ampliação da empregabilidade, qualificando a mão de obra para o setor turístico e a valorização do turismo de base comunitária; estruturando espaços de lazer a partir dos saberes locais; assim como, utilizando-se de tecnologias de informação e comunicação.

Determinantes da Saúde e sua Repercussão na Organização Social

A sistematização das políticas de abordagem aos Determinantes Sociais da Saúde - DSS remonta ao ano de 2005, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) criou a *Commission on Social Determinants of Health* - CSDH. Esta teve como propósito fomentar a conscientização "sobre a importância dos determinantes sociais na situação de saúde de indivíduos e populações e sobre a necessidade do combate às iniquidades em saúde por eles geradas" (COMISSÃO NACIONAL SOBRE DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE, 2008).

As iniquidades são citadas por Whitehead (1991) como desigualdades de saúde entre grupos populacionais que além de sistemáticas e relevantes são também evitáveis, injustas e desnecessárias. Refere aquele autor, que estas iniquidades em saúde são produto de grandes desigualdades entre os diversos estratos sociais e econômicos da população brasileira, que foi classificada no ano de 2005, em 11º lugar entre as mais desiguais do mundo (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM, 2005).

Impulsionado pelos caminhos instaurados com a Reforma Sanitária, que enfatizou as políticas de promoção à saúde destacando a importância da saúde coletiva, o Brasil foi o primeiro país a criar, logo após a CSDH, a sua própria comissão, a Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde - CNDSS, mediante decreto presidencial em 2006.

O relatório gerado pelas análises tornou-se referência teórica para outros estudos. Ele aborda a situação de saúde no âmbito nacional, destacando as iniquidades oriundas dos determinantes relacionados ao indivíduo e seu comportamento denominados proximais, os denominados *intermediários*, relativos à rede social da qual participa, aos aspectos da sua condição de vida e trabalho e, por fim, aqueles chamados *distrais*, originários das macroestruturas – econômica, social e cultural. Serviu de referência à CNDSS para esta sistematização, o modelo proposto por Dahlgren e Whitehead (1991), ilustrado na Figura 1.



Figura 1 – Determinantes sociais da saúde

Fonte: Dahlgren e Whitehead, 1991.

A partir desse modelo, baseia-se o projeto interdisciplinar proposto para a Comunidade Amazonas. As implicações de suas ações, geradas em uma cadeia que envolve o indivíduo e sua rede social, deve incentivá-lo a criar formas de enfrentamento mais eficazes a riscos aos quais está submetido. Estes riscos envolvem determinantes no campo das condições de vida, saúde e trabalho, buscando apoio nas políticas públicas a partir da mobilização social.

Para exemplificar, cita-se o trabalho junto aos mobilizadores sociais da comunidade – um dos segmentos participante daquele projeto. Eles frequentam sistematicamente um dos grupos de educação em saúde que tem como objetivos a criação de hábitos saudáveis. Uma das atividades desse grupo relacionada à saúde e ao meio ambiente levou-os, junto com a equipe acadêmica executora das atividades de extensão, a uma visita de campo identificando áreas de vulnerabilidade ambiental em função do descarte indevido do lixo na comunidade Amazonas – fator que os mobilizava bastante.

Esse trabalho de extensão motivou-os a elaborar um projeto para coleta seletiva dos resíduos sólidos e para um trabalho comunitário voluntário de educação das famílias para separação do lixo doméstico descartável, enquanto mobilizadores sociais; a partir disso estabeleceram também contato com uma cooperativa de Salvador da qual serão parceiros para o direcionamento dos materiais a serem coletados, e por fim, requisitaram um órgão público para instruí-los quanto ao referido projeto.

Estão, portanto, envolvidos nessa prática, o encadeamento de alguns dos determinantes citados acima, no modelo de Dahlgren e Whitehead (1991) o qual demonstra sua pertinência para uma discussão

teórica e para o planejamento de ações efetivas em projetos de natureza interdisciplinar com o foco social, como o que aqui está sendo apresentado.

Nesses, os sujeitos e sua subjetividade – não para ser redundante, mas para enfatizá-la – são polos convergentes das múltiplas dimensões dos determinantes – proximais, intermediários e distais – sendo também eles próprios, sujeitos agente de transformação e de expansão podendo modificar esses mesmos determinantes, a partir de suas ações, comportamento e posicionamentos.

A isso Morin (2006, p. 108) chamou de "princípio da recursão organizacional" afirmando que o processo recursivo "[...] é um processo em que os produtos e os efeitos são ao mesmo tempo causas e produtores daquilo que os produziu. Para exemplificar, cita a relação indivíduo e sociedade onde esta última é fruto das interações humanas, mas ao mesmo tempo age sobre elementos que a ela constituíram".

No caso da proposta comunitária, que trata de aspectos transversais ao seu cotidiano e envolve uma rede social de mobilizadores, reconhecer a dimensão política nesta configuração e integrá-la à racionalidade científica, é essencial. De acordo com a sistematização feita pela CNDSS, é necessário legitimar o caráter essencialmente político de processos como o que se pretende na proposta interdisciplinar. Ela esclarece que no combate às iniquidades, não há contradição em considerar que as ações devam ser baseadas tanto em evidência científica quanto na mobilização e participação social; é fato a complementaridade e a mutualidade entre ambas. Reforça ainda que estabelecer redes de apoio e fortalecer a organização e participação das pessoas e das comunidades, especialmente dos grupos vulneráveis, são fundamentais para a promoção e proteção da saúde individual e coletiva que:

> [...] implica fortalecer a democratização desse processo e apoiar a atuação dos diferentes atores, particularmente daqueles que em geral estão excluídos da tomada de decisões. Implica, também, em proporcionar-lhes acesso eqüitativo a informações e conhecimentos pertinentes que ajudem a fundamentar a defesa de seus interesses. (CNDSS, 2008, p. 13).

Isso refletirá no desenvolvimento pessoal e social, correspondendo à ampliação das oportunidades de expansão das potencialidades humanas que dependem de fatores sociais e culturais como saúde, educação, comunicação, direitos e outros, e deve ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutem (SEN, 2000).

Schnitman (1996) já abordava sobre a emergência de novos fenômenos complexos a serem estudados pela ciência, interconectados com a cultura e com a subjetividade do homem humana, pois é a partir de sua subjetividade que as relações sociais se organizam.

Diante de discussões dessa natureza em projetos científicos que pretendam mudanças e transformações sociais, são decisivas no favorecimento da construção do ser a partir das ações produzidas pelos atores sociais participativos e ativos nas decisões da vida comunitária.

Considerações Finais

O processo conjugado de pesquisas e de debates interdisciplinares é indispensável na medida em que permite horizontalizar a abordagem e abrir caminhos para projetos de intervenção de repercussão coletiva. Os recursos são limitados e não se pode mais caminhar ao meio de incertezas que caracterizam políticas improvisadas, desarticuladas e de efeitos meramente sazonais. Há a necessidade de um enfoque multidimensional devido à multiplicidade de fatores que interagem formando complexas redes causais (ABRAMOVAY *et al*., 2002).

O conceito de vulnerabilidade aparece, então, como um convite pra renovar as práticas, por exemplo, de saúde, como práticas sociais e históricas, através do trabalho com diferentes setores da sociedade e da transdisciplinaridade (MUÑOZ; BERTOLOZZI, 2007). Para estas autoras, valer-se da perspectiva da vulnerabilidade permite um avanço nas alternativas concretas de intervenção, podendo ser uma porta, a Saúde Coletiva.

Tomando-se o controle da Aids como exemplo, os conceitos de grupos de risco e de comportamentos de risco foram superados, à medida que surgiam trabalhos bem sucedidos sob a ótica da vulnerabilidade, por não considerarem os diversos fatores determinantes do comportamento humano como os psicossociais, ambientais, culturais, políticos, dentre outros (AYRES *et al*., 1999; FIGUEIREDO; AYRES, 2002; PAIVA *et al.*, 2002).

De acordo com Ayres *et al*. (1999), passou-se a buscar uma mobilização para a superação dessa susceptibilidade que atingisse radicalmente as relações sociais, sem o que nunca se conseguiria modificar, de forma efetiva e sustentada, os comportamentos e práticas que precisavam ser mudados, o que justifica a ênfase dada por este trabalho a esse item.

A crise socioambiental de nosso tempo gera intensos e complexos impactos na produção de saúde-doença das populações e consequentemente na organização dos sistemas de saúde. Com a percepção desse contexto, as políticas públicas de saúde passam a considerar questões como qualidade de vida, sustentabilidade, direitos humanos, desenvolvimento local e justiça ambiental, entre outros, como essencialmente estratégicas para o desenvolvimento de suas ações (PORTO; PIVETTA, 2009). Surge, então, uma necessidade cada vez maior de produção compartilhada de conhecimento entre as áreas da ciência, envolvendo pesquisadores de diversos setores da sociedade, assim como, a participação comunitária, considerando, sobretudo a sua dimensão sócio-cultural.

Por fim, uma perspectiva que ainda não fora discutida, por não tratar diretamente do foco dos autores deste capítulo, mas que merece destaque – o da formação dos futuros profissionais envolvidos no projeto delineado, com suas características singulares e complexas. Pensar um cenário como o apresentado, composto por diversas redes – intersetoriais, intercursos e sociais – e a inserção de jovens acadêmicos vivenciando precocemente os trabalhos de extensão com os desafios e com os resultados das práticas interdisciplinares na vida real e no cotidiano de uma comunidade, representa uma oportunidade para uma formação atrelada às demandas sociais presentes nos dias atuais e, ainda, uma experiência que agrega muitas competências a qualquer que seja a profissão escolhida.

Por outro lado, para o docente, trabalhar com colegas de outras áreas e planejar coletivamente as ações, leva ao amadurecimento e senso de responsabilidade pelo outro que possibilita, aos envolvidos, o desenvolvimento da auto percepção enquanto agentes de transformação social a partir de sua prática profissional.

Deixa-se, portanto, como sugestão, o incentivo a que outras práticas se estabeleçam interconectando áreas e que pesquisas se façam nesta direção da interdisciplinaridade e da formação.

Referências

ABRAMOVAY, M. *et al*. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina**: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO, 2002. 192 p.

ABU-EL-HAJ, Jawdat. O debate em torno do capital social: uma revisão crítica. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 47, p. 65-79, set. 1999.

AYRES, J. R. *et al*. Vulnerabilidade e prevenção em tempos de Aids. In: BARBOSA, R. M.; PARKER, R. (Org.). **Sexualidades pelo avesso**: direitos, identidades e poder. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, 1999. p. 49-72.

SPERANDIO, A. M. G. (Org.). **O processo de construção da rede de municípios potencialmente saudáveis:** repensando a mobilização e a participação social. Campinas, SP: Unicamp; IPES Editorial, 2004. v. 3.

COMISSÃO NACIONAL SOBRE DETERMINANTES SOCIAIS NA SAÚDE. **As causas sociais das iniquidades em saúde no Brasil**: Relatório Final da Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS). Brasília: Fiocruz, 2008. Disponível em: <http://www.determinantes.fiocruz.br/>. Acesso em: 26 nov. 2013.

DAHLGREN, G.; WHITEHEAD, M. **Policies and strategies to promote social equity in health**. Stockholm: Institute for Future Studies, 1991.

DAGNINO, Renato Peixoto; BRANDÃO, Flávio Cruvinel; NOVAES, Henrique Tahan. Sobre o marco analítico conceitual da tecnologia social. In: LASSANCE JR. Antônio E. *et al.* **Tecnologia social**: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p. 15-64. Disponível em: <http://www.ige.unicamp.br/site/htm/19.php?local=6HYPERLINK "http://www.ige.unicamp.br/site/htm/19.php?local=6&"&docente=138>. Acesso em: 16 set. 2010.

DURSTON, J. Capital social, parte del problema, parte de la solución, su papel en la persistência y en la superación de la pobreza en América Latina y el Caribe. In: ATRIA, R. **Capital social y reduccion de la pobreza em la América y el Caribe, en busca de un nuevo paradigma**. Santiago do Chile: Naciones Unidas, 2003.

FERNANDES, Rosali Braga. **Las políticas de la vivienda em la ciudad de Salvador e los processos de urbanización popular em el caso del Cabula**. Feira de Santana: UEFS, 2003. p.173-176.

FIGUEIREDO, R.; AYRES, J.R .C .M . Intervenção comunitária e redução da vulnerabilidade de mulheres às DST/Aids em São Paulo, SP. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 36, n. 4, p. 1-17, 2002.

FUKUYAMA, Francis. Capital social. In: HARRISON, L.E.; HUNTINGTON, S.P. **A cultura importa**. São Paulo: Record, 2001.

[IBGE] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Microdados do Universo do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2011.

LASSANCE JR, Antonio E.; PEDREIRA, Juçara Santiago. Tecnologias sociais e políticas públicas. In: _____ *et al*. **Tecnologia social**: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

LOTTA, Gabriela; MARTINS, Rafael. **Capital social e redes sociais, uma alternativa para análise da política pública de educação em Icapuí-CE**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA ENAPG DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DA PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO –ANPAD, 1., 2004, Rio de Janeiro: **Anais**... Rio de janeiro: ANPAD, 2004.

MINAYO, M. C. Enfoque ecossistêmico de saúde e qualidade de vida. In: _____;

MIRANDA, A. C. (Org.). **Saúde e ambiente sustentável**: estreitando nós. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Trad. Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2006. 120 p.

MUÑOZ SÁNCHEZ, A. I.; BERTOLOZZI, M. R . Pode o conceito de vulnerabilidade apoiar a construção do conhecimento em Saúde Coletiva? **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 319-324, 2007.

PAIVA, V.; PERES, C.; BLESSA, C. Jovens e adolescentes em tempos de AIDS: reflexões sobre uma década de trabalho de prevenção. **Rev. Psicologia USP**, São Paulo, v. 13, n. 1, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?>. Acesso em: 12 ago. 2003.

PORTO, M.F.S.; PIVETTA, F. Por uma promoção da saúde emancipatória em territórios urbanos vulneráveis. In: CZERESNIA, D.; FREITAS C. M.(Org.) . **Promoção da saúde**: conceitos, reflexões, tendências. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia, a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SCHNITMAN, Dora Fried (Org.). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM. **Human Development Report 2005**. New York: International Cooperation at a Crossroads, 2005.

WHITEHEAD, M. **The concept and principles of equity and health**. Washington DC: Pan American Health Organization, 1991.

23 HISTÓRIA DA LOCALIDADE DO CABULA COMO COMPONENTE FUNDAMENTAL AO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Luciana Conceição de Almeida Martins / Helaine Pereira de Souza

Introdução

As discussões e estudos realizados sobre a construção do Turismo de Base Comunitária - TBC nas comunidades apontam para a importância e necessidade dos conhecimentos sócio-históricos. As manifestações culturais, os sinais de resistência por meio das práticas tradicionais e memória, a presença do patrimônio cultural são componentes do processo de vivência das comunidades, mas estes e outros fatores são compreensíveis se articulado ao consistente e crítico conhecimento histórico.

Trabalhar com a história da localidade do Cabula não é uma tarefa fácil, pois trata-se de evidenciar contextos sócio-históricos que durante séculos foram rechaçados pela historiografia vigente, cuja influência positivista vislumbrou enaltecer os "grandes acontecimentos", "os grandes personagens", as causas mais direcionadas às questões políticas e aos feitos governamentais, sem que houvesse destaque para a população mais carente e sua construção histórica.

O ato de conhecer a história contribui para a construção da consciência crítica e posicionamento político dos sujeitos históricos. Neste sentido, os bairros populares da cidade do Salvador, assim como de outras cidades brasileiras, mesmo que históricos, sempre foram tratados de forma secundária quando se refere à avaliação da sua contribuição ao patrimônio histórico e cultural brasileiro. A localidade do Cabula é um exemplo, situada na região conhecida como Miolo da cidade do Salvador, e compõe um destes bairros de ocupação antiga e histórica, mas que não tem relevância, nem representatividade no contexto da História da Bahia que é difundida socialmente.

Com base nos estudos realizados até o momento, há indícios de que o Cabula foi ocupado desde o início da colonização, já que se tratava de uma região localizada a pouco mais que cinco quilômetros do primeiro Núcleo Urbano de Salvador, e mais ou menos com a mesma distância da Baía. Tratava-se de uma localidade com muitas colinas e morros elevados, originalmente com Mata Atlântica fechada, rios e pântanos. A região já era ocupada por aldeias Tupinambás, que logo passaram a acolher ou ao menos permitir, que negros fugidos da escravidão iniciassem a construção de quilombos (FERNANDES, 2004).

É a história do quilombo do Cabula como mais um subsídio para a construção do turismo de base comunitária da localidade, que se pretende discutir neste artigo, salientando que não é proposta esgotar o tema. Para tal, elencou-se questões que nortearão o presente estudo e corresponderá à lógica textual a ser apresentada, como: Qual a compreensão do contexto sócio-histórico da Bahia no início do século XIX? Qual a organização, tensões e resistências são identificadas na localidade do Cabula e seu entorno no referido contexto? Como as discussões e desvelar histórico podem contribuir para o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária do Cabula e entorno?

As questões foram discutidas nos tópicos que seguem, assim, no primeiro tópico, apresenta-se a Bahia do início do século XIX e seus aspectos econômicos e sociais. Aqui, busca-se pensar como a escravidão modela o cotidiano. Para o segundo tópico, a região do Cabula como *locus* de resistência. Ainda que a "História Oficial" negligencie a relevância deste espaço e a periferize, não se pode deixar de ressaltar as diversas manifestações sociais, culturais e de resistência negra que marcaram e marcam as dinâmicas locais, os movimentos da população e que em muito pode contribui para uma compreensão mais abrangente da História da Bahia.

No terceiro e último tópico, trata-se de como aspectos sócio-históricos podem ser elementos potencializadores para o desenvolvimento do turismo de base comunitária. E como podem contribuir para autonomia e autoestima dos sujeitos históricos.

O Contexto Sócio-Histórico da Bahia no Início do Século XIX

Para Antônio Risério (2004), já fazia algum tempo que, para a Inglaterra, o Brasil se tornara mais importante que Portugal. Na Bahia, o açúcar protagonizava o cenário econômico. No entanto, o autor aponta que a expansão da indústria açucareira não significa tempos plenos de bonança. Convivia-se com

a pobreza, a escassez de alimentos que não atingiam apenas a população cativa. Terreno propício para o agravamento das tensões sociais.

Mattoso (1992) afirma que esse *boom* açucareiro, vivido entre o fim do século XVIII e início do século XIX, impulsionou um crescimento populacional contínuo, nas primeiras décadas do século XIX, apontando para as grandes massas de escravizados trazidos, em geral da África Ocidental. Somando-se ao número de imigrantes que cresce com a transmigração da Corte Portuguesa para sua colônia na América, 1808.

Ainda para Mattoso (1992), não é tarefa fácil estimar a população baiana, no período. Os recenseamentos ora subestimam o crescimento populacional, ora superestimam. Para a autora, faz-se necessário um desdobramento sobre os documentos paroquiais. Para, além disso, esses dados, no geral, não são precisos no que se refere à população livre e cativa.

O que para o historiador Reis (2003) seria um importante elemento para contextualizar esse período, afinal a matriz estrutural da sociedade e economia colonial no início do século XIX era representada a partir da relação senhor-escravo, mas tais bases estruturais nas relações não implicam em uma concepção histórica fechada e fragmentada, há de ser considerado a dinâmica e o paradoxo no seio socioeconômico, como exemplifica o autor:

> Os escravos, por exemplo, não eram propriedade apenas dos grandes senhores de engenho e negociantes urbanos – aqueles que poderíamos chamar estreitamente de 'Classe dominante'–, pois seus donos estavam espalhados por diversas classes e setores sociais. Havia até raros casos de escravos que possuíam outros escravos, um paradoxo surpreendentemente radical do escravismo (REIS, 2003, p. 20).

Ainda nesse complexo contexto, Reis (2003) aponta que ter um escravo não significa luxo, embora essa ideia ainda hoje seja difundida na historiografia. Possuir ao menos um escravo, por vezes, era condição de sobrevivência e sustento. O autor informa que a maioria dos senhores de escravos possuíam até dez cativos, o que se justifica pelo elevado preço que um escravizado custava. Tal cenário dimensiona que a bandeira escravista não era apenas ideologia das classes mais abastadas, compondo a mentalidade da maior parte da população, no período.

A escravidão marcava a hierarquia dessa sociedade. Mas, na base da pirâmide social, não estavam apenas escravos. A estes somava-se moradores de ruas e vagabundos. Reis (2003) analisando Mattoso pondera que os últimos poderiam ser mais miseráveis que os primeiros. No entanto, salienta que a mobilidade social mesmo não podendo ser considerada comum, não era impossível de acontecer. Em outras palavras, não era impossível receber a alforria, e assim deixar de ser escravo e mais tarde passar a ser senhor de escravo, como já dito.

O processo de escravidão que impregnava a Bahia e em especial a cidade do Salvador, e que representou por meio do seu Porto, um pólo receptor de negros escravizados no início do século XIX, instigou a proliferação de movimentos de resistência que podem ser verificadas na manutenção de tradições de raízes africana que foram re-interpretadas nestas terras, como: práticas tradicionais de

crença, consideradas pejorativamente pelos colonos como atos supersticiosos de feitiçaria, batuques e ritmos próprios dos grupos negros, organização de comunidades quilombolas, dentre outras.

A vivência dos negros, sua implicação e posicionamento no seio social, mesmo que velado pela historiografia, foi tão representativo no momento histórico estudado, que o cronista Luís dos Santos Vilhena (1969) ao relatar em cartas o cotidiano da cidade do Salvador no final do século XVIII, destaca a constante movimentação e manifestação cultural dos negros com certa acessibilidade. Assim, diante da sua concepção eurocêntrica e discriminatória, própria da sociedade senhorial, o cronista critica a política local por permitir tal espaço aos escravizados, e pontua:

> Por outro princípio não parece ser muito acêrto em política, o tolerar que pelas ruas, e terreiros da cidade façam multidões de negros de um, e outro sexo, os seus batuques bárbaros a toque de muitos, e horrorosos atabaques, dançando desonestamente, e cantando canções gentílicas, falando línguas diversas, e isto com alaridos tão horrendos, e dissonantes que causam mêdo, e estranheza, ainda aos mais afoitos, na ponderação de conseqüências que dali podem provir, atendendo ao já referido número de escravos que há na Bahia [...] (VILHENA, 1969, p. 134).

Essa citação reflete uma situação de temor que não é apenas do cronista, mas reflexo da camada social opressora, tanto pela expressão que não é só cultural dos negros, que flui na vivência da cidade do Salvador, quanto pelo número crescente destes na sociedade. É a contradição, a dialética promulgada neste contexto social, em que era perceptível a dependência dos senhores e da elite político-social em geral pela mão de obra dos cativos, mas por outro lado, a potencialização desta, ocasionavam movimentos de identificação com a situação de opressão, repulsa a condição de oprimidos e consequentemente revoltas.

Ainda segundo Vilhena (1969), os negros escravizados da cidade assumiam postura altiva, autônoma e de desrespeito aos brancos, o que para este deveria instigar ações mais ríspidas das autoridades.

Reis (2008) argumenta que a dependência pela mão-de-obra cativa nas lavouras foi um dos fatores que motivou a intensificação do tráfico, e que a maior familiaridade dos negros africanos com a colônia possibilitou sua locomoção com maior desenvoltura tanto pelas ruas da capital e seus subúrbios, quanto pelo recôncavo e interior. Tal familiaridade pode ser considerada como mais um dos fatores que fortaleceu o processo de resistência escrava na Bahia.

O fato é que as tensões sociais estavam se tornando uma constância, ao ponto que no início do século XIX, já sob o governo de D. João Saldanha da Gama Mello e Torres Guedes de Brito, o 6º Conde da Ponte, era perceptível uma política administrativa dedicada a questões que objetivavam o controle sobre os negros escravizados e a formas de evitar práticas de rebeldia.

Segundo Reis (2008), o referido governador da Província da Bahia implementou ações como: ataques e destruição a quilombos do interior da província e dos subúrbios da cidade; a perseguição de práticas tidas por "supersticiosas", ou feitiçaria; a proibição de batuques de qualquer ordem; e punições incluindo castigos físicos, como o exemplo do "o toque de recolher às ave-marias para todo escravo que

não levasse um salvo-conduto do senhor explicitando a razão para circular depois dessa hora. A punição prevista era de 150 chicotadas." (REIS, 2008, p. 107).

É nesse cenário cuja população é pauperizada, e com elevado número de homens escravizados, que funcionará como um campo de pólvora, borbulhando conflitos sociais, que alcançam a região estudada do Cabula e entorno.

A Localidade o Cabula: uma história de resistência, tensões e superações

Atualmente, em 2013, presencia-se a expansão e ocupação vertiginosa do bairro do Cabula, são fatores que evidenciam a força do capitalismo, que demarca território destruindo e desmatando a natureza, ocasionando um desequilíbrio que vai do natural ao social. Contudo, são nestes momentos críticos que o sentido da história aflora no seio das comunidades, e os instiga na busca por conhecer mais profundamente os aspectos que ficaram obscuros em função de uma historiografia que não beneficiava a história regional e local. Neste sentido, questiona-se: O que se conhece sobre a história do Cabula? Qual a contribuição o desvelar histórico desta localidade poderá oferecer a história da Bahia e do Brasil? Como a comunidade local e do seu entorno organiza sua história e a difundi?

Para tentar discutir sobre a história do Cabula, é importante ressaltar os aspectos e impressões da própria comunidade residente do local, que ao se reportar à história, refere-se á localidade como de importante destaque à economia baiana, na medida em que contribuía para a produção agroexportadora. De fato, até os anos de 1940, a localidade do Cabula era caracterizada como uma extensa área verde que se encontrava nos arredores da cidade do Salvador, formada por fazendas cuja principal produção era laranja (FERNANDES, 2004). Contudo, esse destaque pertence a uma abordagem da história recente do Cabula, mas é importante ressaltar que a localidade poderá oferecer mais contribuições à historiografia baiana do que o que se tem desvelado até o momento.

Sabe-se que o Cabula foi palco de manifestações sociais, culturais e de resistência negra, que ao longo da história abrigou, em suas propícias matas, quilombos com forte potencial para agregação, organização e tensões que marcaram a trajetória da comunidade negra. Como exemplo, cita-se:

1. O quilombo Cabula, palco de lutas ferrenhas que terminou com a prisão da notável negra sacerdotisa Nicácia, uma mulata que representava importante liderança feminina e referência religiosa no quilombo (REIS, 2003);
2. O Beirú, hoje também denominado Tancredo Neves, mas ainda conhecido pelos locais como Beirú, considerado como parte do Cabula histórico e de fato tido como entorno, foi área chefiada, e depois de propriedade do negro angola conhecido como Beirú, sua liderança e ação ainda repercutem nos dias atuais. Suspeita-se que durante o período colonial, o local pode ter sido passagem ou ponto de confluência com o quilombo "Buraco do Tatu", e

3. O quilombo do Urubu cuja principal referência é a negra Zeferina, e que está mais associado ao Bairro de Pirajá, mas com estreita relação e passagens pelo Cabula, e, além disso, sempre relacionado ao Cabula por diversos tipos de práticas comuns de resistência.

Como se percebe, são variados os indícios de manifestações e tensões quilombolas presentes na localidade do Cabula, que desde o século XVIII aparece nos relatos de Vilhena (1969, p. 226) como importante ponto de passagem, um ponto estratégico, mais especificamente estrada:

> Três são as estradas, que dão entrada na cidade; e vem a ser a das Boiadas, a das Brotas, em que se incorpora a do Cabula, e a do Rio Vermelho. Todas elas vêm saindo a cada passo em gargantas, sem desvio para um ou outro lado [...].

Neste artigo, definiu-se abordar apenas quilombo do Cabula, na tentativa de significar uma história social que durante séculos ficou apagada da memória historiográfica, e que, consequentemente, reflete na ausência de conhecimentos e interesse de moradores locais da contemporaneidade.

O quilombo do Cabula foi devastado no dia 30 de março de 1807 por ordem do governador da Província da Bahia, o já citado D. João de Saldanha da Gama Mello e Torres Guedes de Brito, o 6º Conde da Ponte, que convocou ajuda do Sr. Severino da Silva Lessa, capitão-mor de Entradas e Assaltos da cidade. Foi uma operação de porte e articulada, que contou com a participação de soldados da tropa de linha, bem armados, capitães do mato selecionados e cabos de polícia.[1] Foi uma força tarefa determinada, e pelo que se analisa do documento histórico, bem informado, já que não foi um ataque aleatório, mas fruto de diversas ações que vinham sendo implementadas pelo Conde da Ponte durante sua administração.

A preocupação com os quilombos que se chama de urbanos era frequente neste momento histórico, e está expressa nas inúmeras ordens régias que refletem o medo e insegurança nos principais centros urbanos do Brasil. No caso específico de Salvador, fica evidenciado que a formação de quilombos nos subúrbios da cidade alertava as autoridades para duas possíveis situações. A primeira foi quanto à incitação de fugas de escravos, ocasionando prejuízos para os seus senhores. Foi com essa justificativa que o Conde da Ponte (Bahia, 7 de abril de 1807)[2] empreendeu a destruição ao quilombo do Cabula, argumentando que:

> [...] eram innumeráveis (sic) os ajuntamentos desta qualidade de gente, os quaes (sic) dirigidos Por mãos de industriozos (sic) impostores alliciavão (sic) os crédulos, os vadios, os supersticiozos (sic), os coubadôres (sic), os criminózos (sic), e os adoentados, e com huma (sic) liberdade absoluta, danças, vestuários caprichosos, remédios fingidos, bênçãos e orações fanáticas, folgavão (sic), comião (sic), e se

1 Documento:"Ofício do Governador Conde da Ponte para o Visconde de Anadia […], Bahia, 7 de abril de 1807", Arquivo Histórico Ultramarino, in Baía, cx. 149, doc. 29815, Lisboa.

2 Idem, ibidem.

> regalavão (sic) com a mais escancarada offença (sic) de todos os direitos, leys (sic), ordens e publica quietação.

Como se verifica, a vida no quilombo do Cabula era dinâmica, organizada e não estava desvinculada da cidade, com sinais característicos da religiosidade afro-brasileira, em que se cuidava de ministrar curas do corpo e da alma, com realização de festejos regados a danças, vestuários caprichados e comidas, ao ponto que atraia moradores da cidade pertencentes a camada popular com perfis e interesses diversificados, que buscavam nesses locais refúgio não só da opressão material imposta pela classe senhorial dominante, mas também alento e cura espiritual.

A segunda situação foi sobre o perigo que os quilombos poderiam proporcionar à elite senhorial e administrativa da cidade, uma vez que estes se tornavam organizados, numerosos e frequentados por diversificados moradores, era um sinal de resistência à escravidão, que uma vez fortalecida poderia se tornar perigosa á sociedade escravocrata.

De acordo com os motivos supracitados, tornou-se uma questão de honra para a elite administrativa a destruição do quilombo do Cabula e de outros quilombos urbanos. No processo de devassa, foram presas 78 pessoas, entre escravos fugidos e negros forros. Houve resistência e alguns feridos.

Os homens aprisionados foram encaminhados para o "Arsenal" trabalhar nas "reaes obras", enquanto que as mulheres foram para a cadeia da cidade. Segundo o historiador Reis (2003), dentre as mulheres do quilombo do Cabula, a negra Nicácia, sacerdotisa e mulata, se destaca dentre os aprisionados e é exibida em uma carroça junto aos seus companheiros, pelas ruas da cidade.

Para o Governador, a ação representou um exemplo para se evitar novos casos de fuga de escravos. Em resposta aos esforços da administração avassaladora do Conde da Ponte, no corrente ano, a coroa portuguesa, por meio do Visconde de Anadia, elogia as ações de devassa aos quilombos, considerando-as acertadas, prudentes e realizadas com eficácia. É a legitimação das atrocidades cometidas por este gestor.

Como se observa, a história do quilombo Cabula reflete o contexto de instabilidade social, insegurança e tensões da Província da Bahia, que neste início de século XIX ficou conhecida nacionalmente como a que possuía os escravos mais rebeldes (REIS, 2003). Neste sentido, defende-se aqui que desvelar a história do Cabula é difundir a contribuição dos povos negros, provavelmente em parceria com os indígenas, na construção das raízes da referida localidade, que ainda hoje mantém características, hábitos, manifestações culturais que reportam ao momento histórico mais remoto, também salientar que a construção e conscientização de uma história social são essenciais e prioritárias na construção e consolidação do turismo de base comunitária, enquanto modelo de organização socioprodutiva-cultural.

Aspecto Sócio-Histórico como Elemento Fundamental ao Desenvolvimento do TBC

Como foi sinalizado no tópico anterior, a compreensão sócio histórica local é fator essencial para o desenvolvimento do turismo de base comunitária de uma determinada localidade.

Concebe-se que para que haja uma construção coletiva e autônoma do turismo, é imprescindível a clareza sobre os processos de construção histórica, que contribui para que ocorra maior identificação da comunidade com a proposta de turismo, já que a consciência histórica pode potencializar uma autonomia nos sujeitos sociais, na medida em que possibilita posturas mais críticas e ativas no âmbito social.

Nessa perspectiva, busca-se inicialmente entender o turismo de base comunitária, e posteriormente, ressaltar em seu âmago a relação e importância da significação do contexto da história social local, para que a comunidade engajada nessa nova forma de organizar o turismo sinta-se autores e coautores neste processo que é de construção coletiva.

Historicamente, o turismo vem representando um fenômeno que está relacionado diretamente ao setor econômico, que tem seu crescimento norteado pelo mercado e pelos interesses dos grandes capitais nacionais e internacionais (MENDONÇA; IRVING, 2009), neste não há um destaque para que outros sujeitos envolvidos no processo sejam contemplados. É uma abordagem que pouco valoriza a autenticidade local, com seus costumes, sua práxis de convivência, sua história próxima, fruto de práticas passadas. São enaltecidos aspectos que oferecem uma rentabilidade imediata ao empresário, mesmo que para isso haja a exploração e expropriação do patrimônio Cultural de certas localidades.

Na contramão desse turismo convencional, situa-se o Turismo de Base Comunitária - TBC, que pode ser definido como uma forma de organizar o turismo, cuja premissa é destacar a participação da comunidade em todo o processo de organização coletiva. Assim, esta possui controle efetivo sobre o desenvolvimento e gestão, e fica evidente o envolvimento participativo dos sujeitos engajados, afim de que os projetos de turismo possam proporcionar maior parte dos seus benefícios para as comunidades (MARTINS *et al.*, 2013).

Nesse sentido, a organização do turismo é cooperativista e ativista, compondo assim uma rede de relacionamentos, no qual os diálogos se estabelecem entre os atores sociais, que reunidos e engajados constroem sua proposta de turismo. É o momento em que a comunidade, em colaboração, dialogam em prol do turismo. A seleção dos roteiros, a oferta de serviços, a qualificação dos receptivos, dentre outros, são norteados e praticados pela comunidade.

O TBC em sua essência é comunitário, mas nem todo Turismo Comunitário é de base comunitária. O turismo comunitário é realizado em comunidades, contudo, pode ser organizado por uma agência ou pessoas externas á comunidade. Ter a base comunitária implica na convivência com a natureza da comunidade, que traz em si princípios, valores, normas e instituições com forma própria de organização e convivência, onde se busca assegurar o bem-estar comum e garantir a sobrevivência de seus membros,

preservando sua própria identidade cultural e sócio-histórica (MALDONADO, 2009). Destaca-se assim que no processo de desenvolvimento do TBC o principal destaque é para a vivência da população, para o que se pode oferecer na sua trajetória, como cita:

> [...] o TBC tem na sua base de sustentação iniciativas com aspectos ambientais, sociais, históricos e culturais, onde o principal destaque é para o modo de vida da população local, abrangendo aí a religião, etnia, gastronomia, danças, artes manuais, musicais, visuais e cênicas, manifestações folclóricas, dentre outras práticas cívicas e políticas. Trata-se então de uma alternativa de renda complementar para as atividades tradicionais já praticadas por atores sociais em seu processo de construção social coletiva. (SILVA; MARTINS, 2012, p. 64).

Para que os aspectos da vivência dos sujeitos em comunidades possam potencializar atrativos para a consciência coletiva local e também para o visitante, o conhecimento da história é imprescindível, já que para os visitantes não basta apenas relatos míticos ou folclóricos da localidade, é importante uma análise e articulação dos conhecimentos propriamente históricos.

Nessa perspectiva, defende-se que a produção histórica é fruto da problematização, existente na relação dialógica e dialética entre o historiador, seu contexto de existência e suas fontes, assim, a história não é só o estudo do passado, mas das possíveis relações entre passado e presente nos seus devidos contextos de épocas, ela representa "[...] um conjunto de prática, resultado e relatório, coerente a partir da atitude do historiador e sua observação do passado" (MATTA, 2006, p. 51). No que se refere à observação do passado problematizado neste artigo, não se pode negar as experiências vivenciadas pelos sujeitos que atuam coletivamente para a construção da história. Nesse sentido, Gramsci (1978) afirma que todo ato histórico não pode deixar de ser realizado pelo homem coletivo na busca de uma concepção de mundo, isso implica em trajetórias de lutas construídas por meio de contradições do contexto de vivência cotidiana.

Pensar a história dessa forma é considerar sua complexidade e intencionalidade, que abre para o pesquisador um vasto campo de possibilidades de investigação, e um compromisso com a aplicação da produção histórica no âmbito social. Neste aspecto, o turismo de base comunitária apresenta-se como um campo potencializador da construção coletiva da história e também propício à sua difusão.

Considerações Finais

Embora pouco analisada no campo historiográfico, a localidade do Cabula e entorno instiga interesse no seu desvelar, tanto pela comunidade que reside no local, quanto pelos pesquisadores do campo da história. Atualmente, as ações de mobilização para o turismo de base comunitária em algumas localidades do seu entorno vem despertando na comunidade a intenção de aprofundar em conhecimentos

que vão além do que foi difundido até o momento, e neste sentido, os momentos históricos mais remotos emergem como possibilidade de a novas pesquisas.

O estudo sobre o quilombo do Cabula foi motivado pela demanda das comunidades, e como foi mencionado, não representa uma atividade de pesquisa fácil, pois embora alguns autores o citem, não se conseguiu construir uma compreensão histórica consistente, isso devido às raras fontes documentais e às péssimas condições de conservação de documentos dos nossos arquivos. Contudo, a presença remanescente deste momento histórico se mantém nos processos cotidianos de tensões, resistências, tradições de matrizes africanas, dentre outros.

Referências

FERNANDES, Rosali Braga. Evolução histórica do Cabula: um bairro popular da cidade do Salvador. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA, 5., 2001, Salvador. **Anais**... Salvador: Fundação Gregório de Mattos, 2004. v. 2, p. 885-892.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. 3. ed. Trad. C.N. Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênesis, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MARTINS, Luciana Conceição de Almeida; SILVA, F. P. S.; DÉJARDIN, Isabelle P. Reflexões sobre a importância da investigação histórica para o ecoturismo e o Turismo de Base Comunitária. **El Periplo Sustentable**, México, v. 14, p. 187-207, 2013.

MATTA, A. E. R. **Tecnologias de aprendizagem em rede e ensino de História**: utilizando comunidades de aprendizagem e hipercomposição. Brasília: Líber Livro, 2006.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia, século XIX**: uma província do Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MENDONÇA, M. T.; IRVING, M. A. Realidades e desafios na construção de projetos Turísticos de Base Comunitária. In: TREVISAN, S.D.P. (Org.). **Comunidades sustentáveis a partir do turismo com base local**. Ilhéus: Editus, 2009.

REIS, J. J. Dono da terra chegou, cento e cincoenta acabou?: notas sobre resistência e controle dos escravos na Bahia, que recebeu a Família Real em 1808. **Revista USP**, São Paulo, v. 79, p. 106-117, 2008.

_____. **Rebelião escrava no Brasil**: a história do levante dos malês em 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RISÉRIO, A. **Uma história da cidade da Bahia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Versal, 2004.

SILVA, F. P. S.; MARTINS, Luciana Conceição de Almeida. Mergulhando em memórias, tecendo culturas e construindo histórias: o diálogo entre a história e o turismo de base comunitária. **Revista Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 1, p. 61-70, 2012.

VILHENA, Luis dos Santos. **A Bahia no século XVIII**. Bahia: Ed. Itapuã, 1969. v. 1.

24 | PRÁTICAS CULTURAIS E PROTAGONISMO COMUNITÁRIO possibilidades de convergência entre o candomblé, a capoeira e o turismo de base comunitária

Natalia Coimbra de Sá / Luciano Campos Reis Junior /
Ana Paula da Cruz Araújo / Naiara Corôa Xavier

Introdução

O presente artigo consiste em relato de pesquisa em desenvolvimento, que está sendo realizada no âmbito do programa de iniciação científica pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Esta proposta vincula-se ao projeto multidisciplinar "Turismo de Base Comunitária na Região do Cabula e entorno: processo de incubação de operadora de receptivos populares especializada em roteiros turísticos alternativos", realizado pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/UNEB), e conta com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), desde 2010.

Trata-se de um estudo exploratório sobre práticas culturais e de hospitalidade observadas nas comunidades de alguns bairros do Cabula e seu entorno. Por meio de metodologia participativa que contou, desde o início das atividades, com a realização de visitas às comunidades, rodas de conversa, encontros nos bairros e na universidade, eventos de extensão e entrevistas; e pesquisa bibliográfica e documental, os estudantes e professores envolvidos com o projeto, alguns residentes nos bairros do entorno da universidade, buscaram identificar algumas práticas culturais que são valorizadas tanto pelos moradores locais – principalmente aqueles que se mostraram mais interessados no desenvolvimento do turismo de base comunitária em seus bairros – quanto pelas próprias dinâmicas da atividade turística já praticada na cidade de Salvador.

Diante desse cenário, a capoeira e o candomblé – compreendidos como processos complexos que reúnem elementos sociais, culturais, religiosos e políticos – nos bairros de Mata Escura, São Gonçalo e Beiru/Tancredo Neves, passam a ser o objeto empírico do estudo que se encontra em desenvolvimento. E que tem como objetivo principal realizar o levantamento e análise de suas práticas culturais visando contribuir para a construção de dinâmicas mais sustentáveis, eficazes e eficientes para a inserção da comunidade na atividade turística de base comunitária, pautada nos princípios da solidariedade, do cooperativismo e do empoderamento dos agentes locais, incluindo a valorização do turismo como um tipo de produção associada às atividades econômicas já observadas nas localidades e não como uma alternativa "salvadora", ou mais valorizada que as demais.

Essa é uma perspectiva nova, mas de fundamental importância, uma vez que justifica-se por lançar um olhar cuidadoso para uma área central da cidade do ponto de vista geográfico, mas periférica do ponto de vista dos esforços governamentais e de estigmatização pela mídia soteropolitana, discutindo com e nas comunidades o potencial turístico de sua região, principalmente sua diversidade ambiental, histórica e cultural. Esta realidade tem seus rebatimentos na própria organização do turismo na capital baiana:

> A área delimitada pelo projeto vem sendo inserida, de forma pontual, nos roteiros turísticos convencionais comercializados desde a década de 1950 por operadoras de turismo. Estas incluem apenas alguns restaurantes e terreiros de candomblé desta localidade e sua população é alijada das benesses promovidas pela atividade turística que vem sendo desenvolvida, predominantemente, na área litorânea da cidade, contemplando assim o turismo de sol e praia (SILVA; SÁ, 2012, p. 7).

Portanto, partindo desses pressupostos, o que se propõe é uma análise que parte da importância do Turismo de Base Comunitária (TBC) como uma nova forma de se pensar o turismo, uma alternativa aos modelos de turismo convencionais, que são focados na maximização dos benefícios apenas para os agentes tradicionais de mercado – grandes operadoras e agências de viagens, meios de hospedagem localizados em bairros nobres, restaurantes badalados e, muitas vezes, empresas que enviam o lucro gerado para outros estados ou mesmo países, em detrimento dos moradores locais que são utilizados apenas como atrativos ou recursos turísticos objetificados, para mostrar sua cultura aos turistas e visitantes, sem obter ganhos representativos com o desenvolvimento da atividade.

Com o TBC, as comunidades locais fazem parte ativa e decisiva na concepção, planejamento e desenvolvimento do turismo em suas localidades, e não apenas elementos de legitimação de formas de turismo impostas a partir de estruturas de poder que funcionam hierarquicamente, de cima para baixo. Neste processo efetivamente participativo, as experiências, vivências e contextos dos moradores locais irão contribuir para o próprio processo decisório e de formatação dos produtos turísticos a serem oferecidos, determinando onde, como e quando eles serão comercializados, de uma forma autossustentável. E, conforme dito anteriormente, a capoeira e o candomblé são elementos fundamentais nesta configuração.

Assim, a seguir, apresenta-se a proposta de TBC pretendida pelo presente projeto; as práticas culturais selecionadas para análise – com foco no candomblé, na capoeira e sua importância para uma proposta de turismo de base comunitária pautado nos princípios da hospitalidade; e, por fim, contextualiza-se os bairros da Mata Escura, de São Gonçalo e do Beiru/Tancredo Neves, focando alguns espaços comunitários de práticas culturais que demonstram possibilidades de diálogo com o TBC: o terreiro do Bate Folha, o terreiro do Ilê Axé Opô Afonjá e os grupos de capoeira Vôo do Morcego e Topázio, localizados em cada um dos respectivos bairros.

O Turismo de Base Comunitária: novas possibilidades

O turismo é uma das principais atividades econômicas na sociedade atual e, ao mesmo tempo, trata-se de um fenômeno sociocultural que existe desde os primórdios da civilização (DIAS, 2003). Uma dimensão não pode ser pensada de forma isolada da outra. Muito se tem discutido a respeito da expansão e desenvolvimento do turismo por todo o planeta. Discursos são elaborados contra ou a favor. Uns defendem o turismo como uma fonte milagrosa para a geração de emprego e renda e distribuição da riqueza. Outros o criticam como o grande vilão que passa como um rolo compressor por todos os cantos do mundo, desde metrópoles até vilas remotas, destruindo em seu caminho cultura e natureza locais (SÁ, 2007).

Uma questão de destaque é a forma como o turismo se apropria da cultura, a exemplo do que ocorre com o meio ambiente, como uma de suas matérias-primas e acaba por considerá-la apenas como um diferencial, algo que agrega valor aos destinos turísticos, ignorando seus complexos e dinâmicos processos de transformação e ressignificação. No entanto, esse cenário não é de simples compreensão.

E essas discussões podem e devem ser inseridas nas discussões mais amplas a respeito das rápidas transformações pelas quais tanto a economia quanto a sociedade – e aí se inserem o turismo e a cultura – estão passando na contemporaneidade. Fluxos financeiros de pessoas e de informações, compressão do tempo e espaço, constituição de redes mundiais, evolução e barateamento dos transportes e comunicações, identidades múltiplas, fragmentadas, negociadas, híbridas, possibilidades de socialização inimagináveis de um lado e fundamentalismos do outro, entre outras discussões não podem ser deixadas

de lado, pois é este contexto que o turismo e a cultura também ajudam a construir e ao mesmo tempo sofrem sua influência nas suas próprias configurações (SÁ, 2007).

Diante desse cenário, verifica-se a predominância de modelos de turismo convencional, aplicados em qualquer localidade, independente de suas características particulares, que são desenvolvidos por agentes capitalistas tradicionais como grandes operadoras de viagem, agências de turismo, meios de hospedagem, transportadoras e outros prestadores de serviços, com o apoio de órgãos governamentais. Estes buscam divulgar destinos privilegiados do ponto de vista cênico, paisagístico, geográfico ou socioeconômico. Ou seja, vender o que a mídia considera e divulga como belo e de valor. Nesta perspectiva inclui-se as regiões mais "hospitaleiras", as "praias paradisíacas", as festas mais populares, os eventos mais espetaculares e outros atrativos legitimados que são servidos por maiores facilidades de acesso, transporte, segurança e demais infraestruturas básicas e turísticas.

Contudo, poderá ser observado a seguir que, apesar deste modelo ter sua importância para a popularização do turismo ao possibilitar que um grande número de pessoas se desloque em busca de lazer, não se trata do único modelo, nem necessariamente do mais sustentável para todas as localidades. E sua predominância não deve significar a exclusão de outras localidades que possuem potencial para desenvolver uma outra forma de pensar a atividade, como é o caso do turismo de base comunitária, que será apresentado posteriormente. Esta diferença entre as duas formas de compreender o turismo é o que é abordado a seguir.

O Turismo Convencional

O discurso tradicional valoriza o turismo como importante estratégia governamental para geração de emprego e renda, pois este é considerado como uma atividade que seria uma "indústria sem chaminés" que, portanto, causaria mais ganhos e menos impactos às localidades do que outras atividades econômicas.

A inserção do turismo na economia se dá através da realização do produto turístico que tem caráter material e imaterial: sua configuração, promoção, venda e consumo, principalmente. E para Silva (2004) isso ocorre através de atividades e serviços relativos ao alojamento – indústria de construção e transformação; aos alimentos e bebidas – atividade agrícola e indústria alimentícia; aos transportes – indústria de transformação e de consumo energético, além de serviços; às aquisições de produtos locais – artesanato, indústria de vestuário ou transformação; e às visitas e divertimentos – serviços. Todas essas atividades são ligadas a uma atração natural ou cultural. Este conglomerado de atividades permite a realização do produto turístico que na sua fase final é atividade produtiva, de serviços. Deste modo, os bens naturais e culturais tornam-se bens diretamente produtivos, participando do processo geral de expansão da economia (SILVA, 2004, p. 263).

Para Beni (2002) existem definições econômicas e definições holísticas do turismo. As econômicas só reconhecem as implicações econômicas ou empresariais do turismo, enquanto as holísticas procuram abranger a essência total do assunto.

A primeira conceituação de caráter econômico data de 1910, de autoria de Schullern, e define turismo como "a soma das operações, principalmente de natureza econômica, que estão diretamente relacionadas com a entrada, permanência e deslocamento de estrangeiros para dentro e para fora de um país, cidade ou região" (BENI, 2002, p. 34). Já em 1977, McIntosh (*apud* BENI, 2002, p. 34) descreve o turismo de forma mais completa, além da questão puramente empresarial. "Turismo pode ser definido como a ciência, a arte e a atividade de atrair e transportar visitantes, alojá-los e cortesmente satisfazer suas necessidades e desejos".

A primeira definição holística é a de Hunziker e Krapf, de 1942, quando definem turismo como "a soma dos fenômenos e das relações resultantes da viagem e da permanência de não-residentes, na medida em que não leva à residência permanente e não está relacionada a nenhuma atividade remuneratória" (BENI, 2002, p. 36). Tal definição foi reconhecida por várias organizações internacionais.

Nesse sentido, a Organização Mundial do Turismo (OMT), considera que o turismo:

> [...] compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras. (OMT, 2001, p. 38).

Mas há algumas outras definições bastante aceitas no meio acadêmico como, por exemplo:

> O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem de seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural. (DE LA TORRE *apud* IGNARRA, 2003, p. 13).

Assim, destaca-se que, para além da visão econômica, o aspecto cultural não pode ser minimizado. Já em suas primeiras obras, Hunziker e Krapf defendiam que sem cultura não há turismo (BENI, 2002). Essa visão é compartilhada por diversos estudiosos brasileiros (FUNARI, PINSKY, 2002; RODRIGUES, 2002; PELLEGRINI FILHO, 1997; BARRETTO, 2002; GASTAL, 2001). Estes autores consideram que, mais do que um diferencial de segmentação para a modalidade de turismo cultural, a cultura faz parte da própria noção de turismo, da ideia de viajar para conhecer outros lugares, outras pessoas e estilos de vida.

Segundo Sessa (1968 *apud* BENI, 2002), o turismo traz uma dupla contribuição: uma direta, como resultado de uma experiência cultural que enriquece a população visitada e a visitante com a aquisição

de valores que ambas possuem; e uma indireta, que consiste no planejamento, antes da viagem. Além disso, o turismo, se adequadamente planejado, pode contribuir para a valorização das culturas por parte da comunidade visitada, a partir do momento em que esta percebe que também há uma valorização por parte dos turistas de seus aspectos singulares, e ocorre sua divulgação em outros lugares.

Assim, é importante que o olhar sobre o turismo como um fenômeno social e cultural, esteja integrado a uma forma de como fazer a atividade funcionar – minimizando impactos ao meio natural e trazendo de fato benefícios econômicos para a comunidade, para turistas e para as organizações envolvidas no processo. Trata-se de uma tarefa difícil, mas que não irá desaparecer se simplesmente for ignorada. Pelo contrário, o quanto antes o desafio for encarado com seriedade, antes poderão ser encontradas soluções.

O TBC como Nova Perspectiva

Uma alternativa possível é o turismo de base comunitária que – por seus próprios pressupostos que incluem a auto-gestão feita pela comunidade local de forma democrática e participativa, pautada nos princípios da coletividade, e de baixo impacto por ser realizado em menor escala – evita alguns dos principais problemas observados quando a cultura é utilizada apenas como recurso turístico, ao invés de parte da vida da comunidade local.

Dentre os problemas principais, Gonçalves (2005) destaca: risco de museificação, banalização, espetacularização, competição pelo espaço urbano, gentrificação, perda de autenticidade, dificuldades de sustentabilidade e da manutenção da capacidade de carga, entre outros.

Assim, passa-se a seguir a apresentar o turismo de base comunitária como uma outra perspectiva para se pensar a prática do turismo, pautada no protagonismo da comunidade receptora. Esta não participa apenas como coadjuvante durante o momento do consumo turístico – a realização da visita ou do *city tour*. Mas sim como planejadora e implementadora da atividade, definindo seus limites, suas características e como irá se beneficiar com a atividade, ao mesmo tempo em que proporciona uma experiência turística única ao visitante (SILVA; SÁ, 2012).

Essa nova forma de compreender o turismo permite, às localidades marginalizadas pelo turismo convencional, que desenvolvam a atividade em seus próprios termos. Isso é benéfico não apenas para as comunidades locais, mas também para os turistas, que poderão conhecer lugares que não são divulgados pelas empresas tradicionais.

Para o Ministério do Turismo (MTUR), o Turismo de Base Comunitária (TBC) é uma maneira diferente de se fazer turismo. Trata-se de um modelo de desenvolvimento local, orientado pelos princípios da economia solidária (BRASIL, 2008 *apud* SILVA; SÁ, 2012).

O TBC, também denominado por alguns estudiosos de turismo comunitário, apesar de que se observe diferenças nas concepções que variam de autor para autor – surge para trazer uma nova perspectiva para as regiões que ficam à margem do turismo convencional, podendo-se citar como um de seus conceitos o trecho a seguir:

> O turismo comunitário apresenta-se como um novo eixo da atividade turística, possibilitando ao homem o seu crescimento na sociedade com o exercício de seus direitos e deveres individuais e coletivos, oportunizando desenvolvimento econômico e social utilizando-se dos seus próprios recursos. Desafia seus próprios limites no que diz respeito à preservação do meio ambiente e da cultura local, além de oferecer bases sólidas para a consolidação do turismo responsável e uma política econômica sustentável pelas condições de sobrevivência (CARVALHO, 2007, s/p).

Este modelo de turismo, por meio do desenvolvimento comunitário, é capaz de melhorar a renda e o bem-estar dos moradores, conservando os valores culturais e as belezas naturais de cada região (CARVALHO, 2007), portanto, está pautado primeiramente em um compromisso social, que vai além da questão econômica.

Embora se observe especificidades em relação às duas definições, o MTUR traz como princípios comuns: a autogestão; o associativismo ou cooperativismo; a democratização de oportunidades e benefícios; a centralidade da colaboração, parceria e participação; a valorização da cultura local; e, principalmente, o protagonismo das comunidades locais na gestão da atividade e/ou na oferta de bens e serviços turísticos, visando à apropriação por parte das mesmas dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística (BRASIL, 2010, p. 16-17).

No entendimento da pesquisa em questão, o TBC é modelo de organização, que se contrapõe ao turismo convencional, enquanto o Turismo Comunitário (TC) caracteriza-se como segmento, ou tipologia do turismo, o que implica em práticas de turistas que se hospedam e convivem com e nas comunidades.

A partir dessa premissa, elaborou-se projeto de pesquisa e extensão na UNEB visando a mobilização das comunidades do entorno para a organização do turismo de base comunitária, e hospitalidade de visitantes e turistas que buscam a convivência com a população de uma área onde viveram grupos de etnias indígenas e africanas, ao que se chama de Cabula e entorno.

Como a localidade do Cabula já foi apresentada em outros artigos deste livro, bem como o projeto TBC Cabula e Entorno, dedica-se aqui à construção de conhecimento sobre algumas práticas culturais nos bairros da Mata Escura e de São Gonçalo do Retiro.

As Práticas Culturais: analisando a cultura e a hospitalidade

Nesse contexto, encontra-se em desenvolvimento o mapeamento e análise das práticas culturais e turísticas dos moradores do Cabula e Entorno que participam do projeto TBC Cabula, por serem necessárias para o processo de incubação da Operadora de Receptivo especializada em Roteiros Turísticos Urbanos Alternativos, Responsáveis, Sustentáveis e Solidários (RTUARSS).

Esse processo consiste na identificação e análise das práticas culturais das comunidades, incluindo sua relação com a história, arte, patrimônio histórico e/ou cultural, patrimônio material e imaterial, manifestações culturais, etnicidade, religiosidade, memória, identidade, ritos, rituais, mitos, tradições, dentre outros.

Além disso, essas práticas são contextualizadas de forma a estarem indissociáveis das experiências de vida dos residentes locais, buscando detectar como elas poderão ser utilizadas de forma instrumental para sua inserção na atividade turística de base comunitária. E, por fim, são sistematizadas as informações para serem utilizadas no processo de incubação da operadora de receptivos populares, visando empoderar a comunidade para atuar nas áreas de gestão do turismo, hotelaria, pousadas, albergues, agências de viagem, operadoras de receptivo, bares e restaurantes, transportes, atrativos, atrações, roteiros, passeios, serviços de guiamento, acessibilidade e outros.

O mapeamento e análise das práticas culturais, socioambientais e turísticas em conjunto com os moradores dos bairros contribuem para a gestão do turismo de base comunitária e o mapeamento delas, que poderão instrumentalizar os líderes comunitários locais na definição de atrativos, elaboração de roteiros, organização e melhoria dos serviços já existentes, identificação de novas potencialidades a serem desenvolvidas, familiaridade com os pontos em comum entre os diversos bairros abrangidos pelo projeto, articulação com outros agentes sociais que atuam nestas áreas, definição de projetos mais coesos e articulados.

Os pesquisadores estão acompanhando e registrando o cotidiano desses moradores, suas experiências profissionais e vivências; realizando entrevistas abertas e em profundidade, registrando suas falas e narrativas sobre estes temas; e, simultaneamente, está-se fazendo observação participante das práticas que vem sendo desenvolvidas, analisando-as e verificando potencialidades para o desenvolvimento da atividade turística de cunho cultural, sustentável e comunitário. A pesquisa teve início em 2012 e se estenderá até 2014 contando com etapas que compreendem os processos de diagnóstico, roteirização e incubação.

Já como resultado desse levantamento, identificou-se um sem número de terreiros de candomblé, que de acordo com a metodologia aplicada pela equipe, jamais os incluirá em roteiros, até por que estes foram elaborados pelas comunidades nas rodas de conversas, realizadas durante 4 meses de março a junho de 2012. Assim, engajados e com o respeito que se faz necessário para não rotular tudo e todos como atrativos turísticos, escuta-se ao tempo em que se pesquisa e constrói-se conhecimentos com as comunidades, antes destas trabalharem de forma profunda nos roteiros já elaborados.

O Candomblé

O Candomblé, religião de matriz africana, foi trazido para o Brasil pelos escravos, no período da diáspora africana. Originário "do termo bantu *kandobile*, [...] significa lugar de culto e oração" (BAHIA, 2009, p. 39), e é uma das vertentes mais destacadas no Brasil no campo das religiões afro-brasileiras, além de ser a mais difundida na Bahia. O Candomblé pode se expressar de maneiras diferentes, pois suas raízes procedem de várias partes da África. A procedência territorial e o "conjunto de padrões ideológicos e rituais" (LIMA, 2005, p. 40) de cada grupo constituem as suas nações. Destaca-se, entre elas, a ketu/nagô (iorubá), angola/congo (bantu), jejê (fon/ewê) e o candomblé de caboclo, de origem brasileira, que cultua as divindades indígenas.

Os terreiros, também conhecidos como casas-de-santos, eram e ainda são, em sua maioria, instalados em "áreas distantes do espaço urbano, chamadas também de 'roças'" (LIMA, 2005, p. 39). Eles são liderados pelas Iyás (mães) ou pelos Babás (pais), com o auxílio de uma comunidade religiosa hierarquizada. Os terreiros são os locais que abrigam toda a herança dos ancestrais, contribuindo para a manutenção da identidade étnica e preservação dos preceitos sagrados.

O candomblé serviu como um instrumento utilizado pelos negros para que eles pudessem recuperar suas origens, resguardar suas tradições "e se proteger de todas as formas de dominação" (SILVA, 2009, p. 2). Por isso, os terreiros de candomblé foram organizados de forma cooperativista, por meio de alianças entre as diversas etnias, até mesmo entre aquelas que eram rivais históricas na África. No interior destas comunidades existia uma verdadeira ajuda mútua e solidariedade, que continuam sendo traços marcantes de muitos dos terreiros atuais, que zelam pelo bem da sua comunidade.

Assim sendo, com o intuito de despertar essas comunidades periféricas a valorizarem seus atrativos, não só históricos e culturais, mas também naturais, é que o TBC se apresenta, para trabalhar em conjunto com esses moradores, por meio de um turismo organizado e sustentável, compartilhado por toda a comunidade, por todos os residentes que desejem uma alternativa de vida diferente.

Nos bairros de Mata Escura e São Gonçalo do Retiro, ambos participantes do projeto de Turismo de Base Comunitária no Cabula e Entorno, dentre outros atrativos, destaca-se os Terreiros de Candomblé Bate Folha e Ilê Axé Opô Afonjá.

O Terreiro do Bate Folha, na Mata Escura

O bairro da Mata Escura, localizado na cidade de Salvador, é um dos muitos bairros residenciais habitados por população considerada de baixa renda e com uma infraestrutura precária e um dos bairros da área delimitada pelo Projeto de Turismo de Base Comunitária. Tem-se acesso a ele pela BR-324, que passa pelo bairro da Sussuarana, pela Av. Paralela e pelo bairro do Cabula, passando pela Av. Cardeal

Avelar Brandão Vilella, popularmente conhecida como Estrada das Barreiras. Recebeu este nome por ter-se originado num lugar de cerrada Mata Atlântica.

Embora em sua maioria, as residências da Mata Escura possam contar com uma rede de esgoto e saneamento, o que se vê no que diz respeito à infraestrutura ainda é uma carência e um certo descaso por parte das autoridades competentes, como por exemplo a coleta de lixo, por ser um bairro populoso, os focos de lixo em suas vias deixam o bairro com aspecto descuidado.

Em entrevista realizada com a senhora "B" em 30/01/2013, ela afirma que "a parte difícil, é a sensação de estar lutando só, com poucas pessoas dispostas a doar um pouco do seu tempo para trabalhar em prol da comunidade onde vivem". Ainda menciona que o maior exemplo de descaso da população, "é o fato das pessoas não se importarem com a limpeza do lugar, jogam lixo em qualquer ponto, mesmo com placas de proibição". Ainda assim, com todas as dificuldades, senhora "B" revela que "sonha com uma Mata Escura limpa, que dê prazer às pessoas que possam querer visitá-lo, conhecer sua história".

Na década de 1930, já era possível observar a formação de núcleos de povoamento, com vários casebres, o que faz deste bairro um dos primeiros a iniciar a expansão interiorana da capital:

> A urbanização da área, no entanto, só aconteceu depois de um longo processo de ocupações espontâneas, principalmente após a inauguração, nos anos 1950, do maior complexo penitenciário da Bahia, a Penitenciária Lemos de Brito. (SANTOS, 2010, p. 106).

A segurança pública é outro problema evidente na pesquisa, bem como o envolvimento de jovens com drogas, o que preocupa os moradores que muitas vezes se vêm impossibilitados de circular por determinadas vias. Contudo, o bairro dispõe de rica história e áreas verdes que poderão ser aproveitadas para benefício da população, a exemplo das represas da Mata Escura e do Prata, projetadas por Theodoro Sampaio no final do século XIX, que abasteceram a cidade até 1987. "Na área dessas represas, existe uma das últimas reservas naturais da cidade, concentrando a maior densidade de vegetação nativa remanescente de mata atlântica." (SANTOS, 2010, p. 106).

O bairro da Mata Escura abriga também 38 hectares de remanescentes de Mata Atlântica, além dos 14 hectares onde está localizado o terreiro do Bate Folha, que apresentado a seguir, existem 24 hectares onde se encontram instalados os núcleos do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Alimentação (MAPA) e a represa do Prata.

Com o intuito de agregar valor à educação na Mata Escura, o Colégio Estadual Márcia Méccia trabalha em prol da comunidade, com parcerias e o programa Escola Aberta, oferecendo oficinas, cursos de pintura em tecido, fanfarra e outras atividades. Existe outra instituição que favorece o desenvolvimento do bairro, a Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão (ACOPAMEC), sem fins lucrativos, trabalha em busca do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários das crianças e adolescentes que residem nos bairros da periferia de Salvador, por meio de ações socioeducativas como apoio e cursos, e utilização do teatro Artesão da Paz, que fica na ACOPAMEC.

Outra riqueza histórica-cultural do bairro é o Terreiro de Candomblé do Bate Folha Manso Banduquenqué ou Sociedade Beneficente Santa Bárbara do Bate Folha, fundado em 1916 pelo Tata Manoel Bernardino da Paixão (Ampumandezu), dirigido atualmente por Eduarlindo Crispiniano de Sousa (Molundurê). O Bate Folha é considerado em termos espaciais e de patrimônio ambiental, como o maior terreiro de Salvador. É também um dos mais antigos templos afro-brasileiros ainda em funcionamento da tradição cultural Kongo-Angola. Localizado numa área de remanescente de Mata Atlântica com cerca de 14 hectares de conservação ambiental, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 2003, "[...] o primeiro do rito congo-angola, da tradição banto, a ter proteção federal." (BRASIL, 2003, s/p). Sinônimos de resistência e carregados de uma grande herança cultural, os terreiros de candomblé, incluindo aí o Bate Folha, contemplam as comunidades em que estão inseridos mantendo-as impregnadas com a história e a cultura plantadas pelos antepassados africanos que foram trazidos para cá como escravos.

Na atualidade, em 2013, existe consenso entre os estudiosos quanto à importância decisiva da contribuição dos candomblés de tradição congo-angola para a formação da religiosidade afro-brasileira e se reconhece o vigor da sua influência positiva na geração de riquezas culturais do Brasil. Em especial, não há como negar o valor do contributo da mística do Terreiro do Bate Folha para a formação de uma cultura religiosa de fonte negra hoje difundida pelo país (SERRA, 2002, p. 6).

Dessa forma, cabe ressaltar aqui a importância de tal templo para a comunidade onde se encontra localizado, assim como de todos os outros atrativos históricos e naturais mencionados anteriormente, na intenção de despertar nos moradores o sentimento de valorização desse patrimônio por vezes esquecido, e apontar que com organização e vontade mútua da comunidade, esses bairros tidos como de risco, podem mostrar o seu valor. O Turismo de Base Comunitária, que é feito com e na comunidade e para ela, apresenta-se como um caminho, ou um meio de se pensar a auto sobrevivência desses bairros, despertando em seus moradores a vontade de valorizar o que eles têm, como é o caso do Terreiro do Bate Folha, herança cultural e patrimônio histórico.

Assim sendo, é possível dentre tantas dificuldades buscar meios para fazer da Mata Escura, bem como de diversos outros bairros periféricos de Salvador que tenham em sua história elementos que despertem o sentimento de valorização em seus habitantes por meio do TBC, uma alternativa de vida, que traga benefícios para toda comunidade.

O Terreiro do Ilê Axé Opô Afonjá, em São Gonçalo do Retiro

O bairro de São Gonçalo do Retiro, localizado entre a rodovia BR-324 e o bairro do Cabula, surgiu nos anos de 1950, "a partir de sucessivas ocupações espontâneas", sendo formado, segundo os seus moradores, "por pessoas oriundas do Recôncavo Baiano e da Região Metropolitana de Salvador" (SANTOS, 2010, p.128). O nome do bairro é uma homenagem ao santo padroeiro do local, São Gonçalo, porém, a festa mais tradicional nesta localidade é a Festa de Santo Antônio.

Apesar dos problemas de infraestrutura, a população do bairro, estimada em 17.434 habitantes (IBGE, 2000), entre ocupantes do mercado formal e ambulantes, se mostra organizada, contando com escolas, centros religiosos, restaurantes, bares, padarias, supermercados, associações, cooperativas e outros serviços.

Um dos destaques do bairro é o terreiro Ilê Axé Opô Afonjá, seguido da Sociedade da Aliança dos Cegos da Bahia, ainda pouco conhecido pelos residentes do Cabula e entorno. Segundo o líder comunitário do bairro, Marcos Nogueira, São Gonçalo cresceu em volta do terreiro Ilê Axé Opô Afonjá, "símbolo do local desde o início do século XX" (SANTOS, 2010, p. 128).

Fundado em 1910, por Eugênia Anna dos Santos, Mãe Aninha ou *Iya Obá Biyi*, o Opô Afonjá, da nação ketu, é uma dissidência do terreiro da Casa Branca, do Engenho Velho da Federação, que "é considerado o primeiro candomblé da Bahia", sendo "fundado provavelmente em 1830" (LIMA, 2005, p. 41).

Ao se desligar do terreiro da Casa Branca, Mãe Aninha e seu grupo de dissidentes foram procurar abrigo junto ao terreiro de tio Joaquim, *Obá Saniá* – seu irmão de iniciação, babalorixá baiano, radicado em Recife –, "local conhecido como Camarão, no Rio Vermelho" (SOUZA, 2008, p. 145). Mãe Aninha permaneceu no terreiro de tio Joaquim até adquirir uma roça na Rua Santa Cruz, no bairro de Amaralina. Posteriormente, ela comprou uma roça no bairro de São Gonçalo do Retiro, e fundou o Ilê Axé Opô Afonjá. Esta roça ficava no alto de uma grande colina, distante das poucas casas que restavam em uma região que anteriormente fora vizinha a "um dos quilombos que surgiram, no início do século XIX, próximos à cidade de Salvador" (SOUZA, 2008, p. 148).

Mãe Aninha conduziu o Opô Afonjá até o ano de 1938, e atualmente quem ocupa o cargo de Iyalorixá do terreiro é Maria Stella de Azevedo, também conhecida como Mãe Stella de Oxóssi ou *Iya Odé Kaiodé*. Ilê Axé Opô Afonjá significa Casa da Força sustentada por Xangô. Ele é um dos terreiros mais importantes da Bahia e foi tombado pelo IPHAN como Patrimônio Histórico Nacional em julho de 2000.

O Opô Afonjá colaborou para o progresso da região do Cabula. Muitas das melhorias realizadas no bairro e em seu entorno são frutos do prestígio que o terreiro tem. Ele contribui para as questões sociais e comunitárias do bairro, abrigando parte da população pobre dos seus arredores, mantendo convivência pacífica com esta.

Dentro do terreiro há uma escola de ensino básico que atende às crianças da comunidade. Essa é a Escola Municipal Eugênia Anna dos Santos, fundada em 1987 por Mãe Stella, em homenagem à Mãe Aninha. Lá o ensino da cultura africana faz parte do currículo obrigatório, possibilitando o acesso das crianças à língua iorubá. O terreiro também desenvolve programas profissionalizantes e culturais para os adolescentes, além de abrigar uma biblioteca e o Museu Ilê Ohun Lailai, Casa das Coisas Antigas, que preserva parte da memória do terreiro e é oriundo de doações feitas pela própria comunidade.

Com base nas pesquisas realizadas até o momento, acredita-se que a comunidade tem participação nessas atividades culturais desenvolvidas pelo terreiro, e esta é a hipótese que norteia o subprojeto do projeto "Turismo de Base Comunitária no Cabula e Entorno: mapeamento e análise de práticas culturais,

socioambientais e turísticas". Este subprojeto tem como tema "A importância do terreiro Ilê Axé Opô Afonjá para o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária no bairro de São Gonçalo do Retiro", e propõe-se a identificar quem é a comunidade que participa e se envolve nos projetos desenvolvidos pelo terreiro, a fim de analisar como essa participação pode vir a contribuir para o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária no bairro de São Gonçalo do Retiro e para a inserção do Opô Afonjá no mesmo. Busca-se, por meio da pesquisa em andamento, propor alternativas que possam vir a gerar benefícios econômicos, sociais e culturais para a comunidade local.

No mapeamento mencionado anteriormente realizado por meio de rodas de conversa, identificou-se significativa quantidade de grupos de capoeira nos bairros do Cabula e entorno. Levando-se a pensar sobre os motivos da não inclusão da capoeira na formação de crianças, jovens e adultos. Já se pensou em termos espaços para a capoeira como se tem para o futebol? Será que ao se praticar a capoeira nas escolas, não como algo obrigatório, os baianos não teriam mais conhecimento sobre as suas heranças africanas e legados de outros grupos de etnias indígenas, por exemplo? Enfim, o tema TBC busca também a construção de conhecimento sobre a capoeira, e mais especificamente a que se pratica no bairro do Beiru/Tancredo Neves.

A Capoeira

Pensa-se ser de fundamental importância que se norteie a capoeira no cenário atual da nossa sociedade, embasados na história que esta arte e/ou luta possui. Os primeiros registros desta prática estão datados do século XIX, como afirma Vieira e Assunção (1998): "a existência da capoeira no Brasil colônia, desde o remoto século XVI, é um mito aceito por quase todos, apesar de não termos conhecimento de nenhum documento histórico mencionando a capoeira anterior ao século XIX" (VIEIRA; ASSUNÇÃO, 1998, p. 5).

Apesar desses estudiosos e outros defenderem a origem da capoeira em meados do século XVI, outra corrente pressupõe que o surgimento desta prática deu-se no século XIX. Durante muito tempo os capoeiras foram tidos como marginais e a "capoeiragem" – termo utilizado no período do Brasil colonial, sendo que nos primeiros anos de proclamada a República a palavra ainda não tinha caído em desuso, para designar a prática da capoeira – figurou no Código Penal da recém proclamada República, que de acordo com Oliveira e Leal (2009, p. 54):

> Assim, se ao longo do Império a prática da capoeira no Brasil foi criticada, mas não fortemente perseguida, com o advento da republica ela foi criminalizada e até mesmo apontada como uma organização de resistência ao novo regime.

Nesse trecho, verifica-se a fragilidade a qual se encontrava a República no Brasil e também a maneira como a capoeira era vista pelos governantes, criminalizada até o ano de 1930. Com o passar

do tempo a capoeira foi sendo aceita na sociedade brasileira, até que em 1930, motivada por intrínsecos interesses políticos, o presidente da época, Getúlio Vargas, transformou a arte/luta, que há pouco tempo era vista como crime, em esporte nacional brasileiro, que conforme Vieira e Assunção (1998):

> Foi o contexto para a legalização e mesmo o apoio oficial para a capoeira, para os quais foram importantes as famosas apresentações da capoeira de Mestre Bimba às autoridades, primeiro no palácio do governador Juracy Magalhães *(na Bahia, na década de 1930)* e depois para o próprio Getúlio Vargas *(no Rio, em 1953).* (VIEIRA; ASSUNÇÃO, 1998, p. 11).

Para o contexto histórico da capoeira, o Mestre Bimba foi de grande importância para o reconhecimento desta enquanto prática cultural em solo brasileiro. Ele outros personagens lutaram como militantes desta causa, como exemplo do Mestre Pastinha, Jorge Amado, Carybé, Pierre Verger, que reuniu capoeira, literatura, pintura e fotografia.

Mesmo com a contribuição desses e de tantos outros, ilustres e anônimos, a capoeira ainda luta pra se estabelecer na sociedade, e deixar de ser alvo de preconceitos. Atualmente, na cidade do Salvador, há vários grupos de capoeira que lutam para que essa prática cultural não caia no esquecimento. Dentre eles, destaca-se o "Vôo do Morcego" – que já não está mais em funcionamento, desde 2006 – e o "Topázio", ambos do bairro do Beirú/Tancredo Neves.

Os Grupos de Capoeira Vôo do Morcego e Topázio, no Beiru/Tancredo Neves

O bairro do Beirú/Tancredo Neves faz parte da área – que um dia foi do antigo Quilombo Cabula, conforme referência para as comunidades do entorno – delimitada pelo projeto TBC, constitui-se como um dos bairros periféricos da cidade do Salvador e apresenta carências, especialmente, no tocante à segurança pública, sendo composto, majoritariamente, por moradores de baixa renda. Trata-se de um bairro "bitopônimo", ou seja, possui dois nomes, não oficialmente, mas por empresas de transportes e, principalmente, pelo senso comum. O primeiro deles, Beirú, carrega uma bagagem histórica especial, que se relaciona diretamente com um dos aspectos mais presentes nos primeiros momentos da história do Brasil: a escravidão. O termo é de origem ioruba e faz referência ao escravo africano Gbeiru que, como vários outros, foi trazido da África para ser escravizado na colônia portuguesa, o Brasil, por volta da segunda década do século XIX. Este passou por algumas fazendas até chegar à Campo Seco, comprado por um membro da família dos Garcia D'Ávila. Nesta fazenda Gbeiru mostrou lealdade e inteligência ao tornar as terras da fazenda produtivas, trazendo prosperidade aos Garcia e ajudando-os, ainda, em batalhas por posse de terras, constantes na época. Gbeiru foi premiado com certa parcela das terras dessa fazenda que transformou posteriormente em Quilombo, após a morte de Gbeiru as terras voltaram a ser de propriedade da família Garcia. Como homenagem póstuma à Gbeiru, os Garcia batizaram aquelas

terras com o nome do escravo – nome que permaneceu até o ano de 1985. Nestas terras, hoje, está localizado o bairro em questão.

Já o segundo nome, Tancredo Neves, foi posto no bairro no ano de 1985, como afirma uma publicação da Associação Comunitária e Carnavalesca Mundo Negro (ACCMN, 2007): "[...] até 1985, o nome do bairro era uma homenagem a este negro escravizado, o Preto Beirú, um dos primeiros donos dessas terras. Depois foi trocado por Tancredo Neves [...]". (ACCMN, 2007, p. 14). Em homenagem ao presidente eleito Tancredo de Almeida Neves que, no entanto, por ocasião de uma doença, sequer tomou posse, pois faleceu neste mesmo ano. Tal mudança gerou polêmicas entre a população pelo fato de que a maioria desaprovava tal mudança. Lideranças negras do local – especialmente Roberto dos Santos, líder da ACCMN – buscaram medidas para trazer de volta o nome "Beirú" ao bairro, encaminhando abaixo assinados e outras medidas à Secretaria de Transportes de Salvador, Secretaria de Segurança Pública, Câmara de Vereadores e outras instituições.

Tais ações não fizeram com que o bairro voltasse a denominar-se Beirú, uma vez que a homenagem póstuma ao já citado presidente já havia sido feita, contudo, a vitória alcançada pelos militantes negros foi a mudança nas bandeiras dos ônibus, a partir de 2005, que passaram a referir-se ao bairro como "Beirú/Tancredo Neves", como mostra também a ACCMN: "[...] a Secretaria [de transportes] solicitou o retorno do nome, oficializando-o, nas bandeiras dos ônibus Beirú/T. Neves" (ACCMN, 2007, p. 7).

A presença dos quinze terreiros de candomblé demonstra a grande influência da cultura negra na localidade, uma vez que o candomblé compõe um dos principais, se não o principal, legado deixado pelo negro. Segundo levantamento da CONDER, a extensão territorial do bairro é de aproximadamente 1.658 m². Conta com uma estrutura de ensino composta por doze instituições de variados níveis, dentre elas o Colégio Estadual Deputado Luís Eduardo Magalhães (CEDLEM).

Existe uma série de problemas que assola o bairro, entre eles a violência e a pobreza, contudo, há pessoas que trabalham na contramão desta realidade que muitos acreditam ser imutável, pessoas que estão à frente de ações sociais como o Projeto Cine Escola e o Grupo de Capoeira Topázio.

Em entrevista realizada no dia 4 de fevereiro de 2013 com "D" e "S", ex-alunos do mestre "Mudinho" do grupo Vôo do Morcego, informaram que durante o período em que o Vôo do Morcego esteve em pleno funcionamento na comunidade, atuava com cerca de cinquenta alunos, sendo que a sua quase totalidade era de jovens e adolescentes com idades entre 12 e 25 anos. O trabalho era desenvolvido no CEDLEM, onde atualmente "D" treina os jovens do grupo Topázio. Após a morte do mestre o grupo funcionou por algum tempo, sendo coordenado por alguns alunos mais graduados, entre eles "T" e o próprio "S", tendo fim realmente no ano de 2006. No ano seguinte "D" passa a frequentar o grupo Topázio, a convite de um ex-aluno do grupo. Ele tem sua primeira reunião com o grupo Topázio no dia 2 de maio de 2007. Após um ano frequentando este grupo, "D" solicita permissão ao mestre "Dinho" para abrir uma filial no bairro do Beirú/Tancredo Neves, onde mora. Assim o trabalho começa a ser desenvolvido, com reuniões nos dias de segunda e quarta, ou terça e quinta – e há reuniões esporádicas aos sábados ou domingos.

Percebe-se que o grupo possui potencialidades para atuarem no TBC, tendo em vista algumas características que constituem o grupo Topázio. Dentre elas, destaca-se o fato deste ser coordenado por um indivíduo oriundo, e ainda morador, do bairro onde o grupo funciona, o que reforça os ensinamentos que são passados. Ou seja, uma vez que o responsável pelo grupo de capoeira é pertencente àquela comunidade e tem o bairro como seu lugar, este tem vasto conhecimento acerca das carências no que tange ao setor educacional; o real nível de marginalização sofrido; às necessidades que a juventude – uma vez que este trabalho debruça-se expressivamente sobre essa faixa etária – do bairro apresenta de modo geral; dentre outros aspectos do cotidiano da comunidade do Beiru/Tancredo Neves. Outro fator que reforça a potencialidade do grupo Topázio é o cunho cultural que a "capoeiragem" carrega em si, catalisada pela ligação íntima e direta que o bairro possui com a escravidão e a causa negra na cidade do Salvador/BA. Estas propriedades do grupo somadas ao interesse inicial manifesto por "D" em participar do TBC, potencializam a inserção deste em futuros roteiros turísticos.

O grupo seria mais um importante articulador para a organização e realização dos roteiros, o que proporcionaria ganho para o grupo de capoeira por ganhar visibilidade, e melhoria da autoestima dos seus participantes ao terem seu trabalho reconhecido e, ainda, divulgariam a capoeira, não só do seu grupo, mas a prática cultural a que esta se constitui de modo geral.

Uma união entre cultura, arte marcial, dança, música, história e outros elementos, produzida pela própria comunidade, que é um dos princípios da ideologia do TBC: a participação dos atores locais desde o planejamento até a gestão do turismo em seu território, ou seja, "a comunidade deve ser proprietária dos empreendimentos turísticos e gerenciar coletivamente a atividade." (FONTOURA, 2009, p. 4).

Considerações Finais

Ainda em processo de pesquisa, verifica-se o valor cultural dos bairros Mata Escura, São Gonçalo e Beiru/Tancredo Neves, a partir dos terreiros de candomblé e grupos de capoeira, identificando-se potencial para a organização do turismo de base comunitária neles.

Referências

[ACCMN] ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CARNAVALESCA MUNDO NEGRO DO BEIRU. **Beiru**. Salvador: Associação Comunitária e Carnavalesca Mundo Negro, 2007.

BAHIA, Secretaria de Turismo. Superintendência de Serviços Turísticos - Suset. **Turismo étnico-afro na Bahia**. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2009.

BARRETTO, Margarita. **Turismo e legado cultural**: as possibilidades do planejamento. São Paulo: Papirus, 2002.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Ed. SENAC, 2002.

BRASIL. Ministério do Turismo - MTUR. **Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária**: desafio para a formulação de política pública. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. **Terreiro do Bate Folha é tombado em Salvador**. 2003. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/montarDetalheConteudo.do?id=10548&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>. Acesso em: 15 fev. 2013. Não paginado.

CARVALHO, Vininha F. **O turismo comunitário como instrumento de desenvolvimento sustentável**. 2007. Disponível em: <http://www.revistaecotour.com.br/novo/home/?tipo=noticia&id=1759>. Acesso em: 18 fev. 2013. Não paginado.

DIAS, Reinaldo. **Sociologia do turismo**. São Paulo: Atlas, 2003.

FONTOURA, Ana Gabriela da Cruz. **Redes de turismo comunitário no Brasil**: a experiência da Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (TURISOL). In: FÓRUM GLOBAL SOBRE TURISMO - FSM 2009. Belém, PA, 2009. 5 p. Disponível em: <http://www.fboms.org.br/files/TURISOL_AnaGFontoura.doc>. Acesso em: 13 fev. 2013.

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime. Introdução. In: _____; _____ (Org.). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2002.

GASTAL, Susana. O produto cidade: caminhos de cultura, caminhos de turismo. In: CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (Org.). **Turismo urbano**. São Paulo: Contexto, 2001.

GONÇALVES, Alexandra. Turismo cultural, um complemento ao "sol e praia". **RT&D - Revista Turismo e Desenvolvimento**, v. 2, n. 2, p. 45-60, 2005.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do Turismo**. São Paulo: Thompson, 2003.

LIMA, Fábio Batista. **Os Candomblés da Bahia**: tradições e novas tradições. Salvador: Universidade do Estado da Bahia, 2005.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires de; LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. **Capoeira, identidade e genêro**: ensaios sobre a história social da capoeira no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2009.

[OMT] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

PELLEGRINI FILHO, Américo. **Ecologia, cultura e turismo**. Campinas, SP: Papirus, 1997.

RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (Org.). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2002

SÁ, Natália Coimbra de. **Cultura e turismo na contemporaneidade**: as festas populares religiosas baianas. 2007. Dissertação (Mestrado em Análise Regional) – Universidade Salvador, Salvador, 2007.

SANTOS, Elisabete et al. (Org.). **O Caminho das águas em Salvador**: bacias hidrográficas, bairros e fontes. Salvador: CIAGS/UFBA; SEMA, 2010.

SERRA, Ordep José Trindade. **Laudo antropológico**: exposição de motivos para fundamentar pedido de tombamento do terreiro do Bate-Folha como patrimônio histórico, paisagístico e etnográfico do Brasil. Salvador, 2002. Disponível em: <http://ordepserra.files.wordpress.com/2008/09/laudo-bate-folha.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2013.

SILVA, Francisca de Paula Santos da; SÁ, Natália Silva Coimbra de (Org.). **Cartilha (in)formativa sobre turismo de base comunitária**: o ABC do TBC. Salvador: Eduneb, 2012.

SILVA, Jorge Antonio Santos. **Turismo, crescimento e desenvolvimento**: uma análise urbano-regional baseada em cluster. 2004. Tese (Doutorado) – Faculdade de Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SILVA, Maria Alice Pereira da. Candomblé. **Revista VeraCidade**, Salvador, v. 4, n. 5, out. 2009. Disponível em: <http://www.veracidade.salvador.ba.gov.br/v5/pdf%255Cartigo6.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2013.

SOUZA, Gonçalo Santa Cruz de. **A casa de Airá**: criação e transformação das casas de culto nagô: Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Campo Grande - MS. 2008. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de Saão Paulo, São Paulo, 2008.

VIEIRA, Luiz Renato; ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. Mitos, controvérsias e fatos: construindo a história da capoeira. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 34, p. 81-121, dez. 1998.

25 | AS FESTAS POPULARES preservando a cultura e memória do Terno de Reis Rosa Menina, Pernambués, Salvador - Bahia, Brasil

Hildete Santos Pita Costa

Introdução

A Festa, particularmente aquela organizada por segmentos populares, é considerada um dos símbolos do nosso patrimônio imaterial, na qual o sagrado e o profano se unem e se completam. Permitindo-se realizar uma leitura das características étnico-culturais de cada comunidade e perceber, ao mesmo tempo, que ela também se torna suporte de memórias coletivas, por meio das quais, simbolicamente, um grupo social encarna ou cristaliza as suas experiências.

As festas possuem características únicas e podem estar associadas à religiosidade, como acontece com as festas litúrgicas, ou em louvor aos santos, principalmente, em louvor aos santos padroeiros de cada localidade; podem também estar ligadas aos ciclos do calendário para comemorar os momentos importantes da vida cotidiana, assim como, podem ser festas folclóricas que recriam algo que ficou na memória coletiva. Além disso, podem ser festas étnicas por expressarem a tradição cultural de diversas comunidades.

Assim, ao mesmo tempo em que unificam, acabam diferenciando tanto os participantes quanto os que estão de fora, sendo muito comum na organização das festas, sobretudo religiosas, encontrarmos grupos disputando hierarquias e lugares sociais. Estas festas possibilitam estabelecer claramente as posições econômicas e sociais dos indivíduos na sociedade local, além de determinar confrontos de prestígio e rivalidades, de privilégios e poderes.

Nesse panorama, o Brasil possui um universo de festas, pois a enorme diversidade cultural e o grande fluxo migratório refletiram na variedade das festas populares que ocorrem durante todo o ano nas mais diversas e distantes localidades do país. Segundo Del Priore (2000), as festas tradicionais brasileiras não nasceram no Brasil, foram transplantadas pelos colonizadores portugueses e invasores do período colonial que as consolidaram, dando-lhes certas especificidades. No período colonial, as irmandades e confrarias tiveram um papel de destaque nas comunidades, na participação e na organização das festas religiosas. O estatuto das Irmandades do Santíssimo Sacramento, datado de 1763, determinava que "serão todos os Irmãos desta irmandade obrigados a assistir a todas as festas do Senhor como fica dito, e muito principalmente a Semana Santa em Quinta-Feira maior, pela manhã, para a solenidade daquele dia e semana, para a qual e para as mais da Quaresma".

Ao calendário das festas religiosas cristãs foram sendo incorporadas as tradições africanas e indígenas, em cada região, de acordo com suas características peculiares. Batidas de tambor, cantos, procissões, oferendas, lavação de escadas, banhos rituais, oferendas, visitação pelas casas de um povoado, bailes, uso de bebidas e comidas especiais, trajes cerimoniais e danças, são apenas algumas das características a serem analisadas nas manifestações tradicionais das festas populares que ocorrem por todo o Brasil.

Festas Populares na Bahia

Na Bahia, a cultura de matriz africana, indígena e europeia, deram origens às festas populares nas cidades. A *Festa Bom Jesus dos Navegantes* tem origem portuguesa, datando de 1750. O evento inclui duas procissões marítimas: a primeira, no dia 31 de dezembro, faz o percurso Largo da Boa Viagem/ Basílica da Conceição da Praia; a segunda, no dia 1º de janeiro, uma das mais populares da cidade, conta com centenas de embarcações acompanhando a Galeota Gratidão do Povo, que conduz a imagem de Nosso Senhor dos Navegantes pelas águas da Baía de Todos-os-Santos, desde o cais do Segundo Distrito Naval até a praia da Boa Viagem. O evento é precedido por tríduo, missa solene e festa de largo, que se transforma em um verdadeiro Réveillon Popular na noite de 31 de dezembro a 1º de janeiro.

A *Lavagem do Bonfim*, por sua vez, é a principal festa religiosa da Bahia e segunda maior manifestação popular do Brasil. As homenagens tiveram início em 1754 quando a imagem do Senhor Crucificado, trazida em 1745 pelo Capitão do Mar e Guerra da Marinha Portuguesa, Teodósio Rodrigues, foi transferida da Igreja da Penha em Itapagipe, para a sua própria Igreja na Colina Sagrada. Baianas vestidas com trajes típicos dão início ao ritual, carregando vasos com água de cheiro, mistura de seiva de

alfazema com água de flores, para lavar as escadarias e o adro do templo. Milhares de pessoas participam da celebração, vestidas de branco em homenagem a Oxalá, divindade do candomblé que é associada ao Senhor do Bonfim.

Já na *Festa de Iemanjá*, pescadores e fiéis festejam em cortejo marítimo, que sai ao mar partir das 16h, em inúmeros barcos, conduzindo flores e outros presentes para a Rainha das Águas. Esta é uma das maiores manifestações religiosas públicas do candomblé. As ruas do bairro do Rio Vermelho ficam tomadas de pessoas que se aglomeram para assistir à saída das embarcações com as oferendas. Esse evento se realiza desde 1974, organizado pelos pescadores da colônia de pesca do bairro.

Tem-se ainda, a *Festa de Itapuã*, na qual a tradição da Lavagem de Itapuã, em homenagem à Nossa Senhora da Conceição e Iemanjá, teve início pelas mãos de uma antiga moradora do bairro. A inclusão da lavagem das escadarias da Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Itapuã na festa era um antigo sonho da moradora, que foi mantido pelos seus filhos mesmo depois do seu falecimento. Todos os anos, a festa reúne pescadores, baianas, ciclistas, capoeiristas e cavaleiros num misto de festa religiosa e profana.

O *Carnaval*, segundo Loiola e Miguez (1996), "[...] teve origem no Entrudo, jogos e brincadeiras realizadas nos quatro dias anteriores a quaresma e que chegaram ao Brasil junto com os portugueses. No Brasil, o entrudo consistia numa guerra de limões, água, ovos ou farinha, uma brincadeira onde os menos favorecidos se divertiam e promoviam, algumas vezes, atos violentos e confusões". Mas, havia também os grupos negros que levavam às ruas as danças e músicas africanas ou inspiradas na África. Esta festa era considerada desordeira e perigosa pela elite, pela imprensa e pela polícia que combatiam e tentavam acabar com o entrudo, por ser uma festa popular e de grande participação. Em oposição ao entrudo, existiam na cidade do Salvador e nas principais cidades do estado, os bailes particulares realizados nos clubes ou nas mansões onde a elite baiana dançava ao som de polcas e óperas. Até os finais dos anos 1940, o desfile foi exclusivamente voltado às classes altas, com os clubes carnavalescos, tais como, *Fantoches da Euterpe*, *Cruz Vermelha* e *Inocentes em Progresso*, descendo pela avenida, entre bandas de sopro, carros alegóricos e um corso de automóveis importados, representando assim uma vitrine para a riqueza e o poder das elites locais. Com o tempo, o carnaval de rua das elites foi substituído pelos grupos de foliões organizados e afoxés que forçaram a elite a voltar para os bailes de clubes e mansões. Então, as ruas voltaram a ser ocupadas pelos grupos pobres e mestiços como na época dos entrudos.

A volta dos grupos negros ao carnaval e seu crescimento em participação, antes suprimidos pelos grupos carnavalescos, caracterizou a fase chamada de africanização do carnaval. Dessa forma, os negros nagôs organizaram o primeiro afoxé do carnaval baiano, a Embaixada Africana, seguidos dos Pândegos da África. Os grupos negros desfilavam mostrando as roupas, músicas e costumes africanos. Estes grupos foram duramente criticados e perseguidos pela elite por meio da imprensa e da polícia. Porém, os afoxés persistiram em sobreviver às proibições e restrições, tornando-se símbolos da resistência negra contra o preconceito social e racial em Salvador.

Além dos afoxés também ocupavam as ruas as batucadas, espécies de orquestras ambulantes, que puxavam ou comandavam blocos e cordões de foliões organizados, os antecessores dos blocos de

trio elétrico. O carnaval de 1950 apresentou a mais importante inovação da festa baiana, que modificou completamente sua estrutura, dando-lhe as características tão particulares que lhe levaram ao sucesso. Em 1950, Dodô e Osmar, criaram o precursor do trio elétrico, um carro cheio de alto-falantes ligados a instrumentos elétricos, chamado fóbica, que tocava pelas ruas da cidade de Salvador, além de muitas outras festas realizadas em vários municípios baianos.

Trigueiro (2007) afirma que o mundo está constantemente criando, reinventando novos significados culturais. Com isso, as festas natalinas, carnavalesca, juninas e tantas outras estão sendo influenciadas pelos interesses da indústria cultural, sendo inseridas no contexto da sociedade midiática atraindo não só a comunidade local, mas pessoas de outras comunidades e turistas, misturando as culturas. Como consequência, são construídos novos significados e novas relações sociais nos quais são incorporados valores midiáticos aos valores tradicionais. É neste contexto híbrido, no qual se misturam rituais tradicionais com características contemporâneas, celebrados nas festas populares, que novas relações sociais são construídas.

Trigueiro, também acrescenta que:

> As festas populares no contexto da sociedade midiática são instâncias de negociações das novas regras e valores culturais, dos novos costumes e hábitos que recriam e reinventam as tradições. São essas instâncias das festas que têm importância no campo da pesquisa da folkcomunicação. Ou seja, olhar as festas populares inseridas nos interesses do tempo e espaço midiático, da movimentação da economia através do turismo, dos promotores culturais, das empresas de bebidas e comidas, e grupos políticos. (TRIGUEIRO, 2007, p. 111-112).

Em relação a "Folia de Reis" teria chegado ao Brasil por intermédio dos portugueses no período da colonização, uma vez que, essa manifestação cultural era realizada por toda a Península Ibérica sendo comum a doação e recebimento de presentes a partir da entoação de cantos e danças nas residências. Nesta linha de argumentação, a Folia de Reis teria surgido no Brasil no século XVI, por volta do ano de 1534, por meio dos Jesuítas, como crença divina para catequizar os índios e posteriormente os negros escravos. Desta forma, a Folia de Reis brasileira passou a ser composta pelas manifestações culturais de diversas etnias e povos, com variações regionais, seja quanto ao estilo, ao ritmo e ao som, entretanto, mantendo a mesma crença e devoção ao Menino Jesus, a São José, à Virgem Maria e aos Reis Magos.

No fim do ciclo de festas natalinas, em Salvador, as Folias de Reis dedicam-se a visitar os Três Reis Magos e o Deus Menino no dia do seu nascimento, no bairro da Lapinha. Iniciada por um tríduo preparatório, a festa tem o seu ápice no dia 5 de janeiro quando ocorre o desfile dos Ternos de Reis, o Eterna Juventude, o Terno da Lua, o Astros, a Estrela do Oriente e a Ciganinha que vêm de diversos locais da cidade, devidamente ornamentados com fantasias e instrumentos, fazendo representações dos Reis Magos e outras personagens através de música, dança e versos, que encantam a população. Um dos ternos mais tradicionais é o Rosa Menina que vem do bairro de Pernambués.

Terno de Reis Rosa Menina

Fundado em 1945, o terno Rosa Menina é hoje o mais antigo da cidade, tendo a frente Dona Luiza, uma das maiores "reiseiras", com seus 80 anos continua lúcida, alegre, sábia, além de ser uma grande incentivadora para que o Terno continue a brilhar nas ruas e festejos da Bahia. Esposa do senhor Silvano Nascimento, seu fundador, falecido em 2009, que dedicou toda a sua vida para a grandeza, beleza e alegria de uma das mais singelas festas populares. Nos últimos 67 anos, a família Nascimento foi se renovando, e o terno vai às ruas com a ajuda dos oito filhos do casal, netos e pessoas da comunidade, que semanalmente se reúne para ensaiá-lo, e revitalizar suas memórias e histórias. Seus músicos tocam instrumentos, em sua maioria de confecção caseira e artesanal, os adornos e indumentárias são confeccionados por Dona Luiza, uma exímia costureira, é ela que costura até os dias atuais as indumentárias para a Folia.

Cada terno tem um nome diferente, diz Dona Luiza (2012) sempre vem à frente destes um representante como destaque com o nome do Terno, o nosso vem uma menina de sete anos representando a Rosa Menina, ela é a porta estandarte que leva a Bandeira do Terno.

Sobre a Bandeira do Terno, Pergo(1982) afirma que:

> [...]bandeira, chamada de "Doutrina", é feita de Pano brilhante. Nela é colada uma estampa Dos Reis Magos. Constitui o elemento sagrado. Esse respeito perdura durante o ano todo mesmo, passada a época de Reis: na casa onde fica Guardada Há orações periódicas diante dela (PERGO, 1982, p.19).

A seguir vem os três Reis Magos; a estrela guia representando a estrela do oriente que os pastores avistaram no céu; o jardineiro com o regador para molhar e cuidar das rosas; as camponesas e as ciganas representam o Egito, elas vêm tocando pandeiro, ganzá e castanholas. As pastoras também presenteiam Jesus com flores e frutas; os rapazes levando a alegoria/cajados com tochas. Esta alegoria tem a função de iluminar e, para tanto vem com lanternas com uma vela para substituir as tochas. Os músicos da orquestra, que é chamada charanga, tocam vários instrumentos, tais como, pistom, trompete, clarinete, baixo, trombone, pandeiros, banjo e tambores. Os músicos vêm no meio do cortejo para que o som da música possa ser ouvido e todos os figurantes cantam a música do Terno. As músicas cantadas são as paródias, não é permitido colocar músicas populares nos Ternos de Reis.

Cada Terno tem as suas especificidades de apresentação. O Rosa Menina sempre coloca a Estrela Guia na frente.

A partir dessas reflexões, surgiu a oportunidade da equipe do eixo *Cultura, Memória e História,* do Projeto Turismo de Base Comunitária- TBC Cabula, desenvolver uma ação cultural, e pedagógica nesta comunidade, por meio de um projeto de criação de um Memorial que visa agregar valor, não só para a cultura popular, mas também para salvaguardar os acervos das manifestações populares das Folias de Reis fortificado por ações de educação patrimonial, uma estratégia de valorização para assegurar-lhe uma melhor visibilidade.

Considerações Finais

O patrimônio imaterial precisa ser conhecido e conquistado por ser ele um patrimônio social e comunitário. As políticas de preservação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) vêm fornecer os subsídios necessários para toda e qualquer forma de prevenir que um bem seja salvaguardado. Uma das formas seria por meio do registro do bem "um instrumento legal para reconhecimento e valorização do Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro" (IPHAN, 2005). De modo a preservar os saberes, os modos de celebrar, de se expressar e os lugares expressivos para a população.

Nesse contexto, a preocupação é que não se tem na cidade de Salvador um espaço cultural, nem um acervo histórico relatando as histórias e memórias dessa Festa de Reis, que agrega uma multidiversidade cultural entre Brasil, África, Portugal e Espanha. Isto é percebido por intermédio de variadas peculiaridades como nos instrumentos musicais, a exemplo do Ganzá, de origem africana; e das Castanholas, de origem Espanhola. Além de transmitir de geração em geração as lendas e figuras folclóricas locais enraizadas nesses 67 anos de cantigas, poemas e contos que falam do índio, do negro, das meninas, dos reis, da religião, e de todas as formas que compõem a Historia do Menino Jesus; demonstrando que existe a característica de um povo brasileiro que aprendeu a viver com as diferenças e fazer do *Folk*, cultura de um povo, a arte de viver.

Como afirma Nascimento (2013), o Termo Rosa Menina é mais que uma manifestação do folclore e da cultura do nosso Estado é uma prova concreta de amor e fidelidade a uma tradição.

Referências

DEL PRIORE, Mary. **Festas e utopias no Brasil Colonial**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

DONA LUIZA. **Correspondência pessoal**. Salvador, 2012.

[IPHAN] INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL.**Patrimônio Imaterial**. 2005. Disponível em:<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=10852&retorno=paginaIphan>. Acesso em: 10 set. 2005.

LOIOLA, Elizabete; MIGUEZ, Paulo. Lúdicos mistérios da economia do carnaval baiano: trama de redes e inovações. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 5, n. 4, p. 45-55, mar. 1996.

NASCIMENTO, Regina.**Eternamente Rosa Menina**: a história de um Terno de Reis. Salvador: Eduneb, 2013.No prelo.

PERGO, Vera Lucia. **Os rituais na Folia de Reis**: uma das festas populares brasileiras. 1982. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:ZxAUNtK7cygJ:www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf/st1/Pergo,%2520Vera%2520Lucia.pdf+Herança+cultural+portuguesa-Folia+de+Reis+ou+reisados-

+vera+lucia&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEESgPeL4VI4TjSk6q0HlJn9zCvAAFlw3sF9kdCrEN5I7hZizAout6w_5UOxIRvqyv2ZY89>. Acesso em: 28 out. 2012.

TRIGUEIRO, Osvaldo Meira. Festas populares. In: GADINI, Sérgio Luiz; WOLTOWICZ, Karina Janz (Org.). **Noções básicas de Folkcomunicação**. Ponta Grossa (PR): UEPG, 2007.p. 107-112.

26 CULTURA COM ARTE, O LEMA DO GRUPO CULTARTE

Francisca de Paula Santos da Silva

Surpreendentemente, após o II ETBCES, que ocorreu de 3 a 8 de julho de 2012, formou-se um grupo de artesãos e artistas, que participaram da I Mostra de Cultura e Produção Associada ao Turismo de Base Comunitária e à Economia Solidária, com interesse em organizar uma cooperativa. É inimaginável a alegria e o pulsar do coração ao ver esta manifestação. Até mesmo por que quando se elaborou o projeto TBC Cabula e Entorno, pensava-se em cooperativa de receptivos populares. Dentre tantas lições, esta foi uma das mais significativas, durante estes três anos de trabalho com pesquisa, ensino e extensão. Como revelação da relação afetiva, colaborativa e coletiva, e o desejo de estabelecer laços fortes com a universidade, vê-se em uma das mensagens iniciais, ainda quando o grupo estava se organizando, Marques (2012) escreve:

> Olá, grupo [...] segue a sugestão do projeto, [...] para nossa feira. Lembrando que o projeto não está fechado, é para analisarmos, acrescentarmos ideias, enfim pensarmos nos anseios deste grupo, ou seja: nossos anseios. [...] a Feira Culturarte do cabula [...] A feira de arte, cultura do cabula e entorno surgiu em 03/07/2012 com o II encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia solidária. Diante do resultado e satisfação dos participantes, surgiram os seguintes questionamentos: Porque não continuar com a proposta da feira fixa na UNEB? O vínculo Universidade e comunidade estariam mais fortalecidos com essas feiras? Depois de algumas reuniões chegamos a conclusão que isso seria um meio de fato da comunidade estar presente na Universidade.

Após reuniões na e com a equipe da ITCP/COAPPES, formou-se o Coletivo Arte e Cultura do Cabula - Cultarte, do qual fazem parte representantes dos bairros delimitados pelo projeto TBC Cabula e de outros bairros como Sr. Adenil, que é do Pau Miúdo, um dos mobilizadores desta iniciativa. De início, o grupo contou com o apoio da então Pró-Reitora de Extensão, Adriana Marmori, ao prometer publicamente que disponibilizaria barracas no Campus I para feira permanente dos artesãos e artistas do Cultarte.

E na sequência das ações:

> [...] em oficinas de elaboração do projeto, construído com apoio da ITCP/UNEB, o grupo simultaneamente começou a desenvolver um fundo rotativo solidário com a metodologia do GOL-D, promovido pela Visão Mundial [...] (GRUPO CULTARTE;ITCP/COPPES, 2012, s/p).

Outra iniciativa especial foi a solicitação dos professores do curso de *Design*, Cid Ávila e Ana Beatriz Simon Factum, para trabalharem com o Grupo Cultarte na atividade interdisciplinar do curso no semestre de 2012.2, de acordo com as Diretrizes do Projeto Político Pedagógico do Curso de *Design* para a Atividade Interdisciplinar (UNEB, 2012). Assim, o projeto reuniu os seguintes componentes curriculares: a] Estética; b] Computação Gráfica; c] Representação Gráfica III; d] Fotografia; e] Metodologia e Prática do Projeto I; f] TED – História da Fotografia II; g] TED – *Design* e Novas Tecnologias; h] TED – *Design* e Sustentabilidade; e i] TED – *Design* e Usabilidade, a partir do tema gerador – Qual o mundo que você quer projetar?, com subtema – turismo de base comunitária.

Como resultado desse, os alunos orientados pelos professores, criaram identidade visual, peças gráficas, projeto de acondicionamento, transporte e embalagem, mobiliário, cartão de visita, adesivos, dentre outros. Com esta experiência, o projeto TBC Cabula ampliou os seus eixos temáticos, criando o de *Design* e Sustentabilidade, coordenado pela professora Beatriz Simon.

Com tudo isso, vem-se aprendendo muito, mudando a forma de pensar, sentir e agir, aplicando, de fato, a arte de viver a relação, aprofundando o sentido e o significado do respeito à diferença e à diversidade, e, mais, o valor da interdependência.

Referências

GRUPO CULTARTE; ITCP/COAPPES. **Projeto da Feira Cultarte.** Salvador: ITCP/UNEB, 2012.

MARQUES, Joanice. **Sugestão de projeto [...]**. Salvador, Pernambués, 25 ago. 2012.

[UNEB] UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. **Diretrizes do Projeto Político Pedagógico do Curso de Design para a Atividade Interdisciplinar**. Salvador: Curso de Design da UNEB, 2012.2.

SOBRE OS AUTORES

Alfredo Eurico Rodrigues Matta
Doutor em Educação. Professor-pesquisador da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), do Doutorado Multi-Institucional Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento (DMMDC) e do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidades (PPGEDUC).
E-mail: alfredo@matta.pro.br

Ana Celeste da Cruz David
Doutoranda do DMMDC. Mestre em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional pela UNEB. Especialista em Psicopedagogia pela UFBA, em Educação e Novas Tecnologias da Informação e Comunicação pela UNEB, em Tecnologias em Educação pela PUC-RIO, e em Alfabetização pela Faculdade da Bahia. Graduada em Pedagogia pela UFBA.
E-mail: cruzdavid@uol.com.br

Ana Maria Ferreira Menezes
Doutora em Administração Pública pela UFBA. Professora da Universidade do Estado da Bahia.
E-mail: ana_mmenezes@hotmail.com

Ana Paula da Cruz Araújo
Graduanda em Turismo e Hotelaria na UNEB. Bolsista de Iniciação Científica FAPESB/UNEB.
E-mail: anapaulahitz81@gmail.com

André Luis dos Santos
Graduado em Urbanismo pela UNEB. Especialista em Geotecnologia Soluções de Inteligência Geográfica pelo Instituto de Qualificação Profissional - IQUALI. Bolsista por Cota FAPESB.
E-mail: andrebonec@hotmail.com

Andréa Cristina Serravale dos Santos
Graduanda em Pedagogia pela UNEB.
E-mail: andreaserravale@hotmail.com

Antônio Jorge Nascimento dos Santos
Coordenador do Projeto Cidadão. Funcionário da UNEB. Professor da Universidade Aberta da Terceira Idade (UATI).
E.mail: antoniojn33@gmail.com

Arlindo de Araújo Pitombo
Mestre em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional (PGDR) pela UNEB. Especialista em Comércio Internacional pela Universidade Salvador (UNIFACS). Graduado em Administração pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Pesquisador em projetos de Inclusão Sociodigital e de Difusão do Conhecimento. Coordenador da Sala de Cidadania do INCRA, autarquia do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).
E-mail: arlindo.pitombo@gmail.com

Caio Henrique da Silva Vilas Boas
Graduando em Turismo e Hotelaria pela UNEB. Pesquisador-bolsista de Iniciação Científica pelo CNPq (2010), FAPESB (2011) e UNEB (2012). Ex-coordenador do Departamento de Hotelaria da Empresa Júnior Rota Eventos. Experiência como monitor de extensão.
E-mail: caio.vilasboas@hotmail.com

Cláudia de Carvalho Santana
Doutora em Patologia Experimental pela Fundação Oswaldo Cruz/Universidade Federal da Bahia. Professora Adjunta da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública.
E-mail: cdcsantana@yahoo.com.br

Daiane Nascimento Santos
Mestre em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional pela UNEB. Bacharel em Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda pela Faculdade Hélio Rocha. Tutora do Curso História EAD - UNEB/UAB.
E-mail: nanesantos_@hotmail.com

Débora Marques da Silva Araújo
Graduada em Urbanismo pela UNEB. Bolsista por cota CNPq, em 2011/2012, e FAPESB, em 2012/2013.
E-mail: deboration07@hotmail.com

Edjane Costa Almeida
Mestre em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional pela UNEB.
E-mail: edjanealmeida@yahoo.com.br

Eduardo José Fernandes Nunes
Doutor em Análise Geográfica Regional pela Universidade de Barcelona. Mestre em Ciências Sociais pela UFBA. Graduado em Ciências Sociais pela UFBA. Coordenador e professor-pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade/UNEB. Professor Adjunto do Departamento de Educação da UNEB. Líder do Grupo de Pesquisa Teoria Social e Projeto Político Pedagógico.
E-mail: eduardo_nns@yahoo.com

Eliana Márcia Alves Medrado
Especialista em Psicopedagogia pela UFBA. Graduada em Pedagogia pela Universidade Católica do Salvador. Coordenadora pedagógica do Centro Estadual de Educação Profissional da Bahia pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Participou do Grupo de Pesquisa Epistemologia do Educar e Práticas Pedagógicas da FACED- UFBA; e atuou como assistente de pesquisa do Grupo de Pesquisa Educação e Linguagem da FACED-UFBA; Foi co-autora da pesquisa Trabalho, Lazer, Cultura e Educação na Tradição de Mariscagem em São Tomé de Paripe, pelo Grupo de Pesquisa HCEL - FACED-UFBA.
E-mail: elianamamedrado@superig.com.br

Eliziário Andrade
Doutor em História pela Universidad de Oviedo, Espanha. Professor Titular da UNEB.
E-mail: eliandradesouza@yahoo.com.br

Flávia Souza da Silva
Especialista em Educação. Bacharel em Turismo. Professora do Ensino Superior e da Educação Profissional. Professora do Centro Estadual de Educação Profissional da Bahia. Professora-Pesquisadora do Turismo de Base Comunitária pelo PROET em parceria com a UNEB (2013).
E-mail: flaviass.souza@gmail.com

Francisca de Paula Santos da Silva
Pós-doutora em Educação pela Universidade de Coimbra (UC), Portugal. Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Administração pela Faculdade de Administração da UFBA. Especialista em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) e em Psicopedagogia Junguiana pelo Instituto Junguiano da Bahia (IJBA). Graduada em Turismo pela Faculdades Integradas Olga Mettig (FAMETTIG) e em Administração de Empresas pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Professora e Pesquisadora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Coordenadora do projeto de pesquisa e extensão Turismo de Base comunitária no Cabula e Entorno - TBC Cabula.
E-mail: fcapaula@gmail.com

Helaine Pereira de Souza
Doutoranda em Difusão do Conhecimento, pelo Programa de Pós-graduação Multi-institucional e Multidisciplinar (DMMDC). Mestre em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica do Salvador. Graduada em História, pelo Centro Universitário Jorge Amado. Integrante do Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Juventudes, Identidades, Cidadania e Cultura (NPEJI).
E-mail: helainep.souza@hotmail.com

Hildete Santos Pita Costa
Especialista em Arquivologia pela UFBA. Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal da Bahia. Autora da implantação do Sistema de Arquivo da Universidade do Estado da Bahia e Gerente do Arquivo Central no período de 1992/2003. Bibliotecária da UNEB atuando no Mestrado de Educação e Contemporaneidade. Coordenadora do CDI/CPEDR/UNEB Pesquisadora do GEAALC/UNEB, do Programa da Memória e Educação na Bahia - PROMEBA; do Núcleo de Estudos Africanos e Afro-brasileiros em Línguas e Culturas - NGEALC; e do Grupo Multidisciplinar de Estudo e Pesquisa Sociedade, Espaço, Educação e Turismo - SEETU.
E-mail: hyldete@gmail.com

Igor Rodrigues de Sant'Anna
Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia. Mestre em Educação pela UNEB. Bacharel em Urbanismo. Membro do Grupo de Pesquisa Teoria Social e Projeto Político Pedagógico. Artista circense e com experiências centradas em metodologias participativas, Agenda 21 e Plano Diretor Urbano. É dedicado à pesquisa da educação, arte, cultura, espaço público e participação social.
E-mail: igoreumesmo2002@yohoo.com.br

João Soares Pena
Mestrando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bacharel em Urbanismo pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB).
E-mail: joaopena.88@gmail.com

José Cláudio Rocha
Doutor e Mestre em Educação. Especialista em Administração Pública, Direitos Humanos, e em Ética, Capital Social e Desenvolvimento. Líder do Grupo de Pesquisa Gestão, Educação e Direitos Humanos - GEDH. Professor adjunto da UNEB e permanente do Doutorado Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento -DMMDC e Gestão e Tecnologia aplicada à Educação - GESTEC.
E-mail: joseclaudiorochaadv@gmail.com

Josefa Santana Lima
Doutoranda no DMMDC. Mestre em Políticas Públicas, Gestão Social do Conhecimento e Desenvolvimento Regional, pela UNEB. Especialista em Educação à Distância, em Psicologia Organizacional. Graduada em Pedagogia pela UNEB. Radialista com experiência na programação musical, produção. Professora e Coordenadora da Rede Estadual de Ensino.
E-mail: josefaslima1@htmail.com

Katiane Alves
Especializanda em História Social e Econômica do Brasil. Bacharel em Turismo e Hotelaria pela UNEB. Participa dos grupos de pesquisa Desenvolvimento de Soluções em Ambientes Virtuais de Aprendizagem - AVA e Conteúdos Digitais Educacionais - CDE para a Sociedade em Rede e Pluriculturalidade; e do Grupo Multidisciplinar de Estudo e Pesquisa Sociedade, Espaço, Educação e Turismo - SEETU.
E-mail: katianny.alves@hotmail.com

Luciana Conceição de Almeida Martins
Doutoranda pelo programa Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento. Graduada em História pela UCSal. (DMMDC-FACED/UFBA).
E-mail: luckianas@gmail.com

Luciana Luttigards Ribeiro
Especialista em Psicopedagodia pela Universidade Católica de Salvador. Graduada em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia. Integrante da equipe da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares/Núcleo de Cooperação e Ações em Políticas Públicas e Economia Solidária da Pró-Reitoria de Extensão da UNEB.
E-mail: lluttigards@uneb.br

Luciano Campos Reis Junior
Graduando em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Bolsista de Iniciação Científica FAPESB/UNEB. Pesquisador do Grupo Multidisciplinar de Estudo e Pesquisa Sociedade, Espaço, Educação e Turismo - SEETU.
E-mail: luciannnojr@hotmail.com

Marcelo Rodrigues Vieira
Mestre em Análise Regional pela Universidade Salvador (Unifacs); Especialista em Gestão Organizacional Pública pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Especialista em Administração Financeira pelas Faculdades Integradas Estácio de Sá /CENID; Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL); Cargo de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, atuando na Superintendência de Estudos Econômicos e Sócias da Bahia (SEI).
E-mail: marcelovieira.ead@gmail.com

Marcos César Guimarães
Mestrando em Educação do PPGEduC/UNEB. Especialista em Qualidade da Educação Básica - UNASUL/OEA/UNESCO. Graduado em História. Professor Tutor à Distância da Universidade Aberta do Brasil - UAB/UNEB. Professor da Rede Estadual de Ensino - Pesquisador do Grupo de Pesquisa Teoria Social e Projeto Político Pedagógico - TSPP, do Observatório de Educação de Jovens e Adultos do Território de Identidade do Sisal - Bahia. Consultor da Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Colaborador do Observatório da Discriminação Racial e da Violência Contra a Mulher no Carnaval.
E-mail: marcos.cesar2@hotmail.com

Maria Antonieta Nascimento Araújo
Mestrado em Educação pela UFBA. Graduada em Psicologia. Professora Assistente do Curso de Psicologia da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública
E-mail: antonieta.araujo@bahiana.edu.br

Maria de Fátima Hanaque Campos
Doutora em História da Arte pela Universidade do Porto, Portugal. Professora Titular da UEFS.
E-mail: fatimahanaque@hotmail.com

Maria Gabriela Rodrigues Piñeiro
Graduada em Comunicação.
E-mail: magapineiro@gmail.com

Maria Olívia de Oliveira Matos
Pós-doutora pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ. Doutora em Calidad y Procesos de Innovación Educativa - Universidad Autonoma de Barcelona. Mestre em Educação pela UFBA e em Calidad Educativa pela Universidade Autónoma de Barcelona. Graduada em Pedagogia pela UFBA. Professora na Graduação e no Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade e do Doutorado Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento (DMMDC). Vice-coordenadora do Mestrado Profissional em EJA (MPEJA/ UNEB/DEDCI). Pesquisadora de processos formativos à distância e tecnologias aplicadas a Educação. Grupo de pesquisa: Sociedade em Rede, Pluralidade Cultural e Conteúdos Digitais Educacionais.
E-mail: oliviamattos@terra.com.br

Maurício Figueiredo Nogueira
Graduado em Economia pela UFBA. Pesquisador do Núcleo de Cooperação e Ações em Políticas Públicas e Economia Solidária, vinculado à Pró-Extensão da Universidade do Estado da Bahia - COAPPES/ITCP/UNEB.
E-mail: mnogueira@uneb.br

Milene Bastos Rocha
Especialista em Gestão Pública Municipal pela UNEB. Residente em Saúde da Família pela Sociedade Hólon/EBMSP/SESAB. Graduada em Serviço Social pela UCSAL.
E-mail: mbmilenebastos@gmail.com

Miriam Medina-Velasco
Doutora em Estruturas Ambientais Urbanas pela USP. Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia.
E-mail: miriam.velasco@gmail.com

Naiara Corôa Xavier
Graduanda em Turismo e Hotelaria na UNEB. Bolsista de Iniciação Científica PICIN/UNEB.
E-mail: naai_coroa@hotmail.com

Natalia Coimbra de Sá
Doutora pelo Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC) da UFBA. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU/Análise Regional) da Universidade Salvador. Especialista em Gerenciamento Ambiental pela Universidade Católica do Salvador. Graduada em Turismo pela Universidade Salvador. Professora do Departamento de Ciências Humanas (DCH) da UNEB. Membro dos Grupos de Pesquisa Espetáculos Culturais e Sociedade - ECUS (UFBA/CNPq); Turismo e Meio Ambiente - GPTURIS (UNIFACS/CNPq); e Grupo Multidisciplinar de Estudo e Pesquisa Sociedade, Espaço, Educação e Turismo - SEETU.
E-mail: natalia.coimbra@gmail.com

Noilton Jorge Dias
Mestre em Sociologia (UFBA). Graduado em Antropolgia. Professor da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública (EBMSP) e da Universidade Católica do Salvador (UCSAL).
E-mail: noilton@svn.com.br

Rosali Braga Fernandes
Doutora em Geografia Humana pelo Universitat de Barcelona, Espanha. Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia.
E-mail: rosalifernandes@ig.com.br

Rosane Sales dos Anjos
Graduada em Turismo pela FACTUR/BA. Articuladora comunitária.
E-mail: rsales2011@gmail.com

Suely da Silva Guimarães
Mestre pela COPPE/UFRJ - Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduada em Engenheira Civil pela Universidade Federal da Bahia. Pesquisadora da UNEB integrando a Coordenação Colegiada do Núcleo de Cooperação e Ações em Políticas Públicas e Economia Solidária COAPPES-ITCP vinculado à Pró-Extensão desta universidade. Atua nas áreas de materiais e componentes de edificações, habitação popular, economia solidária e incubação de cooperativas populares e outros empreendimentos econômicos solidários. Integrante da equipe da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares/Núcleo de Cooperação e Ações em Políticas Públicas e Economia Solidária da Pró-Reitoria de Extensão, UNEB.
E-mail: sguimaraes@uneb.br

Formato: 190 x 230 mm
Tipologia: Minion Pro 10
Papel Miolo: Pólen Soft, 80 g/m²
Papel Capa: Cartão Supremo, 250 g/m²
Impressão: Setembro/2013



fapesb
Fundação de Amparo
à Pesquisa do Estado da Bahia

Bahia
GOVERNO
TERRA DE TODOS NÓS
SECRETARIA DE CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Turismo de Base
Comunitária no
Cabula e Entorno
- TBC Cabula

ISBN 978-85-7887-211-3